



Universidade de Brasília



Relatório de Autoavaliação Institucional 2011

Comissão Própria de Avaliação



Universidade de Brasília

Relatório de Autoavaliação Institucional

Período do Relatório – 2011

Brasília, março de 2012

Dilma Vana Roussef
Presidenta da República

Aloizio Mercadante
Ministro da Educação

Luiz Cláudio Costa
Secretário da Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Prof. José Geraldo de Sousa Junior
Presidente

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Prof. José Geraldo de Sousa Junior
Reitor

Prof. João Batista de Sousa
Vice-Reitor

Profa. Carolina Cássia Batista Santos
Decana de Assuntos Comunitários (DAC)

Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP)

Prof. Eduardo Raupp de Vargas
Decano de Administração e Finanças (DAF)

Dra. Gilca Ribeiro Starling Diniz
Decana de Gestão de Pessoas (DGP)

Prof. José Américo Soares Garcia
Decano Interino de Ensino de Graduação (DEG)

Prof. Oviromar Flores
Decano de Extensão (DEX)

Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Decano de Planejamento e Orçamento (DPO)

Relatório de Autoavaliação Institucional

2011

Comissão Própria de Avaliação

(Resolução da Reitoria N. 0120/2011, 27/9/2011)

Membros natos:

Prof. José Geraldo de Sousa Junior (Reitor – Presidente)

Prof. José Américo Soares Garcia (Decano de Ensino de Graduação)

Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha (Decano de Planejamento e Orçamento)

Representantes docentes:

Prof. Joaquim José Soares Neto (Instituto de Física)

Prof. José Angelo Belloni (Departamento de Estatística)

Profa. Carmenisia Jacobina Aires (Faculdade de Educação)

Representantes Técnicos-Administrativos:

Marta Emília Teixeira (DAF)

Aparecida Miranda Cunha (SOU/DAIA)

Maria Inez Machado Telles Walter (DATAUnB)

Representantes Discentes:

Vitor de Lima Guimarães (DCE)

Rodrigo Miranda Barbosa – titular

Letícia Lima de Freitas – suplente (Associação de Alunos de Pós-Graduação da UnB)

Representantes da Sociedade Civil:

José Antonio Moroni (Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC)

Eliceuda Silva de França (Movimento Pró-Universidade Pública da Ceilândia/MOPUC)

Grupo Técnico de Avaliação da Comissão Própria de Avaliação

(Resolução da Reitoria N. 0018/2012, 27/2/2012)

José Carlos Resmini Figurelli (DPO) – coordenador

DAC: Mendel de Almeida Quieroz (titular) e Irene Oliveira de Araújo (suplente)

DAF: Fernando José Barbato Couto

DEG: Rivany Borges Beú (titular) e Marcos da Silva Alves (suplente)

DEX: Jodette Guilherme Amorim

DGP: Cláudia Rosana Vasconcelos de Araújo (titular) e Rosana Fernandes Sottovia (suplente)

DPP: Célia Ghedini Ralha (titular) e Márcia de Aguiar Ferreira (suplente)

PRC: Ana Cristina Brandão Ribeiro Silva (titular) e Wilson Ramos Samarcos (suplente)

CESPE: Ormezinda Maria Ribeiro (titular) e Vilma Reche Correa (suplente)

CPD: Jacir Luiz Bordim (titular) e José Carlos Pena Gonzáles (suplente)

SAA: Júlio César Goulart Garay

Coordenação da elaboração do relatório

Joaquim José Soares Neto (IF)
José Carlos Resmini Figurelli (DPO)
Maria Inez Machado Telles Walter (DATAUnB)
José Angelo Belloni (DATAUnB)
Júnia Maria Zandonade Falqueto (DPO)
Mariana Dias Batista (DPO)
Valéria Ferreira de Araújo (DPO)
Amanda Guedes Andrade Bedritichuk (DPO)
Alexandre Cardias Pereira Alves (DPO)

Apoio Técnico

Alice Falchetto (EDU)
Arnaldo Carlos Alves (SAA)
Christine Souza Martins (HVET)
Cristina Massot Madeira Coelho (DEG)
Doulival Rodrigues Pereira (DEX)
Helda Pinheiro (CPD)
José Mauro da Silva Diogo (FAL)
Lucas Romano Oliveira de Souza (HUB)
Neide Aparecida Gomes (BCE)
Rafael Zonta (DAC)
Hélio Marco Neiva (DPO)
José Marilson Martins Dantas (DPO)

Revisão de texto: Kárin Giselle e Larissa dos Santos Aguiar Matias

Endereço do Campus-sede da Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte
CEP: 70.910-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 3273-3379 e 3307-2207
Telefax: (61) 3274-5915
<http://www.unb.br> – unb@unb.br

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Universidade de Brasília
Código: 2
Instituição Pública Federal
Organização Acadêmica: Universidade
Categoria Administrativa: Pública Federal

Dirigente Principal: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Endereço da Sede: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Reitoria
70910-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3307.2600 telefax: (61) 3272.0003

E-mail: unb@unb.br
Portal: <http://www.unb.br>

Campi:
Campus Universitário Darcy Ribeiro
UnB-Faculdade de Ceilândia
UnB-Faculdade do Gama
UnB-Faculdade de Planaltina

Dados de Criação:
Documento: Decreto do Conselho de Ministros
Número do Documento: 500
Data do Documento: 15/1/1962
Data de Publicação: 16/1/1962
Situação Legal Atual: Credenciada
Documento: Decreto do Conselho de Ministros
Número do Documento: 500
Data do Documento: 15/1/1962
Data da Publicação: 16/1/1962
Credenciada para ministrar educação a distância: Sim

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília (UnB) referente ao exercício de 2011 foi organizado e coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Resolução do Conselho Universitário N. 0083/2011, de 9/6/2011, em cumprimento ao disposto no Art. 11 da Lei n. 10.861/2004, de 14/4/2004, e no Art. 7º da Portaria n. 2.051/2004, de 9/7/2004. Trata-se de um trabalho conjunto de diversos órgãos da UnB, não apenas mediante seus representantes na CPA, mas também de gestores de unidades acadêmicas e administrativas.

Para operacionalizar o Relatório, a Reitoria constituiu, pelo Ato N. 362/2010, de 10/2/2010, e da Resolução da Reitoria N. 0018/2012, de 27/2/2012, o Grupo Técnico de Avaliação (GTA). Esse grupo de assessoria à CPA é composto por representantes de todos os Decanatos, do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), do Centro de Informática (CPD) e da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA).

O processo de autoavaliação na UnB avançou consideravelmente em 2011, já que a CPA concluiu o Plano de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. Elaborado por uma subcomissão constituída para esse fim e aprovado pela CPA, o Plano resgata um histórico das avaliações realizadas na UnB e os fundamentos legais e teóricos para uma autoavaliação que contemple, tanto os objetivos de autoconhecimento que permitam os necessários avanços e ajustes nos rumos da UnB, quanto os objetivos traçados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A proposta metodológica define a avaliação por eixos temáticos, definindo ações, estruturas e ferramentas do processo de avaliação. Para cada um desses aspectos, explicita-se seu encadeamento e seus propósitos, incluindo as questões operacionais. Segundo o projeto aprovado, espera-se que ao final de três anos todas as metas tenham sido alcançadas e que a execução deste Plano contribua para melhorias nos diversos aspectos contemplados, fortalecendo a UnB como instituição e estreitando os canais de interação de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária.

Para o presente houve intensa discussão sobre o roteiro e a pauta de temas que o compõem, para que fossem observadas as diretrizes do SINAES e ao mesmo tempo ficassem demonstrados os avanços, os aspectos que não avançaram e os que ainda carecem de investimentos em discussão, apoio e recursos.

Manteve-se a abordagem de uso de dados institucionais, a quantificação e a qualificação de informações, análises e autoavaliações por gestores das diversas áreas estratégicas. Na medida do possível, foram utilizados dados de outras instituições, como o INEP, a CAPES e o CNPq.

Foram utilizados também os resultados do diagnóstico e avaliação da gestão de meios, com foco em processos e áreas prioritárias. Esse trabalho foi desenvolvido por um grupo de pesquisa, composto por consultores externos, professores e técnicos da UnB. Seus significativos resultados estão contribuindo para decisões estratégicas da Administração Central, com vistas à melhoria da gestão de meios na Universidade

O relatório dá continuidade ao processo pedagógico que representa a autoavaliação, cuja discussão vai se disseminando na comunidade universitária, na perspectiva de ampliar a compreensão acerca da Instituição e dar subsídios para o aperfeiçoamento do processo decisório, visando à excelência no oferecimento da educação superior universitária. O envolvimento de mais e mais segmentos da Universidade e da sociedade neste processo ainda constitui um desafio para a CPA.

Esta Comissão reitera a importância das contribuições e do apoio recebido das instâncias gestoras, de seus membros e do Grupo Técnico de Avaliação. O acesso a dados, informações, análises, relatório gerenciais e outros documentos institucionais permitiram esta consolidação. Espera-se finalmente, que o relatório tenha divulgação à altura de sua importância para discutir e compreender a Universidade de Brasília e seu papel político e social na sociedade do Distrito Federal e do Brasil.

LISTA DE SIGLAS E DENOMINAÇÕES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB) CONSELHO DIRETOR

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

CONSELHOS SUPERIORES

CONSUNI	Conselho Universitário
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CAC	Câmara de Assuntos Comunitários
CAD	Conselho de Administração
CAF.....	Câmara de Administração e Finanças
CCD	Câmara da Carreira Docente
CEG	Câmara de Ensino de Graduação
CEX.....	Câmara de Extensão
CPP.....	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

CONSELHO COMUNITÁRIO

REITORIA

VRT	Vice-Reitoria
GRE	Gabinete do Reitor
SCA.....	Subsecretaria de Comunicação Administrativa
SOC	Subsecretaria de Órgãos Colegiados
PRC	Prefeitura do Campus
DAL	Diretoria de Administração e Logística
DSG	Diretoria de Serviços Gerais
DENA	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
PJU	Procuradoria Jurídica
AUD	Auditoria

DECANATOS

DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DTG	Diretoria Técnica de Graduação
DAIA.....	Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DGD.....	Diretoria de Ensino de Graduação a Distância
DLG.....	Diretoria de Logística de Graduação
DEX	Decanato de Extensão
CAL	Casa da Cultura da América Latina
DTE.....	Diretoria Técnica de Extensão
Interfoco	Centro Interdisciplinar de Formação Continuada
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
CAP.....	Coordenadoria de Apoio à Pesquisa
CPG	Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação
Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	
Coordenadoria de Projetos	
PIC.....	Coordenadoria do Programa de Iniciação Científica

DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DEA.....	Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
DAS.....	Diretoria de Saúde
DRU	Diretoria do Restaurante Universitário
DAF	Decanato de Administração
DCF.....	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DRM.....	Diretoria de Recursos Materiais
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DCAD.....	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DAPE	Diretoria de Administração de Pessoas
DSAU.....	Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida
DPAM.....	Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
DPL	Diretoria de Planejamento
DOR.....	Diretoria de Orçamento, Contabilidade Setorial e Custos
DAI.....	Diretoria de Avaliações e Informações Gerenciais
DPR	Diretoria de Processos Organizacionais

ASSESSORIAS E SECRETARIAS

SAA.....	Secretaria de Administração Acadêmica
SECOM.....	Secretaria de Comunicação
SEI	Secretaria de Empreendimentos Imobiliários
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
CERI	Coordenação do Cerimonial
CEPLAN....	Centro de Planejamento

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BCE.....	Biblioteca Central
CPD	Centro de Informática
EDU	Editora Universidade de Brasília
FAL	Fazenda Água Limpa
HUB	Hospital Universitário
RAD	Rádio e Televisão Universitárias

CENTROS

CCOM.....	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT.....	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD.....	Centro de Educação a Distância
CEDOC.....	Centro de Documentação
CEFTRU ...	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes
CET.....	Centro de Excelência em Turismo
CETEC.....	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural
CESPE.....	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CIFMC.....	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial
CIRPS.....	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social

CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DATAUnB .	Centro de Pesquisas de Opinião Pública
CEAM.....	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
NEA	Núcleo de Estudos Ambientais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEAGRI	Núcleo de Estudos Agrários
NEAL	Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas
NEASIA.....	Núcleo de Estudos Asiáticos
NEAZ	Núcleo de Estudos da Amazônia
NEBC	Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo
NECLA.....	Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos
NECOIM	Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste
NEE	Núcleo de Estudos Europeus
NEFP	Núcleo de Estudos dos Fenômenos Paranormais
NEGEP	Núcleo de Estudos em Gestão Pública
NEIJ	Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude
NELI	Núcleo de Estudos da Linguagem e da Ideologia
NEM.....	Núcleo de Estudos do Mercosul
NEMP	Núcleo de Estudos sobre a Mídia e Política
NEORG.....	Núcleo de Estratégias Organizacionais
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e dos Direitos Humanos
NEPeB	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética
NEPeM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher
NEPPOS.....	Núcleo de Estudos em Política Social
NEPTI	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade
NESCUBA	Núcleo de Estudos Cubanos
NESP	Núcleo de Estudos de Saúde Pública
NESPROM.....	Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos
NESUB	Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília
NEUR.....	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
NEVIS	Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança
NP3.....	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão
OMNI/TEL-TEC..	Núcleo de Estudos de Organizações Multilaterais, Negociações Internacionais, Turismo, Logística e Tecnologia
TRANSE	Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance

UNIDADES ACADÊMICAS

- FACE Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Ciência da Informação e Documentação**
ADM Departamento de Administração
CCA Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
ECO Departamento de Economia
- FAC..... Faculdade de Comunicação**
DAP..... Departamento de Audiovisuais e Publicidade
JOR..... Departamento de Jornalismo
- FAU..... Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**
PRO Departamento de Projeto, Expressão e Representação em
Arquitetura e Urbanismo
TEC..... Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo
THAU Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo
- FAV Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária**
- FCE UnB-Faculdade de Ceilândia**
- FCI Faculdade de Ciência da Informação**
- FD Faculdade de Direito**
- FE..... Faculdade de Educação**
MTC Departamento de Métodos e Técnicas
PAD..... Departamento de Planejamento e Administração
TEF Departamento de Teoria e Fundamentos
- FEF Faculdade de Educação Física**
CO Centro Olímpico
- FGA..... UnB-Faculdade do Gama**
- FM Faculdade de Medicina**
NMT Núcleo de Medicina Tropical
- FS..... Faculdade de Ciências da Saúde**
DSC Departamento de Saúde Coletiva
ENF..... Departamento de Enfermagem
NUT..... Departamento de Nutrição
ODT Departamento de Odontologia
- FT..... Faculdade de Tecnologia**
NTI Núcleo de Tecnologia da Informação
EFL Departamento de Engenharia Florestal
ENC Departamento de Engenharia Civil e Ambiental
ENE..... Departamento de Engenharia Elétrica
ENM..... Departamento de Engenharia Mecânica
- FUP UnB-Faculdade de Planaltina**
- IB..... Instituto de Ciências Biológicas**
BOT..... Departamento de Botânica
CEL..... Departamento de Biologia Celular
CFS..... Departamento de Ciências Fisiológicas
ECL Departamento de Ecologia
FIT Departamento de Fitopatologia
GEM..... Departamento de Genética e Morfologia
ZOO Departamento de Zoologia
- ICS Instituto de Ciências Sociais**
CEPPAC ... Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
DAN Departamento de Antropologia
SOL..... Departamento de Sociologia

IdA	Instituto de Artes
CEN	Departamento de Artes Cênicas
DIN.....	Departamento de Desenho Industrial
MUS.....	Departamento de Música
VIS	Departamento de Artes Visuais
IE	Instituto de Ciências Exatas
CIC.....	Departamento de Ciência da Computação
EST.....	Departamento de Estatística
MAT	Departamento de Matemática
IF	Instituto de Física
IG	Instituto de Geociências
IH	Instituto de Ciências Humanas
FIL.....	Departamento de Filosofia
GEA	Departamento de Geografia
HIS.....	Departamento de História
SER.....	Departamento de Serviço Social
IL	Instituto de Letras
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
LIP	Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
TEL	Departamento de Teoria Literária e Literaturas
IP	Instituto de Psicologia
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
PCL.....	Departamento de Psicologia Clínica
PED.....	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
PPB.....	Departamento de Processos Psicológicos Básicos
PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
IPOL	Instituto de Ciência Política
IQ	Instituto de Química
IREL	Instituto de Relações Internacionais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Programas de pós-graduação ativos, UnB, 2011.....	67
Tabela 2	Recursos aplicados e obtidos em editais institucionais da UnB, 2008-2011.....	78
Tabela 3	Pedidos de patentes, UnB, 2010-2011.....	88
Tabela 4	Recursos alocados, aplicados e demanda dos Editais do DPP, UnB, edições 2009-2011.....	89
Tabela 5	Evolução dos Editais do DPP considerando cada edital (Edição 2009 a 2011).....	90
Tabela 6	Produção bibliográfica de docentes da UnB	93
Tabela 7	Produção intelectual em números absolutos, UnB, 2009-2010.....	95
Tabela 8	Comissões realizadas para seleção de editais e definição de políticas interna, UnB, 2008-2011.....	103
Tabela 9	Atividades do Projeto RONDON, UnB, 2011.....	107
Tabela 10	Ações de Extensão do Núcleo da Agenda Ambiental, UnB, 2009-2011	107
Tabela 11	Atividades da Casa da Cultura da América Latina (CAL), UnB, 2009-2011	107
Tabela 12	Atividades realizadas pelo Interfoco, UnB, 2009-2011	108
Tabela 13	Ministrantes e Equipe Técnica das atividades realizadas pelo Interfoco, UnB, 2009-2011	108
Tabela 14	Perfil dos Participantes de Cursos de Extensão (em percentuais), UnB, 2009-2011.....	108
Tabela 15	Avaliação dos cursos do Interfoco, UnB, 2009-2011	108
Tabela 16	Número de beneficiários de isenção de taxas em cursos do Interfoco, UnB, 2009-2011	109
Tabela 17	Extensionistas Cadastrados no Sistema SIEX pelo Interfoco, UnB, 2009-2011.....	109
Tabela 18	Atividades realizadas pela Diretoria Técnica de Extensão	109
Tabela 19	Quantidade e número de participantes de ações de extensão, UnB, 2011.....	110
Tabela 20	Alunos extensionistas com e sem bolsa de extensão, UnB, 2011....	110
Tabela 21	Composição da força de trabalho, UnB, 2011	110
Tabela 22	Número de PEACs por unidade geral, UnB, 2011.....	112
Tabela 23	Resultados do Estudo Socioeconômico – Campus Universitário Darcy Ribeiro, UnB, 2011	117
Tabela 24	Quantidade de estudantes de graduação beneficiários de Moradia Estudantil por ano, UnB, 2007-2011	119
Tabela 25	Quantidade de estudantes de pós-graduação beneficiários de Moradia Estudantil por ano, UnB, 2007-2011	119
Tabela 26	Quantidade de solicitações, concessões e demanda reprimida por Bolsa Permanência no Campus Universitário Darcy Ribeiro, UnB, 2011	120

Tabela 27	Estudantes cadastrados por tipo de necessidade especial, UnB, 2011	121
Tabela 28	Ocupação dos espaços culturais e esportivos, UnB, 2011	136
Tabela 29	Publicações da Editora UnB, 2010-2011	156
Tabela 30	Docentes Ativos por Classe, UnB, 1999 e 2011	168
Tabela 31	Docentes Ativos por Titulação, UnB, 1999-2011	169
Tabela 32	Quantitativo de Técnico-administrativos permanentes, UnB, 1999-2011	181
Tabela 33	Técnico-administrativos por nível de qualificação e capacitação, UnB, 2011	181
Tabela 34	Categoria dos trabalhadores, UnB, 2011	182
Tabela 35	Trabalhadores com deficiência por sexo, UnB, 2011	182
Tabela 36	Servidores ativos por categoria e presença de deficiência, UnB, 2011	182
Tabela 37	Técnicos em situação de aposentadoria, UnB, 2009-2011	182
Tabela 38	Servidores ingressantes por modo de ingresso, UnB, 2011	182
Tabela 39	Servidores desligados por categoria de desligamento, UnB, 2011	182
Tabela 40	Técnicos que solicitaram aposentadoria, UnB, 2009-2011	183
Tabela 41	Quantitativo de funções e cargos de direção, UnB, 2011	183
Tabela 42	Avaliação da infraestrutura pelos alunos, UnB, 2011	221
Tabela 43	Avaliação trienal dos programas de pós-graduação, UnB, 2004-2010	242
Tabela 44	Cursos avaliados pelo ENADE, UnB, 2010	249
Tabela 45	Atendimentos do SOU no Campus Universitário Darcy Ribeiro, UnB, 2009-2011	257
Tabela 46	Estudantes atendidos por tipo de atendimento/Orientação Psicoeducacional, UnB, 2009-2011	257
Tabela 47	Solicitações de reintegração, UnB, 2009-2011	258
Tabela 48	Motivo dos desligamentos, UnB, 2009-2011	258
Tabela 49	Bolsas de monitoria, incluindo os cursos novos e cursos que ampliaram a oferta de vagas no âmbito do Programa REUNI-UnB, UnB, 2009-2011	261
Tabela 50	Alunos bolsistas e tutores do PET, UnB, 2009-2011	261
Tabela 51	Alunos PET por curso, UnB, 2011	261
Tabela 52	Tutores PET por curso, UnB, 2011	262
Tabela 53	Apoio à participação de estudantes em eventos, UnB, 2011	262
Tabela 54	Estudantes que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica, convênio ANDIFES, UnB, 2008-2011	269
Tabela 55	Mobilidade estudantil no exterior, UnB, 2008-2010	270

Tabela 56	Convênios e estágios firmados com empresas, UnB, 2009-2011	270
Tabela 57	Demonstrativo dos Recursos Orçamentários e da Despesa Realizada em 2011 (jan-dez), por Natureza da Despesa e Fonte de Recursos.....	279
Tabela 58	Consolidação da Receita Própria Prevista e Arrecadada, 2010 e 2011	282

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estrutura Acadêmica do Decanato de Graduação da UnB	45
Quadro 2	Docentes da UnB	47
Quadro 3	Tramitação dos Projetos Políticos Pedagógicos de novos cursos, UnB, 2009-2011	49
Quadro 4	Processos de Renovação de Reconhecimento e-MEC.....	50
Quadro 5	Processos de Reconhecimento – UAB	50
Quadro 6	Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , UnB, 2010-2011	70
Quadro 7	Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , UnB, 2011-2014	73
Quadro 8	Bolsas CAPES, UnB, 2011.....	91
Quadro 9	Bolsas CNPq, UnB, 2011	92
Quadro 10	Bolsas REUNI-SESU/CAPES, UnB, 2011.....	92
Quadro 11	Serviços da DS/DAC	116
Quadro 12	Pessoas com deficiências nomeadas nos concursos públicos da FUB, UnB, 2008-2010.....	128
Quadro 13	Empresas Juniores em Funcionamento, UnB, 2011	132
Quadro 14	Programas culturais, UnB, 2011	136
Quadro 15	Atividades Comunitárias Abertas à População do Distrito Federal e à de Outros Estados, UnB, 2007-2011	142
Quadro 16	Quantitativos dos produtos de divulgação da SECOM, UnB, 2011	153
Quadro 17	Formulários de Avaliação de Estágio Probatório ainda não Devolvidos pelos Centros de Custo/2011	176
Quadro 18	Servidores inscritos, aprovados e evadidos nas ações de capacitação, UnB, 2011	186
Quadro 19	Execução do REUNI, UnB, 2011.....	211
Quadro 20	Bolsas REUNI distribuídas segundo os editais e projetos, UnB, 2011	263

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Expansão dos cursos de graduação, UnB, 2006-2011	48
Figura 2	Ano de início dos cursos de pós-graduação por modalidade, UnB, 2011	70
Figura 3	Quantidade de alunos ingressantes de mestrado e doutorado por ano, UnB, 2005-2011	75
Figura 4	Avaliações dos cursos de mestrado, UnB, triênios 2004/06 e 2007/09	79
Figura 5	Avaliações dos cursos de doutorado, UnB, triênios 2004/06 e 2007/09	79
Figura 6	Avaliações dos cursos de mestrado profissionalizante, UnB, triênios 2004/06 e 2007/09	79
Figura 7	Quantidade de projetos de pesquisa por ano, UnB, 2000-2011....	84
Figura 8	Quantidade de investimentos de pesquisa (R\$ Mil) por ano, UnB, 2000-2011	85
Figura 9	Quantidade de Grupos de Pesquisa, UnB, 1993-2010	87
Figura 10	Ações de reestruturação no DEX, UnB, 2009-2011	105
Figura 11	Quantidade de projetos e programas de ação contínua por ano, UnB, 1997-2011	111
Figura 12	Concessão de bolsas do programa institucionalizado de bolsas de extensão, UnB, 2011	111
Figura 13	PEACs por área temática, UnB, 2011	112
Figura 14	Trabalhadores com deficiência por sexo, UnB, 2011	129
Figura 15	Servidores ativos por categoria e presença de deficiência, UnB, 2011	129
Figura 16	Empresas incubadas no CDT/UnB, 1989-2009.....	132
Figura 17	Quantitativo mensal de demandas recebidas pela Ouvidoria, UnB, 24/5 a 22/11/2011	154
Figura 18	Demandas da Ouvidoria por tipo de manifestação, UnB, 2011...	155
Figura 19	Docentes Admitidos, UnB, 2011.....	166
Figura 20	Conceito ENADE de 30 cursos, UnB, 2008-2010	248
Figura 21	Oferta de vagas nos cursos de graduação presencial por semestre, UnB, 2007-2012	253
Figura 22	Oferta de vagas nos cursos de graduação presencial por ano, UnB, 2007-2012	254
Figura 23	Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial e a Distância, UnB, 2006-2011	254
Figura 24	Transferência facultativa por ano, UnB, 2006-2011	267

SUMÁRIO

Dados da Instituição	vii
Apresentação	viii
Lista de Siglas e Denominações	x
Lista de Tabelas	xv
Lista de Quadros	xviii
Lista de Figuras	xix
Introdução	25
1 Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	27
1.1 A Universidade de Brasília	27
1.1.1 Foco de atuação	27
1.1.2 Missão	28
1.1.3 Visão	28
1.1.4 Desafios estratégicos	28
1.1.5 Valores	29
1.1.6 Objetivos estratégicos	29
1.1.7 Projetos estratégicos institucionais	30
1.2 Planejamento estratégico da Universidade	31
1.2.1 Análise Situacional da UnB – Matriz SWOT	33
1.2.2 Análise de impacto da Matriz SWOT	35
1.3 Avaliação do planejamento (Relatório de Avaliação da Gestão de Meios)	37
1.4 Articulação entre o PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)	40
1.5 Relação entre o Planejamento Estratégico e a Avaliação Institucional	41
1.6 Perfil esperado dos egressos da Instituição	42
1.7 Aspectos positivos	43
1.8 Aspectos a aprimorar	43
2 Dimensão 2 – A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	44
2.1 Ensino de Graduação	44
2.1.1 Organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas	45
2.1.2 Currículos: concepção e prática	52
2.1.3 Qualidade do ensino	56
2.2 Pesquisa e ensino de pós-graduação	64
2.2.1 Ensino de pós-graduação	64
2.2.2 Pesquisa	82

2.3	Extensão.....	99
2.3.1	Políticas institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão.....	100
2.3.2	Atividades e programas de extensão junto à comunidade regional ..	101
2.3.3	Excelência acadêmica.....	105
2.3.4	Ações do DEX em 2011	107
2.3.5	Cursos de Extensão	110
2.3.6	Projetos e Programas de Ação Contínua (PEACs)	110
2.3.7	Considerações	113
3	Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	115
3.1	A responsabilidade social da Instituição em relação à inclusão social	115
3.2	A Diretoria de Desenvolvimento Social e a Assistência Estudantil na Universidade de Brasília.....	115
3.2.1	Serviços vinculados à DDS/DAC.....	116
3.2.2	Programas, projetos e atividades desenvolvidos pela DDS/DAC	116
3.3	Ações afirmativas para ampliar o acesso	120
3.3.1	Acessibilidade no campus	120
3.3.2	Política de cotas	124
3.4	Políticas de contratação de pessoas com deficiência.....	127
3.5	Ações para promover iniciativas de incubadores de empresas, empresas juniores, captação de recursos	129
3.6	O esporte e as atividades culturais (Diretoria de esporte, arte e cultura)	133
3.6.1	Desenvolvimento.....	134
3.6.2	Arte e cultura	135
3.6.3	Esporte e lazer	139
3.6.4	Aspectos positivos e avanços	143
3.6.5	Desafios e reivindicações.....	143
3.6.6	Aspectos a aprimorar	144
3.7	Expansão dos <i>campi</i>	144
3.8	Programa de formação de professores do ensino fundamental (PIE)	144
3.9	Critérios para a abertura de cursos e ampliação de vagas (REUNI) .	145
3.9.1	Potencialidades e fragilidades.....	146
3.9.2	Propostas de enfrentamento	146
3.10	Aspectos positivos	146

3.11	Aspectos a aprimorar.....	147
4	Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade	149
4.1	Comunicação interna e externa.....	149
4.1.1	Produtos de divulgação da UnB	150
4.1.2	Assessoria de imprensa da SECOM	152
4.1.3	Divulgação de artigos.....	152
4.2	Ouvidoria	153
4.3	Guia do Calouro e Manual do Aluno.....	155
4.4	Editora UnB	155
4.5	Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE)	156
4.6	Rádio UnB	157
4.7	Avaliação da Comunicação na Universidade – Relatório de Avaliação da Gestão Institucional	157
4.8	Aspectos positivos	160
4.9	Aspectos a aprimorar.....	160
5	Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	161
5.1	Planos de Carreiras Regulamentados para Servidores Docentes e Técnico-Administrativos.....	161
5.1.1	Plano de Carreira Docente.....	161
5.1.2	Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE)	170
5.2	Clima Institucional, Relações Interpessoais, Estrutura de Poder, Graus de Satisfação Pessoal e Profissional.....	183
5.3	Capacitação dos servidores (cursos presenciais e a distância)	185
5.4	Consolidação do DGP	188
5.5	Aspectos positivos	194
5.6	Aspectos a aprimorar.....	195
6	Dimensão 6 – Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	197
6.1	Organização e Gestão da Universidade de Brasília	197
6.2	Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados... ..	199
6.3	Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções	201
6.4	Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).....	201
6.5	Instâncias de apoio, participação e consulta para a tomada de decisões, grau de centralização e descentralização.....	202
6.6	Sistemas de arquivo e registro	202

6.7	Estatutos, regulamentos, regimentos internos, organogramas, normas acadêmicas, entre outros	203
6.8	Organograma institucional, hierarquia de funções e dinâmica de funcionamento	203
6.9	Autonomia e independência da Universidade em relação à mantenedora, a FUB	205
6.10	Atas dos órgãos colegiados.....	205
6.11	Funcionamento do sistema de registro acadêmico.....	205
6.12	Aspectos positivos	206
6.13	Aspectos a aprimorar.....	207
6.14	Prospecções.....	207
7	Dimensão 7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	208
7.1	Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão	208
7.1.1	Descrição dos espaços existentes, estado de conservação, funcionalidade, adequação às necessidades da Instituição em relação a cursos e quantidade de estudantes, adaptação para acesso de estudantes com deficiência.....	209
7.1.2	Existência de mecanismo de aferição do grau de satisfação dos discentes em relação à infraestrutura	220
7.2	Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins	221
7.3	Aspectos positivos	222
7.4	Aspectos a aprimorar.....	223
8	Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação a processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional	225
8.1	Adequação do planejamento geral da UnB e sua relação com os objetivos institucionais estatutários.....	225
8.2	Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional.....	226
8.2.1	Avaliação da gestão de meios.....	229
8.2.2	Plano de autoavaliação institucional	235
8.3	Relação entre a autoavaliação e o planejamento	238
8.4	Avaliação institucional antes da implantação do SINAES	238
8.5	Processos de autoavaliação institucional da UnB	239
8.5.1	Avaliação dos Cursos de Graduação	240
8.5.2	Avaliação da Pós-Graduação.....	241
8.5.3	Avaliação das ações de capacitação e qualificação dos servidores	247
8.6	PPPI, PPC e relatório final de autoavaliação	247

8.7	Resultados (síntese) de avaliação de cursos da UnB e de desempenho de estudantes (ENADE) que estejam disponíveis	248
8.8	Aspectos positivos	249
8.9	Aspectos a aprimorar.....	250
9	Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes.....	251
9.1	Acesso e perfil dos estudantes.....	251
9.1.1	Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades	253
9.1.2	Propostas de enfrentamento das dificuldades.....	255
9.2	Políticas de permanência de estudantes	255
9.2.1	Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades	263
9.2.2	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	266
9.3	Política de ocupação de vagas ociosas.....	267
9.3.1	Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades	268
9.3.2	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	268
9.4	Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil	268
9.4.1	Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades	271
9.4.2	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	272
9.5	Perfil e acompanhamento de egressos	272
9.5.1	Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades	273
9.5.2	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	273
9.6	Política de assistência aos estudantes	274
9.7	Aspectos positivos	274
9.8	Aspectos a aprimorar.....	274
10	Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta de educação superior	276
10.1	Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.....	276
10.1.1	Proposta de orçamento-programa interno.....	276
10.1.2	Orçamento 2011 por Fontes de Recursos e Natureza da Despesa.. ..	277
10.1.3	Orçamento Programa Interno/Plano Anual de Atividades/PDI	284
	Conclusão	286
	Referências	288
	Anexo	289

INTRODUÇÃO

O Relatório de Autoavaliação da Universidade de Brasília foi elaborado com base na descrição, análise e avaliação das dez dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei N. 10.861/2004, de 14/4/2004, em conformidade com o Art. 16 do Decreto N. 5.773/2006, de 9/5/2006. Além desta introdução e da conclusão, o Relatório contém 10 capítulos, correspondendo a cada Dimensão conforme relacionado a seguir.

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
2. A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
3. A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
4. A Comunicação com a Sociedade.
5. As Políticas de Pessoal de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
6. Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
7. Infraestrutura Física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
8. Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos processos, aos resultados e à eficácia da autoavaliação institucional.
9. Políticas de Atendimento aos Estudantes.
10. Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Na elaboração do Relatório, buscou-se seguir as orientações constantes do documento de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, 2004, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação (MEC), especialmente no que diz respeito aos temas indicados para cada Dimensão.

Como preparação, a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) destacou uma subcomissão para revisar o relatório anterior, conferir os temas

tratados e, a partir disso, propor um roteiro para conduzir a elaboração desta versão. Esse trabalho foi feito a partir de amplas discussões, consultas a integrantes das equipes que participaram da elaboração dos relatórios anteriores, além de membros da administração e do Grupo de Trabalho de Autoavaliação (GTA) com a experiência necessária para contribuir com o trabalho.

Assim como a CPA representa os segmentos da comunidade universitária, o GTA implica a participação dos Decanatos, do CESPE, do CPD, da Prefeitura e da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA). O GTA se mobilizou para a elaboração deste Relatório e contou com a contribuição de outros gestores acadêmicos e administrativos. A organização foi feita pelos membros da subcomissão, além dos servidores do setor de Avaliação do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO). Deste modo foi possível obter um conjunto de informações valiosas a respeito das atividades e das áreas da Universidade.

A abordagem dos temas constantes das dimensões foi definida em linhas gerais, de modo a aliar descrições a análises de dados quantitativos e qualitativos, sem estabelecer *a priori* uma rotina a ser seguida. A ideia foi dar espaço para que os participantes destacassem da forma mais conveniente os aspectos selecionados, levando em conta o roteiro definido. Assim, os principais aspectos que caracterizam as dimensões foram analisados, sintetizando as informações mais significativas acerca dos temas indicados.

A conclusão de cada capítulo manteve os aspectos positivos e os que necessitam de aprimoramento, além das medidas e ações propostas para enfrentar os desafios, visando à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de suas metas, a partir dos princípios fundadores e de responsabilidade social. Considera-se que os objetivos foram cumpridos adequadamente, esperando que este Relatório seja subsídio para um amplo debate que se dissemine na UnB e resulte em desenvolvimento e em melhorias em diversos âmbitos, desde os mais gerais até os particulares e específicos.

1 Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Esta Dimensão trata do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade de Brasília (UnB). Elaborado para um período de cinco anos, o PDI é o documento que identifica a Universidade no que se refere à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e administrativas que desenvolve ou planeja desenvolver. São abordados, nesta dimensão, aspectos relacionados às finalidades, aos objetivos, aos compromissos institucionais, aos elementos estratégicos, à estrutura e composição do Plano, além da articulação existente entre o PDI, as políticas de ensino, pesquisa e extensão e a avaliação institucional. Ao final, é apresentada uma reflexão crítica acerca do ano de 2011, indicando os pontos positivos e os aspectos a melhorar no que diz respeito ao planejamento institucional da UnB.

1.1 A Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962. De acordo com dados de 2011, possui 1.683 professores, 6.960 servidores e 30.727 alunos de graduação e 8.913 alunos de pós-graduação. É constituída por 26 institutos e faculdades e 18 centros de pesquisa especializados. Oferece 105 cursos de graduação, sendo 30 noturnos e 10 a distância. Há ainda 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 84 mestrados e 63 doutorados e mais 22 cursos de especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro *campi* no Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa.

1.1.1 Foco de atuação

O foco de atuação é entendido como o benefício que a sociedade e os usuários esperam receber da UnB. A clara definição do foco de atuação identifica o diferencial competitivo e os concorrentes da Instituição, orienta a atuação, a capacitação, a terceirização e o posicionamento estratégico.

Com a consolidação das propostas dos gestores para a elaboração do Planejamento Estratégico, o foco de atuação da UnB é “a construção e a disseminação do conhecimento, atuando com competência acadêmica e

compromisso social e buscando respostas para questões complexas” (FUB, 2010.a, p. 8).

1.1.2 Missão

A missão da Universidade de Brasília está associada às suas finalidades essenciais (ensino, pesquisa e extensão). Para o ciclo de planejamento 2011-2015, a Missão da UnB foi assim definida.

Ser uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social (FUB, 2010.a, p.9).

1.1.3 Visão

A Visão da Universidade foi construída a partir do debate com a comunidade universitária e apoia a parceria entre a Universidade e docentes, técnicos e alunos na construção do futuro da Instituição.

De acordo com o que consta no documento Bases do Planejamento Estratégico 2011-2015, a Visão da Universidade de Brasília é:

Ser uma das três melhores Universidades Federais do País e referência como: a) Instituição de excelência acadêmica, integrada internacionalmente às diversas áreas do conhecimento; b) inovadora na geração, disseminação, aplicação e gestão do conhecimento; c) padrão na gestão pública moderna, integradora, transparente e democrática; d) instituição humanizadora que ofereça à comunidade universitária qualidade de vida, infraestrutura adequada e boa relação entre as pessoas (FUB, 2010.a, p.9).

1.1.4 Desafios estratégicos

Com a finalidade de alcançar sua visão, os gestores da Administração Superior desta Universidade definiram oito desafios para o ciclo de 2011-2015, a saber:

1. construir consensos necessários em torno da missão da Universidade, respeitando a diversidade ideológica;
2. internalizar a utopia original, favorecer a coesão, compartilhar compromissos, superar a fragmentação e competitividade internas;
3. conquistar graus de autonomia que permitam maior liberdade na gestão dos recursos;
4. promover a internacionalização da UnB com ênfase no intercâmbio científico, cultural e artístico e na mobilidade de estudantes, docentes e técnico-administrativos com vistas ao conhecimento multidisciplinar;

5. ter programa permanente de tecnologia da informação que aumente e promova a modernização da gestão de processos e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária;
6. implantar modelo de gestão voltado à superação dos limites burocráticos e da falta de objetividade na solução de problemas e ao reconhecimento dos espaços deliberativos institucionais; promover o reordenamento da ocupação espacial dos *campi* para distribuir adequadamente o crescimento da comunidade universitária;
7. otimizar a gestão de pessoas por meio da recomposição do quadro permanente, ampliação das atividades de formação e capacitação, valorização dos servidores e criação de condições de trabalho atrativas;
8. superar os limites salariais dos servidores.

1.1.5 Valores

Os valores da Universidade direcionam as ações institucionais para um padrão de comportamento individual e institucional voltado para o cumprimento da missão estratégica. São eles:

- a. busca da autonomia institucional com transparência e responsabilidade social;
- b. ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças;
- c. busca permanente da excelência em todos os campos de atuação da Universidade;
- d. compromisso público com
 - a democratização do acesso ao conhecimento,
 - o exercício da gestão compartilhada com responsabilidade solidária,
 - o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico local, nacional e global,
 - o mérito acadêmico vinculado à melhoria da qualidade de vida da sociedade,
 - a responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;
- e. universidade como espaço para a valorização de diálogo entre diferentes saberes;
- f. educação superior como um bem público diretamente vinculado ao projeto de país definido pela Constituição, e comprometido com as necessidades da sociedade.

1.1.6 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos são o referencial do planejamento institucional, refletindo o que a Universidade procura atingir, no período, de forma que possam ser medidos, comparados e avaliados, por meio de suas metas, no cumprimento da sua missão e alcance da visão esperada.

A alta administração da UnB definiu seis macro-objetivos que, alinhados à missão, à visão e aos valores institucionais, orientaram a construção de seu planejamento estratégico, conforme descritos a seguir.

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade *multicampi*.
2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.
3. Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito loco-regional, nacional e internacional.
4. Implementar ações de apoio, integração, segurança e bem-estar da comunidade universitária.
5. Investir na melhoria da gestão de pessoas com respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.
6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

1.1.7 Projetos estratégicos institucionais

Projetos estratégicos institucionais são iniciativas da alta administração, com a finalidade de alcançar objetivos específicos, de grande interesse institucional, em benefício da comunidade universitária e da sociedade em geral.

Na atual gestão da Universidade, foram propostos os seguintes projetos estratégicos: 1. Gestão compartilhada; 2. Projeto: 50 anos da UnB; 3. Fortalecimento, Ampliação e Integração da Excelência Acadêmica; 4. Consolidação da reestruturação institucional e da expansão da UnB¹; 5. Valorização dos trabalhadores da UnB; 6. Renovação da Biblioteca Central (BCE) e das bibliotecas dos *campi*; 7. Projeto Memória da UnB; 8. Compromisso Ecológico; 9. Adoção de novas tecnologias, atualização e integração de sistemas informatizados e da gestão e automação de processos institucionais para o desenvolvimento das áreas meio e fim; 10. Apoio à estruturação do Hospital Universitário e a Unidades de apoio a atividades acadêmicas; 11. Projeto de Atitudes Universitárias; 12. Implementação de

¹ Reestruturação, no sentido amplo (acadêmica, administrativa, organizacional, expansão/REUNI)

Plano Institucional de Segurança; 13. Implantação do Parque Científico e Tecnológico – PCTec – UnB; 14. Internacionalização da UnB.

Entre os projetos citados acima merece destaque, devido à sua dimensão, o Projeto 50 anos da UnB. Para a comemoração do cinquentenário da Universidade foi criada, em maio de 2011, a Comissão “UnB 50 Anos de Brasília”, composta por professores, alunos, ex-alunos, representantes do Governo do Distrito Federal e personalidades da mídia e da cultura local, com o objetivo de propor e realizar atividades que fomentem a reflexão e a análise de grandes temas relacionados à história, à cultura, à sociedade e ao futuro de Brasília.

Essa Comissão definiu seis eixos para as iniciativas, priorizando aquelas que: a. destaquem marcos históricos importantes da Universidade, com a análise crítica e reflexões, que apontem para uma missão virtuosa da UnB nos próximos 50 anos; b. revisitem a Universidade tendo como referência seus marcos físicos históricos; c. divulguem a produção intelectual e artística da UnB desde sua fundação nos últimos 50 anos; d. aproximem a Universidade de Brasília da sociedade do DF; e. planejem a UnB para as próximas décadas a fim de desempenhar um papel importante na educação brasileira; e f. destaquem o papel acadêmico e social de seus ex-alunos.

O início oficial das comemorações ocorreu em 15 de dezembro de 2011, quando foi comemorada a data de promulgação da Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (FUB). O evento aconteceu no Memorial Darcy Ribeiro e, entre as atividades realizadas, ocorreu o lançamento da edição especial da Revista Darcy e uma exposição fotográfica, realizada em parceria com o Projeto ProMemória. Foi a primeira de uma série de comemorações programadas para 2012 pela Comissão UnB 50 anos de Brasília. Outros eventos, projetos, concursos e demais atividades criados para a comemoração da data podem ser acompanhados no endereço eletrônico <http://unb50bsb.wordpress.com>.

1.2 Planejamento estratégico da Universidade

Desde a sua criação, a Universidade de Brasília conta com a orientação de planos institucionais que definem suas diretrizes. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de planejamento da

Universidade que identifica o perfil institucional, sua estrutura organizacional e define os elementos básicos do planejamento estratégico, a missão, a visão, os princípios e os objetivos institucionais, além das diretrizes pedagógicas que orientam os programas e ações, as áreas de atuação e os indicadores da FUB/UnB, com abrangência para um período de cinco anos.

Em 2002, foi constatada pela Administração Superior da Universidade a necessidade de novo modelo de gestão institucional, composto por um sistema de planejamento integrado a todas as unidades administrativas e acadêmicas que compõem sua estrutura. Entre 2002 e 2006, esse sistema foi criado e implementado e uma nova forma de planejar começou ser institucionalizada na UnB. Além disso, novas práticas foram incorporadas à gestão da Instituição nesse período, como a participação das unidades administrativas e acadêmicas na elaboração dos planos institucionais e o envolvimento dos órgãos colegiados superiores na definição das diretrizes e bases estratégicas da Universidade (FUB, 2006).

O atual sistema de planejamento da UnB agrega instrumentos relacionados à formulação e à atualização dos planos institucionais elaborados pelas unidades administrativas e acadêmicas (Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Quinquenal (PQ), Plano Anual de Atividades (PAA), Matriz de planejamento, Matriz de Indicadores Institucionais) e outros associados ao acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional (Relatórios Semestrais de Planejamento, Relatório Anual de Gestão, Seminário de Planejamento, Relatório de Planejamento Plurianual), conforme consta no Manual do Sistema de Planejamento da UnB (2007).

Figura ressaltar que as estratégias da UnB adotadas no processo de elaboração do planejamento estão alicerçadas em três pilares fundamentais para a construção do cenário organizacional: Planejamento Estratégico, Tático e Operacional. O primeiro estabelece a missão e elementos básicos do planejamento estratégico institucional para o próximo ciclo. O segundo associa as metas e indicadores de gestão aos objetivos a serem alcançados pelas áreas. Por último, no planejamento operacional, as unidades acadêmicas e administrativas integrantes do sistema de planejamento alinham suas propostas anuais aos fundamentos institucionais.

A definição do Planejamento Estratégico do ciclo 2011-2015, por sua vez, teve início a partir de análise e diagnóstico institucional, mediante instrumento denominado Matriz SWOT, por meio do qual foram identificadas as oportunidades e ameaças, os pontos fortes e fracos da instituição, com envolvimento das 66 unidades acadêmicas e administrativas.

Os resultados obtidos após a consolidação desse trabalho subsidiaram os gestores na construção das Bases Estratégicas e Táticas para o PDI 2011-2015, cujos trabalhos iniciaram em julho de 2010, mediante a realização de Oficina de Planejamento. O documento “Bases Estratégicas e Táticas” fundamenta a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2011 a 2015.

1.2.1 Análise Situacional da UnB – Matriz SWOT

A análise situacional da Universidade de Brasília, realizada no ano de 2010, considerou a metodologia SWOT, a qual correlaciona os fatores internos, fortes ou fracos, com as condições externas, oportunas ou ameaçadoras, pontuados por gestores de áreas estratégicas da Universidade, de acordo com o seu nível de impacto. Assim, por meio da Análise SWOT, os gestores puderam visualizar a situação atual da Universidade, identificando as condições externas (oportunidades e ameaças) e internas (pontos fortes e fracos) que influenciam o seu desempenho. Uma vez identificadas, os gestores devem utilizar essas informações ao traçar estratégias para fortalecer os pontos fortes e minimizar os pontos fracos, bem como buscar caminhos para se alcançar as oportunidades e enfrentar as ameaças. Além disso, esse instrumento auxilia os gestores a estabelecer os objetivos estratégicos institucionais. Os resultados desse trabalho, após consolidação, são apresentados a seguir:

Ambiente externo

1. Oportunidades

- a. facilidade de acesso a fontes de fomento e a financiadores nacionais e internacionais;
- b. localização da UnB na capital do País;
- c. imagem da Universidade, de credibilidade e confiança;
- d. cenário nacional de ciência e tecnologia favorável ao fomento das atividades acadêmicas;

- e. economia em expansão, com demanda por recursos humanos especializados;
- f. pressão externa por transparência.

2. Ameaças

- a. descontinuidade da política de educação superior;
- b. perda de pessoal qualificado para outros órgãos públicos;
- c. limitações à autonomia universitária ou descontinuidade do processo de implantação;
- d. impactos negativos à imagem da UnB em face de sua atuação;
- e. inadequação dos marcos regulatórios para as IFES e de controle dos seus mecanismos de gestão;
- f. baixos salários;
- g. dificuldade de reposição de pessoal;
- h. sistema educacional não-inclusivo, restrito e de baixa qualidade;
- i. redução de recursos orçamentários.

3. Pontos fortes

- a. qualidade acadêmica dos professores, estudantes e técnicos;
- b. capacidade de gerar e captar recursos de fomento a atividades acadêmicas;
- c. patrimônio imobiliário e histórico;
- d. infraestrutura e capacidade laboratorial instalada;
- e. criatividade e independência intelectual da comunidade;
- f. politização, com comportamento proativo e ousado;
- g. processo interno de reestruturação e modernização;
- h. o orgulho do servidor de pertencer à UnB;
- i. compromisso com boas práticas de gestão pública;
- j. comunicação social.

4. Pontos fracos

- a. alta rotatividade de servidores em função de baixos salários, capacitação insuficiente e precárias condições de trabalho;
- b. baixo envolvimento institucional dos servidores; falta de coesão interna e visão institucional e resistência a mudanças e ao funcionamento impessoal da Instituição;
- c. incapacidade gerencial: morosidade administrativa, falta de fluidez da informação, controle interno inadequado, negligência nos processos acadêmicos e descumprimento das decisões colegiadas;
- d. espaço físico e infraestrutura inadequados ou insuficientes em decorrência de problemas de gestão e manutenção do patrimônio;

- e. sistemas informatizados de gestão acadêmica e administrativa desatualizados, ineficientes e não integrados. Falta de documentação de processos, sistemas e procedimentos;
- f. esvaziamento do quadro de pessoal; diferenciação e precarização dos contratos de trabalho;
- g. falta de plano de comunicação institucional;
- h. carência de política de sustentabilidade e gestão ambiental;
- i. necessidade de aprimoramento em cursos de graduação e pós-graduação.

1.2.2 Análise de impacto da Matriz SWOT

A partir da análise ambiental, é possível identificar os elementos do ambiente que podem estimular ou comprometer o desenvolvimento institucional, além de orientar os gestores na tomada de decisão e construção do planejamento tático das áreas. Por meio da análise de impacto da Matriz SWOT foi possível identificar e relacionar aspectos que influenciam positiva ou negativamente o cenário institucional, fornecendo subsídios para uma tomada de decisão mais consciente e contextualizada com a realidade da Universidade.

Segmento 1. Oportunidades X Pontos Fortes

Este segmento mostra o potencial de crescimento da Instituição, representado pelos elementos favoráveis interna e externamente que, quando explorados, garantirão melhor posicionamento das ações organizacionais. O cruzamento entre Oportunidades e Pontos Fortes aponta para a necessidade de se aproveitar a “Capacidade de gerar e captar recursos” e o “fomento a atividades acadêmicas” para melhor potencializar as oportunidades que tratam da “Imagem da UnB, de credibilidade e confiança” e da “Facilidade de acesso a fontes de fomento e a financiadores nacionais e internacionais”. Além disso, detectaram-se outros dois fatores internos que exercem impacto significativo acerca do desenvolvimento das ações institucionais e podem impulsionar as oportunidades: “Qualidade acadêmica dos professores, estudantes e técnicos” e “Comunicação social”.

Segmento 2. Ameaças X Pontos Fortes

O potencial defensivo, apresentado no cruzamento desses dois aspectos, revela que os pontos fortes podem constituir um instrumento de

defesa eficaz para reduzir os impactos negativos causados pelas ameaças. Nesse caso, os gestores identificaram três ameaças significativas para o ambiente organizacional: “Perda de pessoal qualificado para outros órgãos públicos”; “Descontinuidade da política de educação superior e redução do aporte de recursos” e “Baixos salários e dificuldade de reposição de pessoal” e que podem ser minimizadas com reforço de ações potenciais voltadas à “geração e captação de recursos e de fomento a atividades acadêmicas”, “comunicação social”, “qualidade acadêmica dos professores, estudantes e técnicos”, e “sentimento de orgulho dos servidores em pertencer à UnB”.

Um diagnóstico dos pontos fortes em relação ao ambiente externo, favorável ou não, mostra o expressivo impacto da capacidade institucional em gerar e captar recursos e de fomento às atividades acadêmicas.

Segmento 3. Oportunidades X Pontos Fracos

Os empecilhos ao crescimento da Instituição apresentados neste ponto da análise evidenciam quais os elementos que, superados internamente, permitirão melhor exploração das oportunidades existentes com perspectiva de crescimento organizacional. O resultado dessa análise permite sugerir que se estabeleçam estratégias que potencializem a utilização da imagem da UnB e o acesso a fontes de fomento e a financiadores de modo a neutralizar os pontos fracos, quais sejam, a ausência de sistemas integrados e atualizados. Sugere ainda estratégias para dirimir os problemas relacionados a comunicação institucional, ineficiência gerencial e morosidade administrativa, além de instituir mecanismos que visem a estimular o envolvimento institucional dos servidores por meio de políticas que os incentivem a compartilhar a visão institucional e a eliminar barreiras naturais relacionadas à resistência pessoal e à aversão a mudanças.

Segmento 4. Ameaças X Pontos Fracos

Neste cruzamento apresentam-se as vulnerabilidades institucionais, por agregar os elementos desfavoráveis internos e externos e que podem comprometer o plano de gestão da Administração (alcance dos objetivos estratégicos institucionais).

Os gestores identificaram fatores desfavoráveis internos relacionados às ameaças. A análise mostra que a “Alta rotatividade de servidores” e o “Esvaziamento do quadro de funcionários” estão diretamente relacionados à

“perda de pessoal qualificado para outros órgãos públicos”. No momento presente, por exemplo, pode-se dizer que, em termos de fatores causais para essa evasão, o impacto da “perda da URP” (que se apresentava à época) e a “precarização dos contratos de trabalho” podem agravar de forma significativa o quadro de vulnerabilidade da Universidade.

Em síntese, a análise da matriz estratégica da Universidade de Brasília indica que, para alcançar os seus objetivos institucionais e materializar a visão definida pelos gestores, a UnB deverá orientar sua atuação para utilizar a imagem positiva da Instituição e procurar ampliar o acesso a fontes de fomento e financiadores, oportunidades apontadas pelos gestores como as mais relevantes. Para tanto, o ponto forte, cuja exploração tende a trazer maior impacto ao desenvolvimento institucional, refere-se à capacidade da UnB em gerar e captar recursos próprios. Os gestores destacaram também como aspecto relevante a necessidade de continuidade do processo interno de reestruturação e modernização da UnB.

Por outro lado, a maior ameaça ao projeto de desenvolvimento institucional identificada pelos gestores refere-se à perda de pessoal qualificado para outros órgãos públicos. O ponto fraco que poderá causar maior comprometimento dos planos iniciados está relacionado à falta de plano de comunicação institucional. Nesse sentido, ações efetivas deverão ser tomadas a fim de neutralizar os pontos fracos e reduzir os efeitos provocados pelas ameaças mediante as condições favoráveis do ambiente interno e externo.

1.3 Avaliação do planejamento (Relatório de Avaliação da Gestão de Meios)

Contribuíram com a definição da atual estrutura de planejamento estratégico da UnB, assim como da revisão e adaptação do sistema de planejamento institucional para o novo ciclo, o relatório final de avaliação da gestão de meios – Gestão do Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças – elaborado por equipe de pesquisa constituída por professores e técnicos, externos e internos, sob a coordenação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, criada pelo Reitor em 2009, e presidida pelo Vice-Reitor. Esse relatório originou-se de utilização, entre outras técnicas, da metodologia denominada MCDA (Metodologia de Multicritérios em Apoio a Decisões), e da aplicação de entrevistas a 66 gestores das unidades

acadêmicas e administrativas, integrantes do Sistema de Planejamento Institucional da Universidade, além de outras contribuições espontâneas originárias de diversos setores.

Com a finalidade de analisar o Relatório de Avaliação da Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, foi realizada, a pedido da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, uma síntese dos aspectos e dos resultados apresentados que melhor traduzem as recomendações da pesquisa. Conforme apresentado no tópico a seguir.

1. Aspectos relacionados ao sistema de planejamento e ao sistema orçamentário, contábil e financeiro, no âmbito das Unidades

1. Em termos gerais, metade das unidades avaliou positivamente o sistema de planejamento, sendo o PDI o mais conhecido. Registrou-se, ainda, que muitos dos entrevistados confundem PDI com PAA, evidenciando a falta de clareza a respeito da distinção entre esses dois planos, apontando para a necessidade de melhorias nessa área, conforme observado pela equipe da pesquisa.
2. Constatou-se a necessidade de maior envolvimento na elaboração, execução e acompanhamento do planejamento por parte de setores vinculados à Administração Central, conforme observado pela equipe.
3. Quanto à utilização e participação no planejamento, a pesquisa indica que apenas 20% das unidades apontaram que mais de 90% das ações planejadas em 2008 foram efetivamente incluídas no planejamento da Unidade, e que mais da metade dos membros da estrutura de liderança da Unidade participam das decisões sobre planejamento, demonstrando relativo grau de participação. Entretanto, fica claro que grande parte das ações não está incluída no sistema de planejamento institucional.
4. A maioria das Unidades avaliadas (84%) afirmou que acompanha o PDI, caindo para 53,4% as que acompanham o PAA. Resultado semelhante ocorre em relação à avaliação, ou seja, 73,3% e 43,3% avaliam, respectivamente, o PDI e o PAA.
5. Das Unidades entrevistadas, 83,3% mostraram-se satisfeitas com os serviços prestados pelo órgão central de planejamento.
6. A grande maioria das Unidades julgou inadequado o número e a capacitação das pessoas que atuam em sua área de planejamento.
7. Há críticas significativas em relação à disponibilidade e qualidade das informações para o planejamento da Unidade. Por outro lado, cerca de um terço das Unidades afirmou que os sistemas informatizados, a infraestrutura de TI disponível e a integração de sistemas não atendem adequadamente às suas necessidades de planejamento.
8. A pesquisa revela que cerca de um terço das Unidades avaliou negativamente a estrutura organizacional responsável pelo orçamento e pela gestão contábil e financeira, sendo este um item que merece atenção.

9. A maioria das Unidades afirmou que as normas relativas à gestão de recursos orçamentários e financeiros existentes na Universidade são adequadas, disseminadas e utilizadas.
10. Menos de um terço das Unidades assinalou possuir modelo adequado e abrangente de alocação de recursos.
11. Mais da metade avaliou como adequado o número de pessoas que atua na área de gestão orçamentária, contábil e financeira. Entretanto, em relação à adequação do perfil, cerca de 33,3% fizeram avaliação negativa.
12. A pesquisa apontou que 23,3% e 18,3% das Unidades julgam inadequadas a disponibilidade e a qualidade de informações, respectivamente, para a realização das atividades relacionadas ao orçamento, contabilidade e finanças das unidades.
13. Das Unidades, 36,7% consideraram o grau de integração dos processos de gestão orçamentário-financeira com o sistema de planejamento como inadequado.

2. Aspectos relacionados às questões respondidas apenas pelas Unidades da Administração Central

1. O grau de contribuição do modelo de planejamento estratégico adotado pela UnB para o desenvolvimento da Universidade foi assinalado por 63%, embora o julguem desatualizado.
2. A estrutura de indicadores institucionais foi avaliada negativamente por 45,5% das Unidades. Os gestores da Administração Central consideraram que essa questão precisa ser mais bem trabalhada, posto que a definição e o acompanhamento de indicadores de gestão são fundamentais nos processos de avaliação institucional, interna e externa.
3. No que diz respeito ao modelo de alocação de recursos adotado na formulação do orçamento do programa interno, quase a totalidade das Unidades avaliadas fez críticas quanto à sua abrangência, sugerindo a existência de espaços para aperfeiçoamento.
4. Quase todas as Unidades consideraram que a formulação da proposta de Orçamento Geral (LOA) carece de melhorias em alguns dos elementos essenciais, tais como: universalidade (contempla todas as fontes de recursos), sistema atualizado de acompanhamento de normas e indicadores, base de dados atualizada.
5. Há falta de integração dos processos de gestão orçamentário-financeira com unidades gestoras de compras, indicando, também, a necessidade de intervenção nessa área.

Os aspectos listados contribuíram para a reestruturação da antiga Secretaria de Planejamento da UnB, hoje Decanato de Planejamento e Orçamento, e subsidiaram, junto à análise situacional, as alterações propostas para o novo ciclo de planejamento 2011-2015.

1.4 Articulação entre o PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)

Todas as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão são formuladas com base no PDI da Instituição. Os elementos estratégicos, alinhados aos objetivos institucionais e diretrizes pedagógicas, referentes às áreas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, entre outras, estão consubstanciados no PDI. A partir desses níveis, são definidos, por áreas, as diretrizes, as metas e os indicadores de gestão para o período.

As ações e metas propostas pelas áreas são acompanhadas, semestralmente, no sistema informatizado de planejamento institucional, mediante informações prestadas pelos próprios gestores das unidades acadêmicas e administrativas. Faz-se, então, um confronto entre o planejado no PDI e o executado efetivamente.

No ano de 2011, foi concluída a elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade, depois de identificada a necessidade de revisão do antigo projeto, elaborado em 1962, ano de criação da UnB. Percebeu-se que, diante da reestruturação e da expansão pelas quais a UnB vem passando, inclusive com a criação de novos *campi*, o antigo projeto não se enquadrava mais à realidade da Instituição.

A elaboração do novo PPPI configurou-se como uma das principais metas institucionais inseridas no Programa REUNI. Para tanto, durante o ano de 2009 foram realizados seminários e fóruns para discussão acerca das estratégias para a construção do PPPI, envolvendo docentes, servidores e discentes. Em 2011, o projeto foi para consulta pública para então ter o seu texto finalizado. No momento, o PPPI da UnB encontra-se em fase final, aguardando a aprovação pelos conselhos superiores da Universidade.

O novo projeto – partindo da mesma missão, valores e princípios que o PDI – visa à projeção para um futuro utópico, embora sem se desligar da tradição e da cultura da UnB: a ousadia em busca da inovação, mas reconhecendo e preservando os valores que são importantes à Instituição; a união da coletividade por meio de sua diversidade; a divulgação da proposta pedagógica; a conexão com os diferentes contextos; e, sobretudo, que explicita as concepções a respeito da Universidade e a sociedade para as quais se dirige.

Assim, a dimensão dos processos pedagógicos na UnB se organiza a partir dos seguintes princípios fundamentais:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática;
- a contextualização social e histórica do conhecimento;
- a interdisciplinaridade e a flexibilidade como processos contemporâneos de construção do conhecimento;
- a diversidade como proposta de atuação e inclusão.

1.5 Relação entre o Planejamento Estratégico e a Avaliação Institucional

A avaliação institucional é o processo que envolve o esforço da instituição em se conhecer e ser conhecida por outros setores da sociedade e que, articulada ao planejamento, possui grande potencial para promover melhorias à organização (TRIGUEIRO, 2004). Para a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), a avaliação institucional é aquela que visa olhar a instituição de ensino como uma totalidade integrada, buscando identificar o grau de coerência entre sua missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas. A ênfase na autoavaliação e na sua prática educativa tem por objetivo gerar na comunidade acadêmica a autoconsciência de sua qualidade, de seus problemas e desafios, por meio de mecanismos institucionalizados e participativos de realização (MEC/CONAES, 2004).

Em relação à estrutura de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), o Ministério de Educação (MEC), por intermédio da implantação do SINAES, constatou a necessidade de incluir como parte integrante do processo avaliativo das universidades brasileiras o planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Na Universidade de Brasília, a estrutura de avaliação conta com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o Grupo Técnico de Avaliação (GTA) e com a Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI).

A CPA é a responsável pela condução dos processos internos de avaliação e pela sistematização e prestação de informações à comunidade acadêmica e aos demais órgãos do sistema (INEP, 2004). Já o GTA foi criado em 2010 com a missão de apoiar a CPA na elaboração anual do Relatório de Autoavaliação.

Aspecto importante a considerar é que ambos não representam órgãos da administração da Universidade. Tanto a CPA quanto o GTA possuem autonomia em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes

na Instituição e seus integrantes são nomeados a cada dois anos. A DAI, por sua vez, é uma diretoria vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) e tem por atribuição apoiar o processo de avaliação institucional no sentido de planejar, coordenar e sistematizar informações organizacionais. Criada em março de 2011, essa Diretoria representa importante passo no sentido de iniciar uma articulação entre o planejamento e a avaliação na Instituição. Embora ainda não exista integração contínua e formalizada entre os dois processos, já se reconhece a necessidade de aproximá-los como requisito à institucionalização de uma gestão mais estratégica e consciente na UnB.

1.6 Perfil esperado dos egressos da Instituição

De acordo com o formulado no Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade, o perfil do egresso a ser construído por meio da formação profissional de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento é constituído de:

- espírito científico, pensamento reflexivo e estímulo à criação cultural;
- aptidão para a inserção nos diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- capacidade de investigação científica e de criação e difusão da cultura;
- domínio de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos e capacidade de comunicar esses conhecimentos por meio do ensino, de publicações e outras formas de divulgação científico-cultural;
- capacidade de desenvolver trabalho colaborativo;
- desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

Entretanto, o perfil de egressos pretendido pelas unidades acadêmicas em seus Projetos Políticos Pedagógicos ainda é timidamente avaliado. O desempenho geralmente acima da média nacional dos estudantes da UnB nos exames nacionais constitui indicador da qualidade da formação na UnB. Contudo, a não existência de uma política institucional de acompanhamento de egressos restringe e limita os dados de avaliação a estudos isolados de alguns cursos, em que podem ser obtidos dados sobre egressos formados.

Assim, de forma pouco empírica e genérica, pode-se afirmar que o profissional formado pela UnB é bem aceito no mercado de trabalho. Falta, todavia, uma análise de dados mais aprofundada para verificar o impacto social do egresso da UnB no âmbito distrital, regional, nacional e internacional.

1.7 Aspectos positivos

A avaliação dos principais avanços ocorridos no PDI da Universidade, desde a implantação do novo Sistema de Planejamento, apresenta breve retrato do processo de mudança ocorrido na Instituição. Entre as mudanças mais relevantes, destacam-se:

- realização da análise situacional da Universidade, por meio da elaboração da Matriz SWOT, que viabilizou o conhecimento dos pontos fortes e fracos (ambiente interno) e oportunidades e ameaças (ambiente externo) da Instituição;
- conclusão do novo Projeto Político Pedagógico Institucional que se encontra em fase de aprovação nos conselhos diretores;
- realização da avaliação do processo de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças da Universidade, resultando, entre outras medidas, na união entre o planejamento e o orçamento, com a criação do Decanato de Planejamento e Orçamento;
- definição de novas diretrizes, indicadores e metas para o ciclo de planejamento 2011-2015;
- criação da Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais que possui, entre outras atribuições, o dever de dar suporte ao processo de avaliação institucional e promover a articulação entre o planejamento e a avaliação.

1.8 Aspectos a aprimorar

Em face da realidade da Instituição e das dificuldades enfrentadas por ela, no âmbito do sistema de planejamento cabe destacar os seguintes aspectos negativos:

- falta de uma política institucional de acompanhamento de egressos da UnB;
- dificuldade de conscientização da comunidade universitária para a aplicação do PDI como efetivo instrumento de planejamento das atividades acadêmicas e administrativas;
- necessidade de criar uma articulação formal e contínua entre o PDI e a avaliação institucional.

O atual PDI da Universidade passou por uma série de aprimoramentos ao longo do período. Entretanto, há muitos desafios a serem superados até alcançar a excelência no planejamento da UnB. Há grande esforço institucional na realização constante de melhorias, prova disso é a elaboração das Bases e Diretrizes para o período de 2011-2015, instrumento utilizado para embasar elementos e conceitos no novo ciclo de planejamento.

2 Dimensão 2 – A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Aliando os princípios fundadores da educação como um direito social e dever do Estado e da Universidade como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considera-se esta Dimensão como essencial para se tratar da avaliação da Universidade de Brasília como conceito e como instituição. Aqui se trata da já mencionada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e os processos inter-relacionados de ensinar e aprender com pesquisa científica e atividades de extensão para organização e síntese entre teoria e prática. A segmentação do texto em três subitens, referentes a cada elemento do tripé, pretende ser meramente didática e organizativa. Cada polo deve ser visto dialeticamente a partir dos outros dois, destacando elementos de ligação e formas de articulação.

2.1 Ensino de Graduação

Finalizado o período de implantação do REUNI, espera-se que a UnB amplie o atendimento à demanda do ensino superior público da região, em termos de aumento na quantidade e na qualidade da oferta de vagas em cursos de graduação. Para fins de autoavaliação, os temas tratados foram descritos e, quando possível, avaliados e analisados a partir de três abordagens: a) descrição da dimensão tal como ela se apresenta na Universidade atualmente, considerando sua história, seus objetivos, seus compromissos; b) avaliação e análise da política para o Ensino de Graduação e as conseqüentes potencialidades e fragilidades das ações atuais; c) propostas de enfrentamento de situações não desejáveis ou apresentação das inovações que estão para ser implementadas.

Em alguns temas, foi necessário separar ou agrupar tópicos que correspondem às diversas práticas institucionais realizadas com o mesmo objetivo. Deram suporte à elaboração deste relatório o Regimento Geral da Universidade de Brasília, o Projeto Pedagógico Institucional referente à criação da FUB e o documento do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília na UnB (REUNI/UnB).

Para tratar do período de abrangência do relatório, foram utilizados dados referentes às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA) e pela seguinte estrutura orgânica do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) da UnB.

Quadro 1 Estrutura Acadêmica do Decanato de Graduação da UnB

Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica DAIA	Diretoria de Ensino de Graduação à distância e Gestão da Informação	Diretoria Técnica de Graduação (DTG)
Coordenadoria de Monitoria, Intercâmbio e PET (CMIP) Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (CDAP) Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) Comissão de Acompanhamento e Orientação (CAO) Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingresso Especiais (CPAIE) Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) Comitê Gestor do convênio FUNAI-UnB	Ações vinculadas ao programa/projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Pró-Licenciatura	Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL) Coordenação Pedagógica Coordenação de Avaliação

A avaliação da situação de permanência dos estudantes na UnB e a consequente proposição de medidas para reduzir a evasão são também atribuição da DAIA.

2.1.1 Organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas

Nesta seção serão tratadas questões sobre concepção de currículo e organização didático-pedagógica – métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem – de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área. Em seguida, abordam-se as práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento e, por fim, os critérios que orientam as atualizações curriculares.

No ano de seu cinquentenário, a Universidade de Brasília deve finalmente rever o projeto original e criativo que a estabeleceu e que, a despeito das diferentes transformações na sua história, nunca havia sido revisitado. Em 2011, foi encaminhado para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) o texto do novo Projeto Político Pedagógico Institucional da UnB (PPPI), que havia sido previsto no âmbito do REUNI e teve processo de elaboração iniciado em 2009. Esse novo documento procura transparecer marcos de trajetória histórica da UnB e organizar novas articulações que a projetem para o futuro com qualidade e responsabilidade social.

É preciso reconhecer que a adesão da UnB ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ocorrida em 2008, marca de forma decisiva as ações relatadas neste documento. Assim, ações inauguradas em 2009 foram consolidadas no biênio 2010/2011, entre elas a meta de expansão da oferta de vagas em cursos já existentes e a abertura de novos cursos aliada ao compromisso da revisão e atualização do Projeto Pedagógico Institucional.

No âmbito do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) desenvolveram-se ações sistemáticas e institucionalizadas em que se articularam, por exemplo, a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas, a Coordenação Pedagógica, com o objetivo de promover a discussão continuada sobre princípios, concepções, processos e ações didático-pedagógicas, tanto para a implantação dos novos cursos quanto para a revisão de Projetos Político Pedagógicos dos Cursos já existentes.

Mantêm-se, nesse processo, os quatro princípios delineados nos relatórios anteriores de autoavaliação, que se constituem como tendências estruturantes para as concepções curriculares e organização didático-pedagógica. São eles:

- a. o respeito à diversidade de práticas pedagógicas, que se remete ao reconhecimento da autonomia docente, o que permite identificar um amplo espectro de ações pedagógicas nos diferentes cursos oferecidos pela UnB, desde práticas tradicionais que se valem da explanação oral e uso do lousa para a transmissão de informações e conhecimentos técnicos, até práticas inovadoras caracterizadas pelo uso de novas tecnologias e organização curricular por projetos em processos participativos de construção de conhecimento;
- b. a flexibilização dos fluxos curriculares, pois desde 1986 é regimental que o estudante da UnB possa escolher livremente até 24 créditos de disciplinas que não compõem o seu currículo, designadas de Módulo

Livre, para a integralização da carga horária total do seu currículo, sendo também regimental a exigência de que os fluxos curriculares contenham até o máximo de 70% da carga horária em disciplinas obrigatórias. Essas decisões regimentais se alinham com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, dos mais diferentes cursos, a partir das quais foram instituídas as chamadas Atividades Complementares;

- c. articulação entre ensino-pesquisa-extensão que orienta práticas pedagógicas presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Universidade e atende às demandas sociais do desenvolvimento científico, humano, cultural, econômico entre outros. Aos poucos, os cursos de graduação estão incorporando em seus currículos créditos de atividades de extensão e de atividades complementares, entre as quais se inserem atividades de pesquisa, além de participação em eventos e intercâmbios;
- d. a interdisciplinaridade como princípio que orienta experiências de ensino, pesquisa e extensão articuladas e integradoras de diferentes instâncias que caracterizam a vida da Universidade, tais como os diferentes campos de saber; os diferentes contextos pedagógico, acadêmico, administrativo e da sociedade; as diferentes pessoas que se constituem profissionalmente nos espaços da Universidade.

Tais princípios presidem a discussão dos projetos políticos pedagógicos dos novos cursos da Universidade, aspecto identificado com a meta de abertura de novos cursos, no âmbito do REUNI. Em consonância com a abertura de novos cursos, bem como com a ampliação de vagas em cursos já existentes, de 2010 para 2011, passam a integrar o quadro da Universidade 144 novos docentes.

Os dados do Quadro 2 indicam o total de docentes da UnB ao final de 2011 e permitem verificar o potencial qualitativo que se agregou à UnB nesse período. Ressalta-se que o número de docentes doutores em regime de Dedicção Exclusiva compõe mais de 83% dos professores da instituição.

Quadro 2 Docentes da UnB

Total de professores	2.241
Com Graduação	22
Com Especialização	9
Com Mestrado	344
Com Doutorado	1.862

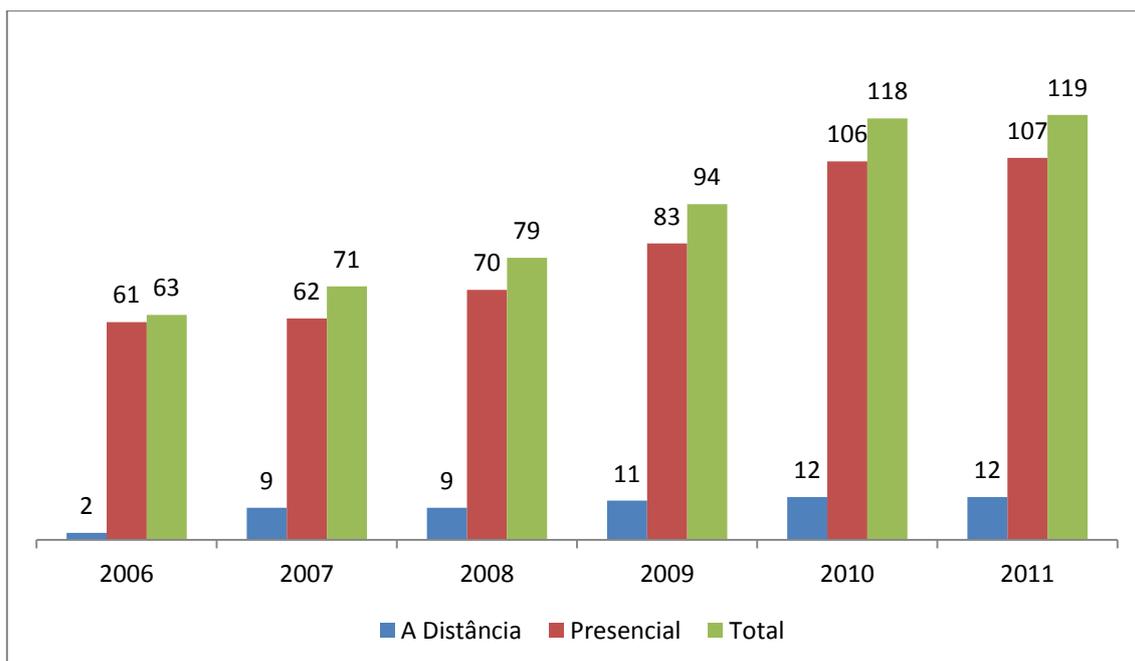
Fonte: SIPES – SRH/UnB

O número absoluto de contratações de docentes dos últimos anos, em relação ao número total de docentes da Universidade, representa mais de 25%

e evidencia que, sob a égide de seu compromisso social original², confirmado pelo planejamento e pelas ações desenvolvidas no âmbito do Programa REUNI-UnB, foram criadas condições para uma nova configuração de Universidade.

De acordo com a Figura 1, nos últimos quatro anos foram constituídos, anualmente, em torno de 10 novos cursos na UnB. Esse número torna-se exponencialmente maior ao se considerar a curva dos cursos EAD

Figura 1 Expansão dos cursos de graduação, UnB, 2006-2011



Fonte: DEG

Ao longo do período de vigência do Programa REUNI/UnB, com a criação de cursos e contratações de docentes houve grande impacto e evolução das discussões sobre concepções curriculares e organização didático-pedagógica. Em 2011, tais aspectos podem ser evidenciados pelo número (58) de reuniões de orientação da coordenação pedagógica com coordenadores e participantes do núcleo docente estruturante dos cursos.

O início das visitas de avaliadores *in loco*, durante o ano de 2011, pode ser considerado também um indicador para a manutenção de ações e reflexões constantes sobre os aspectos deste item da Dimensão 2. Como política indutora, as avaliações por colegas expandem a discussão sobre as dimensões

² “O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação de oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação.” (parágrafo final da fala do Presidente da República ao sancionar a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília).

acadêmico-pedagógicas e ajudam a disseminar entre docentes e discentes a cultura de participação e responsabilidade coletiva.

Para além dos encontros e visitas *in loco*, o Quadro 3, sintetiza a tramitação dos processos de elaboração e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de graduação (PPP) na UnB nos anos de 2009 e 2011, que também se constitui em indicador da manutenção constante das discussões sobre organização didático-pedagógica e concepções de currículo no âmbito da Universidade nesse período.

Quadro 3 Tramitação dos Projetos Políticos Pedagógicos de novos cursos, UnB, 2009-2011

CAMPUS	2009	2010		2011	
	PPP aprovados no CEPE	PPP aprovados no CEPE	Cursos com PPP em tramitação	PPP aprovados no CEPE	Cursos com PPP em tramitação
Darcy Ribeiro	1-Ciências Ambientais 2-Geofísica 3-Museologia	1-Comunicação Organizacional 2-Engenharia de Computação 3-Gestão em Saúde Coletiva	1-Ciências Farmacêuticas 2-Engenharia Ambiental 3-Engenharia de Produção 5-Filosofia 6-Gestão do Agronegócio 7-História noturno 8-Letras Língua Estrangeira Aplicada (Bacharel) 9-Letras Tradução Espanhol 10-Música noturno 11-Química Tecnológica 12-Serviço Social 13-Turismo	1-Ciências Farmacêuticas 2-Comunicação Organizacional 3- Química Tecnológica	1-Biotecnologia 2- Engenharia de Produção 3- Educação Física (bacharelado) 5-Filosofia 6-Gestão do Agronegócio 7-História noturno (bacharelado) 8-Letras Língua Estrangeira Aplicada (bacharelado) 9-Letras Tradução Espanhol 10-Música (licenciatura noturno) 11- Gestão de Política Públicas 12-Ciências Biológicas (bacharelado) 13-Ciências biológicas (licenciatura) 14-História (licenciatura) 15-Medicina Veterinária
FUP	0	0		4-Gestão Ambiental	16-Licenciatura em Ciências Naturais diurno 17- Licenciatura em Ciências Naturais noturno

CAMPUS	2009	2010		2011	
	PPP aprovados no CEPE	PPP aprovados no CEPE	Cursos com PPP em tramitação	PPP aprovados no CEPE	Cursos com PPP em tramitação
CEI	4-Enfermagem 5-Fisioterapia	4-Gestão de Saúde		5-Farmácia 6-Terapia Ocupacional	
GAMA	0	0		0	0
EaD				7-Geografia Licenciatura	
Total	5	4	13	7	17

Fonte: CP/DTG/DEG

Em consonância com o significativo crescimento numérico dos processos internos de produção e análise de Projetos Políticos Pedagógicos, o aumento da inserção de dados dos cursos no sistema e-MEC é indicador da continuada discussão e sistematização da organização didático-pedagógica, como também de discussões sobre práticas pedagógicas da Universidade. Desde os 19 processos de autorização finalizados no período até processo de renovação de reconhecimento (Quadro 4) e ainda o reconhecimento dos cursos de licenciatura da UAB-UnB (Quadro 5).

Quadro 4 Processos de Renovação de Reconhecimento e-MEC

	2009	2010	2011
Portarias de reconhecimento disponibilizadas	1	6	30
Processos em Fase Final de Avaliação no INEP	7	46	27
Processos com dados incompletos, ainda não enviados ao MEC	12	6	0
Processos iniciados no sistema	1	1	0

Fonte: CP/DTG/DEG

Quadro 5 Processos de Reconhecimento – UAB

	2009	2010	2011
Processos enviados ao MEC	0	6	7
Portarias de reconhecimento disponibilizadas	0	0	0
Processos aprovados no INEP	0	0	0
Processos com dados incompletos, ainda não enviados ao MEC	9	3	2

Fonte: CP/DTG/DEG

Tal como anunciado no relatório 2010/2011, ao final de 2011 cumpriram-se as etapas necessárias para a finalização do texto do PPPI, tendo sido entregue, no início de dezembro, para a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que deverá ocorrer durante o ano de 2012. Para o alcance desse objetivo, em 2011 sucederam-se as seguintes etapas:

1. apresentação dos resultados do trabalho dos grupos;
2. reuniões da comissão de sistematização;
3. elaboração texto para consulta pública;

4. consulta pública;
5. redação do texto final;
6. aprovação na instância grupo de representantes das unidades para elaboração do PPPI;
7. encaminhamento para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.1.1.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

Como potencialidades que envolvem a discussão da organização didático-pedagógica para a vida acadêmica na UnB, identificam-se os aspectos relacionados a seguir:

- o nível de qualidade e o regime de dedicação exclusiva de seus docentes;
- a institucionalização de processos que privilegiaram o fortalecimento de ações, atividades e deliberações colegiadas;
- a qualificação dos estudantes que, de modo geral, estão potencialmente preparados para os desafios do conhecimento, ainda que a Universidade tenha aumentado o número de vagas e, portanto, ampliado seu alcance social;
- o papel indutor da gestão do DEG para a mudança da cultura acadêmica, privilegiando a reflexão continuada sobre práticas pedagógicas – métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem, processos avaliativos, relação professo-aluno, entre outros – nos mais diferentes âmbitos de sua atuação.

Os aspectos potenciais indicados acima devem enfrentar fragilidades, identificadas durante o período, listadas na sequência:

- o acúmulo da responsabilidade do professor coordenador de graduação de seu curso;
- uma cultura universitária em que o registro de fatos e de processos de história recente não é uma prática;
- processos de informação pouco efetivos em que as discussões ficam restritas ao grupo responsável pela gestão das unidades acadêmicas;
- excesso de discussões burocráticas nos colegiados dos cursos que impedem a o exame de questões substantivas em relação a organização didático-pedagógica e que, por extensão, diminuem a responsabilidade coletiva sobre decisões mais específicas.

Dessa forma, em concordância com o que foi indicado no relatório anterior, mantém-se atual o desafio de encontrar estratégias que, ao mesmo tempo, garantam e respeitem a dinâmica de funcionamento e representatividade dos colegiados e estimulem esses espaços democráticos a assumir tal debate, para promover o avanço de reflexões sobre suas realidades acadêmico-pedagógicas. Coloca-se, portanto, como permanente desafio político e de gestão a ampliação contínua do debate sobre essas questões, em

especial para o último ano de vigência do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília.

Mantêm-se ainda duas fragilidades expostas no relatório anterior, quando foram indicadas as características da dinâmica do Ensino Superior público em nosso País e que também estão presentes no contexto da UnB:

- uma cultura acadêmica fortemente orientada para o individualismo, caracterizada pelo isolamento profissional e ênfase na pesquisa científica do docente, em detrimento de sua atuação no ensino de graduação e na gestão acadêmica, tendência que desafia a organização de ações motivadoras da participação coletiva na construção de propostas que se articulem com as diferentes instâncias de vida acadêmica;
- a persistente ausência de uma cultura interna de valorização da avaliação do ensino de graduação, que dificulta substancialmente a identificação de fraquezas nos currículos e nas práticas pedagógicas, bem como a proposição de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, o que vem sendo enfrentado de diferentes formas, tais como o incentivo a novas experiências docentes, a implementação de bolsas REUNI de graduação e pós-graduação (detalhadas na Dimensão 9), ações do Prodocência e do PIBID, entre outras.

2.1.1.2 Propostas de enfrentamento

Como um processo contínuo de desenvolvimento e aprendizagem, considera-se como desafio a efetivação de ações planejadas pela equipe do Decanato de Graduação para o enfrentamento das questões identificadas na seção anterior. Envolve aspectos amplos, relacionados à mudança de culturas arraigadas, além de ações de indução de processos que revertam em benefício de organização acadêmico-pedagógica de cada um dos cursos de graduação da UnB.

Neste último ano do Programa REUNI/UnB, acredita-se que o sucesso das ações propostas, para além de depender de apoio da comunidade, deve considerar ainda a melhoria substancial do sistema de gestão da informação na Universidade, que precisa ser mais bem equacionado para tornar a administração acadêmica mais ágil e eficiente e aproximá-la do estudante e das coordenações de curso.

2.1.2 Currículos: concepção e prática

Nesta seção serão abordados os temas de pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; a sistemática e a periodicidade de revisão de currículos e a adequação dos

mecanismos de atualização; ações desenvolvidas para discutir os currículos dos cursos; e a adequação dos currículos ao perfil dos egressos.

Muito embora as unidades acadêmicas da UnB tenham passado a discutir sobre reformas curriculares e elaboração de Projetos Pedagógicos coordenados às demandas sociais, às necessidades institucionais e individuais, à adequação às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e à adequação ao perfil pretendido para o egresso, ainda há grandes desafios a serem vencidos em relação aos aspectos abordados nesse tema.

Um diferencial importante no período de vigência do Programa REUNI/UnB foi a institucionalização da discussão continuada sobre reformas curriculares e elaboração de Projetos Pedagógicos, evidenciadas, por exemplo, pela atuação permanente da Coordenação Pedagógica, da Coordenação das Licenciaturas e, em 2011, da Coordenação de Avaliação no âmbito do DTG/DEG. A dinâmica da tramitação institucional dos PPP dos cursos se manteve tal como no ano anterior. Mantiveram-se, também, as diferenças entre processos de elaboração de PPP de novos cursos em relação aos processos de revisão dos Projetos de cursos já existentes e muitos destes ainda tardam na adequação de seus currículos às Diretrizes Curriculares Nacionais.

A implementação ampla dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, no e-MEC, tem proporcionado avaliação dos currículos e exposto inconsistências dos currículos antigos frente a demandas atuais, propiciando discussões em torno da revisão. Em relação às licenciaturas, a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas trabalha com o objetivo de, entre outras metas, incentivar reformas curriculares, principalmente as adequações que atualizem nos currículos a relação teoria-prática durante a formação de professores.

Assim, em 2011, o grande foco dos debates foi a realização e o acompanhamento de Estágios Supervisionados Docentes na educação formal e não formal, na educação pública e na particular, além do incentivo à realização de práticas em locais de ensino e aprendizagem da comunidade.

Em paralelo, buscou-se estreitar e integrar ações de parcerias formais com a Secretaria de Estado de Educação do DF. No ano que passou ainda não houve condições políticas favoráveis à plena continuidade de ações dessa parceria. Assim, esse é um objetivo que se mantém como desafio, pois se compreende que a sua continuidade é fundamental para o real aprimoramento

dos currículos dos cursos das licenciaturas que ainda não realizaram as atualizações de novos Projetos Político Pedagógicos.

A Coordenação Pedagógica manteve, no período de 2011, as ações de análise dos textos prévios dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos Novos e Revisões de Projetos de cursos já existentes, além de reuniões de orientações com as equipes responsáveis. Ao longo de 2011, foram analisados e orientados 36 Projetos Políticos Pedagógicos de diversas unidades da Universidade. Convém ressaltar que dessa atividade, que se iniciou em 2009, resultaram os processos analisados pelos colegiados superiores da Universidade de Brasília, tal como disposto no Quadro 3.

Atualmente, o perfil do egresso que consta nos documentos dos Projetos Políticos Pedagógicos dos 106 cursos das diferentes unidades da UnB decorre de experiências da coletividade docente das unidades acadêmicas e de suas pesquisas. Considera-se que essa prerrogativa seja uma das formas em que se expressa a autonomia da Universidade no atendimento à relação entre as demandas sociais contemporâneas e a evolução da produção do conhecimento. Entretanto, a concepção do egresso da Universidade de Brasília “como cidadão formado para a atuação ética, a precisão profissional e o rigor atento para a sociedade e cultura brasileiras” está muito bem delineada no texto do Projeto Político Pedagógico Institucional, devendo dar, portanto, unidade aos cursos nesse aspecto.

No entanto, deve-se considerar também que o conjunto das diferentes formações propostas pela UnB merece que se desenvolva uma compreensão mais institucional de quem é o estudante que ingressa, com quais expectativas e quais as que vão sendo construídas ao longo de seu curso. Deve haver tendência de compatibilização entre o perfil do egresso proposto e os anseios da população em formação, pois considera-se que esse tipo de pesquisa terá impacto positivo, por exemplo, na diminuição da evasão, problema que, em 2011, foi identificado como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela UnB.

2.1.2.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

A UnB tem atuado com forte tendência à autonomia das unidades para propor suas revisões curriculares que dependem de aspectos tais como: mudança do corpo docente, abertura de cursos de pós-graduação,

necessidade de atualização do perfil do curso, entre outros. A revisão curricular dos cursos já existentes ocorre em média a cada cinco anos, embora se caracterize, principalmente, por demandas específicas e pontuais das unidades, que não se configuram em uma perspectiva articulada de proposição político pedagógica.

Apesar do momento institucional favorável, considera-se como fragilidade a falta de celeridade na discussão e apresentação das revisões curriculares de cursos tradicionais. As discussões, contudo, não se transformam em ações da coletividade, pois se exige um grau de consenso talvez inatingível no grupo docente que participa dessas reuniões, o que impede a revisão possível. Deve-se considerar, também, a morosidade do andamento de processos nos colegiados superiores da Universidade, que retardam sobremaneira a implementação das decisões dos colegiados dos cursos.

2.1.2.2 Propostas de enfrentamento

No período do atual relatório houve avanços em relação às reflexões coletivas necessárias para que se desenvolvam os processos de revisão dos currículos e sua adequação ao perfil desejado do egresso. Entretanto, a revisão curricular ainda deve ser considerada como um dos desafios a serem vencidos, pois a situação vivenciada ainda não é satisfatória. Considera-se que essas são atividades que implicam a instalação de um novo paradigma na cultura acadêmica constituída em nossa Universidade.

A política pública de avaliação da educação superior e o sistema e-MEC ainda continuam sendo os principais indutores dos processos de revisão curricular e avaliação dos Cursos de Graduação. Está previsto que, em 2012, diversos cursos recebam a avaliação *in loco*, o que pode somar-se ao movimento indutor do sistema e-MEC.

De modo geral, dando continuidade à política implementada ao longo dos anos de vigência do Programa REUNI/UnB, propõe-se manter as ações de gestão e comunicação acadêmicas que favoreçam as atualizações curriculares e a regularização da situação dos cursos e da Instituição perante a UnB e as normas nacionais, de forma dinâmica e contínua.

Tendo em vista as potencialidades e fragilidades identificadas, ainda são propostas para a continuidade das ações:

- o fortalecimento das ações da Coordenação Pedagógica, da Coordenação de Integração das Licenciaturas e da Coordenação da Avaliação do Ensino de Graduação;
- a dinamização de informações pelo espaço virtual no portal da universidade, com divulgação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

2.1.3 Qualidade do ensino

As práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias, além da educação a distância são os temas abordados nesta seção.

Retomam-se inicialmente as potencialidades e fragilidades e o conjunto de desafios e enfrentamentos identificados no relatório anterior que identificava

a busca continuada de estratégias que incentivem reflexões sobre a prática de avaliação do ensino de graduação na UnB, com discussões pelos colegiados de graduação dos resultados do ENADE e das avaliações das disciplinas e dos docentes pelos discentes. Assim, constata-se que não é suficiente a consideração apenas do conjunto de dados quantitativos decorrentes das avaliações das disciplinas e dos docentes pelos discentes. Para aprimoramento do processo, foi constituída Comissão para análise do sistema de avaliação docente por discentes, cujos trabalhos encontram-se em sua fase conclusiva. Há, também, reflexões sobre a implementação de uma avaliação complementar, qualitativa, por grupos focais em conjuntos alternados de disciplinas (relatório SINAES-UnB 2010-2011, item 2.3: 57).

Duas ações decorreram dessa constatação:

- a. a revisão das avaliações das disciplinas e dos docentes pelos discentes, realizada após a finalização dos trabalhos da Comissão constituída para análise do sistema de avaliação docente por discentes. A partir do segundo semestre de 2011, a avaliação passou a ser feita por meio de formulário eletrônico, adaptado conforme relatório emitido pela comissão de análise da avaliação que estabeleceu princípios e diretrizes que pautariam novo o processo de avaliação (ver Dimensão 8, item 5.1).
- b. a criação da Coordenação de Avaliação do Ensino de Graduação (CAEG/DTG/DEG), um suporte administrativo para a organização de dados que possam embasar e esclarecer sobre a qualidade do ensino de graduação na UnB.

Essa Coordenação atuou orientando as equipes administrativo-pedagógicas dos cursos que foram avaliados em 2011 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, em dois momentos: na fase anterior ao ENADE, orientações com foco sobre a matriz das dimensões de avaliação do SINAES,

e na fase posterior, o debate em torno do enfrentamento dos problemas indicados para os cursos que tiveram conceito preliminar abaixo do esperado.

Além dessas ações, o DEG participou de grupo de trabalho para estruturação de um sistema de organização de dados e informações, com levantamento de indicadores setoriais e institucionais que permitam diagnóstico fidedigno de aspectos diversos da vida acadêmica. Foram também realizadas pela nova Coordenação a análise e compactação os dados dos relatórios enviados ao DEG pelas unidades acadêmicas sobre os resultados das avaliações dos seus docentes realizadas por discentes após tabulação pelo CESPE.

Além disso, no período, mantiveram-se as diversas atividades e modalidades de bolsa (ver Dimensão 9) visando à melhoria do ensino de graduação, estímulo a práticas pedagógica inovadoras, integração ensino-pesquisa-extensão, apoio ao estudante e revisão de currículos, entre outras. São formas de instituir práticas que estimulem a melhoria do ensino e de apoio ao estudante em sua vida acadêmica.

Somam-se a essas iniciativas a ampliação da relação que a Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (CDAP/DAIA/DEG) estabeleceu entre os cursos de graduação e as empresas conveniadas, face às exigências dos estágios não curriculares que tiveram em 2011 um crescimento de 87% em relação à oferta de 2010, dobrando o número de estudantes que buscam a CDAP diariamente. Assim, em 2011 foram estabelecidos 70 convênios que receberam em estágios não obrigatórios 2.245 estudantes e 1.871 em estágios obrigatórios, perfazendo o total de 4.022 estudantes atendidos.

Vale também ressaltar as atividades desenvolvidas em parceria com o Serviço de Orientação ao Universitário (SOU/DAIA/DEG) para estudantes que optam pelo estágio não obrigatório, mas que estão em risco de desligamento. Em 2011, foram atendidos 69 estudantes nessa condição.

Conforme o relatório anterior, o início do processo de institucionalização da experiência do ensino de graduação a distância ocorreu em 2010. Em 2011, para além da continuidade do processo e das atividades que visavam garantir o movimento de articulação institucional entre a modalidade presencial e a modalidade a distância, houve um esforço na formação continuada dos atores envolvidos na educação a distância da UnB. O intuito foi prepará-los para atuar nas atividades referentes ao processo de ensino e aprendizagem a distância.

Desta forma, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação Continuada (PACC), o qual contemplou, por meio de cursos de formação, os seguintes atores do sistema: tutores, coordenadores de polos, coordenadores de cursos, professores, coordenadores de tutoria, gestores e secretários de cursos e colaboradores da COEGD conforme discriminado no quadro a seguir.

Cursos de extensão	Atores	Vagas
1 - Gestão de Polo: ações estratégicas para o fortalecimento do processo de implementação de cursos.	Coordenadores de Polo	40
2 - Gestão orçamentário financeira e prestação de contas no setor público.	Coordenador de curso, Gestor de curso, Secretário	45
3 - Gestão de sistema de cursos <i>on line</i> : Secretaria Acadêmica, SGB, SISUAB, SITRIX etc.	Coordenador de curso, Gestor de curso, Secretário	45
4 - Capacitação em EaD no Ensino Superior	Professores autores	45
5 - Formação de Tutores: Módulo Introdutório	Tutor a distância e tutor presencial	250
6 - Formação de Tutores a distância: Módulo avançado	Tutor a distância	500
7 - Formação de Tutores presenciais: Módulo avançado	Tutor presencial	100
8- Simpósio EaD no Ensino Superior: Interlocução, Interação e Reflexão.	Colaboradores da COEGD, coordenadores de polos, cursos, professores, tutores e estudantes.	300

Em 2011, as oito licenciaturas a distância da Universidade também realizaram, juntamente com a COEGD, o Encontro de Formação de Tutores Presenciais. O Encontro teve como objetivos:

- promover formação dos tutores presenciais na plataforma Moodle 2.0;
- apresentar as disciplinas com o intuito de orientar os tutores presenciais para as atividades práticas;
- promover a integração entre as equipes dos polos e os professores de cada Faculdade ou Instituto;
- promover a integração entre os tutores presenciais e a distância;
- discutir os procedimentos de matrícula, rotinas de implantação das atividades dos polos e a interface institucional do polo com a Universidade;
- apresentar e discutir o calendário acadêmico 2011 e o cronograma de atividades presenciais;
- apresentar o Projeto Político-Pedagógico e as formas específicas de implementação dos cursos da UAB/UnB;
- promover a compreensão das etapas da implementação de cursos de graduação a distância;

- discutir a organização e a implementação do trabalho da UAB/UnB nos polos em relação aos indicadores de qualidade esperados dos cursos.

Em relação à interdisciplinaridade, a UnB vivenciou ativamente, em 2011, o exposto no relatório anterior, que chamou atenção para aspectos que indicam tal princípio a. no Regimento Geral da UnB, b. na estrutura curricular geral da UnB em módulo integrante e módulo livre e na estrutura curricular específica de alguns cursos em cadeias de seletividade que permitem uma maior autonomia da escolha do estudante em sua formação; c. nos criados cursos de consórcio que se mantêm em um regime interdisciplinar de conhecimento e de gestão acadêmico-administrativa e d. nos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos da saúde do campus UnB-Faculdade de Ceilândia, que assumiu a interdisciplinaridade como princípio fundante na formação de seus estudantes.

Em continuidade às ações de 2010, foi realizado em 2011, o II Encontro Acadêmico com Novos Docentes da UnB com objetivo de integrar os novos professores à dinâmica de funcionamento da graduação, incluindo aspectos acadêmicos e pedagógicos.

Os temas tratados abordaram orientações administrativas sobre o funcionamento da UnB e apresentações de experiências bem sucedidas de docentes da própria Universidade. Palestrantes externos também contribuíram com o debate. Os 100 novos professores que frequentaram o II Encontro foram também convidados a refletir sobre sua prática docente e debater os desafios da sala de aula, trazendo propostas para a coordenação do curso e para as ações do Decanato de Ensino de Graduação.

A adesão da Universidade de Brasília ao Programa REUNI promoveu medidas que visassem o fortalecimento das licenciaturas. Nesse sentido, assumiu como foco os objetivos de “Estreitar as relações de professores das diversas licenciaturas, sobretudo aqueles ligados às práticas de ensino e ao PIBID, com as comissões de ingresso por área de conhecimento”; “integrar institucionalmente e ampliar as diversas ações realizadas junto ao ensino básico público, promovendo melhoria da educação pública e formando professores sintonizados com a realidade da educação básica”; “ampliação do corpo docente e consolidação da Coordenação de Integração dos Cursos de Licenciatura (CIL/DTG/DEG)”.

Assim, desde 2008, a CIL vem trabalhando para fortalecer e integrar as diversas licenciaturas da UnB e coordenar ações de melhoria. Para isso: a) realiza diagnóstico dos cursos; b) atua para a adequação dos cursos às normas vigentes; c) orienta a discussão sobre as reformas curriculares; d) promove seminários e fóruns de formação, reflexão e discussão; e e) promove regularmente encontros da Comissão de Representantes das Licenciaturas, nos quais as questões dos cursos são discutidas de forma coletiva. A Coordenação de Integração dos Cursos de Licenciatura (CIL) propôs a criação e a implementação de uma comunidade virtual para debater questões específicas das licenciaturas e coordenou os Programas PRODOCÊNCIA e PIBID.

Tendo como base os resultados do PRODOCÊNCIA encerrado em 2010 e as experiências advindas da interlocução entre o Decanato de Ensino de Graduação e os cursos de licenciatura, foi iniciado, em 2011, o II Projeto do Prodocência da UnB. Tem como objetivos gerais compreender e qualificar a profissão docente em todos os âmbitos por meio de um processo colaborativo, em que a prática docente é o eixo norteador no diagnóstico e no enfrentamento das fragilidades e potencialidades dos cursos de formação de professores da Universidade de Brasília.

Os objetivos específicos do Projeto são: diagnosticar o perfil dos cursos de licenciaturas da UnB, bem como as causas da baixa demanda e da alta evasão de alguns cursos de licenciatura da UnB; estabelecer políticas e ações reais de projetos inter e transdisciplinares com trabalhos colaborativos entre docentes, discentes e professores da rede escolar; oportunizar diálogo, reflexão e troca de experiências no longo prazo entre professores dos cursos de licenciatura com a criação de grupo de estudos colaborativos das licenciaturas a partir das questões surgidas na prática docente dos licenciandos, em ambientes presenciais e virtuais; inserir e guiar o licenciando de início de curso na docência da educação básica, estabelecendo políticas de integração com o Ensino Médio, estimulando também a procura pelos cursos de licenciatura da UnB; fomentar e difundir experiências pedagógicas inovadoras e criativas em todos os níveis (ensino básico e superior), incluindo aqueles desenvolvidos em ambientes virtuais; propor mecanismos de valorização dos docentes que atuam nas licenciaturas e da qualificação dos cursos de formação de professores; e desenvolver possibilidades de práticas

docentes para serem usados nas propostas curriculares dos cursos de licenciatura da UnB.

Participam do projeto os cursos de Pedagogia, Sociologia, Artes Visuais, Artes Cênicas, Letras, Música e Ciências Naturais, vinte docentes da UnB e trinta e três estudantes de licenciatura, presentes em seis escolas da rede pública do Distrito Federal. Dando continuidade à política estabelecida em 2008, os licenciandos participantes recebem bolsa do Programa REUNI da UnB.

Como resultado das experiências do I Projeto Prodocência, foi lançado, em 2011, o livro *Trajetórias das Licenciaturas da UnB: a experiência do Prodocência em foco*, organizado pela coordenação institucional do Prodocência na UnB com o relato das experiências dos trabalhos dos grupos e uma análise crítica dessa política de integração das licenciaturas.

A partir da experiência adquirida e dos resultados alcançados no primeiro PIBID e da maior flexibilidade dada pelo edital da CAPES de 2010 para escolha dos cursos participantes, a UnB ingressou no PIBID iniciado em 2011 com 10 subprojetos, de 10 cursos de licenciatura distintos. Participam do projeto, intitulado *Formação de professores na perspectiva colaborativa*, 18 escolas da rede pública do Distrito Federal, quer pelo nível de ensino ou por incluir diversas Regiões Administrativas. Nestas, são supervisionados pelos professores do ensino básico e orientados no trabalho colaborativo por coordenadores e colaboradores.

Deste projeto de formação inicial para a docência, que compreende a escola e a Universidade como espaços de formação, fazem parte 141 bolsistas/PIBID/CAPES, sendo 108 alunos de graduação; 21 supervisores, professores da SEEDF; e, 12 coordenadores professores da UnB. Participam também outros licenciandos com bolsa REUNI, alunos de programas de Pós-Graduação e professores colaboradores. Entre os professores colaboradores, dois são de escolas públicas, 22 da UnB, dos cursos de licenciatura citados e um da Gerência de Ensino Básico da SEEDF.

Cada subprojeto apresenta especificidades na forma e no conteúdo, embora o objetivo seja comum – formação do licenciando a partir de sua inserção na prática docente. Visando a integrar esses projetos, estão sendo organizados seminários e encontros periódicos para que haja articulação e interlocução constantes. Como linha geral de ação, as equipes de acadêmicos-docentes-licenciandos procuram trabalhar de forma interdisciplinar em

temáticas comuns, como, por exemplo, a educação inclusiva, a violência, o tratamento com a diversidade e o *bullying*, priorizando círculos de diálogo, oficinas e debates.

Por meio das ações que ocorreram no período de junho a dezembro de 2011, os seguintes resultados podem ser elencados:

- a articulação e interlocução de coordenadores, que favorece a colaboração entre docentes de diferentes cursos da UnB ligados à formação de professores;
- a participação do PIBID durante a Semana Universitária, que promoveu a valorização dos cursos de licenciatura nas Unidades Acadêmicas da UnB;
- a oportunidade de integrar Universidade e escola, destacando-se as diversas dimensões do contexto da escola pública, quer pela atividade diária do PIBID ou pelo seminário apresentado na Semana Universitária. Destaca-se que o seminário promoveu a valorização da docência pela vivência e convivência e, ainda, pela presença de estudantes da escola básica (ensino fundamental e médio) como sujeitos no desenvolvimento e a apresentação dos trabalhos de subprojetos;
- o comprometimento na busca de solução para defender os direitos dos professores supervisores.

Outra ação desenvolvida em 2011 foi a Mostra de Cursos organizada pela Coordenação de Integração dos Cursos de Licenciatura (CIL) no conjunto das ações da Semana Universitária, realizada de 1º a 07 de outubro. Nessa mostra houve a participação de 549 alunos de graduação de 51 cursos da Universidade. Em cada um dos 51 *stands*, três estudantes de cada curso atenderam, em rodízio, estudantes de escolas de ensino médio das redes públicas e particulares, com vistas a um melhor conhecimento sobre os cursos oferecidos pela UnB e o mercado de trabalho, para permitir, entre outros desdobramentos, a diminuição do alto índice de evasão discente.

2.1.3.1 Potencialidades e fragilidades

Como potencialidades, verifica-se que, em seu conjunto, o item qualidade de ensino engloba o resultado de um processo que foi inaugurado na UnB a partir da adesão da Universidade ao Programa REUNI/UnB. Ao final do terceiro ano de vigência, instauraram-se estruturas de gestão pedagógico-administrativas que com suas práticas visam mudanças efetivas para a melhoria de qualidade. Considera-se, porém, que o efetivo funcionamento dessas estruturas seja um desafio para a gestão acadêmica e que os dados produzidos a partir das práticas assim instituídas possam ser transformadoras

das diferentes esferas da vida acadêmica: práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias e a educação a distância.

2.1.3.2 Propostas de enfrentamento

Pelo exposto, considera-se que se mantêm, para o período de 2012, as propostas de enfrentamento já delineadas no relatório anterior, a saber:

As políticas existentes na UnB iniciadas a partir de 2008, e incrementadas após o início do Programa REUNI para estimular a melhoria do ensino, devem ter continuidade e ser aprofundadas. Somente com políticas duradouras visando à melhoria do ensino de graduação a UnB atingirá a excelência acadêmica na formação de seus graduados.

Ações administrativas que procurem estimular a prática docente na graduação devem ser buscadas, especialmente por meio de reconhecimento dessa atividade nos processos de avaliação para fins de progressão funcional. Há também necessidade de se reconhecer formalmente, nos processos de progressão funcional, atividades de coordenação de cursos e de participação em diversas comissões necessárias para o bom funcionamento dos cursos de graduação, como por exemplo, comissões de reforma curricular, de estágio, entre outras.

Os colegiados de curso de graduação devem priorizar as necessidades institucionais quando da elaboração da lista de oferta da graduação, por exemplo, estimulando professores experientes a ministrar disciplinas dos primeiros semestres e também abrir espaços para discussões de assuntos pedagógico-administrativos, para além de análises de temas meramente administrativos.

2.2 Pesquisa e ensino de pós-graduação

O Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP)³, órgão similar às Pró-reitorias em outras IFES, diretamente vinculado à Reitoria, é responsável pela formulação, coordenação e cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília (PDI), no que tange à sua política de pós-graduação, pesquisa e desenvolvimento em todas as áreas de conhecimento. O DPP possui a missão de promover, coordenar, supervisionar e apoiar o ensino de pós-graduação e a pesquisa, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível, visando o crescimento, a disseminação e a internacionalização da pós-graduação, da pesquisa e da produção de conhecimento necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural do País.

O DPP é composto por quatro diretorias: Diretoria de Pesquisa (DIRPE), Diretoria de Pós-Graduação (DIRPG), Diretoria de Fomento à Iniciação Científica (DIRIC) e Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação (DIRDI). A estrutura organizacional do DPP é composta ainda da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), da Coordenação de Cursos *Lato Sensu* (CCLS) e da Coordenação de Acompanhamento Financeiro (CAF).

2.2.1 Ensino de pós-graduação

2.2.1.1 Políticas institucionais para a pós-graduação

Para possibilitar o alcance da visão de futuro do DPP, para ampliar e aprimorar o sistema de pós-graduação da UnB, de modo a torná-la referência para a comunidade acadêmica nacional e internacional, bem como para a sociedade, o DPP participou ativamente da definição do PDI 2011-2015 da UnB, definindo 22 (vinte e duas) metas de pós-graduação.

Como meta de expansão da pós-graduação o DPP define, até 2015, um aumento anual de 10% dos cursos *stricto sensu*, em áreas estratégicas conforme o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020⁴. Em 2010, havia 73 mestrados e 56 doutorados na UnB⁵. Em 2011, o total de cursos de mestrado é

³ Site oficial do DPP. Disponível em <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/index.html>.

⁴ Disponível em <http://capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>.

⁵ UnB em Números 2010. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/documentos/unbemnumeros11.pdf>. Consulta em 3/2/2012.

74 e 61 de doutorado, o que representa um aumento dos cursos de mestrado de 1% e 10% de doutorado. Desta forma, o aumento do número de doutorados já atinge a meta definida anualmente para 2011. Considerando os cursos de especialização *lato sensu*, o DPP definiu um aumento de 10% ao ano até 2015, com o objetivo de atender às demandas da sociedade com cursos de qualidade. Na Seção 2.2.1.5 estão apresentados os cursos de especialização vigentes na UnB.

2.2.1.2 Política de melhoria da qualidade da pós-graduação

Como estratégia para atingir a meta do programa de reestruturação dos cursos classificados como 3 e 4 foram adotadas diferentes providências. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, foi disponibilizado apoio financeiro a esses programas por meio de editais do DPP, com recursos da UnB na ordem de R\$ 2,5 milhões por ano.

Ainda, foi executada a política denominada de “agregativa”, incluindo-se critérios de inserção de programas de pós-graduação nos editais institucionais da UnB, como os CT INFRA (2008, 2009, 2011) da FINEP e o edital Pró-equipamentos (2008, 2009 e 2010) da CAPES – para aquisição de equipamentos e para realização de obras, conforme apresentado na Seção 2.2.1.6.2, sobre captação de recursos.

2.2.1.3 Integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino e pesquisa

A história da Iniciação Científica (IC) na UnB não é recente. Ela se estrutura oficialmente a partir de 1994, após diversas iniciativas, como seminários, que buscavam, fundamentalmente, aprimorar o ensino de graduação e estreitar os laços da pós-graduação (pesquisa) com os alunos da graduação (ensino). Seis anos antes, em 1988, o CNPq já havia criado o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Isto contribuiu fortemente para impulsionar a IC em todo o Brasil.

Ao longo de 17 anos, a IC na UnB se consolidou como política institucional de fomento à pesquisa na graduação, integrando professores-pesquisadores e alunos das três grandes áreas do conhecimento: ciências da vida; artes e humanidades; e ciências exatas e tecnológicas. A consolidação da IC na UnB se expressa por meio de diversos indicadores empíricos, merecendo destaque:

- realização de 17 Congressos de Iniciação Científica (CICs);
- apresentação de cerca de 15 mil trabalhos nos CICs;
- indução à produção bibliográfica;
- participação em eventos científicos, principalmente nas Reuniões Anuais da SBPC.

O fomento à IC na UnB é uma iniciativa bem sucedida. Tal sucesso se inscreve num cenário mais global do País que tem no CNPq sua referência central. Outras informações adicionais de IC são apresentadas na Seção 2.2.2.2.1.

2.2.1.4 Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior

Os Programas de Pós-Graduação (PPGs) têm participado dos editais da CAPES relacionados a projetos que visem à inclusão de jovens doutores, como o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD). Além disso, o Programa busca reforçar a pós-graduação e os grupos de pesquisa nacionais, a renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa para a execução de ensino em nível de pós-graduação, orientação e pesquisa. Para tanto, foi aprovada resolução da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), que regulamenta as atividades de pós-doutorado na UnB, diante das demandas crescentes externas junto aos PPGs da UnB.

2.2.1.5 Cursos de pós-graduação (*stricto e lato sensu*) oferecidos

A pós-graduação na UnB teve início em 1969, com o primeiro curso de mestrado em Física, seguido de Sociologia, no ano seguinte. A década de 1970 constitui-se em um marco da ampliação e consolidação dos cursos de mestrado na UnB, em todas as grandes áreas do conhecimento. O doutorado, embora tendo iniciado também nessa década, foi ampliado no final da década de 1980. O curso de doutorado mais antigo é o de Matemática, tendo iniciado em 1975. Considerando a modalidade de pós-graduação de mestrado profissionalizante, o que está em vigor há mais tempo é o curso de Desenvolvimento Sustentável, que iniciou suas atividades em 1998.

Trabalhando em estreita parceria com a CPP, o DPP, somente em 2011, possibilitou a apreciação de 12 cursos novos de Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional, tendo sido aprovados 11, os quais foram enviados para a CAPES cumprindo o calendário definido por aquela agência de fomento. Dos cursos enviados para apreciação da CAPES, sete cursos novos foram aprovados, os quais estão alinhados às metas, não somente de expansão da

pós-graduação previstas no PNPG 2011-2020, mas também de inovação e resposta às novas demandas sociais.

Os sete cursos novos de mestrado surgiram em decorrência da necessidade de ocupar espaços acadêmicos específicos, seja como desmembramento de programas de pós-graduação (PPGs) já existentes, para impulsionar uma maior especialização, seja pelo reconhecimento da existência de nichos vagos e demandas existentes na sociedade que necessitavam ser ocupadas. Os cursos de mestrado deverão ser os embriões de novos cursos de doutorado, mantendo-se o cenário anteriormente descrito. Neste sentido, os novos cursos de pós-graduação aprovados em 2011, com previsão de início em 2012 são: (i) Zoologia (mestrado e doutorado); (ii) Direitos Humanos e Cidadania (mestrado); (iii) Saúde Animal (doutorado); (iv) Nanociência e Nanotecnologia (mestrado e doutorado); (v) Biologia Microbiana (mestrado e doutorado); (vi) Tecnologias Química e Biológica (mestrado e doutorado); (vii) Biotecnologia e Biodiversidade (doutorado). Somente um curso de mestrado profissional foi aprovado em 2011 na área de Computação Aplicada.

A Tabela 1 apresenta 145 cursos de pós-graduação, que englobam 61 cursos de doutorado, 74 de mestrado e 10 de mestrado profissional em diversas áreas de conhecimento, com a respectiva data de início e a situação de avaliação realizada pela CAPES nos dois últimos triênios, ou no caso de ter sido aprovado em 2011 (início em 2012), o conceito da aprovação na CAPES⁶.

Tabela 1 Programas de pós-graduação ativos, UnB, 2011

PROGRAMA	Início			Avaliações					
				2004/06			2007/09		
	M	D	P	M	D	P	M	D	P
ADMINISTRAÇÃO	1976	2006	-	4	4	-	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	2004	-	-	4	-	-	3
AGRONEGÓCIOS	2006	-	-	4	-	-	3	-	-
AGRONOMIA	2008	2008	-	4	4	-	4	4	-
ANTROPOLOGIA	1972	1981	-	7	7	-	7	7	-
ARQUITETURA E URBANISMO	1995	2003	-	3	3	-	4	4	-
ARTES	1994	2008	-	4	4	-	4	4	-
BIOÉTICA	2008	2008	-	4	4	-	4	4	-
BIOLOGIA ANIMAL	1998	1998	-	5	5	-	4	4	-
BOTÂNICA	1993	2007	-	4	4	-	4	4	-
BIOLOGIA MICROBIANA	2012	2012	-	-	-	-	4	4	-

⁶ Site oficial do DPP. Disponível em <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/programaspos.html>. Consulta em 3/2/2012.

PROGRAMA	Início			Avaliações						
				2004/06			2007/09			
	M	D	P	M	D	P	M	D	P	
BIOTECNOLOGIA E BIODIVERSIDADE	-	2012	-	-	-	-	-	4	-	-
CIÊNCIA POLÍTICA	1984	2008	-	4	4	-	5	5	-	-
CIÊNCIAS ANIMAIS	2008	2008	-	4	4	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA MOLECULAR)	1973	1991	-	6	6	-	6	6	-	-
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	1978	1992	-	4	4	-	5	5	-	-
CIÊNCIAS DA SAÚDE	1995	1995	-	5	5	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS DE MATERIAIS	2011	-	-	-	-	-	3	-	-	-
CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO	2006	2006	-	5	5	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS EM SAÚDE	2011	2011	-	-	-	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	2011	2011	-	-	-	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS FLORESTAIS	1997	2004	-	4	4	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS MECÂNICAS	2002	2005	-	4	4	-	4	4	-	-
CIÊNCIAS MÉDICAS	2002	2002	-	3	3	-	4	4	-	-
COMPUTAÇÃO APLICADA	-	-	2012	-	-	-	-	-	-	3
COMUNICAÇÃO	1974	2003	-	4	4	-	4	4	-	-
CONTABILIDADE – UnB – UFPB – UFRN	2008	2008	-	4	4	-	4	4	-	-
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1998	1996	-	5	5	-	5	5	-	-
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	-	-	1998	-	-	3	-	-	-	3
DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INT.	2011	2011	-	-	-	-	4	4	-	-
DIREITO	1975	2003	-	5	5	-	5	5	-	-
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2012		-	-	-	-	3	-	-	-
ECOLOGIA	1976	1993	-	5	5	-	5	5	-	-
ECONOMIA	1973	1996	-	6	6	-	5	5	-	-
ECONOMIA	-	-	1999	-	-	4	-	-	-	4
EDUCAÇÃO	1974	2005	-	4	4	-	4	4	-	-
EDUCAÇÃO	-	-	2011	-	-	-	-	-	-	3
EDUCAÇÃO FÍSICA	2006	-	-	3	-	-	3	-	-	-
ENFERMAGEM	2009	2009	-	4	4	-	4	4	-	-
ENGENHARIA BIOMÉDICA	2010	-	-	3	-	-	3	-	-	-
ENG. DE SISTEMAS ELETRÔNICOS E DE AUTOMAÇÃO	2009	2009	-	4	4	-	4	4	-	-
ENGENHARIA ELÉTRICA	-	-	1999	-	-	4	-	-	-	4
ENGENHARIA ELÉTRICA	2009	2009	-	4	4	-	4	4	-	-
ENSINO DE CIÊNCIAS	-	-	2003	-	-	3	-	-	-	4
ESTATÍSTICA	2008	-	-	3	-	-	3	-	-	-
ESTRUTURAS E CONSTRUÇÃO CIVIL	1992	1999	-	4	4	-	5	5	-	-
ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS	2002	1988	-	4	4	-	3	3	-	-
ESTUDOS DE TRADUÇÃO	2011	-	-	-	-	-	3	-	-	-
FILOSOFIA	1999	-	-	3	-	-	3	-	-	-
FÍSICA	1969	1990	-	5	5	-	5	5	-	-
FITOPATOLOGIA	1976	1991	-	4	4	-	5	5	-	-
GEOCIÊNCIAS APLICADAS	2008	2008	-	4	4	-	4	4	-	-
GEOGRAFIA	1996	2011	-	4	-	-	4	4	-	-

PROGRAMA	Início			Avaliações					
				2004/06			2007/09		
	M	D	P	M	D	P	M	D	P
GEOLOGIA	1975	1988	-	6	6	-	6	6	-
GEOTECNIA	1989	1995	-	6	6	-	6	6	-
HISTÓRIA	1976	1994	-	5	5	-	4	4	-
INFORMÁTICA	2003	2010	-	3	4	-	4	4	-
INTEGRIDADE DE MATERIAIS DA ENGENHARIA	2011	-	-	-	-	-	3	-	-
LINGUÍSTICA	1976	2000	-	4	4	-	4	4	-
LINGUÍSTICA APLICADA	1992	-	-	2	-	-	3	-	-
LITERATURA	1975	1998	-	4	4	-	5	5	-
MATEMÁTICA	1971	1975	-	6	6	-	6	6	-
MEDICINA TROPICAL	1976	1996	-	4	4	-	3	3	-
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	2012	-	-	-	-	-	3	-	-
MÚSICA	2004	-	-	3	-	-	3	-	-
NANOCIÊNCIA E NANOBIOTECNOLOGIA	2012	2012	-	-	-	-	4	4	-
NUTRIÇÃO HUMANA	2000	2009	-	4	4	-	4	4	-
PATOLOGIA MOLECULAR	1988	1988	-	4	4	-	5	5	-
POLÍTICA SOCIAL	1990	2002	-	5	5	-	5	5	-
PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SAÚDE	2006	2006	-	5	5	-	4	4	-
PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA	2006	2006	-	4	4	-	4	4	-
PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E DAS ORG. (PSTO)	2006	2006	-	5	5	-	5	5	-
QUÍMICA	1974	1991	-	5	5	-	5	5	-
REGULAÇÃO E GESTÃO DE NEGÓCIOS	-	-	2012	-	-	-	-	-	3
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1984	2002	-	5	5	-	6	6	-
SAÚDE ANIMAL	2007	2012	-	3	-	-	4	4	-
SAÚDE COLETIVA	2011	-	-	-	-	-	4	-	-
SAÚDE COLETIVA	-	-	2011	-	-	-	-	-	3
SISTEMAS MECATRÔNICOS	2003	2008	-	4	4	-	4	4	-
SOCIOLOGIA	1970	1984	-	5	5	-	5	5	-
TECNOLOGIA AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS	1995	2001	-	4	4	-	4	4	-
TECNOLOGIAS QUÍMICA E BIOLÓGICA	2012	2012	-	-	-	-	4	4	-
TRANSPORTES	1988	2005	-	5	5	-	4	4	-
TURISMO	-	-	2007	-	-	3	-	-	3
ZOOLOGIA	2012	2012	-	-	-	-	4	4	-

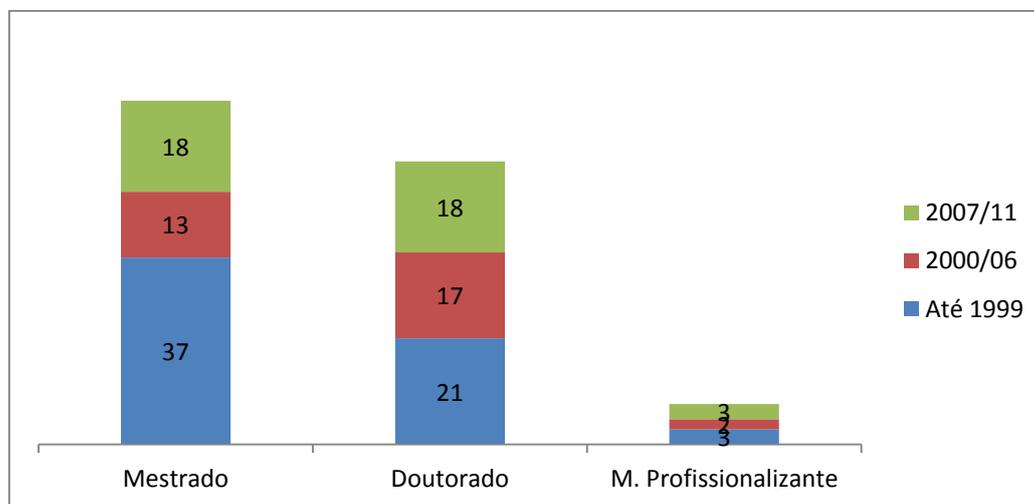
Fonte: DPP/2012.

Legenda: M – Mestrado Acadêmico; MP – Mestrado Profissionalizante; D – Doutorado; M/D – Mestrado Acadêmico/Doutorado.

Comparando três períodos de abertura dos cursos de doutorado, mestrado e mestrado profissional (até 1999, de 2000 a 2006 e de 2007 a 2011), percebe-se que a oferta de doutorados tem se mantido constante no período, enquanto o mestrado tem reduzido sua oferta a partir de 2000. O

mestrado profissionalizante, por ser mais recente na estrutura da pós-graduação do País, apresenta menor quantidade.

Figura 2 Ano de início dos cursos de pós-graduação por modalidade, UnB, 2011



Fonte: www.unb.br/administração/decanatos/dpp/programaspos.html. Consulta em 2/2/2012

Em relação aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, o DPP definiu como meta no PDI 2011-2020 elevar em 10% ao ano os cursos de especialização até 2015, visando atender demandas da sociedade com cursos de qualidade. Conforme apresentado nos Quadros 6 e 7, essa meta já foi extrapolada, pois em 2010 havia 29 cursos e em 2011, passou para 35, representando 20% de aumento na oferta de cursos. O Quadro 6 apresenta os 29 cursos de especialização da UnB relacionando o nome do curso, público-alvo, período de vigência, carga horária e número de vagas. No período de vigência de 7/2/2010 a 15/4/2012, foram oferecidas 2.551 vagas, incluindo seis cursos a distância (itens 5, 9, 12, 17, 19, 22).

Quadro 6 Cursos de pós-graduação *lato sensu*, UnB, 2010-201

Nome do curso	Público Alvo	Período	Carga Horária	Vagas
1. Gestão de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda – contrato MTE	Gestores e servidores públicos do MTE, detentores de cargos efetivos e graduados, que atuem em unidades administrativas localizadas na Administração Central e na SRTE/DF	15/3/10 a 30/6/11	375	30
2. Gestão Universitária	Servidores técnico-administrativos da UnB com curso superior	23/3/10 a 22/9/11	405	40
3. Controladoria e Finanças	Público em geral	18/9/10 a 31/1/12	450	45
4. Educação Continuada e à Distância	Professores, tutores e funcionários do Sistema UAB e envolvidos com desenvolvimento de EAD	20/3/10 a 30/7/11	420	200

Nome do curso	Público Alvo	Período	Carga Horária	Vagas
5. Gestão Escolar – a distância (contrato MEC/SEB/FNDE)	Diretores de escolas das redes públicas de ensino	31/8/10 a 31/12/11	405	400
6. Educação Infantil – contrato MEC/SEB	Professores da rede pública de ensino do DF	15/10/10 a 15/4/12	420	80
7. Educação Física Escolar	Professores de Educação Física de escolas públicas e privadas e licenciados em Educação Física	1/3/10 a 31/8/11	390	45
8. Musculação e Treinamento de Força	Professores de Educação Física, Fisioterapeutas e Nutricionistas	26/2/10 a 31/3/11	375	50
9. Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística – a distância	Profissionais da área de arquitetura, urbanismo, edificações, energia, preservação, gestão, qualidade do ambiente urbano e áreas afins	07/2/10 a 07/5/11	435	140
10. Engenharia Clínica	Engenheiros, Físicos, profissionais em informática e áreas afins	6/8/10 a 30/9/11	450	30
11. Medicina Tropical	Médicos	1/9/10 a 30/10/10	375	10
12. Enfermagem em Estomatoterapia – a distância	Enfermeiros	26/2/10 a 27/5/11	480	30
13. Bioética	Áreas de saúde e outras que justifique o interesse pela Bioética	15/3/10 a 17/12/10	360	30
14. Segurança Pública e Cidadania – contrato SENASP/MJ	Policiais civis e militares, bombeiros e agentes do DETRAN e policiais federais portadores de nível superior	16/11/10 a 16/11/11	450	50
15. Matemática para Professores	Professores de matemática ou de Ciências do ensino médio	06/3/10 a 06/9/11	420	52
16. Métodos Matemáticos em Economia e Finanças	Economistas, Administradores	01/9/10 a 28/2/12	405	18
17. Gestão da Segurança da Informação e Comunicações – a distância – contrato Gabinete de Seg. Pres. Rep	Servidores públicos federais, civis e militares de nível superior	1/4/10 a 31/9/11	480	180
18. Geoprocessamento	Formação diversa	5/3/10 a 18/12/10	525	35
19. Ensino de Filosofia no Ensino Médio – a distância – (UAB)	Professores da rede de ensino pública que atuam nas disciplinas de Filosofia e Ética	1/8/10 a 1/2/12	360	1000

Nome do curso	Público Alvo	Período	Carga Horária	Vagas
20. Psicodinâmica do Trabalho	Psicólogos, Profissionais da Saúde, administração e áreas afins	14/6/10 a 14/9/11	510	40
21. Psicopedagogia Clínica e Institucional	Psicólogos, pedagogos e fonoaudiólogos	17/8/10 a 10/12/11	480	40
22. Educação para a Diversidade, com ênfase na Educação em e para os Direitos Humanos – a distância – UAB	Professores e profissionais da Educação Básica da rede pública de ensino, tutores presenciais da UAB/UnB, lideranças comunitárias, membros de Comitês, profissionais	9/8/10 a 10/2/12	390	360
23. Relações Internacionais	Profissionais que atuem ou desejem atuar na formulação e implementação de políticas com repercussão internacional, nas esferas pública e privada, graduados e profissionais de relações internacionais em geral	1/3/10 a 30/5/11	390	55
24. Planejamento, Gestão e Controle dos Transportes Terrestres (contrato ANTT)	Servidores da ANTT com nível superior com formação em áreas diversas	15/12/10 a 15/4/12	390	20
25. Educação e Promoção da Saúde	Profissionais da Saúde e Educação	27/8/10 a 17/5/11	405	150
26. Cristianismo Antigo	Professores da rede de ensino pública e particular, jornalistas, líderes religiosos, cristãos e egressos de cursos de graduação e licenciatura nas áreas de Humanas	22/3/10 a 31/7/11	360	55
27. Gestão de Negócios e Consultoria em Turismo	Graduados em Turismo, ou outras áreas de conhecimento afins	8/3/10 a 7/4/11	420	35
28. Gestão em Hotelaria Hospitalar	Graduandos em Hotelaria, Turismo, Administração, enfermagem, nutrição além de pessoas provenientes de diversas áreas interessados na Hotelaria Hospitalar	5/3/10 a 28/7/11	420	30
29. Tecnologia de Alimentos	Engenheiro de Alimentos, agrônomo, químico, nutricionista, farmacêutico, biólogo, economista doméstico	22/3/10 a 3/3/11	435	35
Total de Vagas				2.551

Fonte: DPP

Considerando os cursos de pós-graduação *lato sensu*, o Quadro 7 apresenta 35 cursos de especialização da UnB relacionando o nome do curso, público-alvo, período de vigência, carga horária e número de vagas. No total foram oferecidas 3.303 vagas no período de vigência de 11/2/2011 a 14/2/2014, incluindo oito cursos a distância (itens 7, 8, 12, 18, 19, 20, 21, 26).

Quadro 7 Cursos de pós-graduação *lato sensu*, UnB, 2011-2014

Nome do curso	Público Alvo	Período	Carga Horária	Vagas
1. Planejamento Tributário	Contadores, Advogados, Administradores e áreas afins	4/8/11 a 4/12/12	375	45
2. Contabilidade Societária com Ênfase em IFRS	Contadores, Economistas, Administradores e áreas afins	19/8/11 a 8/2/13	405	45
3. Gestão Universitária	Servidores técnico-administrativos da UnB com curso superior	01/06/11 a 26/10/12	390	40
4. Planejamento Econômico e Finanças para Estados e Municípios	Funcionários e técnicos atuantes no processo de formulação e implementação de políticas públicas estaduais e municipais	15/8/11 a 15/2/13	450	50
5. Governança em Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público – contrato TCU	Analistas de controle e gestores vinculados ao TCU	1/8/11 a 20/12/12	375	34
6. Mercado Financeiro e Investimentos	Gerentes de bancos, Operadores de Mesa, Contadores, Economistas, Administradores e áreas afins	2/9/11 a 4/12/12	375	42
7. Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística – a distância	Profissionais da área de arquitetura, urbanismo, edificações, energia, preservação, gestão, qualidade do ambiente urbano e áreas afins	7/8/11 a 30/11/12	450	120
8. Residência Jurídica em Direito Público – a distância – contrato DPU	Graduados em Direito indicados pela DPU	14/3/11 a 14/2/13	360	286
9. Residência Jurídica em Direito Público – a distância – contrato DPU	Graduados em Direito indicados pela DPU	14/9/11 a 14/8/13	360	50
10. Residência Jurídica em Direito Público – a distância – contrato DPU	Graduados em Direito indicados pela DPU	14/3/12 a 14/2/14	360	50
11. Fisiologia do Exercício	Professores Educação Física, Fisioterapeutas, Nutricionistas e áreas afins	10/6/11 a 30/8/12	360	52
12. Modelagem de Sistemas Complexos – a distância	Servidores públicos federais, pesquisadores, profis. Com nível superior em qualquer área do conhecimento	17/01/11 a 15/8/12	360	32
13. Engenharia Clínica	Engenheiros, Físicos, profissionais em Informática e áreas afins	2/9/11 a 30/11/12	450	30
14. Medicina Tropical	Médicos	1/9/11 a 29/10/11	375	10
15. Bioética	Áreas de saúde e outras em que se justifique o interesse pela Bioética	4/4/11 a 21/12/11	360	30
16. Farmacologia Clínica	Farmacêuticos, médicos, enfermeiros e outras áreas de saúde	11/2/11 a 10/3/13	795	100
17. Endodontia	Cirurgiões-Dentistas	14/3/11 a 20/3/13	855	12

Nome do curso	Público Alvo	Período	Carga Horária	Vagas
18. Gestão de Saúde – a distância – MEC/UAB	Graduados que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor	24/1/11 a 24/7/12	420	200
19. Gestão Pública – a distância – MEC/UAB	Graduados que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor	24/1/11 a 24/7/12	420	200
20. Odontologia em Saúde Coletiva – a distância	Cirurgiões Dentistas	01/7/11 a 30/1/13	555	40
21. Saúde da Família – a distância	Médicos, enfermeiros e odontólogos da Estratégia da Família – ESF indicados pelo Ministério da Saúde	20/11/11 a 20/11/12	390	550
22. Saúde da Família – a distância	Médicos, enfermeiros e odontólogos da Estratégia da Família – ESF indicados pelo Ministério da Saúde	10/12/11 a 10/12/12	390	550
23. Gestão de Tecnologia da Informação	Profissionais de TI e áreas afins	22/2/11 a 31/8/12	420	50
24. Gestão de Segurança da Informação	Profissionais de TI e áreas afins	22/2/11 a 31/8/12	420	50
25. Gestão e Tecnologias Editoriais	Servidores e funcionários da iniciativa pública e privada, profissionais da área editorial e editores	2/8/11 a 30/3/13	390	35
26. Arteduca: Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas – a distância	Professores e profissionais graduados de qualquer área de conhecimento, que atuem em escolas ou entidades, cuja missão esteja relacionada com a promoção da educação	18/5/11 a 10/7/12	660	150
27. Geoprocessamento	Formação Diversa	11/3/11 a 17/12/11	630	35
28. Cristianismo Antigo	Professores da rede de ensino pública e particular, jornalistas, líderes religiosos, cristãos e egressos de cursos de graduação e licenciatura nas áreas de Humanas	21/3/11 a 27/7/12	360	55
29. Ética e Filosofia Política	Professores, jornalistas, líderes políticos, etc.	15/8/11 a 31/12/12	390	55
30. Teoria Psicanalítica	Formados em psicologia e áreas afins	19/8/11 a 19/1/13	405	40
31. Estado, Governo e Políticas Públicas	Servidores públicos, profissionais de ONGs, Mídia, assessores políticos e pesquisadores em geral	14/3/11 a 30/9/12	420	55
32. Análise Política e Políticas Públicas	Servidores Públicos e Assessores Políticos da Câmara Legislativa do DF	24/10/11 a 28/3/13	360	50

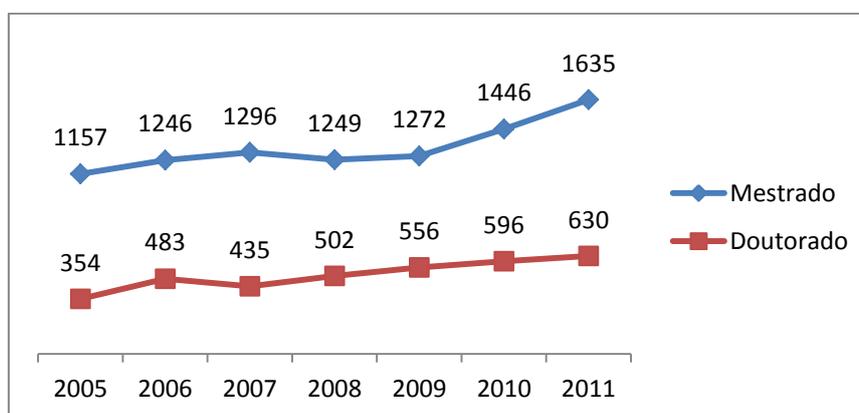
Nome do curso	Público Alvo	Período	Carga Horária	Vagas
33. Relações Internacionais	Profissionais que atuem ou desejem atuar na formulação e implementação de políticas com repercussão internacional, nas esferas pública e privada, graduados e profissionais de relações internacionais em geral	21/2/11 a 30/5/12	360	60
34. Política Social – Questões Contemporâneas da Política Social: Envelhecimento e cidadania	Conselheiros, gestores, servidores, agentes públicos, pesquisadores e pessoas interessadas no tema, portadores de diploma de curso superior	1/4/11 a 30/11/11	360	60
35. Gestão de Negócios Turísticos	Graduados em Turismo, Hotelaria, Administração e outras áreas afins	22/8/11 a 9/11/12	450	40
Total de Vagas				3.303

Fonte: DPP

Em relação aos alunos regularmente registrados nos cursos de pós-graduação da UnB em 2011, conforme dados da SPL/UnB, havia 3.824 alunos registrados nos programas de mestrado, 2.480 no doutorado e 1.847 na especialização. Somente no ano de 2011 houve um total de 1.635 alunos ingressantes no mestrado e 630 no doutorado.

Considerando dados a partir de 2005, percebe-se um crescimento constante na quantidade de ingressantes (Figura 3). Essa evolução está associada ao crescimento do número de cursos de pós-graduação oferecidos na UnB, conforme apresentado na Seção 2.2.2.1. Considerando o número de alunos registrados na pós-graduação e a preocupação de manter os alunos nos respectivos cursos, o DPP definiu como meta no PDI 2011-2015 uma redução de 25% no índice médio de evasão geral da pós-graduação até 2015, o qual está atualmente em 14%.

Figura 3 Quantidade de alunos ingressantes de mestrado e doutorado por ano, UnB, 2005-2011



Fonte: SPL – UnB (www.spl.unb.br)

2.2.1.6 Recursos internos e externos investidos na pós-graduação

Nas suas grandes linhas, o DPP foi protagonista nas ações de fomento juntamente com as agências de financiamento, o que levou a comunidade de pesquisadores da UnB a se beneficiar de editais específicos, tal como recomendado no PNPG 2011-2020. Os recursos oriundos do PROAP/CAPES têm apoiado significativamente os discentes dos programas de pós-graduação (bolsas e auxílios), assim como o desenvolvimento das atividades inerentes à pós-graduação (bancas de defesa e infraestrutura dos Programas). A sustentabilidade da Pós-Graduação da UnB, embora ainda distante do ideal, baseia-se nos recursos apontados no PDI do DPP, do PROAP/CAPES, além daqueles provenientes de editais como o CT-Infra (FINEP), Pro-Equipamentos (CAPES) e o Ciência sem Fronteiras no CNPq para apoio a pesquisadores.

Embora necessitando intensificar e ampliar, inclusive com o apoio de um setor dedicado exclusivamente à cooperação internacional na UnB, a Pós-Graduação tem participado dos editais da CAPES relacionados à inserção acadêmico-científica regional e nacional, sendo que no período de 2009/10 foram aprovados dez projetos em editais da CAPES envolvendo:

- a. Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – no âmbito da Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF);
- b. Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB;
- c. CAPES/DEB – Apoio a Projetos Extracurriculares/novos talentos 2010;
- d. CAPES/PRODOC 2010; e
- e. CAPES/Pró-engenharia 2010.

Em 2011 foi lançado o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), sendo que a UnB teve mais de vinte candidatos beneficiados

2.2.1.6.1 Cooperação e inserção internacional

Ainda de acordo com as estratégias traçadas no PNPG 2011-2020, quando foram recomendadas a intensificação e a ampliação de editais específicos para a pós-graduação, alguns entre eles foram bastante significativos para a UnB, embora a participação ainda necessite aumentar, considerando-se o corpo docente qualificado. O PNPG destacou ainda a necessidade de estimular a cooperação internacional por intermédio das universidades, com a institucionalização do intercâmbio entre alunos e professores, e um estreitamento

dos vínculos da graduação e da pós-graduação, bem como a inserção social. Tendo em vista a política nacional de internacionalização, o DPP definiu metas importantes no PDI 2011-2015: (i) elevar em 100% a participação de estudantes de pós-graduação no programa de doutorado sanduíche até 2015, uma vez que em 2010 foram registrados somente 20 alunos neste programa; e (ii) elevar em 20% ao ano a participação de docentes/pesquisadores visitantes seniores nacionais e internacionais nos programas de pós-graduação até 2015, sendo que foram registrados oficialmente segundo VRT/UnB somente 16 professores visitantes no ano de 2010.

Ainda em relação à internacionalização e à integração entre graduação e pós-graduação, em 2011 a UnB participou do “Programa Ciência sem Fronteiras” lançado pelo Governo Federal em 2011, enviando mais de 60 alunos de graduação para fora do País. Espera-se que ao retornarem para a UnB estes alunos sejam candidatos natos a prosseguirem seus estudos na pós-graduação.

Resultante de um convênio entre a Universidade de Brasília e a Fundação Casa das Ciências do Homem de Paris, a Cátedra Charles Morazé foi criada na UnB em 2007 e ainda está em vigor. A cooperação internacional teve mais de dez projetos aprovados no biênio 2009/10, sendo quatro na categoria de Escola de Altos Estudos. É necessário intensificar e ampliar os convênios e acordos de cooperação internacionais para que a pós-graduação alcance uma maior visibilidade internacional.

2.2.1.6.2 Captação de Recursos

As principais agências de fomento para projetos institucionais são a FINEP, por meio dos editais CT-INFRA, e a CAPES, por meio do Edital Pró-equipamentos, sendo o primeiro voltado para aquisição de equipamentos de médio e grande porte, além de obras, e o segundo para aquisição de equipamentos de médio e pequeno porte.

Desde 2008, quando ocorreu a posse da nova gestão, foram captados recursos conforme apresentados na Tabela 2. Pode-se perceber um aumento nos recursos obtidos durante o quadriênio 2008 e 2011, aumentando ainda mais no ano de 2011. Vale ressaltar que todas as unidades acadêmicas podem participar dos referidos editais propondo projetos, tendo estes sido avaliados por comissão externa à UnB, composta por pesquisadores de outras

instituições, com reconhecido mérito acadêmico e nas áreas de pesquisa respectiva às propostas.

Tabela 2 Recursos aplicados e obtidos em editais institucionais da UnB, 2008-2011

Editais	2008	2009	2010	2011
CT-INFRA	8.764.672,00	8.958.053,00	7.837.887,00	edital vigente – projeto institucional em elaboração integrados a proposta acima
CT-INFRA NOVOS CAMPI		Não teve	1.092.126,00	
Pró-equipamentos	1.998.523,06	1.939.249,80	1.999.999,02	2.924.219,49
Total (R\$)	10.763.195,06	10.897.302,80	10.930.012,02	

Fonte: DPP

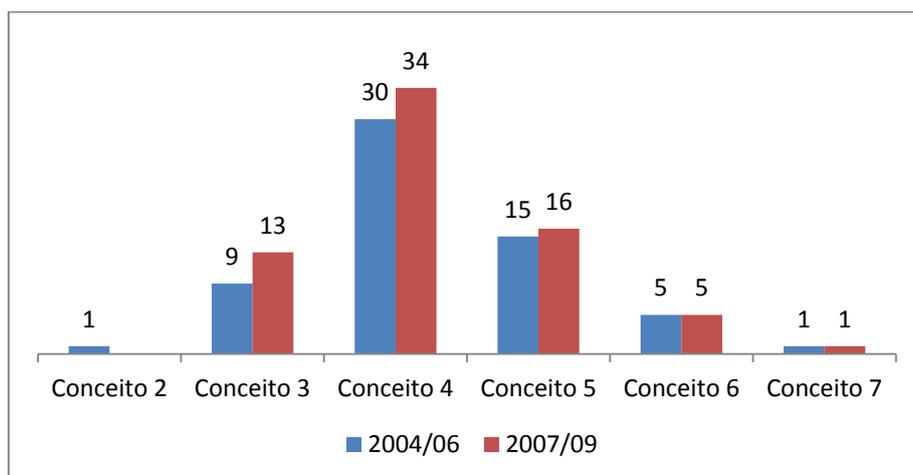
2.2.1.7 Avaliação de cursos de pós-graduação

A avaliação dos PPGs ocorre por meio do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Como resultado desse processo atribuem-se notas de 1 a 7, as quais fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre a renovação de reconhecimento, ou não, a vigorar no triênio subsequente.

A Tabela 1, apresentada anteriormente, demonstra a evolução da avaliação trienal da CAPES dos PPGs da UnB, as quais foram realizadas nos triênios 2004/2006 e 2007/2009. Pode-se observar pela coluna de avaliação que, dos 142 cursos de pós-graduação oferecidos, 22 têm nota de 5 a 7; ou seja, muitos são bem avaliados. Outros 120 têm notas de 3 a 4, refletindo uma realidade nacional de discrepâncias regionais, sendo que a maioria desses cursos foi criada recentemente, a partir de 2008.

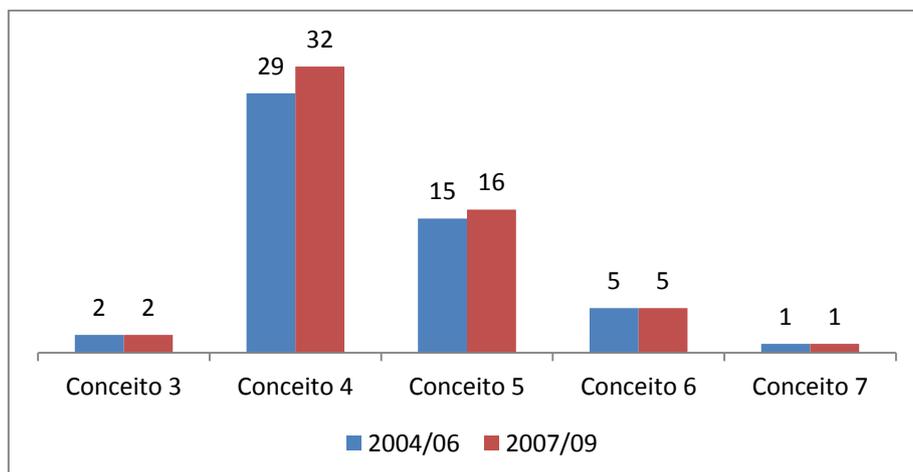
A Figura 4 indica que mais de 34% dos cursos de mestrado têm avaliação acima de 4 no triênio 2004/2006, e 31% no triênio 2007/2009. A Figura 5 demonstra que 34% dos cursos de doutorado têm avaliação acima de 4 no triênio 2004/2006; e no período de 2007/2009 foram 39%. Já os mestrados profissionalizantes não melhoraram o desempenho no período em análise (Figura 6).

Figura 4 Avaliações dos cursos de mestrado, UnB, triênios 2004/06 e 2007/09



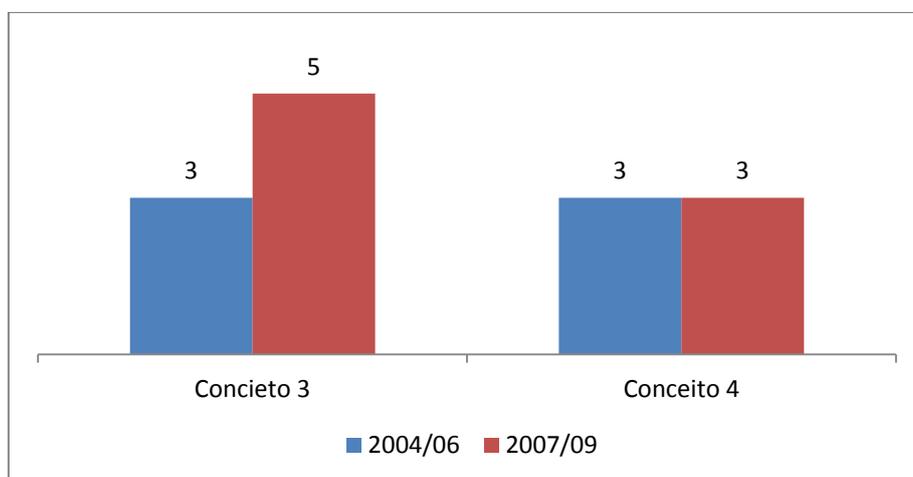
Fonte: www.unb.br/administração/decanatos/dpp/programaspos.html. Consulta em 2/2/2012

Figura 5 Avaliações dos cursos de doutorado, UnB, triênios 2004/06 e 2007/09



Fonte: www.unb.br/administração/decanatos/dpp/programaspos.html. Consulta em 2/2/2012

Figura 6 Avaliações dos cursos de mestrado profissionalizante, UnB, triênios 2004/06 e 2007/09



Fonte: www.unb.br/administração/decanatos/dpp/programaspos.html. Consulta em 2/2/2012

O DPP, preocupado com o cenário avaliado, propôs uma meta desafiadora de consolidar os programas de pós-graduação com o objetivo de ter 50% dos cursos com conceito superior a 4 na avaliação da CAPES até 2015. Considerando a estabilidade dos dados dos dois últimos triênios abaixo de 40%, o DPP mantém uma política de apoio financeiro à produção científica por meio dos editais internos e outras metas correlacionadas, conforme apresentado nas demais seções deste documento. Como prioridade na política de melhoria no conceito dos programas, cita-se a internacionalização, a melhoria de infraestrutura de pesquisa e a elevação da produção científica qualificada em veículos nacionais e internacionais, conforme as seguintes metas do PDI 2011-2015:

- internacionalização dos programas de pós-graduação e a pesquisa da UnB, por meio de cooperação internacional, acordos institucionais bilaterais e multilaterais nas diversas modalidades, tais como: doutorado pleno no exterior, doutorado sanduíche no exterior, co-tutela, dupla titulação, colégios doutorais, Escolas de Altos Estudos, projetos especiais, entre outros.
- modernização da estrutura de pós-graduação, pesquisa e inovação da UnB com uso de novas tecnologias.
- elevação em 20% ao ano o volume de produção indexada no Qualis A CAPES nacional e internacional, até 2015.

2.2.1.8 Educação a distância

Considerando a educação a distância, os cursos oferecidos em nível de pós-graduação na UnB são de *lato sensu* e estão apresentados nos Quadros 6 e 7 (6 em 2010 e 8 em 2011). Esta modalidade de ensino tende a ser mais aproveitada também no âmbito do ensino de pós-graduação *stricto sensu*.

2.2.1.9 Aspectos positivos

A UnB possui pós-graduação consolidada em diversas áreas, com reconhecimento nacional e internacional, apresenta corpo docente com excelente formação e elevada possibilidade de prospecção. Os programas de pós-graduação abrangem amplo espectro de áreas do conhecimento, traduzidos na variedade contemplada.

Após a divulgação do resultado da avaliação trienal em 15 de setembro de 2010, o DPP promoveu, conjuntamente com a CPP, uma série de reuniões preparatórias com os Programas, divididos por conceitos, de 27 de setembro a 8 de novembro de 2010. Além de assessorar os programas que tiveram seus conceitos rebaixados para a elaboração de recursos, a programação das

reuniões preparatórias teve como objetivo preparar para o seminário ampliado para debater a avaliação trienal 2007/2009, o qual foi denominado de I Seminário de Avaliação da Pós-Graduação da UnB, realizado de 6 a 9 de dezembro de 2010 pelo DPP. Os resultados das avaliações dos grupos de trabalho no seminário estão disponíveis no site do DPP⁷.

2.2.1.10 Aspectos a aprimorar

Apesar dos aspectos positivos citados, a pós-graduação da UnB ainda merece cuidados especiais em relação a alguns aspectos:

- persistência dos problemas relacionados a infraestrutura tecnológica e de laboratórios, secretarias e recursos humanos na área administrativa;
- ausência de incentivo monetário para a função de coordenador dos cursos de pós-graduação;
- baixa integração entre coordenadores de pós-graduação, comissão de pós-graduação e colegiados das unidades acadêmicas;
- ausência de um planejamento das atividades inerentes aos Programas;
- desconhecimento ou resistência dos PPG em relação à regulamentação interna da UnB;
- sistema muito burocratizado, que provoca aumento dos processos de trabalho;
- inserção internacional prejudicada pela ausência de política institucional que promova transformação na assessoria internacional. A estrutura atual não comporta os novos desafios impostos nesse domínio;
- visibilidade da UnB na *web* comprometida, pois o portal possui apenas versão em português;
- baixa agilidade dos programas de pós-graduação na gestão dos recursos programas das Agências de Fomento, pois a delegação de competência aos colegiados dos programas, como preconizado pelo PNPG 2011 – 2020, ainda não foi suficientemente implementada.
- fragilidade da agência de apoio à pesquisa do DF, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), sujeita a atribuições cada vez mais constantes da política local, diminuindo as chances dos pesquisadores da UnB em relação aos estados em que essas agências já estão consolidadas e asseguram uma parte significativa das verbas para projetos;
- falta de revisão do Regulamento da Pós-Graduação da UnB, particularmente quanto à orientação sobre os créditos, conforme recomendado pelo PNPG 2011-2020, o qual sugere uma “redefinição do papel do mestrado”, de modo a “reforçar a iniciação científica na formação de pesquisador, sugerindo-se a atribuição de créditos às atividades que resultem em produção científica ou tecnológica”;

⁷ Disponível em. <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/avpg.html>. Consulta em 3/2/2012.

- baixa liderança da UnB na Região Centro-Oeste e mesmo na região Norte, a qual melhoraria muito com maiores incentivos aos MINTER e DINTER, que ainda são poucos, bem como às redes;
- falta de avaliação institucional do impacto do REUNI na pós-graduação;
- falta de avaliação da participação da UnB na formação de quadros para o governo federal, em áreas estratégicas, incluindo a social.

2.2.2 Pesquisa

2.2.2.1 Políticas e práticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica

Para possibilitar o alcance da visão de futuro do DPP, para ampliar e aprimorar o sistema de pesquisa da UnB de modo a torná-la referência para a comunidade acadêmica nacional e internacional, bem como para a sociedade, o DPP definiu, no PDI 2011-2015 da UnB, 23 metas de pesquisa. Como órgão interno responsável pelas práticas relacionadas a essas metas, o DPP conta com duas diretorias: a DIRPE e a DIRIC.

A atuação da DIRPE está ligada à formulação de projetos institucionais que possibilitam a captação de recursos por meio de editais internos e das principais agências de fomento, como FINEP e CAPES, voltados para a adequação da infraestrutura física e para a aquisição de equipamentos, para atender as demandas diagnosticadas pelas unidades acadêmicas da UnB. Além da captação de recursos via agências de fomento, a DIRPE coordena a elaboração e o gerenciamento dos editais internos do DPP, que visam à consolidação dos PPGs por meio de apoio aos docentes e discentes de cursos pós-graduação, sendo ainda responsável pela certificação dos grupos de pesquisa da UnB junto ao CNPq.

Entre as 23 metas para a pesquisa estabelecidas no PDI 2011/2015 do DPP, uma delas é “ampliar a competitividade dos pesquisadores da UnB em editais das agências de fomento regionais, nacionais e internacionais, por meio da apresentação de projetos de pesquisa de qualidade em todas as áreas de conhecimento”. Em 2010, segundo o CNPq⁸, houve apoio a 258 projetos de pesquisa da UnB que somaram R\$ 18.214.362. Em 2011, essa quantidade reduziu-se para 171 projetos e recursos de R\$ 10.731.900. De acordo com o indicador dessa meta, detecta-se uma redução de 33% nos projetos e de 41% nos recursos.

⁸ <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtvisualizador.jsp>. Consulta em 3/2/2012.

No DPP, a DIRIC é responsável pelo fomento à iniciação científica, a qual tem como premissa básica para o Programa da Iniciação Científica (ProIC) aumentar os recursos para abranger um maior número de estudantes vinculados. Como meta de expansão do ProIC, o DPP define até 2015 um aumento anual de 20% do número de bolsistas de iniciação científica. Em 2010, segundo o Relatório de Gestão do DPP⁹, foram concedidas 800 bolsas de IC, com investimento de R\$ 3.680 mil. Esses dados representaram um aumento de 14% na quantidade de bolsas e de 23% no montante de recursos em relação a 2009. No ano de 2011 foram concedidas 912 bolsas, incluindo 465 do CNPq e 447 da UnB, o que representa um aumento de 14% em relação a 2010.

Vale ressaltar que algumas metas importantes definidas no PDI 2011-2015 para o aumento de produção intelectual na Instituição dependem da liberação de recursos da matriz orçamentária da UnB, a saber: a. elevar em 20% o número de publicações de livros, coletâneas e revistas financiados pelos editais do DPP; b. criar linha de fomento no DPP que viabilize o financiamento para consolidar revistas nacionais indexadas no Qualis, no total de R\$ 400.000,00 anuais até 2015; c. destinar recursos na matriz do PDI do DPP para manter e consolidar a infraestrutura física e de funcionamento dos laboratórios de pesquisa da UnB no total anual de R\$ 2 milhões até 2015; d. criar linha de fomento no DPP que viabilize o financiamento de experimentos que utilizem laboratórios de pesquisa nacional e internacional, bem como missões de trabalho técnico-científico no total de R\$ 1,2 milhões por ano até 2015; e. ampliar em 10% o número de Institutos Nacionais de Ciências e Tecnologia (INCTs), conforme Política do MCTI/CNPq¹⁰, sediados na UnB até 2015 (atualmente existem três nas áreas de Nanobiotecnologia, Estudos Tectônicos e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa); f. implantar 10% das atividades de pesquisa do Parque Tecnológico da UnB no Campus Universitário Darcy Ribeiro e no campus do Gama até 2015.

⁹ <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/resultados/Relatorio%20de%20gestao.pdf>. Consulta em 6/2/2012.

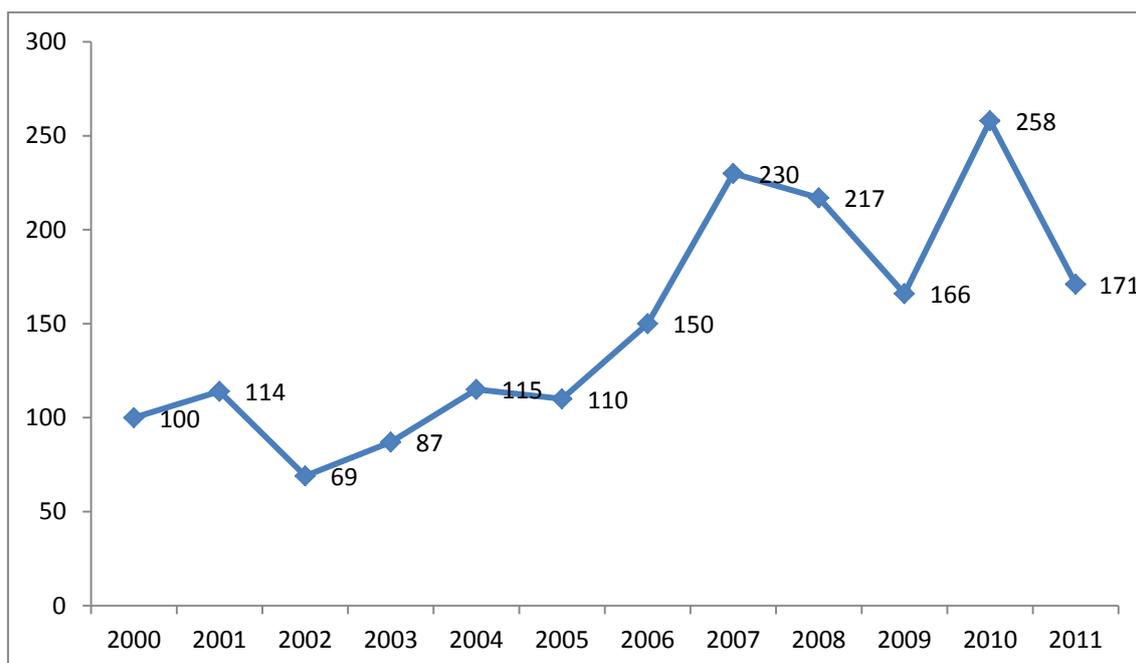
¹⁰ MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

2.2.2.2 Relevância social e científica da pesquisa

2.2.2.2.1 Produção científica compatibilização com a missão da Instituição

As principais atribuições da DIRPE para cumprimento de seu papel de apoio à pesquisa no DPP estão disponíveis no *site* do DPP¹¹. Segundo o CNPq¹², as quantidades de projetos e de investimentos em pesquisa de 2000 a 2011 apresentam uma oscilação, como se pode observar nas Figuras 7 e 8.

Figura 7 Quantidade de projetos de pesquisa por ano, UnB, 2000-2011

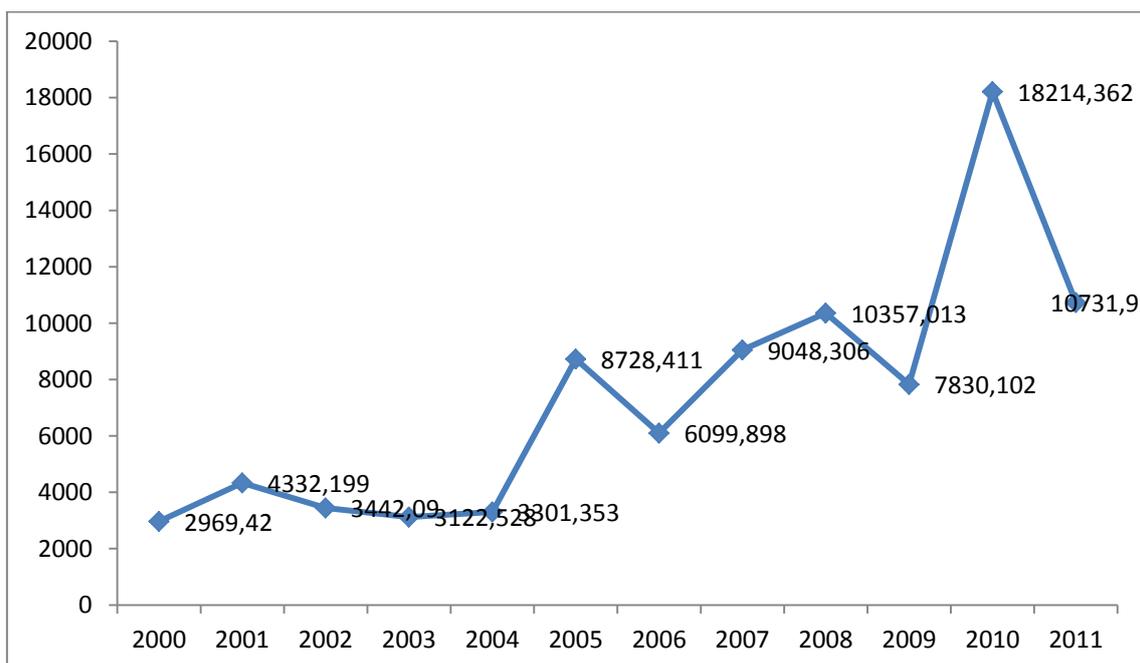


Fonte: CNPq

¹¹ UnB em Números 2010. Disponível em <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/diape.html>. Consulta em 3/2/2012.

¹² http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/series_basicas/index_basicas.htm. Consulta em 2/2/2012

Figura 8 Quantidade de investimentos de pesquisa (R\$ Mil) por ano, UnB, 2000-2011



Fonte: CNPq

O ProIC da UnB, por intermédio da atuação da Diretoria DIRIC, dá destaque às seguintes realizações no biênio 2010-2011, que contribuíram para a formação de novos pesquisadores:

- crescimento do número efetivo de bolsas, cumprindo meta importante do PDI 2011-2015 de aumento anual mínimo de 20%, aumentando de 800 em 2010 para 912 em 2011 (14%);
- renovação e ampliação do Comitê Institucional Gestor do Programa, constituído por quinze integrantes distribuídos por grande área de conhecimento, operacionalizando as premissas de “gestão participativa” e “gestão compartilhada”;
- reformulação dos Editais do ProIC, incorporando mudanças com a cota institucional de bolsas da UnB, ampliando a participação de docentes recém-doutores, docentes lotados nos *campi*, discentes de doutorado após exame de qualificação, docentes mestres e professores em tempo parcial, enfim democratizando o acesso de docentes e discentes à iniciação científica;
- criação do concurso de escolha das marcas dos congressos anuais de Iniciação Científica aberto a todos os alunos da UnB e de instituições de ensino superior parceiras (UCB e UniCEUB), valorizando os talentos das instituições participantes e proporcionando aos professores da área a oportunidade de integrarem às comissões julgadoras de candidaturas;

- realização dos XVI e XVII Congressos de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e dos 7º e 8º Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal em parceria com a Universidade Católica de Brasília (UCB) e o Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), em que a participação de avaliadores externos, oriundos de outras IFES brasileiras atesta o cuidado com a qualidade e a imparcialidade no processo de avaliação dos trabalhos avaliados;
- criação de evento de premiação dos melhores pôsteres apresentados nos congressos em parceria com a UCB e o UnICEUB, reconhecendo e valorizando o trabalho científico de professores e alunos;
- apoio, organização e coordenação da participação da Universidade de Brasília nas Jornadas de IC das 61ª e 62ª Reuniões Anuais da SBPC que vem crescendo, sendo 115 participantes em 2010 e 109 em 2011 (Jornada IC, SBPC, Goiânia-GO), embora em 2011 tenha ocorrido um decréscimo de 6% no número de participantes pela coincidência com a semana de provas finais no calendário acadêmico da UnB;
- crescimento dos investimentos financeiros em bolsas de IC, indicando a importância que a atual gestão da UnB atribui a essa área para a excelência acadêmica;
- abertura de novos editais no ProIC, cabendo nesse caso assinalar
 - participação e aprovação do Edital de Ações Afirmativas do CNPq agregando mais 32 bolsas para o Programa e criação de um grupo gestor de professores que trabalha com nessa temática,
 - UnB Cerrado, destinado a contribuir para o mapeamento de questões ambientais, históricas, culturais, socioeconômicas (turismo, economia solidária), de educação, saúde, qualidade de vida, segurança alimentar, biodiversidade e seu uso e conservação na Chapada dos Veadeiros (especificamente nos municípios de Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, São João D'Aliança e Teresina de Goiás – GO);
- implementação do projeto de pesquisa multidisciplinar (ainda em curso), intitulado “História e Mapeamento da Iniciação Científica na Universidade de Brasília: Trajeto, Limites e Desafios”, que tem por objetivo conhecer a história e o perfil dos indicadores quantitativos que caracterizam a IC na UnB, visando gerar subsídios confiáveis para uma evolução positiva do ProIC nos próximos anos.

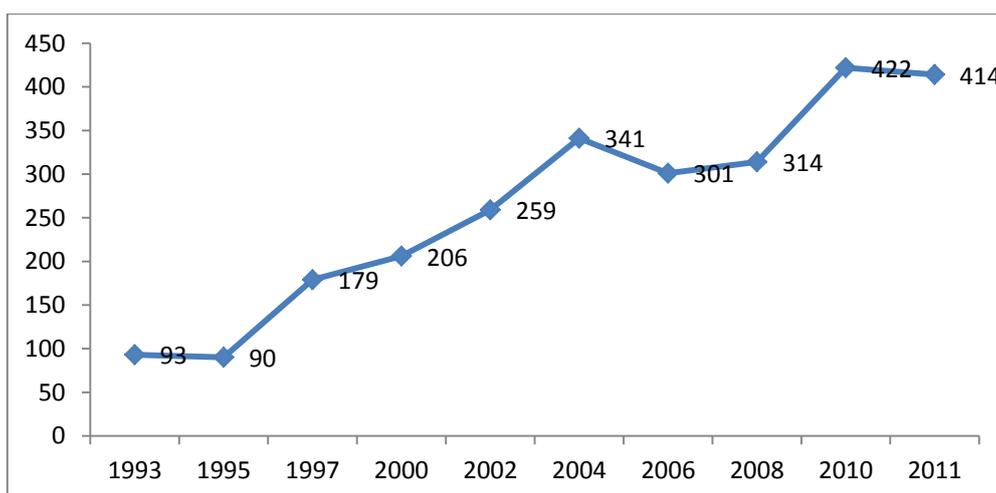
2.2.2.2 Grupos de pesquisa cadastrados

A certificação de grupos de pesquisa (GPs) pela instituição está baseada nos conceitos estabelecidos pelo CNPq e em critérios que visam estimular a criação de GPs que realmente reflitam a qualidade e a excelência da pesquisa desenvolvida na Instituição. Esses critérios visam evitar a criação de grupos denominados de atípicos pelo CNPq, priorizando a qualidade e não a quantidade.

Até julho de 2010, havia 296 GPs certificados pela UnB. Em dezembro de 2010, observou-se uma mudança significativa nesses dados devido à realização do último censo do CNPq, contabilizando-se 422 GPs certificados (aumento mais de 41%). Acredita-se que essa mudança seja decorrente da política de incentivo à criação desses Grupos, voltada em especial aos pesquisadores dos novos *campi* e para grupos emergentes de expressão. Ainda, devido à atualização da base de dados do CNPq, a DIRPE solicitou que todos os líderes de GPs concluíssem o preenchimento e as atualizações de forma a serem inseridos no Censo de 2010.

Segundo o CNPq¹³, a UnB, em março de 2011, tinha 414 grupos de pesquisa cadastrados na Instituição, conforme apresentado na Figura 9. Vale ressaltar que essa quantidade vem aumentando, representando aproximadamente 2% do total de grupos no Brasil.

Figura 9 Quantidade de Grupos de Pesquisa, UnB, 1993-2010



Fonte: CNPq

Em março de 2012 foram contabilizados 323 GPs certificados, 22 não certificados, 70 em preenchimento e 184 não atualizados, o que representou uma redução de 22% em relação aos GP certificados até 2011. Essa redução pode ser atribuída ao grande número de GPs em preenchimento ou não atualizados. Esse indicador refere-se à meta de elevar em 10% ao ano o número de grupos de pesquisa certificados pela UnB, até 2015. Como demonstrado na Figura 9, desde 1995 a quantidade de grupos de pesquisa vinha crescendo a cada biênio, apresentando queda somente em 2006 em

¹³ http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/series_basicas/index_basicas.htm.
Consulta em 2/2/2012.

relação a 2004, caindo em 2011 relativamente a 2010, segundo o censo realizado e em 2012, considerando 2011, pela existência de GPs não atualizados.

2.2.2.2.3 Patentes

Um dos aspectos importantes do PNPG 2011-2020 inclui os antecedentes estabelecidos pelos planos anteriores, os quais estabelecem a situação atual da pós-graduação no País. Inclui ainda as perspectivas de crescimento assimétrico no Brasil, com foco na importância da inter e da multidisciplinaridade, a discussão dos desafios da educação básica, os recursos humanos para as empresas visando à emissão de patentes, aspectos de internacionalização e cooperação internacional, financiamento da CAPES e seu papel de órgão indutor.

Na UnB, o controle do processo de emissão de patentes fica a cargo do Núcleo de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (NUPITEC), vinculado ao Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT), vinculado diretamente à Reitoria da UnB.

Como meta de ampliação no processo de solicitação de patentes na UnB, o DPP define até 2015 um aumento anual de 10% e, para facilitar o seu alcance, foi definida a promoção anual de uma capacitação em registros de patentes nacionais e internacionais aos pesquisadores vinculados à Instituição. A Tabela 3 apresenta os dados de patente de 2010-2011 de titularidade única da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e de cotitularidade. Note-se que houve um aumento de pedidos de patentes de oito em 2010 para 13 em 2011 (60%), o que ultrapassou a previsão estabelecida na meta do PDI 2011-2015 do DPP.

Tabela 3 Pedidos de patentes, UnB, 2010-2011

Patentes	2010	2011
Patente titularidade única da FUB	4	6
Patente cotitularidade	4	7
Outros ativos (marca, desenho industrial e <i>software</i>)	-	16

Fonte: NUPITEC/CDT Consulta em 6/3/12

2.2.2.2.4 Veículos de divulgação e mecanismos de registro da produção científica

O registro de produção científica é feito junto aos programas de pós-graduação existentes na UnB pelo instrumento da CAPES denominado Coleta Capes, o qual é avaliado trienalmente por aquele órgão e acompanhado pelo

DPP. A última avaliação trienal dos programas de pós-graduação foi feita considerando o triênio de 2007-2009.

Como veículo de divulgação, a Editora Universidade de Brasília (EDU) foi fundada em abril de 1962, sendo uma das mais antigas editoras universitárias do Brasil. Atualmente, a EDU tem duas livrarias com o nome Livraria Universidade, localizadas no Centro de Vivência do Campus Universitário Darcy Ribeiro da UnB e outra no Aeroporto Internacional de Brasília (inaugurada em 1996). A missão da EDU é traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis na língua portuguesa e, sobretudo, editar textos básicos para o ensino superior, além de editar a produção científica e literária da própria Universidade. O acervo da EDU é de mais de 2.000 livros, constando em seu catálogo com mais de 700 títulos.

2.2.2.2.5 Política de auxílio à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais

O DPP abre editais anuais de apoio à pesquisa para os docentes e discentes vinculados à UnB, o que representa um diferencial da UnB no âmbito das universidades federais no País. A Tabela 4 apresenta a evolução referente aos recursos dos editais do DPP, considerando o triênio 2009 a 2011. Pode-se observar que o total de demanda por recursos aumentou mais de 60% no período sendo que, por restrições orçamentárias de recursos próprios da UnB desde 2009, o total aplicado se manteve em torno de R\$ 2 a 2,5 milhões.

Tabela 4 Recursos alocados, aplicados e demanda dos Editais do DPP, UnB, edições 2009-2011

Edital DPP	2009	2010	2011
Recurso Alocado	2.500.000,00	2.025.000,00	2.500.000,00
Total de Demanda	2.201.361,00	3.223.429,51	2.561.055,43*
Total de Recursos Aplicados	1.873.270,36	2.023.765,65	2.548.512,59

Fonte: DPP/2011

* inclui somente o Edital 9–apoio pesquisa e o Edital 10–apoio pesquisa novos docentes

De 2009 a 2011, o DPP executou 10 editais internos com recursos próprios. A Tabela 5 apresenta os recursos aplicados por edital no período de 2010 a 2011. Note-se que os Editais 8, 9 e 10 foram os de maior volume de recursos, totalizando R\$ 1.518.899,32, ou 60% do valor total de recursos aplicados. O total de contemplados e o volume de recursos relacionados pelos

diversos editais do DPP durante o ano de 2011 foi de 477 docentes e R\$ 1.936.581,66; e 422 discentes com recursos de R\$ 611.930,93.

Tabela 5 Evolução dos Editais do DPP considerando cada edital (Edição 2009 a 2011)

Edital	2010 (Aplicado)	2011 (Aplicado)
Apoio à reprodução de dissertação/tese	82.200,00	15.900,00
Participação de pós-graduandos em eventos científicos no País	425.477,61	230.628,54
Participação de docentes em eventos científicos no país	322.671,00	154.985,00
Participação de docentes em eventos científicos no exterior	841.625,57	231.245,92
Apoio à publicação em periódicos	34.255,11	31.451,42
Apoio à pesquisa de campo de pós-graduandos	101.036,36	101.046,45
Participação de pós-graduandos em eventos científicos no exterior	216.500,00	264.355,94
Apoio à Publicação de Livros, revistas e Coletâneas		357.297,50
Apoio à Pesquisa		536.959,44
Apoio à Pesquisa de Novos Docentes		624.642,38
Total	2.023.765,65	2.548.512,59

Fonte: DPP

Além dos editais internos do DPP, os docentes podem concorrer aos editais da CAPES voltados para o apoio a eventos científicos no País, como o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), que visa impulsionar a realização de eventos científicos no Brasil e a formação de professores para a educação básica, por meio da concessão de auxílio financeiro às Comissões Organizadoras. Além disso, na Seção 2.2.1.6.2 estão relacionados recursos captados através de outros órgãos de fomento, como FINEP, CAPES e CNPq.

2.2.2.2.6 Incentivo à formação de novos pesquisadores

A UnB ofereceu, como incentivo à formação de novos pesquisadores em 2011, um total de 3.240 bolsas (1.276-CAPES, 1.718-CNPq e 246-REUNI), as quais serão discriminadas nos Quadros 8, 9 e 10, incluindo dados de bolsas de discentes e docentes, conforme recursos da CAPES, do CNPq e do programa REUNI. Além destas, existem ainda 912 bolsas de iniciação científica, conforme descrito na Seção 2.2.2.1. Relacionado a isso, o DPP definiu como meta no PDI 2011-2015 um aumento de 25% no total de bolsas de pós-graduação até 2015.

Quadro 8 Bolsas CAPES, UnB, 2011

Modalidade	Qtd.
Programa de Demanda Social – DS (Bolsa de Doutorado)	379
Programa de Demanda Social – DS (Bolsa de Mestrado)	719
Programa de Demanda Social – DS (Bolsa de Mestrado Profissional)	10
Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS	1
Programa Nacional de Pós Doutorado – PNPD (Bolsa Pós-Doc)	30
Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – PRODOC (Bolsa Pós-Doc)	9
Programa de formação doutoral docente – Prodoutoral (Bolsa de Doutorado)	3
Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (Bolsa Mestrado)	32
Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (Bolsa Doutorado)	23
Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT (Bolsa Mestrado)	6
Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT (Bolsa Doutorado)	1
Programa de Nanobiotecnologia – NANOPIO (Bolsa Doutorado)	10
Programa de Nanobiotecnologia – NANOPIO (Bolsa Pós-Doc)	5
Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB (Bolsa Doutorado)	5
Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB (Bolsa Mestrado)	2
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD (Bolsa Doutorado)	5
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD (Bolsa Mestrado)	5
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD (Bolsa Pós-Doc)	3
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras - PROCADNF (Bolsa Doutorado)	6
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras - PROCADNF (Bolsa Mestrado)	9
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras - PROCADNF (Bolsa Pós-Doc)	1
Programa de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital – RHTVD (Bolsa Doutorado)	1
Programa de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital – RHTVD (Bolsa Mestrado)	4
PROADM – (Bolsa Mestrado)	2
PROADM – (Bolsa Doutorado)	1
PROCUL – (Bolsa Mestrado)	1
PROENG – (Bolsa Mestrado)	2
PROENG – (Bolsa Doutorado)	1
Total	1.276

Fonte: CAPES

Quadro 9 Bolsas CNPq, UnB, 2011

Modalidade	Qtd.
Bolsas de Apoio Técnico	60
Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional	
Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	92
Bolsas de Doutorado	279
Bolsas de Extensão em Pesquisa	9
Bolsas de Fixação de Doutores	
Bolsas de Iniciação Científica+Ações Afirmativas + Ciência sem Fronteira	554
Bolsas de Iniciação Científica Júnior	
Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial	41
Bolsas de Mestrado	309
Bolsas de Pesquisador/Especialista Visitante	1
Bolsas de Pós-doutorado	24
Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia	349
Total	1.718

Fonte: CNPq

Quadro 10 Bolsas REUNI-SESU/CAPES, UnB, 2011

Modalidade	Qtd.
Bolsas de Doutorado	78
Bolsas de Mestrado	158
Bolsas de Mestrado Profissional	10
Total	246

Fonte: DPP

2.2.2.3 Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional

Quanto à inserção social da Pós-Graduação da UnB, em 2010 três Programas de Pós-Graduação participaram dos seguintes editais da CAPES:

- CAPES – CNJ – Programa de Apoio à Pesquisa Jurídica – parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e a CAPES apoia propostas com objetivo de promover e fomentar a realização e a divulgação de pesquisas científicas em áreas de interesse prioritário para o Poder Judiciário nas universidades brasileiras para estimular a criação de linhas de pesquisas e redes de discussão nessas áreas;
- Observatório da Educação – fruto da parceria entre a CAPES e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), fomenta pesquisas educacionais com interesse especial nos estudos sobre os processos de alfabetização e de domínio da língua portuguesa e da matemática. Os programas pertencem às seguintes Unidades: ICS (1), FE (1) e IH (1).

2.2.2.4 Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas

Com base na importante missão do DPP, como instrumento promotor de desenvolvimento institucional, através de estímulo à construção e disseminação do conhecimento acadêmico, foi implantada a Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação (DIRDI). Neste sentido, seu objetivo principal é coordenar de forma integrada as atividades relacionadas à pesquisa e pós-graduação no âmbito da instituição, atuando com perspectivas de inovação tecnológica de forma transversal em relação às demais diretorias do DPP – DIRPE, DIRPG e DIRIC. As atribuições estabelecidas na criação da DIRDI constam do site do DPP¹⁴, mas pode-se citar algumas atividades importantes executadas pela DIRDI:

- coordenação do projeto de desenvolvimento do observatório de conhecimento da UnB, denominado Observe UnB, cuja primeira versão foi lançada em novembro de 2011¹⁵;
 - o objetivo do Observe UnB é disponibilizar informações na *web* que permitam a ampliação das parcerias de pesquisa entre docentes, discentes, pesquisadores, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação intra e interinstitucional. Segundo dados do Observe UnB, os 2.187 docentes cadastrados estão envolvidos em 115.567 itens de produção bibliográfica, distribuídos conforme a Tabela 6, considerando toda a produção dos docentes disponíveis nos currículos *Lattes* (não se relaciona a um período específico).

Tabela 6 Produção bibliográfica de docentes da UnB

Tipo	Quantidade
Trabalhos em eventos	61.922
Artigos publicados	30.132
Artigos aceitos para publicação	978
Livros publicados ou organizados	3.475
Capítulos de livros publicados	7.871
Texto em jornal ou revista	7.231
Outras produções bibliográficas	3.958
Total	115.567

Fonte: ObserveUnB

- análise e definição de uma melhor infraestrutura de TI no DPP, com criação de rede e servidor próprio;
- desenvolvimento de um novo *site* para o DPP, tendo a primeira versão sido lançada em junho 2010 e a segunda, em novembro de 2011;
- organização de Seminários Internacionais de Pesquisa e Inovação (P&I), tendo sido realizados cinco eventos em 2010 e um em 2011¹⁶;

¹⁴ <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/diadi.html>. Consulta em 2/2/2012.

¹⁵ <http://www.residuos.reciclaiveis.unb.br/observeunb/>. Consulta em 2/2/2012.

- organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2011 – de 17 a 23 de outubro de 2011 em Brasília, sob a coordenação geral do MCTI, sendo que a direção da DIRDI participou como presidente da comissão executiva do DPP para a participação da UnB;
- atividades de Reestruturação da UnB;
- elaboração do Planejamento Estratégico do DPP para o PDI 2011-2015, juntamente com outras atividades de elaboração do PDI institucional coordenados pela DPO;
- operacionalizar a Participação da UnB na Concessão de Prêmios Externos:
 - Prêmio Fundação Conrado Wessel (FCW) 2010 e 2011, nas áreas de Ciência, Medicina e Cultura;
 - Prêmio Péter Murányi 2011 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no valor de R\$ 150 mil;
 - Prêmio Fundação BUNGE 2010 – Ciências Florestais, Medicina Preventiva e Saúde Pública e 2011 – Oceanografia e de Defesa Agropecuária Animal e Vegetal;
 - Fundação Meneghetti (Fondazione di Ricerca Scientifica Ed umanistica Antonio Meneghetti-FondAM) 2011 - Economia, Medicina e Física;
 - Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford 2011.

2.2.2.5 Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicações e divulgações dos trabalhos

A DIRPE, como responsável pela formulação de projetos institucionais que possibilitam a captação de recursos por meio de editais das Agências de Fomento, como FINEP e CAPES, voltados para a adequação de infraestrutura física e para a aquisição de equipamentos, tem o objetivo de atender às demandas diagnosticadas pelas unidades. Além disso, coordena a elaboração e o gerenciamento dos editais internos do DPP, os quais visam contribuir com a consolidação dos programas de pós-graduação, apoiando docentes e discentes. O critério básico de participação dos docentes é o mérito científico e a qualificação dos eventos. Como a qualificação dos veículos de publicação, têm sido adotados os mesmos definidos pela CAPES.

¹⁶ <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/diadi/seminarios.html>. Consulta em 2/2/2012.

2.2.2.6 Convênios e acordos com outras instituições (públicas ou privadas)

O DPP tem atuado diretamente nas discussões que estabelecem as prioridades temáticas para a elaboração de editais pelas agências de fomento. O objetivo é interferir positivamente para que a abrangência seja maior e contemple as diversas áreas do conhecimento e permita a participação dos vários grupos de pesquisa, além de gerenciar a aplicação e execução dos recursos captados.

2.2.2.7 Indicador de publicações

A Tabela 7 apresenta a produção intelectual de 2009 (total 9.984 itens) e 2010 (total 12.999), a qual apresenta um aumento de 30% no período. Este aumento tem relação com a política que o DPP vem desenvolvendo junto aos editais de fomento a pesquisa. Vale ressaltar que esse resultado deve ser avaliado quanto à meta definida pelo DPP no PDI 2011-2020, que prevê um aumento de 20% ao ano no volume de produções indexadas no Qualis A CAPES nacional e internacional, até 2015.

Tabela 7 Produção intelectual em números absolutos, UnB, 2009-2010

Bibliográfica	2009	2010
Artigo em Jornal ou Revista	461	439
Artigo em periódico	2.358	2.593
Livro	1.134	1.482
Trabalho em anais	2.285	3.134
Partitura musical	4	0
Tradução	81	27
Outros	0	218
Sub-Total Produção Bibliográfica	6.323	7.893
Técnica	2009	2010
Apresentação de trabalho	1.493	1.996
Cartas, mapas ou similares	1	1
Curso de curta duração	298	322
Desenvolvimento de Aplicativos	7	0
Des.de Material Didático e instrucional	66	215
Desenvolvimento de Produto	31	17
Desenvolvimento de Técnica	30	12
Editoria	63	86
Organização de Evento	361	508
Programa de Rádio ou TV	190	200
Relatório de Pesquisa	61	105
Serviços Técnicos	991	1.265
Manutenção de Obra Artística	0	0
Maquete	0	1
Outros	0	288

Sub-Total Produção Técnica	3.592	5.016
Artística	2009	2010
Música	18	6
Artes Cênicas	13	10
Artes Visuais	38	64
Outra Produção Cultural	0	10
Sub-Total Produção Artística	69	90
Total Geral	9.984	12.999

Fonte: DPP/Dados do Coleta Capes – 2010 e 2011

Ressalta-se que os dados de produção intelectual de 2011 somente estarão disponíveis na segunda quinzena de abril, quando for encerrado o preenchimento do relatório de Coleta Capes pelos Programas de Pós-Graduação da UnB.

2.2.2.8 Aspectos positivos e avanços

O DPP cita como pontos fortes detectados junto à comunidade acadêmica:

- apoio aos PPGs, em todas as áreas de conhecimento promovendo maior eficiência na proposição, aprovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa às agências de fomento;
- incentivo e assessoria a todos os PPGs objetivando maior participação dos grupos de pesquisa emergentes em todas as áreas de conhecimento;
- ampliação da qualidade dos projetos com consequente aumento nos recursos aprovados e captados via editais externos, como por exemplo CT-INFRA, Pro-Equipamento, Implantação de Parques Tecnológicos, entre outros;
- estímulo ao desenvolvimento de pesquisas institucionais multidisciplinares que sejam elementos catalisadores de projetos estratégicos do desenvolvimento local, regional e nacional;
- promoção da adequação da infraestrutura física para realização de pesquisas;
- aquisição e renovação de equipamentos para execução de pesquisas;
- importância da pesquisa e da pós-graduação para a autonomia institucional relacionada à excelência acadêmica de seus pesquisadores, envolvendo o tratamento do conhecimento para atender às demandas sociais, seja por meio de políticas públicas ou do setor produtivo;
- incentivo e apoio à criação de consórcios, redes e cooperações nacionais e internacionais em Ciência e Tecnologia, com visitas, palestras e intercâmbio de pesquisadores;
- manutenção ou expansão dos programas de apoio a publicações em revistas indexadas nacionais e internacionais, bem como em eventos científicos de docentes e discentes;
- criação de veículos de discussão com visitas de membros do CTC e CA da CAPES para melhoria dos PPGs.

2.2.2.9 Aspectos a aprimorar

O DPP cita como pontos fracos e ameaças, os quais merecem atenção:

- dependência anual de aprovações de recursos internos e demora na liberação desses recursos pelo DPO;
- incerteza sobre possibilidades de manutenção da política de fomento do DPP, por parte da Administração Superior, com conseqüente não lançamento de outros editais, frustrando a comunidade científica;
- alta rotatividade dos membros da equipe DPP, dificultando o tratamento dos processos de forma continuada e progressiva, problema ligado à carência de recursos humanos na UnB (DGP);
- informações sobre o DPP muito requisitadas, com a cobrança constante de dados via DPO, SECOM, INT entre outras unidades, e carência de um banco de dados atualizado que possibilite a geração dessas informações de forma automatizada e rápida, evitando trabalho repetitivo e sujeito a falhas;
- compromissos financeiros internos para apoio à pesquisa não são mantidos regularmente, via publicação de docentes e discentes, tendo em vista a falta de entendimento coletivo do poder estratégico institucional, da importância do DPP, para a autonomia da instituição em termos de sua finalidade básica;
- dificuldade na criação de parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais pela falta de cultura na instituição;
- projeto de coordenação e implantação do PCTec UnB;
- falta de recursos de pessoal e de infraestrutura na quantidade e qualidade necessárias para o cumprimento das metas institucionais com eficiência e eficácia;
- ausência de cultura de investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação, que é na verdade a base de qualquer pirâmide organizacional;

Como conclusão de uma análise sucinta e com foco nas ações futuras,

que podem auxiliar no alcance das metas do DPP, pode-se citar:

- estudo e melhoria dos processos do DPP, reduzindo redundâncias e melhorando a utilização dos recursos escassos na instituição, com vistas à automatização do que for possível no escopo do Decanato;
- melhoria na infraestrutura tecnológica do DPP, em termos de rede, sistemas e demais recursos automatizados, que possibilite a tomada de decisão com base em Sistemas de Informação Gerencial, a partir de base de dados institucionais, ação que para ser completada depende da melhoria de infraestrutura tecnológica da UnB, com sistemas integrados de gestão acadêmica, financeira, de pessoas, de contratos, entre outros.

Assim, a aplicação de tecnologia e inovação para fortalecer a atuação do DPP no apoio, consolidação e fomento da pesquisa e da inovação na UnB certamente apoiará a plena realização do projeto “Gestão UnB Século XXI”, tendo a DIRDI sido criada, sobretudo, para integrar e permitir discussões de temas transversais de pesquisa, o que é essencial para a P&I no contexto da própria Instituição e do País.

2.3 Extensão

Em vários momentos e documentos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT) são citadas as áreas de atuação prioritárias de desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária. Podemos destacar algumas potenciais contribuições das universidades, diretamente associadas à formulação e implementação de políticas públicas:

- ampliação da oferta e melhoria da Educação Básica;
- preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- melhoria da qualidade de vida e saúde da população brasileira;
- participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária, por meio da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais;
- promoção do desenvolvimento cultural, estimulando atividades de incentivos à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular;
- desenvolvimento, em parcerias com setores federais, estaduais e municipais, e não governamentais, em programas e projetos voltados para formação profissional, qualificação para o trabalho, inserção produtiva, direitos humanos e cidadania e capacitação de gestores de políticas públicas.

Em sua plataforma política, a atual equipe de gestão da UnB assumiu essas prioridades, e o Decanato de Extensão (DEX) estruturou suas competências para gerir de modo harmônico e mais colaborativo as dimensões da extensão universitária da UnB.

Apresenta-se no tópico seguinte, a estrutura atual do DEX, montada a partir das suas unidades administrativas, técnicas e redes da comunidade interna e externa, na perspectiva da gestão compartilhada, reestruturação e expansão democrática e excelência acadêmica.

Em seguida, apresentam-se dados, informações e comentários sobre as atividades realizadas pelas unidades técnicas, projetos de extensão de ação contínua, projetos especiais e núcleos vinculados ao DEX. As tabelas buscam sintetizar os dados quantitativos levantados e a abrangência das ações de extensão desenvolvidas em 2011.

2.3.1 Políticas institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão

O Decanato de Extensão da Universidade de Brasília tem como gestor superior o Decano Professor Doutor Oviomar Flores; conta com um quadro estimado de 60 funcionários entre estagiários técnicos, bolsistas, professores, contratados SICAP e técnicos-administrativos, alocados na Secretaria Geral, Assessoria do Decano e quatro Diretorias: Diretoria de Capacitação e Formação Continuada (INTERFOCO); Casa da Cultura da América Latina (CAL); Diretoria Técnica de Extensão (DTE) e Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional (DDIR).

O INTERFOCO é um Centro de Capacitação e Formação Continuada, criado pelo Ato da Reitoria n. 497/2007, de 7/3/2007, na estrutura organizacional do Decanato de Extensão (DEX) e a sua criação responde ao desejo institucional por uma estrutura com capacidade para colocar em prática concepções e modelos inovadores no domínio da formação continuada e da extensão a distância; organiza suas Coordenadorias de modo a gerir as ações de extensão nas modalidades cursos, minicursos e eventos e gerir o Sistema de Informação da Extensão (SIEx).

A Casa da Cultura da América Latina (CAL) é responsável pela articulação e pelo estímulo a parcerias entre instituições culturais do setor público e privado, do Brasil e do Exterior, de programas culturais e de pesquisas em parcerias com Institutos, Departamentos, Núcleos e Centros de Estudos da UnB com o objetivo de promover e difundir as manifestações artísticas e culturais da América Latina e Caribe. É responsável pela coordenação geral e executiva do Festival Latino-Americano e Africano de Arte e Cultura, com o tema Cultura e desenvolvimento, a ser realizado em 2012 (FLAAC 2012).

A Diretoria Técnica do Decanato de Extensão (DTE) é responsável pelo gerenciamento de projetos e programas de extensão de ação contínua, pela formulação de indicadores e avaliação das práticas da extensão, sendo ainda responsável pelos editais FLUEx e PIBEX (submissão de propostas de ação de extensão e bolsas de extensão). Em 2011, promoveu a revitalização e a readequação de suas Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Análise e Acompanhamento Técnico de Programas e Projetos, que promove interface, coordenação, supervisão, apoio e avaliação dos projetos e programas de ação

contínua originários das unidades institucionais. É responsável pelo lançamento do edital PIBEX e do edital de submissão de propostas de ações de extensão e integralização dos créditos de extensão oriundos da participação em PEACs junto à SAA; a Coordenadoria de Avaliação da Produtividade da Extensão, que é responsável pela formulação de indicadores da extensão visando à avaliação qualitativa das práticas da extensão; a Coordenadoria de Comunicação Integrada, responsável pela gestão da política de comunicação e publicação do DEX, produção e eventos, e da área de programação visual e informática.

A Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional é uma diretoria recém-criada pelo Decanato, na perspectiva do fortalecimento da política da extensão nos âmbitos local e regional, e tem como competência articular e estimular a cooperação entre a Universidade, setores do Governo Federal, distrital, estadual e municipal, instituições públicas e privadas, ONGs e órgãos de fomento às atividades que visam à promoção da sustentabilidade regional em seus vários aspectos: cultural, econômico, social, político e ambiental. É responsável pela gestão acadêmica e administrativa dos Núcleos e Polos de Extensão. Estrutura suas coordenadorias de modo a promover a integração dos projetos e programas, garantir a multidisciplinaridade no âmbito acadêmico e o envolvimento da comunidade externa, estabelecendo instrumentos de difusão das práticas da extensão universitária.

A Universidade de Brasília, por iniciativa de um grupo de professores que haviam participado das operações do Projeto Rondon nos anos de 2005 e 2006, institucionalizou o referido Projeto como Núcleo de Extensão – Núcleo do Projeto Rondon – em março de 2007.

2.3.2 Atividades e programas de extensão junto à comunidade regional

2.3.2.1 Gestão compartilhada

A gestão compartilhada tem sido um dos pontos fortes do DEX, valorizando a participação de alunos e professores extensionistas em decisões e encaminhamentos que envolvem pontos estratégicos que afetam a comunidade extensionista, acadêmica ou não.

Ao longo de 2011, foram realizadas reuniões com os Coordenadores de Extensão e de Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) para a construção de propostas sobre o formato da semana universitária, da

exposição dos painéis dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), do Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX) e para agendar as ações no Núcleo de Extensão de Brazlândia. A realização da Semana Universitária deu-se como estratégia de promoção da aproximação com os Decanatos de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Ação Comunitária, na perspectiva da consolidação da indissociabilidade entre essas áreas e da institucionalização das práticas de Extensão Universitária e do fortalecimento das parcerias com órgãos externos no campo da educação, da cultura e do desenvolvimento e integração regional.

Constituíram-se comissões para a seleção das Bolsas PIBEX e REUNI; dos projetos que concorreriam ao PROEXT/MEC 2011 e dos projetos que concorreriam ao Programa de Educação Tutoria – Conexões (PET-2011), bem como posterior gerenciamento das ações decorrentes dessas seleções. Foram compostas comissões com a participação de professores e alunos membros da Câmara de Extensão (CEX), e técnicos-administrativos, para pensarem e proporem ação que resulte no fortalecimento das políticas de extensão e solucione o pagamento de terceiros que participam de PEACS. Essa última Comissão contempla também assuntos de reestruturação interna do Decanato de Extensão.

A Comissão da Agenda Ambiental é um grupo institucional consultivo e deliberativo formado por professores especialistas na área ambiental e representantes de discentes e funcionários. Esse grupo trabalha de forma integrada com os membros do Núcleo da Agenda Ambiental (NAA) na elaboração e execução do programa. Sua missão é debater e propor soluções compartilhadas para as questões socioambientais nos *campi* da UnB como laboratórios técnicos, resíduos sólidos e campanha do copo. O NAA elabora as atas; organiza, elabora e envia documentos; acompanha e auxilia na execução dos encaminhamentos das reuniões mensais da Comissão. O NAA está auxiliando a organização de uma Oficina e de um projeto editorial que envolve o diagnóstico e a proposição de soluções para os problemas ambientais da universidade com projetos como o Bicicleta Livre e Cidade Verde.

A evolução dos números das comissões envolvidas com seleção de editais e definição de política interna encontra-se na Tabela 8. Observa-se um aumento significativo do envolvimento de alunos e professores com essas comissões.

Tabela 8 Comissões realizadas para seleção de editais e definição de políticas interna, UnB, 2008-2011

Comissões	2008	2009	2010	2011
Seleção de projetos para Editais	2	4	2	4
Reestruturação	-	1	1	3
Alunos participantes	-	2	1	2
Professores participantes	7	16	9	20
Técnicos-Administrativos	-	-	-	3

Fonte: DEX

2.3.2.2 Reestruturação e expansão democrática com qualidade

O aporte significativo de recursos provenientes do REUNI proporciona oportunidades concretas de reconstrução da Universidade. Para isso, é preciso sustentar uma política de planejamento, execução e avaliação contínua da construção coletiva e participativa do processo de reestruturação político-administrativa da UnB nos termos do seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Nessa perspectiva, o DEX vem trabalhando dentro e fora da estrutura administrativa institucional, buscando subsídios para a consolidação de estratégias e metas de gestão.

Nesse sentido a partir do Planejamento Estratégico do DEX 2009/2012, foi consolidado em 2011 o Plano de Redimensionamento da Estrutura Orgânica do DEX. Em 2011 foi aplicado o índice de produtividade da extensão na matriz orçamentária da UnB, para as unidades acadêmicas propositoras de ações de extensão. Os indicadores homologados em 2010 pelo Decanato de Administração e Finanças (DAF) validaram uma variável sobre o impacto social na produção da extensão junto às comunidades. A avaliação da produtividade da extensão na UnB com valores auferíveis e auditáveis mensuram apenas os índices quantitativos, sendo os dados extraídos do Sistema de Informação da Extensão, que em 2011 ainda utilizou a plataforma SIGProj: Sistema de Informação e Gestão de Projetos.

A mensuração dos aspectos qualitativos, como o impacto social, a ampliação de áreas de abrangência de atuação e ação multidisciplinar, se dá por meio dos relatórios técnicos elaborados pelos coordenadores das ações de extensão. Visando a difusão desses dados, o DEX adotou em 2011 o Relatório Técnico de Ações de Extensão como ferramenta analítica e de acompanhamento, a ser publicada em versão *on line* e impressa em 2012. Vislumbrando o mesmo objetivo, o DEX, instrumentalizado pelo Centro de Informática da UnB (CPD), desenvolveu nova versão do Sistema de Informação

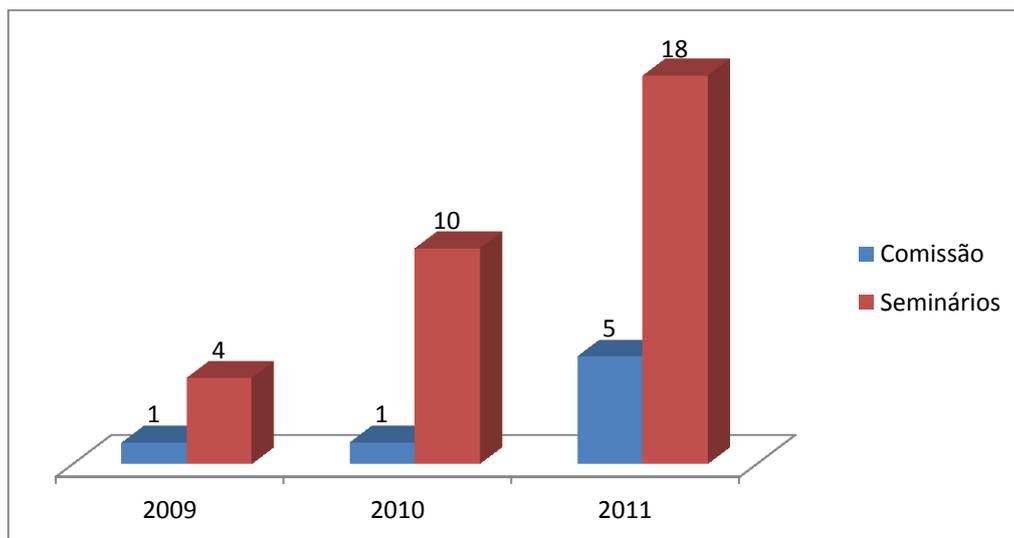
da Extensão (SIEX) que estabelece um avanço quanto ao gerenciamento das ações de extensão em plataforma própria. O SIEX foi validado por ocasião da Semana Universitária 2011 e entrará em produção definitiva em 2012. Seguindo a perspectiva de fortalecimento da política extensionista, o DEX realizou no âmbito da Semana Universitária o 4º Seminário Regional da Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX).

O DEX tem expressiva contribuição na construção do Programa Boas-Vindas, que nas duas últimas cinco edições elaborou proposta de atividade de extensão específica sobre memória, história e cidadania, o Trilhas Interpretativas, projeto específico de valorização do patrimônio cultural, pertencimento histórico-político e reconhecimento do papel do compromisso institucional no exercício de sua missão social.

Os programas apresentados pela UnB para desenvolvimento das atividades nos municípios são frutos do processo de capacitação multidisciplinar dos estudantes, nos quais os alunos vêm sendo orientados nas temáticas a serem executadas na proposta em questão. Todos os professores coordenadores de ações de extensão participam e orientam os alunos na capacitação das atividades no âmbito de uma disciplina de quatro créditos. Os Programas são estruturados pelos estudantes em torno das áreas temáticas da Extensão, que compreendem os temas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho. As operações do Projeto Rondon nas comunidades inter-regionais são realizadas nos períodos de férias escolares, durante 12 a 15 dias. São desenvolvidas as atividades programadas durante o semestre no âmbito de um espaço disciplinar de oito créditos, que se insere no contexto de uma oferta de estágios multidisciplinares no formato de residência universitária, ou seja, de inserção em uma comunidade, conforme legislação da UnB.

Analogamente ao ocorrido com as comissões envolvidas com seleção de editais e definição de política interna, as ações de reestruturação experimentaram alto crescimento no período 2008-2011.

Figura 10 Ações de reestruturação no DEX, UnB, 2009-2011



Fonte: DEX

2.3.3 Excelência acadêmica

A perspectiva da excelência acadêmica pressupõe a indissociabilidade operacional e institucional entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, várias ações foram implementadas visando este objetivo. A consolidação da revista *Participação* e sua inserção no Sistema IBICT por meio da Biblioteca Central (BCE) colocou a extensão universitária da UnB em evidência às propostas de publicação de outras Universidades. Como resultado disso, a UnB foi convidada a compor a Comissão do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras (FORPROEX) na formulação de *Revista Brasileira de Extensão*. A publicação do Catálogo PEACs 2011, em versões eletrônicas e impressas, consolidou a periodicidade de importante ferramenta de acompanhamento e difusão dos Projetos ou Programas de Extensão de Ação Contínua; e a oferta de disciplinas de extensão pelo Núcleo do Projeto Rondon reafirmou o papel da extensão como ênfase acadêmica integradora.

A participação do DEX na discussão, elaboração e consolidação do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) efetivou a extensão no processo de indissociabilidade, garantindo os aspectos da extensão no PPPI de modo mais específico e coadunado com as políticas externas vigentes para a extensão universitária.

A Câmara de Extensão (CEX) atuou ativamente na construção de pautas que garantiram a reflexão e o aprofundamento dos temas da política, das diretrizes e dos programas institucionais. Promoveu ainda um Seminário

focado nos membros representantes da CEX e na comunidade extensionista, que refletiu as novas abordagens sobre a política de extensão, os agentes financiadores e a inovação das ferramentas tecnológicas e as abordagens das tecnologias sociais.

O DEX representou a política da extensão da UnB nas discussões do FORPROEX, que discutiu e homologou em 2011 o novo Plano da Extensão Universitária que se estabelecerá como marco regulatório no formato de Decreto Presidencial, e aprofundou as discussões sobre os indicadores e avaliação da extensão. O DEX esteve representado em todas as comissões instituídas pelo FORPROEX para esses fins. O DEX participou durante o ano de 2011, junto ao FORPROEX e ao MEC, de estudos sobre avaliação e indicadores de produtividade da extensão para as universidades brasileiras visando à construção de sistema de avaliação das práticas da extensão, a ser adotada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). As propostas formuladas até o momento estão sendo tramitadas entre as IES, MEC, INEP e FORPROEX para definição da proposta final.

Em 2011, com a criação da nova Diretoria, a DDIR, foi possível ampliar o estímulo de participação dos extensionistas em editais externos, o que garantiu a presença da UnB em linhas de fomento mais diversificadas, a exemplo da chamada pública do Ministério das Comunicações, que contemplou a área de inovação tecnológica para jovens de áreas rurais. O DEX atuou no campo loco-regional efetivando parcerias com organismos governamentais na construção coletiva de pautas voltadas para o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Para isso, o DEX participou de ações políticas e pedagógicas com as Universidades da Região Centro-Oeste e firmou pauta com a Superintendência de Desenvolvimento e Integração da Região Centro-Oeste (SUDECO), além de ter criado uma nova diretoria.

Ressalta-se que dos recursos referentes ao ano de 2011 para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) foram disponibilizadas 300 bolsas PIBEX e 200 REUNI com valor de R\$ 360,00. Em relação ao ano anterior, isso configurou maior quantidade de bolsas com período de duração de oito meses. Atualmente o DEX busca ampliar o valor unitário da bolsa de extensão e os recursos destinados ao apoio aos PEACs.

2.3.4 Ações do DEX em 2011

Destaca-se, neste tópico, o resumo das atividades e eventos desenvolvidos pelo DEX no ano de 2011. A Tabela 9 destaca as atividades do núcleo do projeto RONDON.

Tabela 9 Atividades do Projeto RONDON, UnB, 2011

Atividades	Qtd.
Operações	5
Público envolvido	47.240
Docentes envolvidos	24
Eventos	18
Alunos envolvidos	1.000
Outras atividades	1.867
Estados	4
Instituições Parceiras	4
Participação em eventos externos	9
Municípios Parceiros	21
Acordo de cooperação	3

Fonte: DEX

Os eventos do Núcleo da Agenda Ambiental cresceram 38,9% em relação ao ano anterior, conforme se observa na Tabela 10.

Tabela 10 Ações de Extensão do Núcleo da Agenda Ambiental, UnB, 2009-2011

Ações	2009	2010	2011
Eventos	10	18	25
Público Participante	-	-	1.000
Docentes	-	-	20
Comissões	-	-	13
Publicações	-	-	12

Fonte: DEX

Os eventos da Casa da Cultura da América Latina cresceram 17,3% em relação a 2010, ao passo que o público cresceu 118% no mesmo período.

Tabela 11 Atividades da Casa da Cultura da América Latina (CAL), UnB, 2009-2011

Atividades da CAL	2009	2010	2011
Total de eventos	114	104	122
Público	18.017	99.600	217.181

Fonte: DEX

No Interfoco, o número de cursos ofertados em 2011 cresceu 26,9% em relação a 2010. No entanto, esse número é 7,7% menor do que em 2009. Comportamento semelhante se observa em relação ao número de participantes e de certificados emitidos: o número de participantes cresceu

23,24% em relação a 2010 e decresceu 18,29% em relação a 2009; o número de certificados emitidos cresceu 31,41% em 2011 e decresceu 28,62% em relação a 2009.

Tabela 12 Atividades realizadas pelo Interfoco, UnB, 2009-2011

Atividade	2009	2010	2011
Cursos de Extensão Ofertados	429	312	396
Participantes	6.203	4.112	5.068
Certificados Emitidos*	2.432	1.321	1.736

Fonte: DEX

* O número reduzido de certificados justifica-se pelo fato de o Novo Sistema SIEX ainda não estar adaptado para a emissão de certificados. A alternativa é migrar paulatinamente as propostas de cursos já realizados para o antigo SIEX, com vistas a certificar os participantes até a conclusão do novo sistema, em elaboração pelo CPD/UnB

Apresentam-se na sequência outros dados sobre as atividades do Interfoco.

Tabela 13 Ministrantes e Equipe Técnica das atividades realizadas pelo Interfoco, UnB, 2009-2011

Equipe	2009	2010	2011
Docentes	1.186	987	1.029
Técnicos / Administrativos	69	78	81
Estudantes	246	212	237
Externos	98	89	93

Fonte: DEX

Tabela 14 Perfil dos Participantes de Cursos de Extensão (em percentuais), UnB, 2009-2011

Participante	2009	2010	2011
Estudantes de Instituições Públicas e Privadas	36,2	35,9	37,1
Servidores Públicos	17,7	19,3	18,3
Trabalhadores da Rede Privada	16,9	18,8	19,1
Crianças de 4 meses a 8 anos	16,4	13,9	14,7
Estrangeiros por Idioma Português	9,1	7,8	8,2
Outros	3,7	4,3	2,6

Fonte: DEX

Tabela 15 Avaliação dos cursos do Interfoco, UnB, 2009-2011

Avaliação	2009	2010	2011
Excelente	74,6	78,3	81,6
Muito bom	25,4	21,7	18,4
Regular	-	-	-
Ruim	-	-	-
Péssimo	-	-	-

Fonte: DEX

Tabela 16 Número de beneficiários de isenção de taxas em cursos do Interfoco, UnB, 2009-2011

Beneficiário	2009	2010	2011
Aluno	46	37	47
Docente	-	1	-
Técnico Administrativo	32	39	41
Externo	93	59	35

Fonte: DEX

Tabela 17 Extensionistas Cadastrados no Sistema SIEX pelo Interfoco, UnB, 2009-2011

Extensionista	2009	2010	2011
Docentes	176	103	112
Discentes	191	93	78
Técnico-Administrativo	49	47	29
Externos	97	51	23

Fonte: DEX

Com relação às atividades realizadas pela DTE, os projetos de extensão de ação contínua perceberam um aumento de 31,7% em relação a 2010. Todas as variáveis concernentes a essa Diretoria tiveram aumento considerável, com exceção dos bolsistas PIBEX, que mantiveram o número de 300 alunos.

Tabela 18 Atividades realizadas pela Diretoria Técnica de Extensão

Atividade	2008	2009	2010	2011
Projetos de Extensão de Ação Contínua	150	212	202	266
Alunos Bolsistas de extensão PIBEX	184	312	300	300
Alunos Bolsistas de extensão REUNI	-	63	100	200
Alunos Não Bolsistas	1.170	1.250	1.120	1.612
Professores	325	450	500	723
Público externo atendido pelos projetos de extensão de ação contínua	2.206	9.200	9.000	9.730
Atendimento nos núcleo de extensão	8.164	1.144	2.000	3.860
Editais lançados	2	2	1	3
Mesas redondas	4	4	2	12
Exposição	1	1	1	4
Comissões	2	4	2	9

Fonte: DEX

No total, houve 283 eventos de extensão na UnB, envolvendo um público de 41.868 participantes. Desses, 18.686 eram inscritos e 23.200, público rotativo.

2.3.5 Cursos de Extensão

Apresentam-se na sequência os principais números referentes aos cursos de extensão, destacando ações, participantes, envolvimento de alunos, atendimentos sociais.

Tabela 19 Quantidade e número de participantes de ações de extensão, UnB, 2011

Ação de Extensão	Quantidade	Participantes
Curso/Minicurso	396	5.068
Eventos de Extensão	79	11.602
Projetos de Extensão de Ação Contínua	266	269.301

Fonte: DEX

Tabela 20 Alunos extensionistas com e sem bolsa de extensão, UnB, 2011

Alunos Extensionistas	Qtd.	Percent.
Com bolsas de extensão	501	23,7
Não bolsistas	1.612	76,3
Total	2.113	100,0

Fonte: DEX

Nota: números aproximados

Em 2011, estavam ativos 266 projetos de ação contínua para atendimento à população do Distrito Federal, envolvendo 266 bolsistas. Os participantes externos somaram 1.342 e o público atingiu a 269.301 pessoas.

A força de trabalho, considerando coordenadores, participantes externos distribuiu-se conforme a tabela a seguir.

Tabela 21 Composição da força de trabalho, UnB, 2011

Tipo	Qtd.	Percent.
Não bolsistas	1.612	50,7
Participantes externos	1.342	42,2
Coordenadores	224	7,1
Total	3.178	100,0

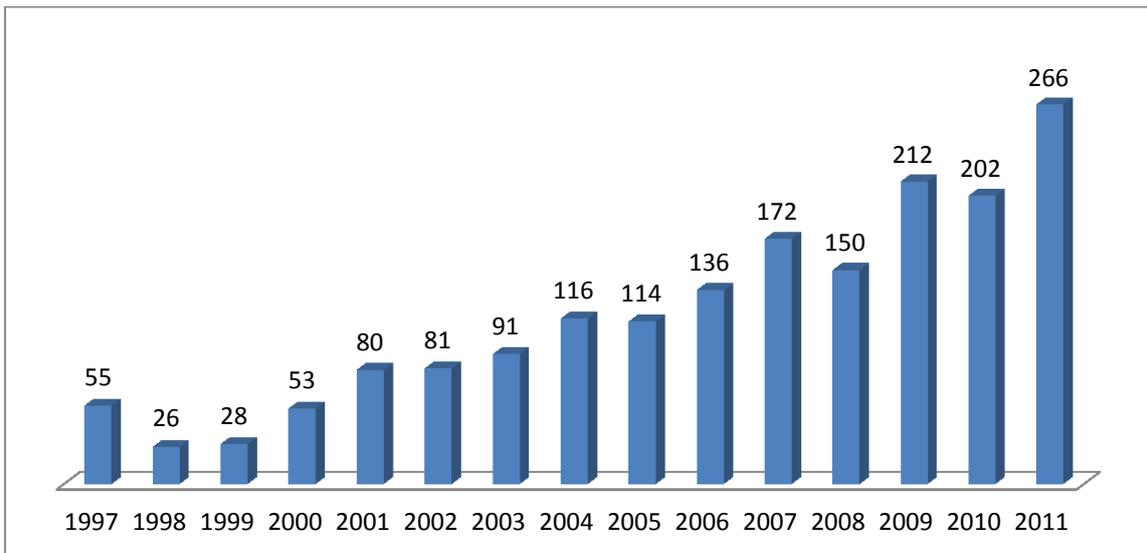
Fonte: DEX

2.3.6 Projetos e Programas de Ação Contínua (PEACs)

A evolução de Projetos e Programas de Ação Contínua institucionalizados no Decanato de Extensão está descrita na série histórica a seguir. Os números se referem ao período de 1997-2011, totalizando 15 anos (Figura 11).

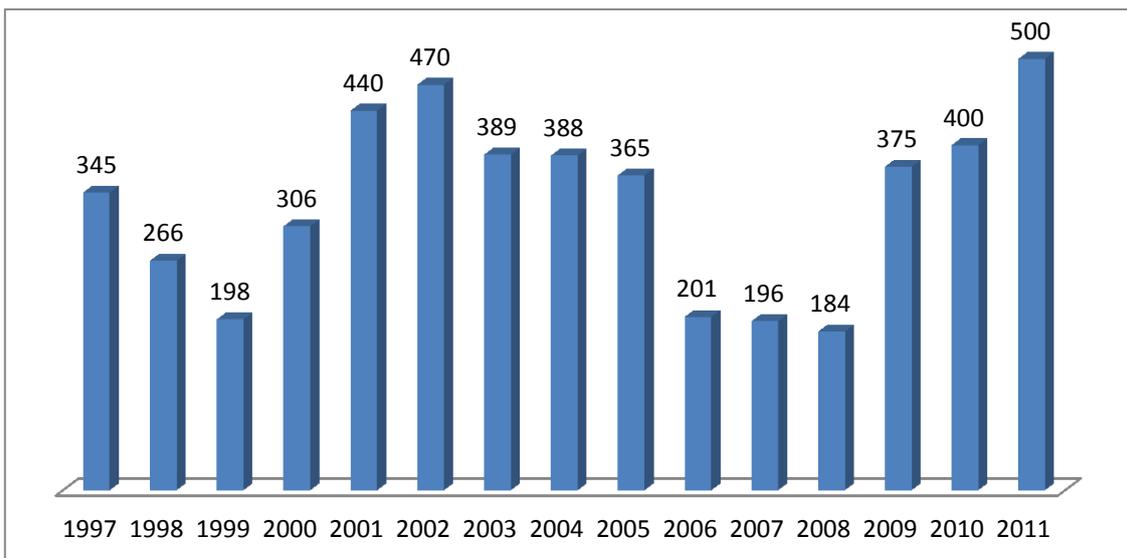
Na Figura 11, entretanto, vê-se a evolução da concessão de bolsas do programa institucionalizado de bolsas de extensão. Dentre uma série de oscilações, o ano de 2011 apresentou o maior número nos últimos 15 anos, totalizando 500 bolsas.

Figura 11 Quantidade de projetos e programas de ação contínua por ano, UnB, 1997-2011



Fonte: DEX

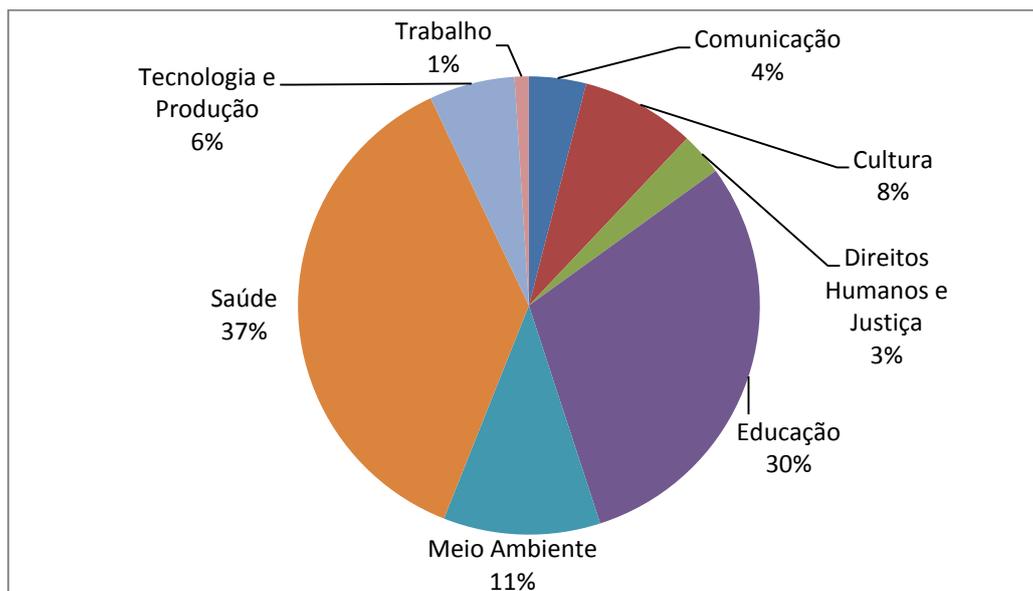
Figura 12 Concessão de bolsas do programa institucionalizado de bolsas de extensão, UnB, 2011



Fonte: DEX

Em 2011 houve institucionalização de 266 Projetos e Programas Ação Contínua (PEACs). Desses, 24 se configuram como Programas de Extensão e 242 como Projetos de Extensão. A figura que se segue representa a divisão dos 262 PEACs de 2011 entre as oito áreas temáticas trabalhadas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária.

Figura 13 PEACs por área temática, UnB, 2011



Fonte: DEX

Todas as Unidades Acadêmicas da Universidade de Brasília podem apresentar propostas de Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua (PEAC). A tabela abaixo mapeia os PEACs desenvolvidos em 2011 pelas Unidades Gerais da UnB.

Tabela 22 Número de PEACs por unidade geral, UnB, 2011

Unidade Geral	N. de PEACs
Faculdade de Saúde – FS	29
UnB-Faculdade de Ceilândia – FCE	28
UnB-Faculdade de Planaltina – FUP	25
Instituto de Artes – IdA	20
Instituto de Psicologia – IP	18
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária – FAV	18
Faculdade de Educação – FE	13
Faculdade de Educação Física – FEF	10
Instituto de Ciências Humanas – IH	9
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM	9
Faculdade de Medicina – FM	8
Decanato de Extensão – DEX	7
Faculdade de Tecnologia – FT	6
Faculdade de Comunicação – FAC	6
UnB CERRADO	5
Instituto de Ciências Exatas – IE	5
Instituto de Ciências Biológicas – IB	5
UnB-Faculdade do Gama – FGA	5
Fac de Economia, Administração e Contabilidade – FACE	4
Instituto de Relações Internacionais – IREL	3
Instituto de Ciência Política – IPOL	3

Unidade Geral	N. de PEACs
Instituto de Letras – IL	3
Instituto de Ciências Sociais – ICS	3
Hospital Universitário de Brasília – HUB	3
Faculdade de Direito – FD	3
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU	3
Instituto de Química – IQ	2
Instituto de Geociências – IG	2
Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDT	2
PROMEMORIA	1
Instituto de Física – IF	1
Faculdade de Ciência da Informação – FCI	1
Decanato de Assuntos Comunitários – DAC	1
CPAB	1
Total	262

Fonte: DEX

O DEX oferece aos discentes de graduação vinculados aos PEACs bolsas de extensão e créditos em extensão. O PIBEX concedeu, em 2011, um total de 500 bolsas para discentes de graduação vinculados a PEACs no DEX. Dessas, 200 bolsas foram concedidas pelo REUNI.

Os créditos em extensão são integralizados a cada fim de semestre, mediante entrega de frequência feita mensalmente. Em 2011, o sistema de créditos em extensão cadastrou, além dos 500 bolsistas, 1.612 discentes de graduação não bolsistas.

2.3.7 Considerações

A extensão universitária vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais). Aponta para uma concepção de Universidade em que a relação com a população passa a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica mediante os seguintes princípios:

- aprofundamento das práticas extensionistas na perspectiva da educação popular, o que implica um maior protagonismo dos estudantes e da comunidade no universo acadêmico e científico das universidades;
- aumento da eficácia das ações extensionistas mediada pelo diálogo entre os distintos Projetos e as suas articulações em forma de programas;
- direcionamento dos programas de extensão para as realidades loco-regionais em consonância com as políticas públicas direcionadas a esses territórios;

- definição de fontes orçamentárias e de fomentos que assegurem continuidade e permanência das práticas de extensão;
- institucionalização das práticas de extensão e a consequente inserção no currículo;
- articulação das práticas de extensão com as práticas de ensino e pesquisa no cotidiano dos docentes, discentes e comunidade.

Internamente, têm-se implementado medidas de infraestrutura técnica e administrativas que demonstram sua adequação e potencialização de respostas, fortalecendo seus Núcleos de Extensão, PEACs, Projetos Especiais e apoiando projetos e programas de ação pontual. Os temas, problemas e os segmentos populacionais alcançados pelas ações revelam o compromisso da UnB com as políticas públicas nos vários campos da vida social e econômica.

A participação dos vários atores institucionais e comunitários tem fortalecido os espaços democráticos de elaboração, execução e avaliação das atividades de extensão, sempre de maneira intersetorial e interdisciplinar.

Reconhecem-se como desafios atuais: consolidação do Plano de Redimensionamento da Estrutura Organizacional do DEX; consolidação do novo Sistema de Informação da Extensão (SIEX); formulação de indicadores para avaliação qualitativa da produtividade da extensão; implantação de mecanismos de interação logística e operacional para articulações orgânicas com o Ensino e Pesquisa; captação de recursos para continuidade e sustentabilidade dos programas e projetos; fortalecimento das parcerias governamentais locais e regionais; ampliação de escalas e de áreas de abrangência, com priorização das localidades e segmentos populacionais em situação de riscos sociais e vulnerabilidades; estabilização do quadro de pessoal.

3 Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

A Universidade de Brasília (UnB) é essencial no processo do desenvolvimento social do País e principalmente na região do Distrito Federal e entorno, onde contextualiza a gestão do conhecimento por entender que a Universidade é o local decisório na formação da cidadania em busca da dignidade e da valorização do ser humano. O ensino superior desempenha o papel de divulgação e aplicação do conhecimento com a finalidade de tornar a sociedade mais justa e solidária. A base do ensino, pesquisa e extensão tem o potencial de transformar a sociedade, contribuindo para desenvolver uma consciência crítica e sustentável para a formação do ser humano.

3.1 A responsabilidade social da Instituição em relação à inclusão social

A Universidade de Brasília acompanhou o movimento de expansão do acesso à ao ensino superior, ampliando suas atividades por meio da criação novos *campi*, localizados nas cidades de Planaltina, Gama e Ceilândia. Visou estabelecer maior contato entre as Regiões Administrativas e o meio acadêmico e expandir as possibilidades de acesso a pessoas de classes populares. A Universidade tem o papel fundamental de produção do conhecimento e deve dar o retorno de suas atividades à comunidade.

3.2 A Diretoria de Desenvolvimento Social e a Assistência Estudantil na Universidade de Brasília

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) compõe o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da Universidade de Brasília. Atua com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto n. 7.234/2010, de 19/6/2010 e tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico a partir de medidas que busquem combater situações de repetência e evasão. Por meio da Diretoria de Desenvolvimento Social

(DDS/DAC), os Programas de Assistência Estudantil são viabilizados e estrategicamente organizados e operacionalizados.

A DDS desenvolve ações relacionadas ao gerenciamento dos programas e serviços e conta com uma equipe de profissionais composta por assistentes sociais, pedagogos, assistentes administrativos e estagiários de diversas áreas.

3.2.1 Serviços vinculados à DDS/DAC

Os serviços da DDS estão relacionados no quadro a seguir, que apresenta uma breve descrição.

Quadro 11 Serviços da DS/DAC

Serviços	Sigla	Especificações
Serviço de Programas de Desenvolvimento Social	SPS	Acolhe os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade.
Serviço de Moradia Estudantil	SME	Auxilia a DDS/DAC na administração da Casa do Estudante Universitário (CEU) de graduação e pós-graduação. O SME conta com um setor de serviço social caracterizado como espaço aberto aos estudantes moradores da CEU cuja função é prestar informações, orientações e realizar encaminhamentos para a rede social de apoio.
Serviço de Divisão e de Manutenção de Apartamentos de Trânsito e para Convênios – Estudantes de Intercâmbio Internacional	DMAT	O Programa de Moradia da UnB é destinado a visitantes, professores, técnicos, palestrantes, pesquisadores, conferencistas, participantes de eventos oriundos de outras IES que vêm a Brasília por interesse institucional e a estudantes convênio, exceto os estudantes Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), que são encaminhados pela Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) no âmbito de uma política de moradia e integração. Para acolher os visitantes que demandam por hospedagem, a Universidade disponibiliza 52 vagas em sete apartamentos de trânsito, localizados no Campus Universitário Darcy Ribeiro. A distribuição dessas vagas é coordenada pela DDS com o auxílio do Serviço Administrativo do DMAT, que gerencia a manutenção desses apartamentos e dos apartamentos destinados aos estudantes convênio. O DMAT realiza os encaminhamentos e o controle das solicitações realizadas pelas unidades acadêmicas e órgãos da UnB.

3.2.2 Programas, projetos e atividades desenvolvidos pela DDS/DAC

O Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS), vinculado à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), é responsável pelo estudo

socioeconômico que seleciona os estudantes para a participação nos programas de assistência estudantil, quais sejam:

- Bolsa de Alimentação;
- Moradia Estudantil;
- Bolsa Permanência;
- Vale-Livro;
- Programa de Apoio ao Estudante para a Participação em Eventos Técnico-Científicos, Culturais e Políticos.

Os Programas de Assistência Estudantil são destinados aos estudantes regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais da Universidade de Brasília. Para participar, o estudante passa por processo de seleção socioeconômica, sendo esta a condição inicial em todos os programas de assistência estudantil da UnB.

O estudo socioeconômico é realizado por uma equipe de assistentes sociais que analisa com critérios técnicos específicos as solicitações dos estudantes para participação nos Programas. Os interessados preenchem formulário próprio e apresentam os documentos que comprovam a situação socioeconômica do grupo familiar ou do estudante, em data divulgada em edital, Calendário do Aluno, fôlder enviado aos calouros e cartazes afixados na UnB.

Após análise socioeconômica, os estudantes são classificados em três grupos:

- Grupo I: situação socioeconômica considerada insuficiente para a manutenção do estudante na Universidade;
- Grupo II: situação socioeconômica considerada parcialmente insuficiente para a manutenção do estudante na Universidade;
- Grupo Não Prioritário: situação socioeconômica considerada suficiente para a manutenção do estudante na Universidade.

Em 2011, no campus Darcy Ribeiro, foram realizados estudos socioeconômicos para 1.671 estudantes¹⁷. Destes, 1.147 foram contemplados com pelo menos um dos programas de Assistência Estudantil. A inscrição para participar do processo de avaliação socioeconômica foi realizada exclusivamente pela Internet nos períodos de 17 de março a 17 de junho de 2011 e de 12 de agosto a 14 de novembro de 2011.

Tabela 23 Resultados do Estudo Socioeconômico – Campus Universitário Darcy Ribeiro, UnB, 2011

Grupo	Quantidade
-------	------------

¹⁷ Dados contabilizados até 25 de novembro de 2011.

Grupo I	934
Grupo II	213
Total	1147

Fonte: DDS/DAC

3.2.2.1 Programa Bolsa Alimentação

Consiste em descontos oferecidos nos preços das refeições servidas no Restaurante Universitário/RU aos estudantes classificados como Grupo I e Grupo II.

- Grupo I – 80% de desconto. Valor da refeição: R\$ 0,50.
- Grupo II – 60% de desconto. Valor da refeição: R\$ 1,00.

Em 2011, contabilizou-se um total de 1.671 requerimentos desse serviço. Desses, 1.064 foram classificados como Grupo I, 221 como Grupo II e 140 não prioritários, além de 246 processos que não foram concluídos devido à documentação incompleta.

Ao longo dos anos, houve um aumento dos estudantes que solicitaram os programas de assistência estudantil, o que poderia sinalizar um maior acesso de classes populares à Universidade.

3.2.2.2 Programa Moradia Estudantil

O Programa de Moradia Estudantil tem o objetivo de oferecer moradia temporária aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, classificados nos grupos I ou II, prioritariamente aos oriundos de famílias que residem fora do Distrito Federal ou proveniente de regiões de difícil acesso ao campus Darcy Ribeiro e áreas rurais.

A partir do primeiro semestre de 2011, a Casa do Estudante Universitário (CEU) começou a ser desocupada para reforma de suas instalações, razão pela qual foi oferecido aos selecionados no Programa um auxílio em forma de pecúnia no valor de R\$ 510,00. Ademais, também foram oferecidas vagas em apartamentos locados pela Fundação Universidade de Brasília (FUB). O total de vagas no Programa de Moradia Estudantil equivale ao número de vagas na CEU, que são 368.

No âmbito da graduação, o processo de seleção para o Programa de Moradia é realizado semestralmente, enquanto na pós-graduação a seleção é anual. Em ambos os casos, os estudantes são classificados em ordem de prioridade e encaminhados de acordo com a disponibilidade de vagas.

Dos estudantes para os quais foi realizado o estudo socioeconômico com vistas à obtenção de moradia estudantil no segundo semestre de 2011, 295 estudantes foram classificados como Grupo I, 47 estudantes como Grupo II e 12 como não prioritários. Durante tal processo, 11 estudantes não contemplados entraram com recurso, sendo que 10 foram concedidos e um recurso foi indeferido.

Tabela 24 Quantidade de estudantes de graduação beneficiários de Moradia Estudantil por ano, UnB, 2007-2011

Ano	Solicitações	Atendimentos	Demanda Reprimida	Não Perfil
2007	156	101	50	5
2008	152	103	40	9
2009	187	95	80	12
2010	169	101	59	9
2011	151	106	45	8
TOTAL	815	506	274	43

Fonte: DDS/DAC

Tabela 25 Quantidade de estudantes de pós-graduação beneficiários de Moradia Estudantil por ano, UnB, 2007-2011

Ano	Solicitações	Atendimentos	Demanda Reprimida	Não Perfil
2007	93	46	46	1
2008	101	39	57	5
2009	68	32	35	1
2010	62	40	21	1
2011	86	7	79	0
TOTAL	410	164	238	8

Fonte: DDS/DAC

3.2.2.3 Programa Bolsa Permanência

O Programa Bolsa Permanência oferece ao estudante de graduação a oportunidade de desenvolver atividades remuneradas, preferencialmente na área de sua formação acadêmica. Em 2011, foram concedidas 580 Bolsas Permanência, sendo prioritária a colocação dos alunos do Grupo I e do Grupo II. São oferecidas bolsas com carga horária de 48 horas mensais, distribuídas em 12h por semana, no valor de R\$ 465,00.

No processo de seleção para Bolsa Permanência, houve 253 solicitações, sendo 150 estudantes classificados, 96 classificáveis e sete desclassificados. Em consequência, houve 23 recursos, sendo 17 indeferidos e um recurso deferido, porém não contemplado, e cinco recursos deferidos e contemplados.

Tabela 26 Quantidade de solicitações, concessões e demanda reprimida por Bolsa Permanência no Campus Universitário Darcy Ribeiro, UnB, 2011

Discriminação	Quantidade
Solicitações	812
Bolsas concedidas	580
Demanda reprimida	232

Fonte: DDS/DAC

3.2.2.4 Programa Vale-Livro

Para facilitar a aquisição de livros da Editora UnB (EDU), a Universidade dispõe do Programa Vale-Livro, destinado aos alunos classificados como Grupo I e Grupo II. Consiste no fornecimento de cinco Vales por semestre, que dão direito a 10% de desconto, além do já oferecido aos demais alunos. Em 2011, foram concedidos 400 Vales-Livros.

3.2.2.5 Programa de Apoio ao Estudante para a Participação em Eventos Técnico-científicos, Culturais e Políticos

Criado em 2010, o programa tem por objetivo apoiar a participação em eventos e cursos técnico-científicos, culturais e políticos dos estudantes de graduação que participam de um ou mais programas da Política de Assistência Estudantil desenvolvidos pela DDS/DAC.

3.3 Ações afirmativas para ampliar o acesso

Entre as ações afirmativas para ampliar o acesso ao ensino superior na UnB, destacam-se as questões da acessibilidade e a política de cotas, comentadas na sequência.

3.3.1 Acessibilidade no campus

O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília (PPNE/UnB) foi criado em 1999, vinculado à Vice-Reitoria, após diversas discussões sobre o ingresso e as condições de permanência dos estudantes com deficiências na Universidade. O objetivo do PPNE é estabelecer uma política permanente de atenção a esse segmento na UnB e assegurar sua plena integração à vida universitária, conforme a Resolução CEPE n. 048, de 12/9/2003, que dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares de graduação e pós-graduação com necessidades especiais. As atividades desenvolvidas pelo Programa visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico por meio da

consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã na comunidade universitária.

O público-alvo do PPNE são pessoas com:

- necessidades especiais temporárias, tais como gestantes, lactantes, pessoas com doenças contagiosas, membros imobilizados, obesos, pacientes em pós-operatório ou com eventuais necessidades de saúde, que tenham impacto nas atividades acadêmicas; e
- deficiência ou necessidade educativa especial, como deficiência física, auditiva, visual, intelectual e múltipla, além de dislexia, déficit de atenção e hiperatividade e transtornos globais do desenvolvimento.

Em 2011, o PPNE teve 80 estudantes cadastrados, conforme a tabela que se segue.

Tabela 27 Estudantes cadastrados por tipo de necessidade especial, UnB, 2011

Necessidades Especiais	Estudantes
Deficiência visual	11
Deficiência auditiva	9
Deficiência física	13
Transtornos Globais do Desenvolvimento	1
Dislexia	8
Transtorno de Déficit de Atenção	14
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	14
Transtorno de Déficit de Atenção e Dislexia	7
Outros	3
Total	80

Fonte: Programa de Portadores de Necessidades Especiais (PPNE)

A equipe do PPNE atualmente conta com uma equipe de técnico-administrativos formada por assistentes sociais, psicólogo escolar, pedagogo e técnico em assuntos educacionais efetivos, sendo necessária a sua ampliação tendo em vista o crescente número de estudantes cadastrados.

3.3.1.1.1 Acessibilidade física

O PPNE busca, conjuntamente com a Prefeitura do Campus, viabilizar a eliminação de barreiras arquitetônicas e a promoção da acessibilidade física da Universidade de Brasília. Sabe-se que o Campus Universitário Darcy Ribeiro não está preparado para acolher estudantes com necessidades especiais, particularmente deficiências física e visual, sendo necessária a realização de diversas adaptações e reformas na infraestrutura.

As principais demandas apresentadas por estudantes cadastrados no PPNE no que tange à acessibilidade física são:

- conserto e manutenção dos elevadores e plataformas elevatórias;
- adequação de rampas visando acesso ao subsolo dos edifícios;
- reformas de banheiros;
- adaptações nas escadas, como corrimão e espaço entre os degraus;
- recuperação de calçadas, vias de acesso e ligações entre os prédios e estacionamentos;
- instalação de piso e mapa tátil para deficientes visuais visando indicar os caminhos e sinalizar obstáculos;
- adaptação de mobiliários como mesas, cadeiras e bebedouros;
- sinalização de salas em braile;
- adaptação de espaços coletivos como a Biblioteca Central dos Estudantes e o Restaurante Universitário;
- identificação de vagas nos estacionamentos direcionadas para pessoas com deficiência e idosos;
- identificação de banheiros, mobiliários e equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência;
- disponibilização de carro devidamente adaptado para o transporte de estudantes com deficiência internamente no campus.

As necessidades de acessibilidade incluem a sala do PPNE. Em 2011, a Prefeitura do Campus (PRC) disponibilizou nova sala para a montagem de um laboratório de tecnologia assistiva a ser utilizado pelos estudantes com necessidades especiais. Esse projeto ainda não foi efetivado devido à necessidade de reforma do espaço físico e de reorganização das atuais salas, com integração desse laboratório. O projeto está em elaboração pela PRC e contemplará espaços para sala de atendimento individual, sala de reuniões e espaço para uso dos estudantes cadastrados.

Ressalta-se que a acessibilidade não se restringe ao aspecto físico, mas inclui também acessibilidade nas comunicações e nas atitudes. Nesse sentido, ressalta-se a importância da contratação de um intérprete de Libras, uma vez que a UnB ainda não possui esse serviço.

3.3.1.1.2 Ações contínuas

O PPNE desenvolve ações que visam à permanência e diplomação dos estudantes com deficiências na Universidade de Brasília, a saber:

- acompanhamento acadêmico aos estudantes com deficiências: tem por objetivo acompanhar a vivência acadêmica de cada estudante e

construir, em conjunto com seus professores, estratégias e adaptações de acordo com suas necessidades específicas;

- Programa de Tutoria Especial (PTE), regulamentado pela Resolução CEPE n. 10/2007 – serviço de apoio ao estudante com deficiência nos moldes da monitoria, com tutores que são colegas de disciplina com a função de apoiar o tutorado dentro e fora de sala de aula a partir de suas necessidades; o tutor especial tem a concessão de dois créditos em seu histórico escolar e pode receber uma bolsa de monitoria;
- Transporte no Campus: veículo disponível com prévio agendamento para o transporte interno dos estudantes cadastrados no PPNE com dificuldades de locomoção;
- realização de cursos e palestras para a comunidade interna e externa à UnB;
- articulação com Institutos e Faculdades para dialogar com coordenadores de curso, professores e servidores sobre as necessidades dos estudantes cadastrados e buscar estratégias para adequação de espaços e da prática educativa;
- articulação com a Prefeitura do Campus visando à melhoria dos projetos urbanos dos *campi* de modo a assegurar a acessibilidade e a eliminar barreiras arquitetônicas;
- articulação com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS) – projeto da Biblioteca Central da UnB que busca democratizar o acesso à educação, informação e cultura, pelo uso de equipamentos e recursos tecnológicos;
- parceria com o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de Educação – possibilita o acesso a materiais e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência visual, como impressão em tipo ampliado e braile, utilização de ferramentas e recursos computacionais, gravação de áudio e recursos de acessibilidade;
- supervisão de estagiários de Serviço Social em campo e desenvolvimento de projetos e suporte para conclusão de trabalho de conclusão de curso.

3.3.1.1.3 Projetos em desenvolvimento

Desde 2009 o PPNE participa do Programa de Bolsas de Graduação Reuni com o projeto Acompanhamento e Avaliação do Programa de Tutoria Especial (PTE) e Planejamento da Interação do PPNE com as Unidades Acadêmicas e os *campi* da UnB, contando com cinco vagas para bolsistas de graduação. A proposta está dividida em dois eixos de atuação. O primeiro trata do PTE, particularmente ao seu acompanhamento e avaliação. O segundo eixo trata da integração entre o PPNE e as Unidades Acadêmicas: Departamentos,

Faculdades e Institutos da Universidade. O objetivo é compreender como as Unidades Acadêmicas entendem questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades especiais, acessibilidade, entre outros, possibilitando atuar de maneira mais efetiva na construção de uma educação inclusiva.

O PPNE vem participando anualmente do Programa Incluir, desenvolvido desde 2005 pela Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, que tem o objetivo de apoiar a implantação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2010, o PPNE foi contemplado com recursos para aquisição de materiais permanentes, além da reforma da sua sala e de capacitação por meio da realização de cursos.

O PPNE tem elaborado um projeto de diagnóstico sobre a acessibilidade física do campus Darcy Ribeiro, com o auxílio dos estudantes cadastrados, de modo a identificar as barreiras arquitetônicas e as providências necessárias para sua adaptação. Está realizando ainda uma campanha de divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica sobre a temática da educação inclusiva e deficiências.

3.3.2 Política de cotas

As políticas de ação afirmativa têm como objetivo o enfrentamento de um quadro de desigualdades, reconhecido pelo Estado brasileiro e observado pela UnB. A Universidade de Brasília foi a primeira instituição federal a instituir o sistema de cotas, em junho de 2004, após cinco anos de debates. A ação afirmativa fez parte do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da UnB e foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). No primeiro vestibular, o sistema de cotas foi responsável por 19% dos candidatos. A eles, a cada ano, são destinados 20% do total de vagas de cada curso oferecido.

3.3.2.1 Cotas para negros

O sistema de cotas para negros existe porque a universidade brasileira é um espaço de formação de profissionais de maioria branca. Ao manter a supremacia de um segmento étnico na construção do pensamento dos problemas nacionais, a oferta de soluções se torna limitada¹⁸.

¹⁸ http://www.unb.br/estude_na_unb/sistema_de_cotas

Em 2011, o sistema completou sete anos com um saldo de 1.024 cotistas formados. Desde 2004, ano da primeira turma de estudantes ingressados pelas cotas, 6.180 candidatos cotistas já se matricularam na Universidade.

Criada para durar dez anos, tem sido objeto de estudos que avaliam a efetividade da medida. Os resultados de um estudo realizado em 2008, em suma, mostraram que: a procura pela UnB vem caindo nos últimos anos e, no ano de 2006, a demanda pelas cotas caiu abruptamente; os cotistas tendem a se candidatar em maior proporção para os cursos considerados de baixo prestígio; o desempenho médio dos cotistas no vestibular é semelhante ao dos não cotistas; as cotas são efetivas quanto à finalidade de incrementar a participação de negros entre os aprovados para cursos mais valorizados; com a duplicação do número de vagas ofertadas, sem cotas, não haveria um aumento da representação do negro entre os aprovados; o rendimento acadêmico dos alunos cotistas é semelhante ao de seus colegas, mas alunos cotistas de cursos considerados de maior prestígio na área de Ciências merecem atenção especial, pois obtiveram rendimento substantivamente inferior ao dos alunos do sistema universal (CARDOSO,2008).

Nesse contexto, a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, constatou, também em 2008, que mais de 57% dos formandos cotistas já haviam ingressado no mercado de trabalho; 18% estavam concluindo estágios e 24% estavam se preparando para cargos públicos.

Em junho de 2011, a Universidade sediou uma audiência pública para avaliar os resultados alcançados e debater a ampliação de políticas afirmativas. Neste encontro, foram apresentados dados que ratificam os benefícios do sistema de cotas. De acordo com pesquisadores do Departamento de Economia da Universidade presentes nessa audiência, é praticamente nula a diferença entre as notas de negros beneficiados e não beneficiados pelas cotas. No geral, os alunos brancos têm rendimento de 0,3 pontos maior em uma escala de 0 a 10. Segundo os indicadores apresentados, as famílias dos estudantes negros são em média mais pobres e menos escolarizadas. Cerca de um quarto dos alunos afrodescendentes tem renda familiar inferior a três salários mínimos. Entre os brancos, o índice é de 8%. Para os pesquisadores, é possível afirmar que há uma correlação entre raça e classe social.

O assunto também foi abordado no recente Relatório de Gestão Institucional da Universidade – que é discutido na Dimensão 8. O resultado da

pesquisa realizada com os gestores da Universidade indica que, para 87% dos entrevistados, a UnB possui uma política de cotas para ingresso nos cursos de graduação que é institucionalizada, claramente definida, amplamente disseminada, atualizada e resulta em uma oferta de vagas compatível com a infraestrutura acadêmica disponível, a justiça social e as exigências do mercado de trabalho.

Como forma de apoio, os alunos cotistas possuem, na Universidade, o suporte do Centro de Convivência Negra, que abriga:

- espaço para estudo e reuniões;
- biblioteca de referência para consulta sobre ações afirmativas;
- mural de divulgação de atividades ligadas a ações afirmativas;
- apoio aos programas de pesquisa, ensino, extensão e assistência voltados aos negros;
- sala de apoio aos cotistas.

Por fim, cabe ressaltar que o sistema de cotas para negros da UnB não é uma iniciativa consensual. Em 2009, o partido Democratas protocolou pedido de suspensão da reserva de vagas no Supremo Tribunal Federal. A alegação é de que a cor da pele não seria um fator limitante ao ingresso na universidade. Pelo menos duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra as cotas também tramitam no Supremo Tribunal, sem data para julgamento.

3.3.2.2 Cotas para indígenas

O sistema de cotas raciais na Universidade não beneficia apenas os negros. A comissão que implementou as cotas para negros também foi responsável pelo convênio entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), assinado em 12 de março de 2004.

Conforme o acordo, a cada semestre, dez indígenas aprovados em um teste de seleção ingressam na UnB. A oferta de cursos para esses alunos varia de acordo com as necessidades de sua tribo e a disponibilidade de vagas na Instituição. A FUNAI oferece suporte de moradia e alimentação aos indígenas e, em contrapartida, a UnB oferece apoio acadêmico para que eles permaneçam na Universidade.

No início, o ingresso era feito por meio de transferência facultativa. A partir de 2006, a Universidade passou a organizar o vestibular exclusivo para esse público. De acordo com dados fornecidos pela coordenação acadêmica

dos estudantes indígenas, 77 índios ingressaram na universidade no período compreendido entre o início do convênio e o ano de 2010.

Os dados mais recentes indicam que, no vestibular indígena 2011, 152 candidatos concorreram a dez vagas nos cursos de Agronomia, Ciências Sociais, Enfermagem e Obstetrícia, Engenharia Florestal, Medicina e Nutrição. Os dez aprovados se juntaram a outros 44 indígenas de mais de dez etnias diferentes que já frequentavam cursos na UnB.

Apesar das dificuldades enfrentadas por este grupo de cotistas, tais como a diferença cultural e o baixo valor que recebem para pagar moradia e alimentação, a UnB continua investindo em ações para fornecer educação a essa população. Prova disso é que, em 2011, a Universidade de Brasília reservou 13 das 26 vagas oferecidas no curso de mestrado profissional em Desenvolvimento Sustentável a indígenas com formação superior. As vagas reservadas beneficiaram diretamente os alunos e egressos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) que destina 10% de suas vagas de graduação a indígenas.

3.4 Políticas de contratação de pessoas com deficiência

A UnB cumpre o que preconizam as Leis n. 7.853/1989 e 8.213/1991, destinando percentual de vagas nos editais de concurso público quando vigente. Assim, nos últimos dois anos, a Universidade convocou 30 candidatos com deficiências, conforme demonstra o quadro que se segue:

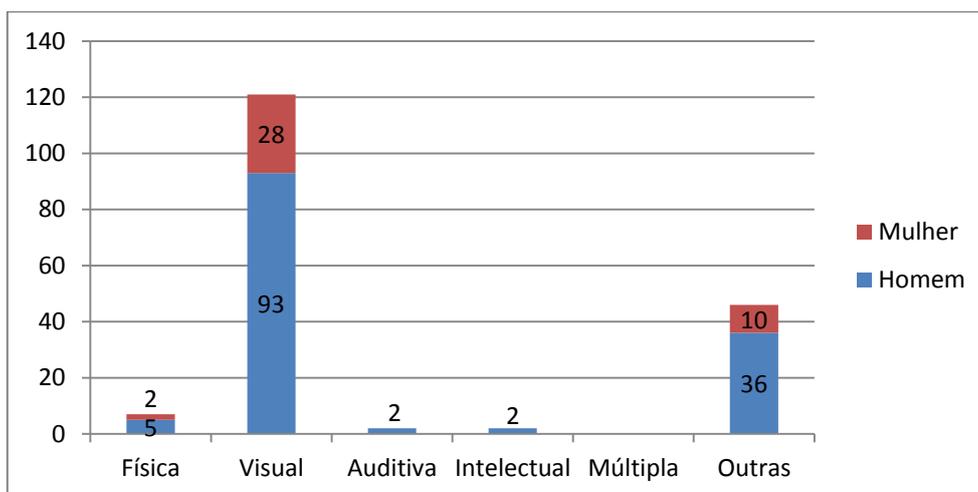
Quadro 12 Pessoas com deficiências nomeadas nos concursos públicos da FUB, UnB, 2008-2010

Concurso Público 2008 (Vencido em 5/6/2010)		
Cargo	Nível	Quantidade
Assistente em Administração	Médio	9
Técnico de Contabilidade	Médio	1
Bibliotecário/Documentalista	Superior	1
Secretário-Executivo	Superior	2
Total		13
Concurso Público 2009 (Vencido em 8/11/2011)		
Cargo	Nível	Quantidade
Administrador de Edifícios	Médio	4
Técnico de Contabilidade	Médio	1
Administrador	Superior	1
Auditor	Superior	1
Enfermeiro	Superior	1
Nutricionista/Habilitação	Superior	2
Psicólogo/Área: Escolar	Superior	1
Total		11
Concurso Público 2010 (A vencer em 24/2/2013, podendo ser prorrogado)		
Cargo	Nível	Quantidade
Assistente em Administração	Médio	6
Total		6
Total Geral		30

Fonte: DGP

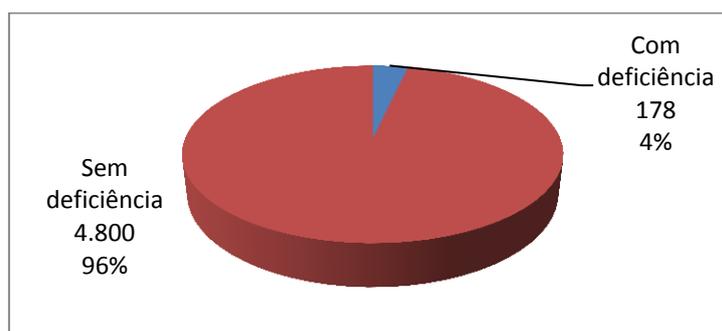
Os servidores com deficiências por sexo e a distribuição dos servidores segundo a deficiência estão nas duas próximas figuras. Percebe-se que o tipo de deficiência mais comum é a visual. Há 121 servidores nessa condição. As deficiências auditiva e intelectual só ocorreram em pessoas do sexo masculino e a deficiência múltipla não ocorreu. A quantidade de homens é bem maior, 138, contra 40 mulheres com deficiências.

Figura 14 Trabalhadores com deficiência por sexo, UnB, 2011



Fonte: DGP

Figura 15 Servidores ativos por categoria e presença de deficiência, UnB, 2011



Fonte: DGP

3.5 Ações para promover iniciativas de incubadores de empresas, empresas juniores, captação de recursos

O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB¹⁹) é um grande incentivador da inovação tecnológica no Brasil e apoia a pesquisa e o desenvolvimento do empreendedorismo, além de fortalecer os laços existentes entre a Sociedade, Empresas e o Governo. As atividades do CDT são estabelecidas a partir de quatro eixos de atuação: Ensino, Pesquisa e Difusão do Empreendedorismo; Transferência e Comercialização de Tecnologias; Desenvolvimento Empresarial e Cooperação institucional: Universidade, Empresa, Governo e Sociedade.

¹⁹ Informações disponíveis em www.cdt.unb.br. Consulta em 28/3/2012.

O CDT é gestor do Parque Científico e Tecnológico da UnB, ambiente adequado ao desenvolvimento de tecnologias e geração de conhecimento, produtos e serviços tecnológicos para atender ao mercado em parceria com empresas públicas e privadas, sejam elas nacionais ou internacionais, de maneira sustentável, visando ao desenvolvimento socioeconômico e ao fortalecimento das estruturas de PD&I no País.

Além de ser uma instituição que apoia projetos que beneficiam diretamente a população com ações relacionadas à tecnologia, empreendedorismo, inovação, associativismo e cooperativismo, o CDT é responsável pelo desenvolvimento econômico e consolidação de negócios, gerando trabalho, renda e sustentabilidade.

Os eixos de atuação do CDT são a) desenvolvimento empresarial, b) ensino, pesquisa e difusão do empreendedorismo, c) transferência de tecnologia e d) gestão da cooperação institucional. No primeiro desses quatro eixos desenvolvem-se os programas Multincubadora de Empresas e Hotel de Projetos. O objetivo desses programas é estimular a criação e o desenvolvimento de empreendimentos no Distrito Federal por meio de ações e serviços que contribuam para o sucesso destes negócios, assim como para o fomento tecnológico, desenvolvimento econômico, autossustentabilidade regional e inclusão social. Oferece a novos empreendedores assessoria técnica e consultoria, cursos de capacitação, rede de contatos e infraestrutura compartilhada, os programas visam gerar impacto direto no desenvolvimento tecnológico e econômico regional ao apoiar a criação e o desenvolvimento pleno de empreendimentos como empresas de base tecnológica ou tradicionais, ou com ênfase em *design*, ou, ainda, associações e cooperativas de caráter social e solidário.

O Hotel de Projetos hospeda empreendimentos em ambiente favorável ao empreendedorismo, oferecendo conhecimento, capacitando e desenvolvendo para o mercado. A Multincubadora de Empresas apoia os empresários de pequeno porte para que tenham a possibilidade de colocar suas ideias inovadoras em prática e ganhar acesso ao mercado. Segundo dados do CDT, atualmente o programa Hotel de Projetos abriga 18 empreendimentos em pré-incubação

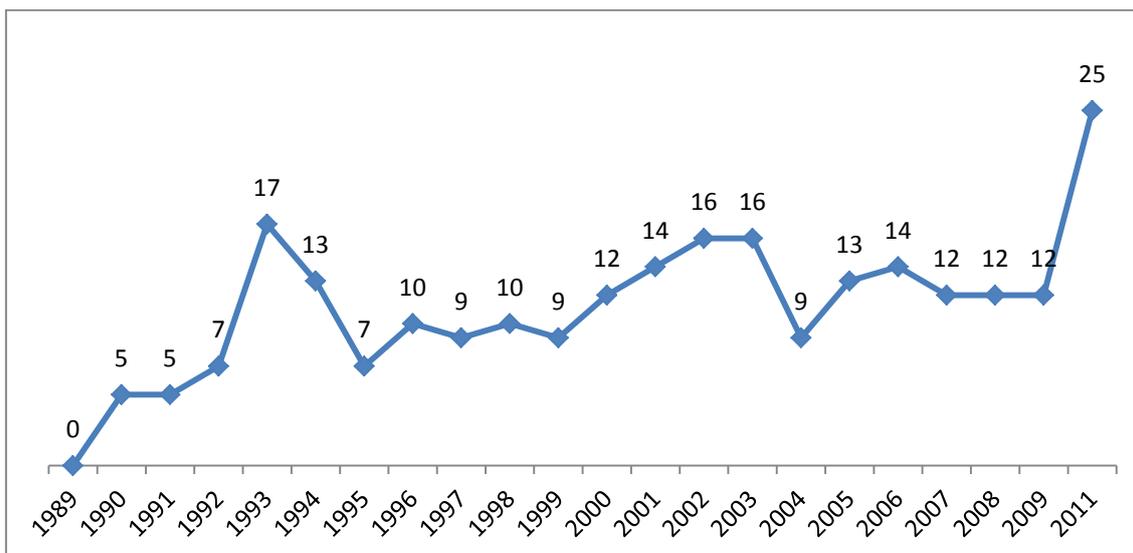
Atualmente, fazem parte da Multincubadora 10 empreendimentos de base tecnológica e 61 são considerados graduados. O Programa oferece apoio

ao desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços que apliquem conhecimentos científicos e usem técnicas avançadas e inovadoras. Mais de 100 empreendimentos já foram incubados na UnB.

Desde 2005, o CDT passou a integrar empreendimentos na modalidade social e solidária, que valorizam a forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano. Conhecido como Economia Solidária, esse modo de inserção na vida econômica possui como base o movimento associativista e cooperativista, sendo pautado nos princípios de autogestão, solidariedade e democracia. Atualmente, há 11 empreendimentos incubados, totalizando mais de duzentas pessoas diretamente atendidas.

A Incubadora de Arte e Cultura (Articula DF) é a mais nova modalidade do Programa Multincubadora de Empresas do CDT. Lançada em 2010, a modalidade busca conectar a Universidade à sociedade, promover a gestão sustentável, o empreendedorismo, a acessibilidade e a difusão e o desenvolvimento da arte e da cultura, a fim de gerar oportunidades e impacto positivo na economia da cultura local. Em 2010, a Incubadora lançou seu primeiro edital de seleção, passando a apoiar quatro empreendimentos artístico-culturais. Atualmente, cinco empreendimentos estão incubados nesta modalidade, além de três redes: Centcoop composta de 23 associações/cooperativas; Rede Terra composta de 42 famílias de agricultores; e Bem Me Quero, com Empreendimentos

Figura 16 Empresas incubadas no CDT/UnB, 1989-2009



Fonte: <http://www.cdt.unb.br/multincubadora/basetecnologica/indicadoreseresultados>

Nota: o dado de 2011, obtido em 28/3/2012, inclui as três modalidades de incubação.

O CDT possui ainda o Programa Empresa Junior, na linha de Ensino, Pesquisa e Difusão do Empreendedorismo.

A Universidade de Brasília, até o ano de 2011, tinha 18 empresas juniores vinculadas a cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, atendendo às mais diversas demandas, além de uma incubadora de empresas. Essas entidades têm como finalidade principal a promoção da interação entre a Universidade e o mercado. O Quadro 13 indica as empresas juniores da UnB e ano em que foram criadas.

Quadro 13 Empresas Juniores em Funcionamento, UnB, 2011

Nome da Empresa	Ano de criação
296 – Empresa Junior de Comunicação	1996
AD&M – Empresa Junior de Administração	1992
CJR – Empresa Junior de Computação	1999
Concreta – Empresa Junior de Engenharia Civil	1996
Ecoflor – Empresa Junior de Engenharia Florestal	2008
Econsult – Empresa Junior de Economia	2001
Enetech – Empresa Junior de Engenharia Elétrica	2006
EngNet – Empresa Junior de Engenharia de Redes de Comunicação	2007
Estat – Empresa Junior de Estatística	1995
Facto – Empresa Junior de Comunicação	2009
Lamparina – Empresa Junior de Desenho Industrial	2004
Mecajun – Empresa Junior de Engenharia Mecatrônica	2002
Nutrir – Empresa Junior de Nutrição	2010
Práxis – Empresa Junior de Psicologia	1995
Pupila Audiovisual – Empresa Junior de Comunicação	2008
Sapiens – Empresa Junior de Biologia	2010
Strategos – Empresa Junior de Ciências Políticas	2005
TECMEC – Empresa Junior de Engenharia Mecânica	2006

Para continuar promovendo o desenvolvimento econômico e social a UnB, além de outras ações, deve ofertar um número maior de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação; capacitar recursos humanos; fortalecer a cultura empreendedora; estimular a interação universidade-empresa; intensificar pesquisas em áreas estratégicas do desenvolvimento regional e nacional; ampliar serviços de toda espécie, fornecidos como atividades de extensão.

3.6 O esporte e as atividades culturais (Diretoria de esporte, arte e cultura)

A Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA), vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), foi criada pelo Ato da Reitoria n. 269/1994, em 2/3/1994, com a competência de planejar, coordenar, divulgar, acompanhar e avaliar programas e projetos comunitários com vistas à execução de uma política artístico-cultural e esportiva no âmbito da Universidade de Brasília.

A DEA implementa programas de desenvolvimento, valorização e incentivo à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer destinados à comunidade universitária. Sua estrutura organizacional atual é composta por uma Secretaria Administrativa, um Serviço Artístico e Cultural e um Serviço de Esporte e Lazer.

Em seu atendimento, apoia também as Organizações Comunitárias, formadas principalmente por Centros Acadêmicos e Movimentos Sociais vinculados à UnB. Além dessas entidades, colabora com grupos culturais e esportivos constituídos por técnico-administrativos, professores e estudantes.

Entre as atribuições da DEA está a administração dos espaços culturais: Centro Comunitário Athos Bulcão; Auditório Dois Candangos; Anfiteatro 9; e Núcleo de Dança/Vivências. Na área esportiva gerencia a quadra de esportes José Maurício Honório Filho.

Na missão da DEA, o esporte, o lazer, a arte, a cultura, reconhecidos como direito pela Constituição Brasileira, são aplicados como instrumentos de educação para a cidadania, a ética e a sustentabilidade, visando o desenvolvimento humano e à integração social. Desta forma, as ações são construídas coletivamente, em interface com as áreas acadêmicas e comunitárias, buscando valorizar o respeito às diferenças, à diversidade cultural e as ações que fortaleçam a convivência e a solidariedade nos *campi*.

A atuação da Diretoria será apresentada por meio dos resultados dos seus Grupos de Trabalho, das suas contribuições às Comissões, das ações próprias e dos principais projetos desenvolvidos pelos seus Serviços e Coordenações ao longo deste ano.

3.6.1 Desenvolvimento

Em 2011, a DEA estudou novas formas de organização para desenvolver suas funções de forma dinâmica e interativa, preservando a liberdade e a autonomia dos diversos grupos culturais e esportivos da comunidade que interagem com seu corpo técnico e administrativo, mantendo presteza, divulgação e transparência em seu atendimento. As discussões com a equipe DEA e os diversos grupos de trabalho foram baseadas em um novo modo de funcionamento em uma visão sistêmica e orgânica, em que as visões do institucional, político, técnico e administrativo interagem para a realização das propostas institucionais e comunitárias.

Um fator que se destaca nesses estudos é a valorização da arte, da cultura e do esporte como práticas humanas plenas que permitem convivência, troca de experiências e desenvolvimento integral. Por serem expressões do ser humano, evoluem juntamente com ele, possuem forma e conteúdo, ética e estética e por isso são instrumentos fundamentais de educação, formação cidadã e desenvolvimento social.

Desde o início da gestão da DEA, em 2008, busca-se uma forma de equipar a diretoria com infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos diversos programas e projetos para avanço da área. Em 2011, o grupo de trabalho de reestruturação propôs um novo organograma e solicita recomposição de sua equipe técnica para enfrentar os diversos desafios, para promover um atendimento comunitário de maior qualidade.

Neste último ano foi implantado o Programa Bolsa Atleta; foi discutido o Programa Bolsa Artista; ocorreu a participação nas comissões UnB 50 anos e Festival Latino Americano e Africano de Arte e Cultura (FLAAC); o lançamento de edições nacionais dos projetos de música, performances artísticas e combate à homofobia, a diversificação do projeto Tour no Campus Científico, Ecológico e Cultural, a expansão do Programa de Treinamento Desportivo com atendimento a diversas modalidades, dentre outras. Estas ações contribuíram para o desenvolvimento do campo cultural e esportivo da Universidade de Brasília.

3.6.2 Arte e cultura

Diante da demanda da Universidade em relação ao desenvolvimento da arte e da cultura, o Serviço Artístico e Cultural (SAC) implementou ações que visaram a interface com a área acadêmica do Instituto de Artes e do Departamento de Sociologia para o atendimento de propostas artísticas provenientes tanto da comunidade quanto dos próprios centros de custo.

Outras intervenções importantes foram realizadas por meio das participações em comissões, tendo o SAC colaborado nos processos de criação artística, logística e organizacional, destacando-se como um setor criativo e dinâmico, atuando em diversas frentes, da criação à execução financeira, administrativa e artística.

Ações de arte-educação por meio da linguagem teatral, apresentadas pelo Clube de Teatro, foram efetivadas no intuito de despertar na comunidade acadêmica aspectos ligados a cidadania, meio ambiente e convivência harmônica por meio de teatro participativo, com técnicas do Teatro do Oprimido e Teatro Fórum, objetivando novas perspectivas educacionais e cidadãs.

O SAC atuou em diversas frentes nos projetos oriundos da comunidade universitária, facilitando e apoiando os eventos culturais propostos pelos diversos segmentos. Ressalta-se a importância de um Serviço Artístico e Cultural que também contribui para formação acadêmica dos alunos da UnB, estimulando a produção de bens simbólicos por meio de eventos culturais, apresentados à comunidade acadêmica, em projetos de ação contínua e eventos esporádicos, e muitas vezes espontâneos, provenientes de manifestações culturais que ocorrem diariamente no campus Darcy Ribeiro e demais *campi*.

A produção musical é destacada pela valorização dos grupos organizados de corais, bandas, grupos musicais e cantores. O investimento em equipamentos culturais e o apoio a viagens para participação em mostras e festivais foram fundamentais para a valorização e o estímulo às ações propostas pelos grupos constituídos pelos segmentos docente, discente e técnico-administrativos da UnB.

Na área de audiovisual, foram realizadas parcerias com embaixadas, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cultura e órgãos internos da Universidade para a viabilização de mostras cinematográficas com caráter de formação, reflexão, formação cidadã e educação ambiental. As mostras foram

seguidas de debates entre o público, em sua maioria estudantes de graduação, fator contribui para a formação complementar.

Na área de Artes Visuais, o Serviço apoiou diversas iniciativas, visando à valorização de proposições advindas principalmente do Centro Acadêmico de Artes Visuais, constituindo-se uma parceria especial para implementação de novos projetos nessa área, com a participação de toda a comunidade universitária.

A equipe de trabalho do SAC é composta, em sua grande maioria, por estagiários-técnicos de graduação e bolsistas. Os alunos de graduação e os recém-formados têm a oportunidade de um primeiro contato de trabalho na área de produção cultural, o que possibilita uma experiência efetiva e dentro da academia de trabalhar em suas respectivas áreas de formação.

A equipe organizou o Núcleo de Acervo Artístico, constituído de um acervo de figurino para teatro e cinema, de materiais cenográficos para utilização em eventos artísticos, culturais e desportivos, bem como de um acervo audiovisual das produções artísticas da Diretoria. Todo o material está organizado e catalogado e disponibilizado para consulta e empréstimo para a comunidade universitária.

Tabela 28 Ocupação dos espaços culturais e esportivos, UnB, 2011

Espaço	Eventos	Público
Anfiteatro 9	117	12.230
Auditório Dois Candangos	93	8.650
Centro Comunitário Athos Bulcão	93	155.800
Núcleo de Dança	82	3.478
Quadra José Maurício Honório Filho	452	4.520
Total	837	184.678

Fonte: DEA/DAC

Nota: 452 permissões de uso com participação de 4.520 pessoas

Quadro 14 Programas culturais, UnB, 2011

Discriminação	Participantes/Eventos
Projeto Clube de Teatro	119 encontros 2.320 participantes 3 intervenções 3 oficinas
Projeto Baú das Artes	-----
Projeto Campus Sonoro	5 bandas 1.230 participantes
Projeto Cultura no RU	-----
Projeto Tour no Campus	30 escolas 1.107 alunos 65 professores

Discriminação	Participantes/Eventos
Projeto Tour no Campus – Arte e Cultura	7 encontros 265 alunos 7 professores
Anfiteatro 09	114 eventos 12.250 pessoas
Auditório Dois Candangos	93 eventos 8.650 pessoas
Núcleo de Dança	8 oficinas 12 ensaios 355 pessoas
Oficina Esquentando o Marmitex	1 oficina 15 participantes
Recital na Reitoria	6 eventos 600 participantes
Show Todo e FINCA juntos no encerramento da Semana de Boas Vindas.	1 evento 500 participantes
Projeto Oficina de Pífano	1 evento 20 encontros e 1 apresentação 190 participantes
Plenária LGBT da UnB (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), de 29 e 30/6/11, no Anfiteatro 09 com mesa de abertura, mesa acadêmica, mesa de movimentos sociais e plenária final.	1 evento 157 participantes
Semana Preparatória do evento Fronteiras do Projeto Tubo de Ensaios com oficinas, palestras, mesa redonda e mostra de vídeos. Período: 05 a 9/9/2011, no Anfiteatro 9 e Auditório Dois Candangos Parceiros: DEX/UnB, IdA/UnB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Sergipe, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Goiás.	1 evento 100 participantes
Projeto Tubo de Ensaios Fronteiras (Projeto Experimental de Arte Performance). Período: 1º e 2/10/2011, no ICC Parceiros: DEX/UnB, IdA/UnB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Sergipe, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Goiás.	1 evento 1000 participantes 82 inscritos 43 projetos 169 artistas
XIII FINCA – Festival Universitário de Música Candanga – Interno da UnB. Eliminatórias: 7 a 11/11/2011 (Anfiteatro 09), sendo 45 bandas e público de 2.100 pessoas. Final: 12/11/2010 (Centro Comunitário Athos Bulcão), sendo 11 bandas finalistas e 02 bandas de outras universidades e público de 2.000 pessoas.	1 evento 45 bandas e 4.100 participantes
Encontro TransArte. A Arte como reflexão das problemáticas dos corpos. Dia: 25/11 (9h às 4h) e 26 a 27/11/2011 (8h às 22h). (Anf. 9, CAB, Galeria da FAU, IdA).	1 evento 2.000 participantes 37 participantes na pré-produção e 5 participantes na produção.

Discriminação	Participantes/Eventos
Participação do funcionário Magno Geraldo Ribeiro de Assis na Quadrienal de Praga, de 15 a 27/6/2011, em Praga-República Tcheca.	1 evento 6 trabalhos da UnB 5.000 profissionais 30.000 participantes 76 países
Participação da funcionária Adilude Pereira Passos Valadão e 4 coralistas do Coro Italiano da UnB no evento Canta Brasil, a ser realizado de 23 a 28 de agosto de 2011, na cidade de Caxambu/MG.	1 evento 05 participantes (UnB)
Participação da estagiária-técnica de Produção Cultural ROSA LEITE MELO no XV Encontro Nacional de Estudantes de Artes – ENEART, em Natal/RN, de 23 a 29/10/2011.	1 evento 1 participante (UnB)
Participação de um estagiário de Produção Cultural Devanir Rodrigues de Oliveira no IV Seminário de Pesquisa em Arte e Cultura Visual: Ética, Estética e Metodologia de Pesquisa de Arte e Imagem, de 31/5 a 4/6/2011, em Goiânia/GO.	1 evento 1 participante (UnB)
Participação do Coral da UnB na Terceira Edição do Festival Choral Internacional em Aveyron, cidade de Saint. Affrique, na França, 22/7 a 1º/8/2011.	1 evento 200 espectadores 10 concertos do Coral da UnB 10 cidades na região de Aveyron, sul da França.
Participação de 6 integrantes do coral da UnB no evento "Troisième Festival International em Aveyron", de 20/7 a 3/8/2011, na cidade de Toulouse, na França/Paris.	1 evento 06 integrantes (UnB)
II Encontro de Corais da UnB (Semana Universitária), de 03 a 7/10/2011, na UnB, com a apresentação de 12 corais.	1 evento 12 corais 120 participantes
Serenata de Natal (Os ensaios tiveram início no dia 20/08 e término no dia 9/12/2011 com 120 pessoas. As apresentações ocorreram nos dias 16 a 22/12/2011).	1 evento 10 turnos de apresentações 120 pessoas/ensaio
Coral da UnB	50 ensaios e 16 apresentações 40 pessoas/ensaio
Coro Sinfônico Comunitário	52 ensaios e 5 apresentações 300 pessoas/ensaio
Coral dos Cinquentões	64 ensaios e 3 apresentações 45 pessoas/ensaio
Coral Oásis	66 ensaios e 7 apresentações 44 pessoas/ensaio
Coral Italiano	22 ensaios e 2 apresentações 20 pessoas/ensaio
Coral Popular da UnB	14 ensaios 17 pessoas/ensaio
Camerata Ataíde	46 ensaios e 4 apresentações 20 pessoas/ensaio

Discriminação	Participantes/Eventos
Coral dos Servidores (ASFUB)	42 ensaios e 12 apresentações 20 pessoas/ensaio
Coral Madrigal da UnB	40 ensaios e 7 apresentações 36 pessoas/ensaio

Fonte: DEA/DAC

3.6.3 Esporte e lazer

O Serviço de Esporte e Lazer (SEL) tem por objetivo estimular o desenvolvimento destas áreas no âmbito da Universidade de Brasília e contribuir para a melhoria da qualidade de vida nos *campi*, por meio da promoção de programas e eventos de esporte e lazer, aplicados como instrumento de educação, de promoção de saúde e de integração.

Seus principais eixos de ação abrangem:

- formar grupos esportivos que tenham autonomia em suas organizações para prática esportiva;
- apoiar atletas, equipes e entidades esportivas da comunidade universitária, auxiliando-os em sua organização, treinamentos e participação em eventos esportivos;
- promover eventos esportivos e de lazer integrativos;
- abrir campo de experiência em gestão esportiva para estudantes e jovens pesquisadores, como também para técnicos esportivos, auxiliares e outros profissionais na área de treinamento, para o que sua equipe é constituída por estagiários técnicos, estagiários de graduação e estudantes bolsistas.

Em 2011, o Serviço de Esporte e Lazer desenvolveu as seguintes ações:

- aprovação do Programa Bolsa Atleta Universitária no âmbito da Comissão REUNI e na Câmara de Assuntos Comunitários do Decanato de Assuntos Comunitários, tendo como diretriz maior para a área o Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta, que visa valorizar os atletas estudantes, funcionários, professores e estagiários técnicos que representam a UnB para manutenção das atividades esportivas ao longo de sua formação universitária e de seu trabalho;
- contratação de técnicos especializados para desenvolvimento do Programa de Treinamento Esportivo;
- acompanhamento do trabalho dos técnicos esportivos envolvidos no treinamento do esporte e no suporte aos atletas da UnB;
- estudos para construção de novos espaços esportivos e reforma dos existentes, para ampliação e melhoria das instalações esportivas em todos os *campi*;

- apoio ao intercâmbio esportivo de estudantes, professores e técnicos para participarem de eventos que contribuam para o desenvolvimento humano e para a formação cidadã por meio do esporte, provendo suporte aos deslocamentos dos atletas em participações locais, nacionais e internacionais com recursos próprios ou patrocínios;
- participação em reuniões para a elaboração da proposta da UnB como sede das Universíades;
- ampliação do atendimento à comunidade por meio do Programa de Lazer Caiaque Comunitário;
- apoio à realização de competições esportivas;
- realização de competições esportivas integrativas.

As principais ações do setor estão nos projetos realizados ou apoiados, a saber:

- apoio à arbitragem no II Campeonato Liga de Redes de Futsal em maio;
- oferta de Oficina de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Humano na área de Yoga;
- participação da equipe de Judô na Liga do Desporto Universitário realizada em maio, na cidade de São Paulo/SP;
- participação do técnico de basquete na Escola Nacional de Treinadores de Basquetebol em junho, na cidade de Belo Horizonte/MG;
- participação de atleta na Liga do Desporto Universitário Aberto de Xadrez em maio, na cidade de Goiânia/GO;
- participação de atleta de Atletismo na competição Troféu Adhemar Ferreira da Silva, em maio, na cidade de São Paulo/SP;
- participação da equipe de Karatê na Liga de Desporto Universitário, em maio, na cidade de São Paulo/SP;
- participação da equipe de Voleibol, no Campeonato Aberto em abril na cidade de Goiânia/GO;
- realização de estudos para a elaboração de Programa de Educação Nutricional para o atleta de julho a dezembro de 2011;
- implantação do Programa de Musculação para os Atletas em novembro;
- participação do atleta de Karatê no Campeonato Panamericano de Cadetes Junior e Sub 21 em agosto, na cidade de Fortaleza/CE;
- participação da equipe de Handebol na Copa da cidade de Anápolis/GO em abril;
- participação de atleta na Meia Maratona Internacional do Rio em agosto;
- participação da Comissão Técnica do Futsal Masculino no Estágio para treinadores em julho, na cidade de Santos/SP;

- participação das equipes femininas de Basquete, Voleibol e Handebol na fase regional da Liga de Desporto Universitário em junho, na cidade de Vila Velha/ES;
- participação de atleta docente no Campeonato Mundial IFDS 2011 *World Championship* em junho, na cidade de Weymouth na Inglaterra para disputa de vaga para a Paraolimpíada;
- participação da equipe do Caiaque Comunitário na XXVIII Travessia do Araguaia 2011 em julho, na cidade de Aruanã/GO;
- participação da equipe no Campeonato Brasileiro de Karatê Universitário em setembro, na cidade de Manaus/AM;
- participação da equipe de Futebol de Campo na Liga do Desporto Universitário em outubro, na cidade de São Paulo/SP;
- participação de atleta docente no XXI Campeonato Mundial de Basquete Master em junho, na cidade de Natal/RN;
- pagamento de anuidade à Federação do Esporte Universitário do Distrito Federal (FESU);
- inscrição de atletas nas Olimpíadas Universitárias e Ligas do Desporto Universitário, pagamento efetuado à Federação do Esporte Universitário do Distrito Federal DF (FESU);
- aquisição de tatame para lutas em atendimento aos clubes desportivos filiados a Atlético da UnB;
- realização do XXIV Cross Cerrado etapa Darcy Ribeiro em outubro com a participação de 300 atletas;
- realização dos JIUnBs com a oferta de 24 modalidades esportivas em outubro, novembro e dezembro no Centro Olímpico;
- aquisição de equipamentos e trajes de Canoagem para atender os Projetos Caiaque Comunitário, Tour Ecológico e Treinamento de Canoagem;
- contratação de técnica de canoagem para treinamento e formação de equipe na modalidade de setembro a dezembro;
- realização do XIII Torneio de Futsal – Semana do Servidor em outubro, na Quadra José Maurício Honório Filho;
- participação de atletas de Natação e Atletismo nas Olimpíadas Universitárias Brasileiras (JUBs) em novembro, na cidade de Campinas/SP;
- participação da equipe de futsal feminina na Copa de Sobradinho em novembro;
- realização do Cross Cerrado Planaltina em outubro;
- participação de atletas no Campeonato Panamericano de Jiu-Jitsu e CBJJE em parceria com a Brasília Lutas em outubro na cidade de Brasília/DF;

- implantação do Programa Bolsa Atleta Universitária REUNI, por meio de edital lançado em outubro e pagamento a partir de novembro de 2011 com a oferta de 100 vagas distribuídas entre as diversas modalidades coletivas e individuais nas categorias masculina e feminina;
- participação de atletas servidores na XIII Volta Internacional da Pampulha em dezembro, na cidade de Belo Horizonte/MG;
- contratação de preparador físico e de goleiros para a equipe de futebol de campo em dezembro;
- participação de coordenador e representante técnico no VII Fórum da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) em dezembro, na cidade de Maceió/AL;
- participação de estagiário no *Camping* de Basquete realizado em dezembro, na cidade de Ilhéus/BA.

O quadro a seguir apresenta os números referentes à participação nas atividades promovidas pela DEA, de 2007 a 2011.

Quadro 15 Atividades Comunitárias Abertas à População do Distrito Federal e à de Outros Estados, UnB, 2007-2011

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Público de Programas Culturais no Campus	273.882	274.277	259.112	143.201	213.401
Apoio ao Trote Solidário – n. de participantes	1.200	1.200	1.100	1.645	1.900
N. de Centros Acadêmicos apoiados em material de escritório	32	36	42	79	81
N. de Encontros/eventos dos Estudantes na UnB apoiados	3	2	1	4	6
Auxílio Transporte Terrestre para eventos políticos e culturais	0	0	0	0	1.600
Auxílio Viagem Individual em eventos políticos – n. estudantes	200	200	300	400	600
Recreando – n. de participantes	300	318	222	406	71
Participação em Competições Esportivas – n. de eventos	0	15	21	10	20
Recreando – n. de participantes	300	318	222	406	71
Participação em Competições Esportivas – n. de eventos	0	15	21	10	20
JUnBs - atletas inscritos e participação geral	0	5.000	7.000	7.000	7.000
Seletivas / JUDFs – n. atletas	0	150	186	248	404
Olimpíada Universitária – n. atletas	0	15	20	4	5
N. de Servidor atleta atendido com diárias	0	1	4	2	3
Auxílio Viagem Individual para eventos esportivos – n. de atletas	0	0	171	50	86
Quadra José Maurício Honório Filho – Atendimento de Pauta	10.430	11.260	9.950	3.390	4.520
Torneio de Futsal	3.000	3.000	1.500	5.000	3.000
Torneio do Trabalhador	0	0	0	750	294

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Projeto Excursão	45	0	0	0	0
Cross cerrado	0	330	900	40	364
Yoga Comunitária	90	100	120	150	150
Caiaque Comunitário	0	0	700	790	1.000
Programa de Treinamento Esportivo – Atletas inscritos	0	195	242	323	500
Tour no Campus (Ecológico)	0	0	0	0	350
Bolsa Atleta	0	0	0	0	100

Seguem-se alguns pontos que representam aspectos positivos, avanços, desafios e que necessitam de aprimoramento no que diz respeito a esporte e atividades culturais na UnB.

3.6.4 Aspectos positivos e avanços

- estímulo a variação de novas metodologias artísticas por meio de oficinas elaboradas;
- resgate e inserção dos saberes populares acadêmicos;
- desenvolvimento de ações socioambientais educativas por meio dos projetos de cinema e esporte (caiaque comunitário);
- desenvolvimentos de ações de qualidade de vida na área de dança;
- difusão de espetáculos teatrais;
- fortalecimento e estruturação do Projeto de Treinamento Esportivo das equipes de rendimento da UnB;
- sistematização do trabalho dos técnicos esportivos envolvidos no treinamento desportivo e o suporte aos atletas da UnB;
- expansão do número de entidades estudantis e comunitárias de 71 em 2010 para 77 entidades em 2011.

3.6.5 Desafios e reivindicações

- abertura de concursos públicos para provimento de cargos (Técnico Desportivo, Produtor Cultural, Técnicos Administrativos);
- reforma e revitalização dos espaços físicos culturais e esportivos;
- aquisição e modernização de equipamentos culturais e esportivos;
- capacitação de recursos humanos (servidores, contratos e estagiários);
- construção de novas áreas;
- transportes para atletas e artistas;
- interação com os *campi*, desenvolvendo programações culturais, esportivas e integrativas;
- maior integração com os veículos de comunicação internos e externos;
- interfaces com as instituições públicas federais, estaduais e distritais;

- informatização e modernização da área administrativa;
- implantação do Programa Cultural Bolsa Artista;
- expansão do Programa de Esporte Bolsa Atleta;
- reestruturação da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura para atender à expansão da Universidade;
- criação de espaços de alojamento para atender ao trânsito de intercâmbio entre os estudantes.

3.6.6 Aspectos a aprimorar

- restrição orçamentária para novas demandas;
- falta de recursos humanos especializados.

3.7 Expansão dos *campi*

A expansão da Universidade de Brasília para os *campi* de Ceilândia, Gama e Planaltina fez surgir a necessidade de descentralização das atividades do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Isso foi feito pela implantação de postos avançados da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) nestes *campi*.

Assim sendo, desde 2009, os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica contam com assistentes sociais para atendê-los próximo ao local onde frequentam as aulas. Os programas de assistência estudantil que existem são os mesmos para os quatro *campi*, o que amplia as oportunidades de acesso aos programas e possibilita a permanência na Universidade ao mesmo tempo em que garante uma política isonômica para todos os estudantes.

Neste contexto de expansão, os desafios, no que se refere à Política de Assistência Estudantil operacionalizada pelo DAC, dizem respeito principalmente à consolidação dos programas que já existem, a expansão da moradia estudantil para os *campi* de Gama e Ceilândia e a conclusão da reforma da Casa do Estudante Universitário (CEU) no campus Darcy Ribeiro.

3.8 Programa de formação de professores do ensino fundamental (PIE)

O Fórum Distrital de Apoio à Formação Docente, instalado formalmente em 2/8/2010, tem por finalidade orientar a formação inicial e continuada dos docentes da rede pública da educação básica. Em sua composição tem assento o Reitor da UnB ou seu representante. Até dezembro de 2011, a UnB era representada pela Decana de Ensino de Graduação, por delegação do Reitor.

Em dezembro de 2011, foi encaminhada solicitação, via o referido Fórum, da participação da UnB no esforço de melhoria da qualificação dos docentes da rede pública do DF, para a formação de 566 profissionais que apresentam como formação inicial licenciatura curta e atuam nas séries finais do ensino fundamental, além de 737 profissionais que apresentam como formação inicial licenciatura curta e atuam nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil.

Após ouvir os colegiados de cursos de graduação que ofertam cursos de licenciatura, a UnB encaminhou ao Fórum termo assinado pelo Reitor de adesão ao Plano nacional de formação dos professores da educação básica – PARFOR, do MEC/CAPES. A Universidade de Brasília se compromete a submeter aos seus conselhos superiores proposta de fornecer, no âmbito de suas competências, os recursos humanos e materiais necessários para atendimento à demanda solicitada. Entre as propostas a serem submetidas, encontra-se a oferta de vagas de ensino superior gratuito, nas modalidades presencial ou a distância.

Em consonância com o Termo assinado, alguns colegiados de cursos da UnB que ofertam licenciaturas decidiram em dezembro de 2011 oferecer no segundo semestre de 2012 turmas específicas de 2ª Licenciatura para os professores da rede pública do Distrito Federal, na modalidade presencial: Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e sua respectiva Literatura; História; Geografia; Filosofia; Ciências Naturais; e Matemática. Em dezembro de 2011, a Faculdade de Educação aceitou sua participação no PARFOR, a partir de 2013, mediante oferta de 1ª. Licenciatura em Pedagogia.

3.9 Critérios para a abertura de cursos e ampliação de vagas (REUNI)

Pela continuidade da vigência do Programa REUNI/UnB²⁰, a abertura de cursos e a ampliação de vagas foram processos que continuaram caracterizando a forma de a UnB aperfeiçoar mecanismos de inclusão social, assim como a permitiram ser parte da comunidade local e regional. Os critérios para tanto foram definidos quando da pactuação do REUNI com o MEC, destacando-se: a capacidade da Universidade em oferecer esse aumento de cursos e vagas frente

²⁰ Ver Documento Reuni Plano de Estruturação e Expansão da Universidade de Brasília, 2008-2012, disponível em <http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/reuni.php#doc08>

aos recursos humanos e financeiros disponíveis; a renovação do atendimento às demandas sociais pela presença da universidade pública em proximidade a diferentes setores da sociedade; a abertura de cursos com impacto no desenvolvimento socioeconômico e educacional da região.

Como exemplo cita-se a ampliação de vagas dos novos *campi*, Planaltina, Gama e Ceilândia, em que há ponderação de nota para o ingresso de estudantes oriundos da rede de ensino que tenham estudado em regiões administrativas nas vizinhanças aos *campi*.

Outra orientação social, já implantada, diz respeito à disponibilização de atendimento diferenciado ao candidato quando da aplicação de provas do vestibular e do Programa de Avaliação Seriada (PAS), por exemplo, por meio de provas ampliadas em 100% ou 300%, em braile ou com auxílio de leitor.

3.9.1 Potencialidades e fragilidades

Como potencialidade, identifica-se o próprio Programa REUNI/UnB, que coloca como uma de suas metas a ampliação do atendimento à demanda de ensino superior público da região, fazendo com que novos cursos utilizem esse princípio orientador na implementação de suas propostas acadêmico-pedagógicas. Por outro lado, a flexibilização do acesso traz como desafio o atendimento a novos contingentes sociais e culturais oriundos de um ensino médio despersonalizado que vai exigir da Universidade abordagens, conteúdos, métodos, espaços e tempos diferenciados para transformar novos itinerários curriculares em realidades significativas.

3.9.2 Propostas de enfrentamento

Considera-se que as políticas existentes na UnB, iniciadas a partir de 2008 e incrementadas após o início do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para estimular a melhoria do ensino, devem ter continuidade e ser aprofundadas.

3.10 Aspectos positivos

Ressalta-se o papel imprescindível da Universidade de Brasília para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil, em particular para o Distrito Federal e o entorno. Entende-se que entre os principais fatores de inclusão social estão a educação e a inserção no mercado de trabalho. Ciente disso, a UnB atua para reforçar esses aspectos no que toca a formação digna do indivíduo.

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) se destaca na viabilização de igualdade de oportunidades para que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam concluir seus cursos em condições semelhantes aos demais. A demanda dos serviços oferecidos pela DDS cresceu substancialmente devido à expansão das universidades federais (REUNI) e ao número de ingressantes na UnB. O Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES) é o principal financiador dos programas e projetos da DDS. Esse programa permitiu que a UnB obtivesse a implementação de novas bolsas de permanência, ampliação da moradia estudantil e a criação de outros projetos vinculados ao desenvolvimento social.

O Decanato de Extensão (DEX), por outro lado, tem entre seus focos o fortalecimento da política de extensão, principalmente em âmbito local e regional, no que tange ao desenvolvimento cultural, econômico, social, político e ambiental. A reestruturação e a expansão universitária contribuíram para o crescimento das ações implementadas pelo DEX, como se verificou nos dados expostos neste trabalho na Dimensão 2. Destaca-se ainda no processo dessa construção a metodologia da gestão compartilhada, valorizando a participação de todos os envolvidos no processo de enriquecimento da extensão.

A Universidade, além da formação tradicional em salas de aula, garante aos estudantes participantes das empresas juniores experiências mais realistas com o mercado de trabalho, pois são estimulados a desenvolver competências não previstas nos conteúdos programáticos dos cursos.

O esporte, arte e cultura são fortalecidos na Universidade de Brasília pelo trabalho da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA) do Decanato de Assuntos Comunitários. Considera-se que a área teve importantes avanços na adoção de novas metodologias, de oficinas artísticas e culturais, desenvolvimento de ações sociais, ambientais, educativas, difusão das vias esportivas na Universidade, inclusão de novos centros acadêmicos e criação da Bolsa Atleta financiada com recursos do REUNI. Destaca-se também o crescimento de participantes nas atividades da DEA.

3.11 Aspectos a aprimorar

Os pontos a melhorar sobre a responsabilidade social da Instituição são convergentes sob os pontos de vista dos setores envolvidos na elaboração

desta Dimensão. Com a expansão da UnB, surgiram lacunas, destacando: a infraestrutura física, recursos orçamentários comprimidos, sistemas de informações não integrados, necessidade de ampliação de parcerias governamentais, de reforma e revitalização dos espaços comunitários devido à ampliação da escala geográfica de abrangência, serviço de transporte inadequado, número insuficiente de recursos humanos e necessidade de treinamento dos servidores para o seus postos de trabalho.

Sabe-se que a solução desses problemas não é simples e nem de curto prazo, mas a identificação dos pontos críticos reduz as lacunas existentes para se trabalhar da melhor forma possível, com os recursos atualmente disponíveis na Universidade de Brasília.

4 Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade

A comunicação com a sociedade exerce papel estratégico no estabelecimento de canais efetivos de ligação entre os diversos segmentos relacionados às universidades. As constantes transformações nos cenários político, econômico, cultural e tecnológico representam grande desafio à comunicação social da Instituição.

Assim, o contexto atual das instituições de ensino superior tem ocasionado uma atenção especial à área de comunicação. Para garantir boa imagem, promover a instituição e manter a população informada, as universidades necessitam estabelecer relações éticas e transparentes com os seus públicos.

A Secretaria de Comunicação (SECOM) é a unidade gestora dos meios de comunicação da UnB. Nesta Dimensão, são apresentadas as principais ações dessa Secretaria e os demais mecanismos de comunicação que a Universidade contempla.

4.1 Comunicação interna e externa

A SECOM é responsável por gerenciar a imagem da Universidade de Brasília. Para tanto, é necessário que a comunidade acadêmica esteja sintonizada ao propósito de criar uma visão afirmativa acerca da UnB. Visto que essa imagem é formada em diferentes contextos, deve ser preservada por todos.

É papel dessa Secretaria trabalhar a comunicação interna e externa bem como desenvolver um trabalho de comunicação integrada, isso é, em convergência com as diferentes áreas, de modo a favorecer uma atuação conjunta. O objetivo é divulgar de forma transparente os atos da Administração e zelar pela imagem de austeridade e de responsabilidade ética, intelectual e administrativa da UnB. Também cabe à SECOM reforçar o papel social da UnB e promover eventos e atividades que integrem estudantes, professores e funcionários às funções de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

É por meio da mídia que as instituições interagem com o público, e cabe à SECOM administrar e manter essa relação de transparência. Em se tratando de uma universidade pública, essa troca de informações adquire uma importância adicional, funcionando como forma de prestação de contas à sociedade.

No Portal UnB são publicadas diariamente matérias a respeito do dia a dia da Universidade, informando sobre eventos da agenda acadêmica e assuntos que estão em discussão nos *campi* da UnB.

Em relação à comunicação externa, esta Instituição contava com um serviço de Clipping (atividade de selecionar notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação) que fornecia informações acerca de como a UnB era divulgada para a sociedade. Embora seja um importante mecanismo de avaliação da efetividade da comunicação, o serviço encontra-se interrompido devido à finalização do contrato com a empresa fornecedora. No momento, aguarda-se a realização de nova licitação para dar continuidade ao *Clipping* na UnB.

4.1.1 Produtos de divulgação da UnB

Com o objetivo de favorecer a atuação em diversas áreas, a SECOM apresenta produtos importantes para projetar a imagem da Universidade, dentre os quais se destacam:

- **Portal da UnB (institucional e jornalístico)**

O Portal UnB possui um número de acessos considerável, com quase 600 mil visitas por mês. É por meio dele que a comunidade se informa a respeito dos principais acontecimentos envolvendo a Universidade.

O Portal reúne conteúdo noticioso e institucional. A UnB Agência é dedicada a matérias acerca de assuntos que concernem à Universidade, como eventos, debates, seminários e questões do dia a dia dos *campi*. Ao contrário dos *sites* noticiosos, cuja rotina é determinada pelo imediatismo da internet, a prioridade da Agência é produzir textos mais elaborados, ilustrados e com uma pluralidade de pontos de vistas.

Na parte institucional do Portal, é possível obter informações sobre as principais atividades da administração da Universidade. São publicados periodicamente agendas de eventos, editais e novidades de cada departamento. Por essa via a sociedade tem acesso ao que acontece dentro da administração e toma conhecimento das equipes que a integram.

- **Revista Darcy**

A Revista Darcy é uma publicação bimestral de divulgação científica e cultural da UnB. Com matérias baseadas em pesquisas desenvolvidas na Universidade, seu objetivo é democratizar o acesso ao conhecimento produzido nas mais diversas áreas do saber e colaborar para fomentar a reflexão e o debate sobre temas contemporâneos e de interesse geral. Com visual atraente e linguagem didática, a Revista tem por objetivo alcançar todos os interessados em educação, ciência e cultura.

Com tiragem de 25 mil exemplares, a publicação chega a todas as universidades do Brasil. Do total, sete mil exemplares são destinados a professores de ensino médio das escolas públicas. Essas características tornam a revista uma publicação singular no segmento do jornalismo brasileiro de divulgação científica. Pode-se ter acesso à Revista Darcy pelo *link* <http://www.revistadarcy.unb.br/>.

- **Boletim UnB Hoje**

O UnB Hoje é um informe interno da UnB. Foi criado há 26 anos sendo, portanto, o meio de informação mais antigo desenvolvido pela SECOM. Em abril de 2011, o Boletim chegou à tiragem de número cinco mil. Nele, veiculam-se os eventos relacionados à UnB que mais interessam à comunidade. O informe é uma ferramenta de serviço, funcionando como uma espécie de agenda em que todos ficam atentos ao mais importante que acontece não só na UnB como em Brasília.

Com publicação diária, o UnB Hoje é produzido nas versões impressa e *on line*. Para ter acesso à versão eletrônica, deve-se fazer o cadastro no endereço <http://www.secom.unb.br/cadastre.php>. O arquivo em PDF também está disponível no Portal e a versão impressa é distribuída nos quatro *campi* da Universidade. Sugestões de nota podem ser enviadas para o e-mail unbhoje@unb.br.

- **UnBCiência**

No ar desde maio de 2011, o UnBCiência é um produto jornalístico cujo objetivo é divulgar a produção científica da Universidade. Complementar ao Portal da UnB, o UnBCiência organiza em um só espaço matérias que têm como foco as pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação da

UnB, além de atividades de extensão, iniciação científica e políticas científicas que envolvam a Universidade.

O menu principal é dividido em áreas de conhecimento, apresentando todos os programas de pós-graduação oferecidos pela UnB. Aliando o interesse jornalístico à necessidade de dar visibilidade à produção científica da Universidade, as matérias procuram apresentar os temas de maneira acessível, trazendo-os para o cotidiano do leitor. Pesquisadores da UnB podem divulgar suas pesquisas como sugestão de pauta preenchendo formulário que se encontra na página principal do UnBCiência.

4.1.2 Assessoria de imprensa da SECOM

O objetivo do atendimento da assessoria de imprensa é mediar o contato entre a imprensa e a comunidade acadêmica, gerenciando o fluxo de informações entre fontes (professores, pesquisadores, mestrandos, doutorandos e funcionários da Administração Superior) e veículos de comunicação.

Para entrevistar um docente ou pesquisador da Universidade de Brasília, é necessário, em primeiro lugar, entrar em contato com a SECOM. Assim que a demanda por informação é identificada, a equipe entra em contato com o especialista mais indicado para falar acerca do tema, promovendo, dessa forma, a ponte entre a imprensa e os pesquisadores e professores da UnB.

Anualmente, a SECOM atende em torno de oito mil pedidos de entrevistas pela imprensa de todo o Brasil. Isso resulta em quase duas mil inserções mensais do nome UnB em assuntos relevantes no País e no mundo.

4.1.3 Divulgação de artigos

Buscando ampliar o contato entre a comunidade acadêmica e o público, o Portal UnB publica artigos de professores da Universidade, pesquisadores, mestrandos e doutorandos. Os textos tratam de temas factuais que circulam na mídia – de abrangência local, nacional e internacional –, assuntos referentes à especialidade de estudo dos professores ou relacionados a atividades acadêmicas como seminários, encontros e simpósios.

A tabela a seguir apresenta os números da SECOM em relação ao ano de 2011:

Quadro 16 Quantitativos dos produtos de divulgação da SECOM, UnB, 2011

Produtos	Quantidade anual
Portal UnB	2.000.000 de acessos
Revista Darcy	25.000 por edição bimestral
Atendimentos à imprensa externa	8.000
Artigos científicos	100 publicações

Fonte: SECOM/UnB

4.2 Ouvidoria

O Estatuto da UnB, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor n. 13/1993, de 19/10/1993, apresenta em seu texto atualizado pela Resolução do Conselho Universitário n. 7/2011, de 24/5/2011, em seu art. 3º, a criação da Ouvidoria como uma unidade dentro da estrutura organizacional da Universidade de Brasília. No art. 6º, por sua vez, o Estatuto incumbe ao Ouvidor diversas atribuições:

I ouvir os membros da comunidade da UnB e o cidadão em geral, com cortesia e respeito, sem qualquer discriminação ou pré-julgamento;

II garantir aos usuários do serviço de Ouvidoria resposta por escrito às indagações e questões apresentadas, no menor prazo possível, com clareza e objetividade;

III buscar as eventuais causas da deficiência do serviço, objeto da manifestação, evitando sua repetição;

V recomendar as devidas alterações e procedimentais para melhoria da qualidade dos serviços prestados, no atendimento aos membros da comunidade;

Art 7

§ 2º O Ouvidor apresentará relatórios semestrais à Reitoria e ao Conselho Universitário, com o número de atendimentos realizados, sem prejuízo do encaminhamento de relatórios parciais.

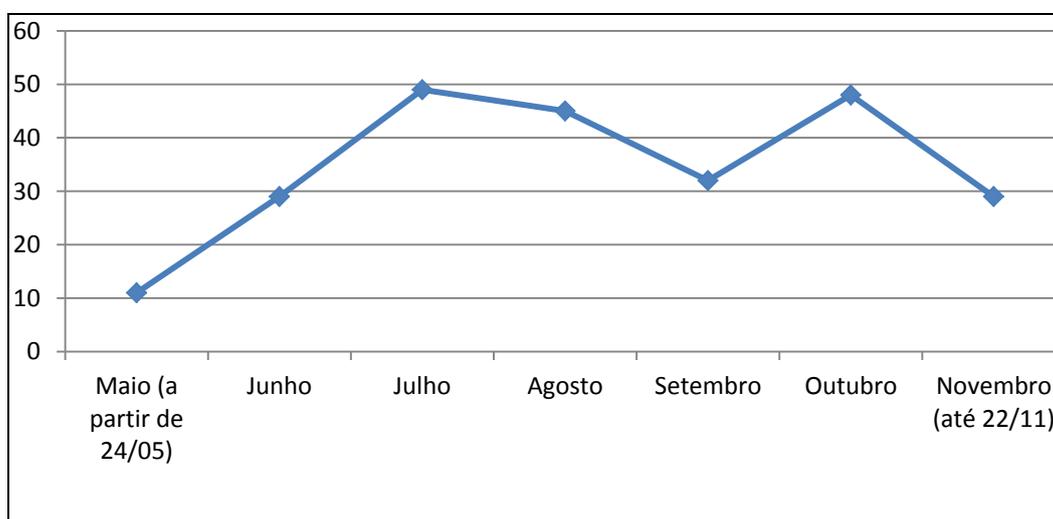
A partir do reconhecimento desses dispositivos diretivos, o funcionamento da Ouvidoria pode ser descrito de forma sucinta, e sob perspectiva institucional, como ferramenta de representação dos interesses dos vários públicos da sociedade quanto à atuação da Universidade de Brasília. No exercício dessa função, a Ouvidoria recebe manifestações de diversos interessados e providencia, de forma independente, a apuração dos fatos, dados e informações necessárias ao devido tratamento às demandas recebidas.

Com base no processamento das manifestações dos diversos públicos interessados na atuação da Universidade, somando-se a independência

atribuída para realizar consultas e requerer das diversas unidades da estrutura organizacional da UnB quaisquer informações ou pronunciamentos, faz-se possível à Ouvidoria consolidar material relevante e suficiente para o exercício de seu papel institucional, podendo livremente produzir apreciações acerca da atuação da Universidade e dar ciência à Reitoria e ao Conselho Universitário.

A Ouvidoria foi implantada de forma efetiva em 24/5/2011, pela Resolução do Conselho Universitário n. 7/2011. Dessa forma, como a Ouvidoria foi criada no ano 2011, as informações disponíveis referem-se somente ao período de maio a novembro deste ano.

Figura 17 Quantitativo mensal de demandas recebidas pela Ouvidoria, UnB, 24/5 a 22/11/2011

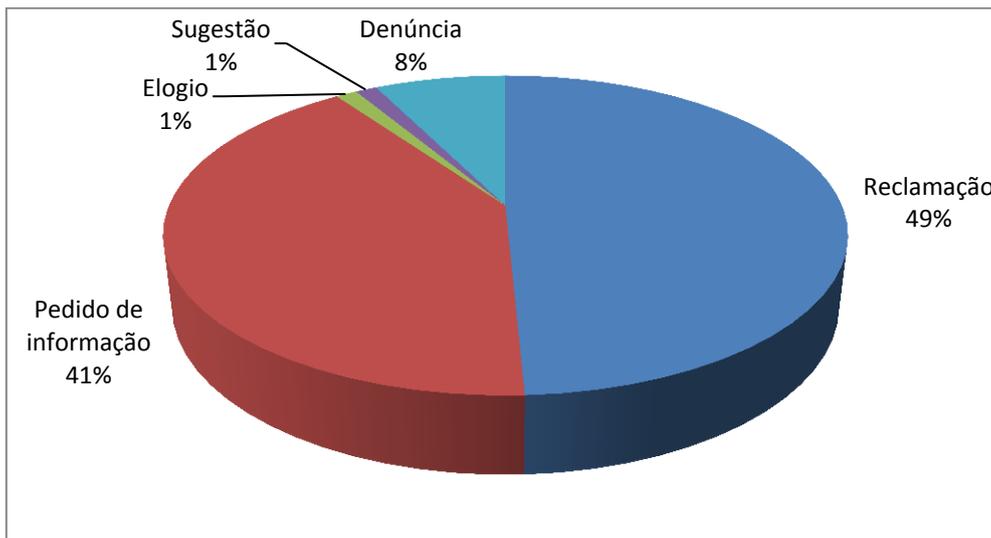


Fonte: Ouvidoria/UnB

A partir da leitura do gráfico, pode-se observar que o número de demandas registradas mais do que quadruplica nos primeiros dois meses e mantém-se entre 30 a 50 manifestações mensais até novembro. Esse comportamento pode ser associado ao fato de que os usuários começaram a ter conhecimento sobre a existência da Ouvidoria por meio de maior divulgação, como a inserção da página da Ouvidoria no Portal da UnB.

A Figura 18 apresenta o percentual consolidado das demandas registradas no período conforme o tipo de manifestação, ressaltando elevado percentual de pedidos de informação em relação ao total.

Figura 18 Demandas da Ouvidoria por tipo de manifestação, UnB, 2011



Fonte: Ouvidoria/UnB

4.3 Guia do Calouro e Manual do Aluno

O Guia do Calouro da UnB é um informativo entregue aos ingressantes na Universidade de Brasília no momento do registro como fonte de consulta e apresentação da Universidade. Elaborado pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG) e pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA), presta os primeiros esclarecimentos ao estudante de graduação desta Instituição.

Além de saudar os novos universitários, o Guia do Calouro subsidia-os com informações relativas aos procedimentos acadêmicos, aos órgãos e aos serviços da UnB voltados aos alunos da graduação. O Guia pode também ser consultado em meio digital no Portal da UnB.

Em complemento ao Guia do Calouro, a SAA disponibiliza no citado Portal o Manual do Aluno, o qual apresenta algumas informações que já são abordadas no Guia, mas o complementa, vez que traz as formas de ingresso e a documentação acadêmica.

4.4 Editora UnB

A missão da Editora UnB é:

Traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis em nossa língua e, sobretudo, editar textos básicos para o ensino em nível superior, além de editar a produção científica e literária da própria universidade. (www.editora.unb.br)

Fundada em abril de 1962, é uma das mais antigas editoras universitárias do Brasil. Atualmente, a Editora UnB possui duas livrarias em Brasília, ambas com nome de Livraria Universidade, uma no Centro de Vivência do Campus Universitário Darcy Ribeiro e outra no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek.

A Tabela 29 apresenta o desempenho da Editora UnB em relação às publicações durante os anos de 2010 e 2011.

Tabela 29 Publicações da Editora UnB, 2010-2011

Publicações	2010	2011
Exemplares vendidos (publicações da EDU)	43.493	41.612
Exemplares vendidos (publicações de outras editoras)	21.245	19.393
Pontos de venda instalados	3	2
Publicações	32	32
Títulos novos	21	25
Títulos reimpressos	10	6
Títulos reeditados	1	1

Fonte: Editora UnB

4.5 Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE)

O Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE) foi criado em 1986 com o objetivo de promover a educação e a cultura por meio de multimeios. À época buscava-se um centro de referência para a produção audiovisual no Centro-Oeste. Hoje, O CPCE responde à expectativa depositada em torno da sua criação, desenvolvendo inúmeras co-produções, apoiando iniciativas diversas no campo da educação, da cultura e da arte.

Está diretamente ligado à estrutura da Reitoria da UnB, como unidade captadora de recursos, produzindo vídeos e programas de TV, desenvolvendo e executando projetos e pesquisas na área do audiovisual. Paralelamente, funciona como um laboratório para alunos e professores das mais diversas áreas de conhecimento da UnB, desde aquelas ligadas diretamente com a produção audiovisual até as mais distantes, mas que porventura apresentem alguma demanda no campo do audiovisual.

São quatro os principais focos de atuação do CPCE: a formação de profissionais e sua permanente atualização, a pesquisa em tecnologias da informação e da comunicação, a disseminação do conhecimento para diferentes setores da sociedade nas diversas regiões do País e a captação de recursos que garantam a sustentabilidade do Centro.

Como realizações importantes já realizadas pelo CPCE na área de TV, cita-se a co-produção da série Estação Ciência, programa semanal de divulgação científica veiculado nacionalmente pela antiga TV Manchete e pela Rede Brasil, liderada pela TVE-RJ, e o programa Paidéia, veiculado por todas as redes de TVs educativas (Rede Brasil, Radiobrás e TV Cultura). Entre 1992 e 1993, foi produzido o programa TV UnB, veiculado semanalmente em Brasília, pela TV Nacional/Radiobrás. O CPCE produziu, ainda, os programas Documentário UnB (1997/1998) e Humanidades (1999/2000) veiculados pela TV Brasília e a série Matemática (2002) para a TV Escola, além de trabalhos no âmbito do Legislativo, para a TV Senado e TV Câmara Legislativa do DF. Desde de 2006, o CPCE opera a UnBTV no Canal Universitário de Brasília transmitido pela operadora NET no canal 6.

Em abril de 2011, a sede da UnBTV foi destruída por uma forte enxurrada. Com isso, foram perdidos, além da estrutura física, muitos equipamentos, móveis e carros do Centro. Apesar dos danos e dificuldades, a UnBTV não deixou de operar. Foi necessário transferi-la para um local provisório, com previsão de retorno, depois de realizada uma reforma paliativa, em abril de 2012.

4.6 Rádio UnB

A RadioUnB foi criada após o esforço do Departamento de Comunicação da UnB. Os alunos e professores tiveram participação fundamental na concessão do canal educativo. Entretanto, por determinação do Ministério das Comunicações, a Rádio UnB não está operando.

4.7 Avaliação da Comunicação na Universidade – Relatório de Avaliação da Gestão Institucional

Em 2009, a UnB deu início a um amplo processo de avaliação da sua gestão, conforme detalhado na Dimensão 8. Como produto desse processo, está em fase de conclusão o “Relatório de Gestão Institucional” que, entre outros pontos, apresenta a visão dos gestores da Universidade sobre o nível de desenvolvimento das relações mantidas entre a UnB e a sociedade.

Durante o trabalho de coleta de dados, foi pedido aos gestores de 66 unidades administrativas e acadêmicas que avaliassem as ações da UnB sobre os seguintes temas: interação com a sociedade, os governos federal e distrital,

o setor produtivo, o mercado de trabalho e as instituições de ensino nacionais e internacionais. Investigou-se também como são vistas as ações da UnB relacionadas à comunicação social e à promoção de sua imagem como instituição pública de ensino superior. A seguir, apresentam-se os principais resultados desse processo de avaliação.

- **Comunicação Interna**

Há clara divisão de opiniões em relação ao desempenho da comunicação interna na Universidade. Para 42% dos entrevistados, a UnB possui estrutura especializada capaz de atender apenas satisfatoriamente às demandas da Universidade. Para 50% das unidades acadêmicas e administrativas, a UnB não possui política de comunicação interna, embora exista uma estrutura especializada, sendo que um terço dos respondentes opinaram que a comunicação interna atende minimamente às demandas, enquanto para 17% as necessidades não são atendidas.

Vale destacar que, em relação à comunicação interna, há diferenças de opiniões manifestadas por unidades acadêmicas e administrativas. Para aproximadamente um quarto das unidades acadêmicas, a UnB, além de não possuir uma política de comunicação interna, não atende minimamente às necessidades institucionais. Por sua vez, para 53% das unidades administrativas, embora a Universidade não tenha uma política de comunicação interna, a estrutura existente consegue atender minimamente às demandas de comunicação da Universidade.

- **Ouvidoria**

No que diz respeito à ouvidoria, 43% dos entrevistados desconhecem ou não quiseram avaliar a atuação da Ouvidoria da Universidade. Das demais unidades entrevistadas que se dispuseram a avaliar a atuação da Ouvidoria, aproximadamente metade delas afirma que é pouco conhecida, estruturada de forma parcialmente adequada e não acompanha a efetividade das providências adotadas, não dá o devido retorno ao interessado, atuando de forma pouco ágil e burocratizada.

- **Interação entre a Universidade e a Sociedade**

A respeito da interação entre a UnB e a sociedade, foi constatado que há uma polarização dos participantes da pesquisa: 55% avaliaram de forma positiva esse envolvimento, reconhecendo nele um esforço deliberado e

institucionalizado de atender às necessidades da sociedade, enquanto 45% dos entrevistados considerou que existem apenas ações isoladas, eventuais e pouco efetivas.

- **Imagem Institucional**

As entrevistas realizadas apontam que 60% dos gestores consideram que a Universidade possui perspectiva estratégica para lidar com questões relacionadas à comunicação social e a imagem institucional; 49% avaliam que a estrutura administrativa existente carece de recursos para atender às demandas, resultando em ações que estabelecem canais de comunicação e que atendem apenas satisfatoriamente ao que seria desejável.

Cabe destacar que 40% dos entrevistados consideraram a política vigente como deficiente e implementada de forma que compromete a imagem institucional.

- **Integração institucional da UnB com o setor público federal e com o setor público distrital**

A totalidade das unidades entrevistadas afirma que a UnB possui algumas iniciativas voltadas para a integração com o setor público federal e distrital, no entanto essa política resulta apenas em ações esporádicas e isoladas.

- **Integração da Universidade com o setor produtivo e com as organizações voltadas para o mercado de trabalho**

A maioria das unidades entrevistadas, cerca de três quartos avaliou que existem canais de interação limitados com o setor produtivo e com as organizações voltadas para o mercado de trabalho e que a Universidade carece de política formal e abrangente que venha a resultar no estabelecimento de ambiente propício para a criação de parcerias efetivas.

- **Avaliação da integração entre a UnB e as instituições de ensino superior nacionais e internacionais**

Para dois terços dos entrevistados, a Universidade possui política formal que apoia o desenvolvimento de parcerias e ações de cooperação com instituições de ensino superior nacionais e internacionais. No entanto, a efetividade dessa política é questionada pela grande maioria dos participantes da pesquisa: 80% dos entrevistados consideraram que ela resulta em um conjunto de ações pouco benéficas para as partes envolvidas.

4.8 Aspectos positivos

Destacam-se o início das atividades da Ouvidoria em 2011 e a realização da avaliação junto aos gestores de áreas acadêmicas e administrativas da Universidade sobre aspectos relacionados à Comunicação na UnB.

4.9 Aspectos a aprimorar

Os principais desafios da comunicação social da UnB são a retomada da atividade de *Clipping* (seleção de notícias em jornais, revistas, *sites* e outros meios de comunicação), a divulgação dos produtos de comunicação da Universidade e a abertura de unidades da Editora UnB dos demais *campi* além do Campus Universitário Darcy Ribeiro. A partir dos resultados apresentados no “Relatório de Gestão Institucional”, é necessário propor soluções e melhorias para a qualidade da Comunicação interna e externa da Universidade de Brasília.

5 Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Esta Dimensão trata das políticas de pessoal da Instituição. Nesse contexto, são feitas abordagens gerais acerca dos planos de carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seus programas de desenvolvimento profissional, progressão funcional, capacitação, aperfeiçoamento, avaliação de desempenho, qualidade de vida e suas condições de trabalho na Universidade. Também há referências sobre pessoal terceirizado e prestadores de serviços; ensino a distância; indicadores de gestão; entre outros dados institucionais.

5.1 Planos de Carreiras Regulamentados para Servidores Docentes e Técnico-Administrativos

5.1.1 Plano de Carreira Docente

5.1.1.1 Ingresso e Contratação de Docentes, Progressão Funcional, Qualificação Funcional e Aperfeiçoamento

A legislação disponível a respeito do cargo dos docentes é o Decreto n. 94.664/1987, de 23/7/1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. Internamente, a Universidade dispõe de normativos que regulamentam as políticas de carreira do corpo docente, especialmente, por meio de resoluções baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

O ingresso, o provimento e a nomeação na carreira docente obedecem a critérios e requisitos definidos em legislação pertinente, em especial a Lei n. 8.112/1990, o Decreto n. 94.664/1987 o Decreto n. 6.944/2009, o Decreto n. 6.097/2007 e legislação complementar.

De acordo com as normas vigentes, o professor pode ingressar na classe de professor auxiliar, assistente ou adjunto e pode ascender até a de professor associado ou ingressar na classe de professor titular. O ingresso na classe de professor titular dá-se unicamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores do título de doutor ou de livre-docente, professores adjuntos, bem como pessoas de notório saber, reconhecido pelo conselho superior competente da IFE.

Da carreira de professor auxiliar até a de adjunto, o docente pode progredir a cada dois anos, por meio de avaliação de desempenho funcional e da aquisição de novos títulos, como de mestre e doutor.

Os requisitos mínimos para a progressão para a classe de professor associado são: estar, no mínimo, há dois anos no último nível da classe de professor adjunto; possuir o título de doutor ou livre-docente; ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico. Para tanto, os docentes podem utilizar a avaliação de desempenho funcional que é aplicada pela própria unidade acadêmica à qual é lotado, anualmente, observados os requisitos e trâmites que a norma específica exige. No item 5.1.1.5, (Tabela 31) deste documento, consta um demonstrativo da evolução da titulação docente, nos últimos treze anos, em que fica evidenciada a melhoria constante da titulação do corpo docente da UnB.

Em termos gerais há, na Universidade, programas de qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos. Em 2011 foram empenhados para pagamento de despesas de capacitação R\$ 658.072,38 e investidos R\$ 415.644,00 nos programas de capacitação que beneficiaram 3.206 servidores, capacitados nas diversas áreas de conhecimento e atuação. Considerando os trinta e cinco servidores matriculados nos cursos de mestrado (cujo custo não foi contabilizado no valor acima) o total de pessoas capacitadas foi de 3.241 em 2011.

5.1.1.2 Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições de Trabalho de Docentes

A Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT) promoveu uma nova abordagem para as ações voltadas à comunidade acadêmica. Foi estabelecido, de forma compartilhada, um modelo de atenção alicerçado na integralidade do cuidado e no trabalho de equipes multiprofissionais. As coordenações que compõem a Diretoria são, respectivamente, a Coordenadoria de Atenção à Saúde, a Coordenadoria de Perícia Oficial em Saúde, a Coordenadoria de Engenharia e Segurança do Trabalho e a Coordenadoria de Qualidade de Vida. Desse modo, os programas de assistência médica e de melhoria da qualidade de vida, disponibilizados aos docentes e técnico-administrativos da Universidade, serão apresentados por Coordenadorias.

Coordenação de Atenção à Saúde (CAS)

1. Ambulatório Médico: realização de consultas médicas programadas nas especialidades de medicina do trabalho e ginecologia.
2. Atendimento Móvel Pré-Hospitalar: realização de atendimentos de urgência pelos quatros *campi* e Fazenda Água Limpa.
3. Serviço de Saúde Ocupacional: equipes de Medicina e Enfermagem do Trabalho com a finalidade de:
 - a. elaborar o PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional);
 - b. realizar os exames médicos: admissional, periódico, de retorno ao trabalho e demissional de todos os servidores da UnB;
 - c. acompanhar a execução das readaptações funcionais;
 - d. realizar o registro e o acompanhamento dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho; e
 - e. elaborar laudos de avaliação ambiental, em parceria com a Coordenadoria de Engenharia e Segurança do Trabalho.
4. Programa de Saúde Bucal: em outubro de 2011 a Odontoclínica passou a integrar a Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSA), encerrando o ano com o quadro de 625 usuários. O programa de saúde bucal vem ampliando seu atendimento por meio da implantodontia, oportunizando assim a reabilitação oral. Realizou 3.077 atendimentos em 2011 para 648 associados.

Coordenadoria de Perícia Oficial em Saúde (CPOS)

Compete a esta Coordenadoria realizar perícia oficial em saúde visando avaliar tecnicamente as questões relacionadas à saúde e capacidade laborativa dos servidores, de acordo com as definições abaixo:

I – avaliação por junta médica oficial: perícia oficial realizada por grupo de três médicos; e

II – perícia oficial singular: perícia oficial realizada por apenas um médico.

Seus principais serviços são:

1. realização de perícia oficial em saúde;
2. elaboração de laudos e pareceres especializados;
3. fornecimento de indicadores para as ações de vigilância a saúde do servidor; e
4. análise da necessidade de readaptação, reabilitação funcional ou de afastamento das atividades laborais pelo servidor em razão de adoecimento.

Coordenadoria de Engenharia e Segurança do Trabalho (CEST)

A CEST tem como principais objetivos a prevenção de acidentes do trabalho, a melhora contínua dos ambientes laborais e a busca pela qualidade de vida dos servidores, colaboradores e de toda comunidade universitária da Universidade de Brasília.

As atribuições da CEST envolvem a inspeção de obras, processos e instalações dos locais de trabalho, com a elaboração de relatórios técnicos, visando assegurar o cumprimento das normas pertinentes à segurança e saúde no trabalho, a promoção de treinamentos na área de segurança do trabalho, a orientação e acompanhamento na remoção de resíduos perigosos, a análise da concessão, da alteração e do cancelamento de adicionais ocupacionais a partir de Laudos de Avaliação Ambiental (LAA).

Coordenadoria de Qualidade de Vida (CQV)

A CQV tem como objetivo gerenciar programas e atividades biopsicossociais de atenção universal que ampliem a promoção da saúde a toda comunidade universitária, como por exemplo:

1. Programa de Preparação para Aposentadoria – Viva Mais: apoia o desenvolvimento de projetos de vida que permitam aos participantes desfrutar da aposentadoria com mais saúde.
2. Programa de Acompanhamento Nutricional: oferece atendimentos nutricionais individualizados incluindo avaliações físicas e metabólicas.
3. Programa UnB 100% Livre do Tabaco: ajuda os participantes a deixarem de fumar, fornecendo-lhes estratégias de enfrentamento à dependência de nicotina.
4. Projeto Viva Bem UnB: oferece aos docentes e técnicos, aulas de musculação, ginástica localizada, alongamento, step, jiu-jitsu e kung fu. Com equipe composta por um fisioterapeuta, um instrutor de jiu-jitsu, quatro professores de educação física e treze instrutores de ginástica laboral (estagiários) que cuidam para que todos possam se exercitar de forma segura e saudável.
5. Acolhimento Psicossocial: desenvolve estratégias para atender à pessoa no exato momento de sua necessidade ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites.
6. Programa de Promoção da Saúde Integral na Universidade (PSIU): apoia os membros da comunidade universitária em situação de crise e com vulnerabilidade psíquica.

Saúde Complementar

A Universidade de Brasília realiza, desde agosto de 2009, o pagamento do auxílio de caráter indenizatório para os servidores ativos, inativos e pensionistas que possuam planos de saúde contratados de forma particular, devidamente comprovado, conforme orienta a Instrução Normativa n. 3/2009, de 30/7/2009, da Secretaria de Gestão Pública, antiga Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e para tal recebe de forma contínua as solicitações dos servidores que fazem jus a esse benefício.

A Universidade de Brasília possui convênio com as operadoras GEAP e ASSEFAZ, em conformidade com a Portaria do Ministério do Planejamento N. 01/2009, de 30/7/2009, que se reporta também ao subsídio da saúde suplementar para os servidores públicos civis e seus dependentes diretos. Os servidores poderão também, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília (FAHUB), aderir aos planos de saúde Amil.

Outros Benefícios

Além disso, por intermédio da Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP), a Universidade tem como política de incentivo à fixação de servidores na Instituição a concessão de subsídios a docentes e técnico-administrativos para ocupação de imóveis residenciais de propriedade da FUB, mediante a concessão de desconto nos valores das taxas de aluguel ou de ocupação (imóveis no campus), em relação aos valores de mercado imobiliário no Distrito Federal.

Os docentes da UnB, assim como os técnico-administrativos, também se beneficiam do Restaurante Universitário (RU), mediante o pagamento de refeições com preços subsidiados, sendo atualmente pago, por refeição, o valor de R\$ 2,50. Além disso, o RU tem o programa de alimentação especial para casos de servidores com indicação de distúrbios de saúde como diabetes e obesidade. O RU está subordinado ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB.

5.1.1.3 Estágio Probatório de Docentes

O docente aprovado em concurso público e nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório

pelo período de 36 meses de efetivo exercício. Concluído o estágio probatório com aprovação, o docente adquirirá estabilidade, na forma da lei. O docente reprovado no estágio probatório será exonerado, ou, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

O docente tem seu desempenho avaliado por uma comissão composta por três professores do quadro permanente, de nível igual ou superior ao do avaliado, cujo relatório conclusivo deverá ser aprovado pelo conselho da respectiva unidade.

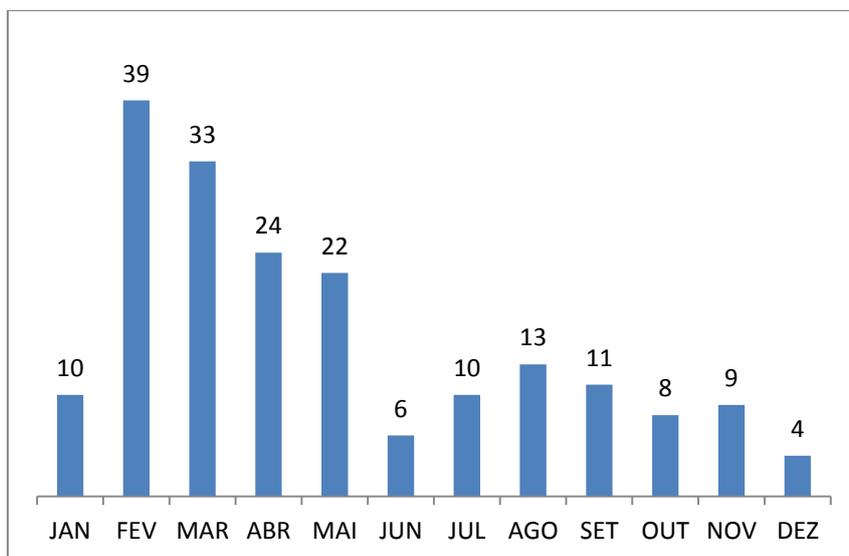
O servidor docente em estágio probatório é avaliado em três etapas:

- a. a primeira ao final do 2º mês, com um plano de trabalho;
- b. a segunda ao final do 18º mês, com um relatório parcial;
- c. a terceira ao final do 28º mês, com o relatório final circunstanciado que servirá de base para avaliação do seu desempenho.

O parecer conclusivo da Comissão de Avaliação é apreciado pelo Conselho de Unidade e encaminhado à Câmara de Carreira Docente (CCD) até o 32º mês do estágio probatório, para Homologação.

Tendo em vista a nova Resolução do CEPE n. 104/2011, alguns procedimentos de controle e acompanhamento do estágio probatório de docente foram modificados, tais como: o relatório do 18º mês deverá ser aprovado por comissão composta por três servidores do quadro de mesmo nível ou superior e cada conselho da Unidade deverá elaborar resolução interna para regulamentar a elaboração do plano de trabalho e relatório parcial e final. No ano de 2011 foram admitidos 189 docentes, conforme figura a seguir.

Figura 19 Docentes Admitidos, UnB, 2011



Fonte: SIPES – DGP/UnB, em 31 de dezembro de 2011

Neste mesmo ano, foram homologados 17 resultados finais de aprovação em estágio probatório de docentes e 113 resultados ficaram pendentes de homologação, por motivo de atraso na aprovação pelo Centro de Custo, atraso no envio dos relatórios, e 72 ainda encontram-se na Câmara de Carreira Docente para aprovação.

Todos os Centros de Custo foram comunicados por meio de memorando acerca do cumprimento do prazo de homologação. Foi enviada também à Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC), via Direção do Decanato de Gestão de Pessoas, para cobrança junto aos departamentos, uma listagem com o nome dos docentes que têm processos de homologação pendentes.

Entre as ações que necessitam ser implementadas no ano de 2012 está a retomada da negociação com o Centro de Informática (CPD) para informatização do controle e acompanhamento do estágio probatório de docentes, para que o novo sistema que está sendo desenvolvido contemple esse processo de trabalho. Com isso, além de facilitar os procedimentos, será possível manter registro das informações referentes às etapas de homologação do docente com histórico, bem como para consultas futuras e elaboração de memorandos.

5.1.1.4 Avaliação de Desempenho

Os professores podem realizar o processo para a progressão funcional a cada dois anos. Para tanto, os docentes podem utilizar a avaliação de desempenho funcional que é aplicada anualmente pela própria Unidade Acadêmica de lotação do servidor, observados os requisitos e os trâmites exigidos pela legislação específica. O processo de avaliação de desempenho docente tem por base o Relatório Individual de Atividades. As informações a serem utilizadas para fins de pontuação são organizadas de acordo com grupos de atividades de ensino, produção intelectual, de pesquisa e extensão, de qualificação, de atividades administrativas, de representação, de orientação e de supervisão, não incluídas nos planos de integralização curricular dos cursos e participação em bancas examinadoras, entre outras, as quais devem ser convalidadas pelo docente em processo de avaliação.

5.1.1.5 Dados Institucionais sobre Docentes

O quadro permanente de docentes da Universidade de Brasília contava, em dezembro de 2011, com 2.278 professores em todas as categorias. A

grande maioria (95%) em regime de dedicação exclusiva. Apresenta-se, na Tabela 30, um comparativo do número de docentes da UnB, por classe, nos anos de 1999 e 2011.

Em relação à distribuição do número de docentes por classe, a comparação do ano de 1999 com o de 2011 indica, em ambos os exercícios, as maiores concentrações de docentes nas classes de adjunto e de assistente. Em 1999, os adjuntos e assistentes representavam 55% e 32%, respectivamente, contra 66% (adjunto) e 16% (assistente) em 2011. Os adjuntos são, portanto, maioria no quadro permanente de docentes da UnB.

Observa-se ainda, que, nesses 13 anos, o número total de docentes cresceu 68%, com destaque para os associados e adjuntos, com crescimento de 100%. Por outro lado, constatam-se decréscimos no número de auxiliares (88%) e de assistentes (15%), no mesmo período.

Tabela 30 Docentes Ativos por Classe, UnB, 1999 e 2011

Classe	1999		2011		Evolução %
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Titular	98	7,23	118	5,18	20,41
Associado	-	0,00	288	12,64	100,00
Adjunto	747	55,09	1.492	65,50	99,73
Assistente	434	32,01	370	16,24	-14,76
Auxiliar	77	5,68	9	0,40	-88,31
Total	1.356	100,00	2.278	100,00	

Fontes: 1999: Anuário Estatístico FUB; 2011: SIPES – DGP/UnB, em 31 de dezembro de 2011

No que diz respeito à titulação, a Tabela 31, adiante, mostra a evolução dos docentes da UnB no período de 1999 a 2011, assim como o percentual de participação de docentes/título em relação ao total/ano, ao longo da série considerada. A análise da Tabela 31 permite as seguintes constatações:

- Com relação à evolução anual do número de docentes por titulação:
 - diminuição progressiva do número de docentes com graduação, especialização e mestrado, de 2000 a 2007, especialmente com relação aos docentes com graduação, que apresentaram as seguintes quedas: -20% (2005), -29% (2006); -21% (2007); e -0,14% (2011);
 - tendência de alta a partir de 2008 para todos os títulos, à exceção de docentes com graduação e especialização que, em 2010, apresentam respectivamente queda significativa de 9% e 7%;
 - em contraposição, observa-se crescimento do número de docentes com doutorado em todos os anos da série, à exceção dos anos de 2003 e de 2007 (-1%), com destaque para os anos de 2006, 2008, 2009 e 2010, que apresentaram crescimentos expressivos de 12%, 13%, 22% e de 12%, respectivamente;

- no que diz respeito à participação percentual de docentes por título, em relação ao total anual:
 - considerando o ano de 1999, a participação percentual de docente/título, em relação ao total de docentes, é de 7% de docentes com graduação, 3% com especialização, 31% com mestrado e 58% com doutorado;
 - essa relação muda consideravelmente no último ano da série, 2010, em que 1% dos docentes tinha graduação, 0,2% com especialização, 16% com mestrado e 83% com doutorado. Ou seja, esse último teve um notável crescimento percentual de 46% na representatividade de doutores em relação ao total de docentes, em um período de cerca doze anos. A evolução de indicadores, no período, comprova os avanços e a efetividade nas ações e programas voltados à qualificação e alcance de alto nível de titulação dos docentes na UnB;
 - quanto ao total de docentes, verificam-se reduções nos anos de 2000 (-1%), 2001 (-2%), 2003 (-5%), 2004 (-0,4%), e 2007 (-7%) e aumentos nos demais anos da série, 2002 (3%), 2005 (4%), 2006 (7%), 2008 (13%), 2009 (20%), 2010 (65%) e 2011 (0,1%). Os aumentos constatados nos anos de 2008 e 2011 podem ser creditados ao REUNI e à criação do Banco de Professor-Equivalente.

Tabela 31 Docentes Ativos por Titulação, UnB, 1999-2011

Titulação	1999		2000		Evol %	2001		Evol %	2002		Evol %
	Qtd.	%	Qtd.	%		Qtd.	%		Qtd.	%	
Graduação	96	7,08	77	5,73	-19,79	75	5,67	-2,60	65	4,78	-13,33
Especialização	43	3,17	42	3,13	-2,33	36	2,72	-14,29	29	2,13	-19,44
Mestrado	424	31,27	413	30,75	-2,59	381	28,80	-7,75	354	26,01	-7,09
Doutorado	793	58,48	811	60,39	2,27	831	62,81	2,47	913	67,08	9,87
Total	1.356	100	1.343	100	-0,96	1.323	100	-1,49	1.361	100	2,87

Titulação	2003		Evol %	2004		Evol %	2005		Evol %	2006		Evol %
	Qtd.	%		Qtd.	%		Qtd.	%		Qtd.	%	
Graduação	56	4,31	-13,85	51	3,94	-8,93	41	3,05	-19,61	29	2,01	-29,27
Especialização	21	1,62	-27,59	15	1,16	-28,57	15	1,12	0,00	11	0,76	-26,67
Mestrado	321	24,73	-9,32	288	22,27	-10,28	278	20,67	-3,47	276	19,10	-0,72
Doutorado	900	69,34	-1,42	939	72,62	4,33	1.011	75,17	7,67	1.129	78,13	11,67
Total	1.298	100	-4,63	1.293	100	-0,39	1.345	100	4,02	1.445	100	7,43

Titulação	2007		Evol %	2008		Evol %	2009		Evol %	2010		Evol %
	Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%	
Graduação	23	1,70	-20,69	24	1,57	4,35	22	5	0,00	22	1,04	0,00
Especialização	7	0,52	-36,36	9	0,59	28,57	5	336	-22,22	5	0,23	-22,22
Mestrado	204	15,12	-26,09	229	15,00	12,25	336	1.736	10,92	336	16,00	10,92
Doutorado	1.115	82,65	-1,24	1.265	82,84	13,45	1.736	2.099	22,29	1.736	82,70	0,00
Total	1.349	100	-6,64	1.527	100	13,19	2.099	100	19,97	2.099	100	0,00

Titulação	2011		Evol %
	Qtd.	%	
Graduação	19	0,84	-0,14
Especialização	6	0,26	0,20
Mestrado	369	16,20	0,10
Doutorado	1.884	82,70	0,09
Total	2.278	100	0,09

Fontes: 1999 a 2007: Anuários Estatísticos/FUB; 2008 e 2011: SIPES – DGP/UnB, em 31 de dezembro de 2011

5.1.2 Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE)

5.1.2.1 Estrutura, Mecanismos Ingresso e Contratação de Técnico-Administrativo

Quanto ao plano de carreira do quadro técnico-administrativo, as ações estão sendo implementadas de acordo com o Plano de Desenvolvimento para os Integrantes da Carreira dos Servidores Técnicos (PDIC/UnB), elaborado segundo as orientações emanadas das Leis n. 11.091/2005, de 12/1/2005, e n. 11.233/2005, de 22/12/2005, dos Decretos n. 5.707/2006, de 23/2/2006, e n. 5.825/2006, de 29/6/2006, com alterações posteriores pelas Leis n. 11.784/2008, de 22/9/2008 e n. 11.907/2010, de 2/2/2010.

A estrutura do plano, enquadramento, mecanismos de ingresso, provimento e contratação de técnico-administrativos ocorrem em estrito cumprimento aos critérios, requisitos e demais dispositivos estabelecidos nas referidas leis.

5.1.2.2 Progressão Funcional, Qualificação Profissional e Aperfeiçoamento

Em 2010, a política de capacitação, treinamento e educação sofreu mudanças que foram concretizadas em 2011. Foi adotado o modelo de gestão por competências como diretriz para o planejamento e oferta de ações de capacitação visando atender aos objetivos estratégicos da Instituição, bem como proporcionar um melhor aproveitamento dos recursos destinados a estas ações, tendo em vista as determinações dos Decretos n. 5.707/2006 e n. 5.825/2006 e da Lei n. 11.091/2005.

Isto implicou mudança de foco da capacitação, de atendimento de demanda isoladas dos servidores/centros de custo para o planejamento de ações de capacitação voltadas ao atendimento das necessidades e estratégias institucionais.

Desde 2010, promove-se também a inclusão da modalidade de educação a distância nas ações de capacitação por meio de parcerias com o Centro de Educação a Distância (CEAD) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Com esses parceiros foi possível, em 2011, oferecer diferentes cursos que complementaram os Programas de Capacitação Gerencial para as lideranças formais e informais da Universidade e o Programa de Ambientação no Serviço Público para servidores que ingressaram em 2010 e início de 2011.

A política atual de capacitação da UnB tem como um dos focos principais ampliar o acesso à educação formal e à qualificação do corpo de servidores técnico-administrativos a partir da oferta de Graduação, Especialização em Gestão Universitária e Mestrados Profissionais em Educação, Finanças Públicas e Administração.

Em 2011 também foram implementadas ações de valorização dos servidores docentes e TAE por meio de identificação das formações acadêmicas e áreas de conhecimento para a atuação como instrutores em ações de capacitação presenciais e a distância.

Progressão por Capacitação Profissional

É o desenvolvimento do servidor na carreira, previsto no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei n. 11.091/2005, de 12/1/2005, publicada no DOU de 13/1/2005.

A progressão por capacitação é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificado em Programa de Capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida. Para ter acesso à progressão por capacitação profissional, o servidor deve respeitar o interstício de 18 (dezoito) meses entre uma progressão e outra. Em 2011 foram analisadas e concedidas 544 progressões por capacitação funcional, conforme quadro abaixo:

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
29	70	25	44	41	32	71	73	50	33	60	17	544

Incentivo à Qualificação

O incentivo à qualificação é o direito que o servidor adquire nos termos estabelecidos na Lei n. 11.091/2005, de 12/1/2005 e o Decreto n. 5824, de 29/6/2006. O incentivo à qualificação é calculado sobre o vencimento básico percebido pelo servidor, nos cursos de Educação Formal de nível superior ao exigido para o ingresso no cargo, com relação direta ou indireta com o cargo e o ambiente organizacional.

A concessão do incentivo à qualificação é analisada com a entrega do Diploma e Histórico Escolar reconhecidos pelo Ministério da Educação, no DGP/Carreira. Pode ser entregue a qualquer tempo no decorrer da carreira do servidor. Em 2011 foram analisados e concedidos 269 incentivos à qualificação.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
25	37	24	23	23	17	19	29	26	46	27	18	269

Licença Capacitação

A licença remunerada para capacitação é o tipo de afastamento previsto no artigo 87 da Lei n. 8.112/1990 (com redação dada pela Lei n. 9.527/1997) que dispõe que, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se com remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação. O afastamento é previsto, ainda, para complementação de prazo, com vistas a dar continuidade à ação de capacitação iniciada anteriormente, obedecida à legislação supramencionada e a presente normatização. Os períodos de licença remunerada para capacitação não são acumuláveis.

A concessão de licença de que trata este item é norma autoaplicável, ficando condicionada ao planejamento interno e à decisão da Unidade onde o servidor se encontra em exercício, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso para a Instituição. Esta licença poderá ser parcelada, sendo que a sua menor parcela não poderá ser inferior a trinta dias.

A licença remunerada para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de monografias de cursos de graduação ou especialização, dissertação de mestrado, tese de doutorado ou paper de pós-doutorado. Foram concedidas 68 licenças capacitação em 2011, sendo que 32 concessões foram para cursos de capacitação e 36 para qualificações (monografias, trabalho final de curso etc.).

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo, de acordo com o plano, dá-se exclusivamente pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, por meio da “progressão por capacitação profissional” e da “progressão por mérito profissional”, observados os requisitos, critérios e interstícios dispostos nas Leis n. 11.091/2005 e n. 11.233/2005 e legislação complementar.

Por oportuno, torna-se importante frisar que foi reformulada toda a política de capacitação, treinamento e educação, adotando o modelo de gestão por competências, buscando desenvolver ações de capacitação que atendam às necessidades do coletivo da instituição, a partir das lacunas das competências fundamentais e gerenciais, bem como proporcionar melhor aproveitamento dos recursos destinados a estas ações, tendo em vista as determinações dos Decretos n. 5.707/2006 e n. 5.825/2006 e da Lei n. 11.091/2005. Isto implica a mudança de foco da capacitação, de atendimento de demanda para planejamento de ações de capacitação voltadas para o atendimento das necessidades e estratégias institucionais.

Na modalidade de educação a distância, as ações de capacitação ocorrem por meio das parcerias mencionadas com o CEAD e a ENAP, oferecendo vários cursos a partir do início do semestre letivo, especialmente de Capacitação Gerencial e Ambientação no Serviço Público para os novos servidores, ambos com duração de seis meses, objetivando contribuir para a qualificação dos servidores e mudar a cultura organizacional para uma gestão moderna e eficiente com responsabilidade social.

Com o propósito de valorizar os servidores docentes e técnico-administrativos, identificam-se os que estão aptos a atuar como instrutores em ações de capacitação, presenciais e a distância.

Com vistas a fortalecer as ações institucionais e o compartilhamento da gestão, estão sendo estreitados os laços internos com parcerias das diversas áreas acadêmicas, afim de que auxiliem na elaboração das metodologias, contratações de pessoas capacitadas, entre outras e para que se reformulem todas as ações de capacitação para os servidores docentes e técnico-administrativos.

Estão em andamento três mestrados profissionalizantes para os servidores: Mestrado Profissional em Administração, (7 cursistas) Mestrado Profissional em Economia (25 cursistas) e Mestrado Profissional em Educação (3 cursistas). No total são 35 servidores beneficiados com este tipo de capacitação.

5.1.2.3 Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições de Trabalho de Técnico-Administrativos

Os Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de condições de trabalho de docentes, enumerados na seção 5.1.1.2, são disponibilizados também aos servidores técnico-administrativos.

5.1.2.4 Progressão por Mérito Profissional de Técnico-Administrativo

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento (nível 1 ao nível 16, dentro de cada classe) imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado positivo fixado em programa de Avaliação de Desempenho Funcional. Essa avaliação é realizada anualmente em cada unidade, observando o disposto da resolução do Conselho de Administração n. 09/2008.

Ao completar 18 meses, se o servidor obtiver dois resultados positivos no período por meio de processo avaliativo, o servidor terá direito à progressão por mérito, conforme consta abaixo:

- 1ª PROGRESSÃO: Resultado da média suficiente para aprovação da 1ª e 2ª etapas de avaliação em estágio probatório;
- 2ª PROGRESSÃO: Resultado da média suficiente para aprovação da 3ª etapa e homologação no estágio probatório;
- 3ª PROGRESSÃO: Resultado da homologação da aprovação no estágio probatório e o resultado do Programa de Gestão de Desempenho dos servidores estáveis.

Em 2011 foram concedidas 307 progressões por mérito profissional aos servidores em estágio probatório. As progressões concedidas relativas a exercício anterior foram 35, no total.

Com relação aos servidores estáveis, devido à suspensão do Programa de Gestão de Desempenho anterior e elaboração e proposição de novo Programa de Gestão de Desempenho por Competências, a concessão da progressão profissional por mérito do ano de 2011 foi automática e em caráter excepcional. Foram concedidas 881 progressões por mérito profissional aos servidores estáveis desta Instituição.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7	4	293	66	43	43	147	96	61	61	35	25	881

Com relação à progressão por mérito profissional, a maior dificuldade encontrada é a incompatibilidade da data da concessão do mérito com a data dos interstícios da avaliação das etapas no estágio probatório, gerando assim atraso na concessão e lançamentos como pagamentos em exercícios anteriores. A concessão da progressão deve ser realizada a cada 18 meses e as notas necessárias para tal progressão somente podem ser disponibilizadas com 20 meses de efetivo exercício.

Tendo em vista o processo de Reestruturação do DGP e a Reorganização interna da Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação o processo de concessão de Progressão por Mérito Profissional passou a ser concedido pela Coordenadoria de Acompanhamento da Carreira a partir de julho/2011, pois trata de processo relativo à carreira do técnico-administrativo.

Houve treinamento da equipe da Coordenadoria de Acompanhamento da Carreira durante dois meses (maio e junho) para que aprendessem o processo de trabalho por completo. A Coordenadoria de Gestão de Desempenho ainda mantém o apoio necessário, principalmente para elaboração de nota técnica conclusiva referente à progressão por mérito. Todos os modelos de documentos e controles foram repassados para os novos responsáveis.

5.1.2.5 Estágio Probatório de Técnico-Administrativo

O estágio probatório é o período de 36 meses de efetivo exercício a ser cumprido pelo servidor técnico-administrativo que ingressou no serviço público em cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público e tem por finalidade a apuração da aptidão do servidor para o desempenho do cargo. É um período de adaptação na Instituição e que servirá de prova para determinar a efetivação ou não no cargo para o qual foi nomeado. Esse é contado a partir da data de sua entrada em exercício e será avaliado em três etapas:

- 1ª Etapa no 10º mês
- 2ª Etapa no 20º mês
- 3ª Etapa no 30º mês

A avaliação realiza-se em formulário específico, encaminhado pelo Decanato de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenadoria de Gestão de Desempenho, aos centros de custos em que haja servidor em estágio probatório. Em cada etapa serão realizadas duas avaliações, uma delas pela chefia imediata e a outra por dois representantes dos demais servidores do centro de custo, escolhidos por meio de eleição entre aqueles que, durante o interstício da avaliação tenham acompanhado o desempenho do avaliando.

A aptidão e a capacidade do servidor serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os fatores que são pontuados na escala de 1 (um) a 4 (quatro):

- Assiduidade;
- Disciplina;

- Capacidade de iniciativa;
- Produtividade; e
- Responsabilidade.

No ano de 2011, foram admitidos 206 técnico-administrativos, considerando os dados obtidos até 8/12/2011. No mesmo ano, foram enviados 117 formulários referentes à 3ª etapa de avaliação, 35 relativos à 2ª etapa e 62 relativos a 1ª etapa, totalizando 546 formulários. Desse total, 38 formulários ainda não foram devolvidos, o que significa um percentual de 7% aproximadamente. Como esses formulários atrasados são referentes aos servidores admitidos em 2008, 2009 e 2010, a Coordenadoria de Gestão de Desempenho realizou levantamento geral separado de acordo com o ano de admissão do servidor e o centro de custo, a fim de planejar ação de intervenção para o ano de 2012. Dessa forma, espera-se que as chefias possam compreender a importância do processo e solucionar rapidamente possíveis dúvidas para que não aconteçam atrasos na avaliação e devolução dos formulários em 2012.

Quadro 17 Formulários de Avaliação de Estágio Probatório ainda não Devolvidos pelos Centros de Custo/2011

Ano	Centro de custo	Ocorrências
2008	IBD	1
2009	CEL	1
2009	CPD	2
2009	DAIA	1
2009	DCF	1
2009	DEG	2
2009	DPP	1
2009	ECL	2
2009	FAL	1
2009	FGA	1
2009	IGD	1
2010	BCE	1
2010	CFS	1
2010	DAIA	3
2010	DDS	4
2010	DEG	2
2010	DGP	1
2010	DPP	1
2010	ENM	1
2010	FAL	3
2010	FAV	1
2010	FIL	2
2010	FSD	1
2010	LET	1
2010	PRC	1

Ano	Centro de custo	Ocorrências
2010	SECOM	1
Total		38

Como a homologação do estágio probatório ocorre após os 36 meses de efetivo exercício e após aprovação em todas as etapas, foram homologados 186 resultados de aprovação no estágio probatório em 2011. Na 1ª e 2ª etapas, caso o servidor tenha uma pontuação abaixo de 3 (três), haverá uma entrevista com técnico do DGP/DCADE/Coordenadoria de Gestão de Desempenho para identificar fatores que estejam prejudicando o desempenho do servidor e propor alternativas para a sua melhoria, em conjunto com o avaliando e a respectiva chefia.

Essas entrevistas são realizadas com a Coordenadora de Gestão de Desempenho, uma Psicóloga e uma técnica em Recursos Humanos. Todas são registradas em um formulário específico, o qual é encaminhado à pasta funcional do servidor. Em 2011, o quantitativo foi de 12 servidores técnico-administrativos que apresentaram desempenho abaixo da média 3 (três), sendo que seis já participaram de entrevista. As outras seis serão realizadas em janeiro de 2012, mês seguinte ao retorno dos formulários. Esse quantitativo de servidores com baixo desempenho representa aproximadamente 2%.

Em 2011 foram encaminhados 12 servidores para entrevista no DGP, em razão de baixo desempenho em avaliações. Desses, quatro impetraram recurso. O processo de condução da entrevista também sofreu transformações implementadas a partir de julho de 2011:

- novo roteiro de entrevista para facilitar a condução, mais objetivo e sintético;
- realização de uma entrevista no momento inicial da etapa de avaliação seguinte e em caso de o desempenho não melhorar será realizada uma segunda entrevista por solicitação do centro de custo ou pelo servidor avaliado;
- acompanhamento contínuo do servidor com baixo desempenho que realizou entrevista por meio do envio de memorando à chefia imediata pedindo que nos enviem um parecer a respeito do desempenho do servidor.

E tem-se como meta para 2012 reformular o questionário de conhecimento da opinião da chefia imediata e do servidor em relação à entrevista e solicitação de sugestões.

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Administração n. 004/1998, que disciplina o estágio probatório dos servidores técnico-administrativos, em seu artigo 10, § 1º, o servidor poderá entrar com recurso

junto ao Conselho de Administração, após cada etapa de avaliação, no prazo de 10 dias, contados a partir da data de ciência do resultado. No ano de 2011 foram impetrados oito recursos referentes à discordância do resultado das avaliações de estágio probatório.

A Coordenadoria de Gestão de Desempenho tem como meta para 2012 planejar e realizar ações de intervenção nos centros de custos que apresentam servidores com baixo desempenho a fim de compreender os possíveis fatores que estão influenciando. Portanto, com relação às ações que podem ser realizadas para que o atual processo de avaliação de estágio probatório apresente menos falhas, tais como atraso no envio de formulários, erros no preenchimento dos formulários e grande quantidade de recursos, será elaborado um projeto de intervenção que tem como objetivo eliminar tais falhas e orientar mais os centros de custos quanto a esse processo de avaliação.

Após a realização das entrevistas de estágio probatório é feita uma avaliação das entrevistas realizadas (questionário), de forma que seja possível verificar os resultados obtidos. Com base no aumento do número de entrevistas por motivo de baixo desempenho de servidores no estágio probatório e também por meio dos questionários respondidos pelas chefias imediatas e servidores após as entrevistas, verificou-se a necessidade de reformulação da Resolução CAD 004/1998 e procedimentos visando aperfeiçoar o processo avaliativo.

A proposta de reformulação do estágio probatório visa o aperfeiçoamento do processo de avaliação do desempenho do servidor técnico-administrativo durante os três primeiros anos de trabalho, em relação aos cinco fatores de avaliação descritos na Lei n. 8.112/1990. Nesta perspectiva, a metodologia a ser proposta caracteriza-se pela participação ativa do servidor no seu processo avaliativo, bem como pelo acompanhamento permanente, por parte da chefia imediata, das atividades atribuídas, identificando, assim, as necessidades de capacitação desse servidor e a sua relação com os processos de trabalho.

Portanto, para esse processo de reformulação do estágio probatório, houve a elaboração de uma nova minuta de Resolução que regulamentará o estágio probatório, bem como a elaboração de manual, cartilha e planejamento de curso de formação. A próxima etapa dessa reformulação é a submissão dessa proposta ao CAD em 2012.

5.1.2.6 Avaliação de Desempenho

Quanto à avaliação de desempenho, em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Decreto n. 5.707, de 23/2/2006, e em observância às necessidades institucionais, foi aprovada uma das políticas de pessoal (Avaliação de Desempenho), constantes do Programa de Gestão e Avaliação de Desempenho (PROGED) da FUB, em novembro de 2008, de acordo com a Resolução n. 9/2008 do CAD. Embora tenha havido a devida preparação para implantação do PROGED, o Programa foi suspenso tendo em vista a necessidade de discutir pontos considerados polêmicos pelo Sindicato.

Como a gestão de desempenho na FUB no ano de 2010 manteve-se suspensa, foi iniciada a elaboração de um novo modelo de gestão de desempenho que atendesse à legislação específica e às novas políticas institucionais. Para a elaboração do novo programa de Gestão de Desempenho da FUB que tem como referência a gestão por competências foi necessário mapear as competências fundamentais e gerenciais de toda a Universidade.

Compreende-se que as competências fundamentais são aquelas necessárias a todos os servidores da Universidade, independentemente da área de atuação, e as competências gerenciais são as necessárias àqueles servidores que ocupam função de coordenar equipes de trabalho.

Com relação às competências específicas, buscou-se trabalhar por projeto piloto. O primeiro foi o próprio DGP e foram realizadas as seguintes atividades: mapeamento de competências específicas, construção de formulário de avaliação com cada uma das competências, divididas por Diretoria, e definição de soluções de aprendizagem para cada competência. Esse mapeamento foi realizado em outubro de 2010.

Essa proposta de mapeamento das competências visa atender às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto n. 5.707/2006. São diretrizes mencionadas no Decreto: a) incentivo e apoio aos servidores em iniciativas de capacitação voltada para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais; b) garantia do acesso a eventos de capacitação; c) promoção da capacitação gerencial e sua qualificação para o exercício da função e outras. Um dos instrumentos dessa Política definidos no Decreto é o sistema de gestão por competência, base para o programa de capacitação e de gestão de desempenho (arts. 2º, 3º e 5º).

O mapeamento de competências é uma das etapas da implementação da Gestão de Desempenho por Competências e contempla a identificação das competências necessárias para a realização dos processos de trabalho. Essas competências farão parte do instrumento de avaliação de desempenho e fornecerão subsídios ao dimensionamento da força de trabalho da Instituição, bem como às ações de capacitação.

Em novembro e dezembro de 2010, foram identificadas as competências fundamentais e gerenciais, por meio de entrevistas semiestruturadas com responsáveis por três grandes centros de custo da Universidade e por meio de grupo focal realizado com o Reitor e Decanos. As soluções de aprendizagem, ações de capacitação específicas, foram construídas a partir da descrição das competências e definidas para cada competência.

Essa metodologia foi aplicada também na Faculdade de Educação (FE), no período de janeiro e fevereiro de 2011, e contemplou as seguintes fases: identificação dos processos de trabalho de cada setor da Faculdade já mapeados; entrevistas com os responsáveis dos setores e departamentos da Faculdade de Educação; transcrição dos registros das entrevistas realizadas; descrição das competências identificadas; análise crítica pela Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação (DCADE); e validação pela própria FE. Foi realizada pesquisa qualitativa com emprego de entrevista semiestruturada conduzida por um servidor da Coordenadoria de Gestão de Desempenho com acompanhamento de um estagiário.

Inicialmente foram identificadas 29 competências específicas, mas que ao serem analisadas sob uma perspectiva mais ampla, com foco em processos e não em atividades podem ser consideradas como competências fundamentais a todos os servidores da Instituição, tendo em vista as semelhanças com as competências fundamentais já identificadas. Nessa perspectiva, identificaram-se 17 competências específicas na Faculdade de Educação.

Outro mapeamento de competências específicas realizado em caráter piloto foi no Hospital Universitário de Brasília (HUB). Identificaram-se 11 competências específicas, em levantamento realizado em julho de 2011, com emprego de técnicas qualitativas de pesquisa. Foram realizados grupos focais, dos quais participaram servidores técnico-administrativos dos diversos centros de custo do Hospital.

As ações referentes à elaboração e proposição desse novo Programa de Gestão de Desempenho, isto é, todos os documentos necessários para apresentação e divulgação do Programa, tais como projeto, minuta de resolução, fôlderes e cartilhas tiveram seu desenvolvimento iniciado em 2010 e foram concluídos em 2011.

A proposta foi submetida ao Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (SintFUB) no dia 6 de outubro de 2011 e ao Conselho de Administração (CAD) no dia 20 de outubro de 2011, data em que foram feitas diversas sugestões e críticas, as quais foram consideradas na revisão da proposta. O DGP, por meio da Coordenadoria de Gestão de Desempenho, realizou reunião com os responsáveis pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e pelo Instituto de Psicologia para solicitar contribuições quanto à proposta de gestão de desempenho apresentada pelo Decanato. A proposta está reformulada e aguarda nova apresentação ao CAD para aprovação definitiva e implementação.

5.1.2.7 Dados Institucionais sobre Técnico-Administrativos

Apresenta-se, por meio da Tabela 32, demonstrativo da evolução do quadro permanente de técnico-administrativo da UnB, no período de 1999 a 2011. A análise da tabela mostra queda no número de servidores nos anos de 2000 (-2%), 2001 (-2%), 2005 (-1%), 2006 (-3%) e 2007 (-9%), e aumento, nos anos de 2002 (4%), 2003 (10%), 2004 (4%), 2008 (15%), 2009 (1%) e 2010 (1%).

Tabela 32 Quantitativo de Técnico-administrativos permanentes, UnB, 1999-2011

Detalhamento	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nível Superior	519	502	494	529	628	660	651	641	588	723	757	890	1.005
Intermediário	1.287	1.267	1.251	1.298	1.408	1.461	1.458	1.408	1.283	1.447	1.445	1.424	1.456
Apoio	275	265	256	247	242	238	234	220	190	194	186	173	166
Total	2.081	2.034	2.001	2.074	2.278	2.359	2.343	2.269	2.061	2.364	2.388	2.487	2.627

Fontes: 1999 a 2007: Anuários Estatísticos/FUB; 2008 e 2010: SIPES – SRH/UnB, em 31 de dezembro

Seguem outros dados sobre o quadro funcional da Universidade de Brasília.

Tabela 33 Técnico-administrativos por nível de qualificação e capacitação, UnB, 2011

Nível	A	B	C	D	E	Total
I	12	38	138	309	441	938
II	12	23	143	168	268	614
III	6	22	104	138	133	403
IV	14	39	122	334	163	672
Total	44	122	507	949	1.005	2.627

Fonte: SIPES

Tabela 34 Categoria dos trabalhadores, UnB, 2011

Categoria	Quantidade	%
Docentes	2.296	25%
TA FUB	2.682	29%
Terceirizados Universidade	2.510	27%
Terceirizados HUB	569	6%
Prestador Serviço Universidade	539	6%
Prestador Serviço HUB	633	7%
Total	9.229	100%

Fonte: DGP

Tabela 35 Trabalhadores com deficiência por sexo, UnB, 2011

Deficiência	Homem	Mulher	Total
Física	5	2	7
Visual	93	28	121
Auditiva	2	0	2
Intelectual	2	0	2
Múltipla	0	0	0
Outras	36	10	46
Total	138	40	178

Fonte: DGP

Tabela 36 Servidores ativos por categoria e presença de deficiência, UnB, 2011

Servidores	Quantidade	%
Total servidores ativos FUB	4.978	100,0
Total docentes ativos	2.296	46,1%
Total TA ativos	2.682	53,9%
Total servidores com deficiência	178	3,6%

Fonte: DGP

Tabela 37 Técnicos em situação de aposentadoria, UnB, 2009-2011

Motivo da Aposentadoria	2009	2010	2011
Voluntária	866	921	979
Invalidez	126	129	131
Invalidez Proporcional	36	36	36
Compulsória	28	28	29
Total	1.056	1.114	1.175

Fonte: DGP

Tabela 38 Servidores ingressantes por modo de ingresso, UnB, 2011

Ingressos (entradas)	Técnico	Docente	Total
Concurso público	226	219	445
Redistribuição	21	4	25
Total	247	223	470

Fonte: DGP

Tabela 39 Servidores desligados por categoria de desligamento, UnB, 2011

Desligamentos de ativos (saídas)	Técnico	Docente	Total	%
Aposentadoria	60	37	97	54
Exoneração a pedido	13	9	22	12

Morte	6	5	11	6
Posse em outro cargo inacumulável	24	13	37	21
Redistribuição	8	4	12	7
Total	111	68	179	100

Fonte: DGP

Tabela 40 Técnicos que solicitaram aposentadoria, UnB, 2009-2011

Motivo	2009	2010	2011	Total
Voluntária	61	55	58	174
Invalidez	1	3	2	6
Invalidez Proporcional	1	0	0	1
Compulsória	0	0	1	1
Total	63	58	61	182

Fonte: DGP

Nota: 7 técnicos completarão 70 anos nos próximos 2 anos

Tabela 41 Quantitativo de funções e cargos de direção, UnB, 2011

Ref.	Área Administrativa		Área Acadêmica		Total Geral	
	Qtd. de funções	%	Qtd. de funções	%	Qtd. de funções	%
FG1	67	32,06	142	67,94	209	34,09
FG2	34	19,54	140	80,46	174	28,38
FG3	28	43,08	37	56,92	65	10,60
FG4	34	39,08	53	60,92	87	14,19
FG5	3	18,75	13	81,25	16	2,61
FG6	42	76,36	13	23,64	55	8,97
FG7	5	71,43	2	28,57	7	1,14
Subtotal	213	34,75	400	65,25	613	100,00
CD1	1	100,00	0	0,00	1	0,97
CD2	1	100,00	0	0,00	1	0,97
CD3	9	60,00	6	40,00	15	14,56
CD4	41	47,67	45	52,33	86	83,50
Subtotal	52	50,49	51	49,51	103	100,00
Total	262		454		716	

Fonte: DGP

5.2 Clima Institucional, Relações Interpessoais, Estrutura de Poder, Graus de Satisfação Pessoal e Profissional

As questões internas relacionadas às condições de trabalho dos servidores, docentes e técnico-administrativos, ao clima institucional, às relações interpessoais e ao grau de satisfação pessoal e profissional, entre outros, que não vinham recebendo a atenção adequada, configuraram-se como objeto de preocupação da Administração Central.

No que diz respeito à estrutura de poder, pode-se dizer que uma análise do organograma geral da Instituição pode dar uma ideia, pelo menos em termos gerais e formais, de sua constituição. Para tanto, devem ser consideradas a estrutura hierárquica organizacional, a vinculação e

subordinação de órgãos, a visualização e o posicionamento dos órgãos colegiados, quer sejam deliberativos, normativos ou consultivos. Essa análise deve ser feita à vista do que dispõem o Estatuto e Regimento Geral da UnB, especialmente nos dispositivos relativos às finalidades e composição desses órgãos, às competências e atribuições de órgãos e dirigentes e à dinâmica de funcionamento, conforme abordado na Dimensão 6.

O contexto organizacional da UnB é marcado por um nítido descompasso entre o crescimento de alunos e da estrutura física a partir do REUNI e a quantidade de docentes e técnicos disponíveis para atender ao aumento da demanda de serviços de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, exige a adoção de gestões universitária e administrativa mais modernas e eficientes que atendam à busca incessante pelo aumento da qualidade do ensino público ofertado pela Instituição à comunidade.

Diante do contexto apresentado, a reformulação dos processos de trabalhos e ampliação dos horários de atendimento ao público usuário, à vista do funcionamento da Instituição em período superior a 12 horas diárias ininterruptas ou trabalho no período noturno, são estratégias fundamentais da gestão. Em relação ao regime de trabalho dos servidores, desde o começo de 2011 o DGP iniciou a discussão sobre a flexibilização da jornada de trabalho, construindo de forma compartilhada uma proposta que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Administração n. 7/2011, em 1º/12/2011 e será implementada em 2012. Certamente terá impactos positivos sobre a organização do trabalho na UnB e na qualidade de vida de seus servidores.

A prevalência do mal-estar no trabalho e, em consequência, os potenciais riscos que ele acarreta para a saúde e a efetividade organizacional, não estão desvinculados dos modelos de gestão do trabalho existentes, padrão de cultura organizacional vigente e dos modos de estrutura e funcionamento institucional. Portanto, a promoção do bem-estar no trabalho e da efetividade organizacional requer o comprometimento de dirigentes e gestores para implantarem mudanças que alterem as situações negativas de trabalho.

A garantia da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) implica sinergia coletiva de natureza multiprofissional no campo físico, psicológico e social com base em parcerias intersetoriais a serem forjadas e pactuadas. Para estabelecer o que é qualidade de vida para os trabalhadores da Universidade, quais fatores são mais importantes para o bem-estar destes, o DGP em

parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic) iniciou um projeto para elaborar a política de qualidade de vida do trabalho da UnB a formulação do programa prático para a melhoria desta no ambiente de trabalho a partir da percepção sobre o que os trabalhadores realmente querem.

A Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT) promove amplo trabalho em busca da promoção da Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores e com a implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), com o qual a UnB colabora para o desenvolvimento dos princípios e diretrizes dessa política, intensificou-se este trabalho.

5.3 Capacitação dos servidores (cursos presenciais e a distância)

As ações de capacitação em 2011 foram organizadas para atender aos Decretos n. 5707/2006 e n. 5825/2006 e obedecendo aos níveis de progressão e às cargas horárias necessárias conforme a Lei n. 11.091/2005. Dessa forma, as ações foram ofertadas no formato de programas. Para cada programa, diferentes cursos a distância e presenciais foram ofertados, possibilitando ao servidor escolher aqueles que mais atendiam às suas necessidades de capacitação, relacionando as áreas de atuação dentro da UnB.

Os programas foram os seguintes: Formação Gerencial, Iniciação ao Serviço Público, Desenvolvimento de Competências Fundamentais, Desenvolvimento e Inter-relação de Ambientes e Preparação para a Aposentadoria. Este último visa, exclusivamente, apoiar o servidor que se encontra em vias de se aposentar ou em abono permanência, no desenvolvimento de projetos de vida que o permitam desfrutar de uma aposentadoria com saúde física, social, emocional e financeira e orientações sobre direitos.

Sabendo da grande dificuldade no que se refere à gestão de pessoas, a DCADE promoveu no segundo semestre de 2011 o Projeto Gestão com Pessoas que trouxe diferentes docentes da UnB para discutir temas relacionados à gestão, buscando propiciar espaços reflexivos e críticos sobre a Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal (APF), com o intuito de apoiar servidores que desenvolvem ou pretendem desenvolver atividades de gestão na transferência de conhecimentos e soluções técnico-científicas para

seus ambientes de trabalho; estimular a reflexão e a crítica acerca do que se produz na academia e sobre o que se pratica nas organizações, bem como contribuir para a melhoria na qualidade dos serviços prestados à comunidade. Este projeto foi aberto a todos interessados de diferentes instituições públicas e privadas do DF.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de servidores inscritos nas ações de capacitação ofertadas pela Coordenadoria de Capacitação durante o ano de 2011. Ao total, houve 3.241 inscrições.

Verificou-se que o número de evasões e reprovações é muito alto e, durante 2012, serão feitas avaliações para identificar os motivos que levam o servidor a não concluir as ações de capacitação ofertadas para que se possa diminuir esse quantitativo.

Quadro 18 Servidores inscritos, aprovados e evadidos nas ações de capacitação, UnB, 2011

Programa	Ações	Inscritos	Aprovação	Reprovação/ evasão
INICIAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO	Curso Iniciação ao Serviço Público – parte Presencial	84	65	19
	Ética e Serviço Público – ENAP	135	97	38
	Atendimento ao Cidadão – ENAP	58	42	16
Desenvolvimento de Competências de Gestão	Curso Formação Gerencial	164	80	84
	Orçamentos e Finanças – CEAD	200	91	109
	Gestão Estratégica de Pessoas e Plano de Carreira – ENAP	166	91	75
	Fundamentos em Gerência de Projetos – ENAP	Não houve Oferta em 2011		
	Análise e Melhoria de Processos – ENAP	Não houve oferta em 2011		
Desenvolvimento de Competências Fundamentais	Ambientação em Educação a Distância – CEAD	248	138	107
	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - ENAP	160	119	41
	Redação Oficial	171	73	98
	Informática Básica – Word e Excel	35	21	14
Educação	Curso Preparatório para o Mestrado de Economia	127	98	29
	Especialização em Gestão Universitária 2011/2012	16	-	-
	Especialização Gestão Universitária 2010/2011	39	34	5
	Mestrado Profissional em Educação	3	-	-
	Mestrado Profissional em Economia	25	-	-

Programa	Ações	Inscritos	Aprovação	Reprovação/ evasão
	Mestrado Profissional em Administração	7	-	-
Desenvolvimento e Inter-relação de Ambiente	Inglês Iniciante I	43	26	17
	Inglês Iniciante II	25	15	10
	Inglês Básico I	48	31	17
	Inglês Básico II	25	14	11
	Inglês Instrumental I	20	13	7
	Inglês Instrumental II	19	9	10
	Espanhol Básico I	17	13	4
	Espanhol Básico II	19	8	11
	Francês I	25	8	18
	Inglês Intermediário	18	5	13
	Inglês Conversação com Fins Acadêmicos	38	13	25
Libras Básico	6	6	-	
Preparação para a Aposentadoria	Curso Viva Mais	24	24	-
Outras Ações	Curso SPSS	23	19	4
	Formação Docente	141	62	79
	Oficina de Atendimento ao público – IP	20	9	11
	Palestra Educação de Adultos	9	9	-
	Extrator de Dados	18	9	9
	Noções de Pesquisa Quantitativa e Qualitativa	26	14	12
	Palestra Iniciação à Elaboração de Projetos de Pesquisa	7	7	-
	Projeto Gestão com Pessoas	969	121 certificadas	
	Palestra Quem Pensa a Longo Prazo, Investe em Pessoas	33	33	-
	Formação DRM – módulo I	21	21	-
	Curso Eneagrama nas Instituições	9	9	-
Total		3.241	1.447	1.741

Fonte: Relatórios PROCAP/DGP

Nota: a diferença de 53 alunos no total de inscritos deve-se ao curso de Especialização em Gestão Universitária, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Profissional em Economia e Mestrado Profissional em Administração que concluirão no período 2012-2013.

A Universidade de Brasília dispôs, em 2011, de R\$ 658.072,38 entre recursos do Tesouro e Recursos próprios para serem efetivadas as ações de capacitação. Esses recursos foram destinados ao pagamento dos Programas e outras Ações assim como os eventos externos.

O propósito de elaborar políticas de capacitação levou à realização, ainda, de dois projetos que estão em fase de avaliação:

- Projeto Perfil dos Servidores, que levantará, entre outras informações, dados para elaboração dessa política de modo a oferecer meios de capacitação necessários ao desempenho das atividades específicas, por competência;

- projeto de valorização de experiências de trabalho na UnB, cujo objetivo é conhecer, divulgar e premiar experiências de trabalho bem sucedidas no âmbito da Universidade de Brasília, com proposta de execução em 2012.

O cadastro de especialistas, servidores docentes e técnico-administrativos para atuação como instrutores/tutores em cursos ofertados pela DCADE-PROCAP foi atualizado em 2011 e conta com 221 nomes, alguns dos quais já participaram nos primeiros semestres de 2011 como instrutores/tutores.

Destaque-se, ainda, como parte do esforço de capacitação dos servidores, a realização do curso de Gestão Universitária. Uma ação desenvolvida no intuito de subsidiar tal processo é a criação de banco de dados com estudos realizados na área de gestão de pessoas (Especialização em Gestão Universitária e em Gestão de Pessoas). Esse curso, que até sua sexta turma atendeu ao total de 232 servidores/alunos, resultou na produção de 185 monografias (catalogadas como aprovadas até dezembro/2011) e na publicação de dois livros. As monografias aprovadas serão objeto de divulgação na página da Coordenadoria de Estudos e Pesquisas em Gestão de Pessoas (COEP) do *site* do DGP.

Esse trabalho conjunto, além de valorizar os esforços dos servidores, incentivará a implantação do novo conhecimento em seu local de trabalho como parte de suas atividades cotidianas. Entre as ações a serem realizadas em 2012 há, também, uma ação prioritária relativa à avaliação de impacto do curso Especialização em Gestão Universitária oferecida aos servidores, como parte da base para a continuidade do processo formativo dos servidores da UnB em parceria com a Coordenadoria de Capacitação (PROCAP).

Outra ação permanente e objeto de atenção é a identificação e as visitas a órgãos e instituições com excelência em gestão de pessoas, no sentido de alcançar e aproveitar as melhores experiências. Nesse sentido, tanto as visitas quanto a participação em cursos oferecidos por instituições com experiências destacadas têm sido pesquisadas.

5.4 Consolidação do DGP

O Decanato de Gestão de Pessoas tem passado por importantes transformações pautadas por modernas práticas de gestão pública para o desenvolvimento humano, buscando a integração das políticas de gestão de

peças com as estratégias Institucionais, além da complementaridade e consistência destas para geração de comprometimento, flexibilidade e qualidade. As diretrizes de atuação traçadas desde a criação do Decanato de Gestão de Pessoas incluem gestão participativa e democrática, com descentralização das informações, aumento do índice de informatização, transparência de regras, processos e tratamento equânime; redimensionamento da força de trabalho e modelo de alocação de pessoal, políticas de capacitação e avaliação de desempenho e foco nas ações de promoção da qualidade de vida, saúde e segurança da comunidade universitária, dentre outras.

Considera-se necessário disseminar na Universidade a cultura da nova política de gestão de pessoal da UnB, voltada para a organização do trabalho com diminuição do retrabalho e do tempo de resposta ao servidor, com impactos sobre o assédio moral e adoecimento no trabalho e norteada pelo imperativo ético que se apoia na busca permanente da compatibilidade entre o bem-estar no trabalho, eficiência/eficácia dos processos produzidos e compromisso social.

No campo da gestão de pessoas, o DGP vem buscando parcerias institucionais com as áreas acadêmicas no âmbito da UnB com o pressuposto de que o conhecimento científico (rigoroso, confiável) é um requisito essencial para subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação de práticas transformadoras sustentáveis no contexto organizacional e influenciam em seus resultados. Temos incentivado e oportunizado também qualificação e treinamentos para os servidores do DGP.

Em 2011, conforme demonstrado neste relatório, pode-se observar os avanços e o desenvolvimento em cada uma das áreas que compõem as diretorias do DGP. Importante ressaltar que, das cinco diretorias, três – Diretoria de Administração de Pessoas (DAP), Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação (DPAM) e Diretoria de Terceirização (DTER) – têm a atribuição de apoiar os processos finalísticos do Decanato, bem como de toda a UnB. Com relação a estas, destaca-se que houve uma modernização geral dos processos de trabalho e reorientação de suas estratégias, com levantamento e reorganização dos processos de trabalho de todos os setores que as compõem com otimização de fluxos e busca de

controle e informatização dos meios, priorizando o atendimento com qualidade e eficiência.

A construção e utilização de um novo sistema informatizado para a gestão de pessoas, notadamente o módulo de administração de pessoal, ainda hoje, é um dos grandes dificultadores da celeridade no atendimento dos processos. Este fato também dificulta a realização e a consolidação de dados para avaliação gerencial e tomada de decisão.

Importante informar também que o DGP reconheceu, valorizou e consolidou, ao longo de 2011, as estruturas democráticas e participativas de mediação, negociação e representação coletiva. Por exemplo, a Mesa de Negociação com os TAE e a criação da Mesa de Mediação dos Trabalhadores Terceirizados. Parte-se do pressuposto que pessoas e organizações têm objetivos distintos e, por vezes, conflitantes.

Para 2012 ainda há grandes desafios na construção de novas estratégias que possam emergir de rotinas e procedimentos politicamente compromissados, notadamente com o processo de implementação da flexibilização da jornada de trabalho. As decisões tomadas agora continuarão a repercutir nos anos seguintes.

Quanto à área de saúde, segurança e qualidade de vida, alguns desses desafios já estão sendo efetivados e devem ser continuamente observados e melhorados, como por exemplo:

- a efetiva participação dos servidores na realização de exames periódicos de saúde, entendendo sua importância;
- o acompanhamento a servidores em Licença para Tratamento de Saúde;
- a realização do Mapeamento de Riscos Ambientais em todas as unidades da UnB e proposta de correção das não conformidades em médio prazo;
- o levantamento de necessidade para uso de Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual (EPC e EPI), em todos os ambientes da UnB;
- a implantação e gestão do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), coordenando e integrando ações de perícia oficial, promoção e assistência em saúde para propiciar a qualidade de vida dos servidores da UnB e dos outros órgãos e entidades do Governo Federal conveniados.

Outros desafios a serem realizados como metas em 2012 são:

- implantação da Brigada de Incêndio e de Socorristas nos *campi* da UnB;
- implantação dos postos médicos e entrega de ambulâncias aos *campi*;

- consolidação e fortalecimento da Política do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS);
- realização da pesquisa de qualidade de vida no trabalho, prevista para o início de 2012 e organizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic) e com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Gestão de Pessoas na Administração Pública (GEPAP), pesquisa de participação voluntária e confidencial que buscará o compartilhamento de informações que espelhem as demandas da comunidade e possam direcionar as ações da gestão em relação a qualidade de vida no trabalho.

Em relação à área de Capacitação, Desenvolvimento e Educação, destacam-se como desafios:

- a Construção do sistema informatizado de gestão de desempenho por competências dos servidores técnico-administrativos;
- acompanhamento da carreira dos servidores docentes com o redesenho do fluxo de progressão por desempenho e de avaliação de desempenho, a ser aprovada pelo CEPE, com vistas à otimização e redução do tempo para as concessões;
- efetivo acompanhamento do estágio probatório de servidores docentes e técnico-administrativos, evitando a permanência na instituição de servidores que não atendem às expectativas da Instituição no que tange ao exercício eficiente do cargo;
- aplicação de instrumentos de avaliação das ações, de clima organizacional, dentre outros, e sistematização do estado da arte em gestão de pessoas, buscando propor ações aplicáveis e transformadoras da realidade da UnB nesta área;
- aquisição de espaço físico mais adequado ao apoio do processo de aprendizagem em cursos a distância e presenciais;
- aquisição de recursos tecnológicos para dar suporte ao sistema de gestão por competências e demais ações da Diretoria.

Com relação à administração de pessoal, o DGP entende que ainda permanecem desafios, a exemplo de:

- realizar recadastramento de todos os servidores da Universidade, mantendo atualizado o cadastro, e descentralizar o acesso a informações gerenciais que possam subsidiar as áreas, os gestores e os servidores nos seus processos de trabalho;
- diminuir o retrabalho e o tempo de resposta ao atendimento do servidor, com a utilização de novo sistema informatizado para a administração de pessoal;
- implementação eficiente do sistema eletrônico de frequência, com instalação, em 2012, de 120 registradores adquiridos em 2011;

- arquivo funcional integrado ao arquivo central da Universidade, com maior segurança aos documentos e aos dados funcionais;
- controle de todas as formas de pagamentos de pessoal realizados no âmbito da Universidade e transparência nas ações de pagamento;
- orientação das unidades para a utilização, quando devido, de pagamentos por meio da rubrica 66 do SIAPE tendo por base as atividades contidas no Decreto n. 6.114 de GECC (Gratificação de Encargo de Curso e Concurso);
- elevação hierárquica da Coordenação de Terceirização como Diretoria, proporcionando maior grau de elaboração e análise dos contratos de terceirização da Universidade e adequando-se às legislações pertinentes e ao melhor modelo de prestação de serviços para a Administração Pública;
- capacitar e dar autonomia aos centros de custo para a confecção de suas próprias folhas de pagamento de participação externa;
- liberação de Sistema Informatizado para a elaboração e o controle das folhas de pagamentos de pessoal da UnB, viabilizando processos de auditoria pela coordenadoria de pagamentos do DGP.

Com relação ao provimento, ao acompanhamento e à movimentação, observam-se os seguintes desafios:

- adequar as normas internas de provimento e movimentação de servidores (remoção, redistribuição, cessões etc.) às legislações pertinentes no ordenamento jurídico brasileiro;
- sistematizar a comunicação entre unidades acadêmicas e o decanato;
- adequar os instrumentos utilizados para o provimento com as normas internas (editais para todas as fases do concurso) e sistematizar a divulgação desses;
- trabalhar em parceria com o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) na realização do dimensionamento de pessoas da UnB, desenvolvendo a normatização e os fluxos necessários à sua realização e a normatização necessária para subsidiar a alocação de servidores, em razão de nomeações.

Por fim, segue-se o que se considera como desafios gerais do DGP:

- manter a equipe do Decanato constantemente atualizada em assuntos relacionados à Gestão de Pessoas com o acompanhamento e a divulgação de notícias da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, bem como pelas notícias no Portal SIPEC;
- realizar de forma contínua a Identificação, descrição e análise dos processos executados no DGP, o tempo gasto neles e os pontos de melhoria dos processos, redesenhando-os sempre que necessário;
- reduzir a rotatividade de servidores por meio de gestão aos órgãos competentes para melhoria das políticas de remuneração e benefícios;

- desenvolver a Instituição por meio de servidores capacitados em cursos de especialização e mestrados voltados ao melhor exercício de seus cargos na Universidade, e apoiar as etapas necessárias ao ingresso em doutorados e demais cursos que promovam a progressão e a permanência dos servidores na Universidade;
- contribuir para a formação dos servidores TAE e docentes, notadamente os da média gerência, ancorada na valoração do indivíduo e no seu direito de avançar e se satisfazer no trabalho associada à visão de integração do trabalho individual ao trabalho em equipe;
- consolidação de um projeto de mediação na Universidade e de uma comissão de mediação de conflitos, evitando e reduzindo os casos de assédio;
- contribuir para a autonomia responsável dos servidores, visando minimizar os riscos à adaptabilidade organizacional e dando aos trabalhadores status, autoridade e responsabilidade;
- promover ações de TD&E (treinamento, desenvolvimento e educação) focadas em desenvolvimento de multicompetências;
- apoiar e fortalecer as estruturas democráticas e participativas de negociação e representação coletivas;
- promover e aprimorar continuamente o processo Gestão de Desempenho focando no longo prazo e nas equipes;
- apoio às áreas da UnB para rever seus processos de trabalho, modernizando a gestão universitária e otimizando sua força de trabalho;
- contribuir para integrar diferentes funções, incluída a de gestão de pessoas, na definição de estratégias de suporte ao papel e estratégias da UnB;
- buscar alternativas para regularizar a situação dos trabalhadores que prestam serviço à universidade em desacordo com as leis de contratação de pessoal, fazendo para tanto gestão junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para liberação de novas vagas públicas;
- substituição ou modernização dos sistemas de informação em gestão de pessoas e implementação de suporte adequado em Tecnologia da Informação, que atualize os sistemas sempre que houver mudança na legislação interna ou externa;
- reorganização da estrutura organizacional, com consequente reestruturação sistêmica e reorganização das funções existentes;
- recadastramento contínuo de servidores;
- melhoria contínua da qualidade no atendimento à comunidade;
- regularização e normatização das formas de pagamentos existentes na Universidade;
- redução da evasão e da reprovação dos cursos ofertados internamente;

- melhoria do acesso dos servidores a planos e programas de saúde, bem como realização de ações preventivas em parceria com a rede pública que previnam diversos tipos de adoecimento.

5.5 Aspectos positivos

De maneira geral, pode-se elencar um conjunto de aspectos positivos e aspectos a serem aprimorados relativos ao processo de gestão de pessoas na Universidade e que merecem maior grau de análise e avaliação. Merecem destaque os seguintes aspectos positivos:

- a. implementação da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação, em conformidade com o que preceitua o Decreto n. 4.836/2003 de 09/09/2003. Além da ampliação dos horários de atendimento ao público, flexibilização envolve positivamente diversos subsistemas de gestão de pessoas, pois implica em remuneração indireta, saúde e qualidade de vida, tempo para capacitação e conseqüente progressão e principalmente redução da rotatividade, proporcionando a continuidade dos serviços e seu aperfeiçoamento contínuo;
- b. inauguração da unidade Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) na UnB, para racionalizar os serviços de saúde de diversos órgãos públicos e promover parcerias que se complementam e evitam gastos em ações repetidas, podendo assim ampliar o leque de possibilidades aos servidores;
- c. apresentação de proposta do novo Programa de Gestão de Desempenho por Competências com foco na capacitação do servidor técnico-administrativo e no cumprimento de metas pré-estabelecidas, a fim de que cada centro de custo possa contribuir com as metas institucionais e o desenvolvimento da Universidade, o que depende de novo sistema que hoje é uma das grandes preocupações do DGP, como se pode verificar no próximo tópico;
- d. redesenho dos Processos de Trabalho e elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e Manualização do DGP, proporcionando a revisão de fluxos e de formas mais eficientes, eficazes e atualizadas às legislações vigentes, de execução de suas tarefas cotidianas, embasando os investimentos financeiros de acordo com as estratégias traçadas no Planejamento Estratégico, bem como melhoria, transparência e impessoalidade no atendimento aos usuários;
- e. direcionamento das ações de capacitação às estratégias organizacionais, às ações de impacto global em detrimento de investimentos específicos para poucos e de poucos resultados para a instituição;
- f. efetiva melhoria dos canais de comunicação, com maior participação das diretorias e coordenações do DGP em reuniões estratégicas, aprimorando a interface entre os fluxos de trabalho internos e externos;
- g. aprovação para criação da Diretoria de Terceirização, fortalecendo a revisão e fiscalização dos contratos, bem como a discussão acerca da

melhoria dos serviços prestados e dos custos e benefícios à Universidade, bem como do efetivo cumprimento aos aspectos de legalidade que regem essas relações;

- h. pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, organizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic) e com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Gestão de Pessoas na Administração Pública (GEPAP), pesquisa essa planejada ao longo de 2011 e que embasará as ações do DGP no que tange a estudos específicos e sistemáticos de dados orientados para medir o clima institucional, as relações interpessoais, as estruturas de poder, o índice de satisfação de servidores com relação às condições de trabalho, a qualidade de vida, a formação profissional e outros relacionados ao desempenho de funções, com vistas à adoção de medidas de melhoria contínua.

5.6 Aspectos a aprimorar

- a. sistemas de informação arcaicos que não atendem às demandas atuais da área de gestão de pessoas. Esse aspecto também foi pontuado no relatório do ano passado como um dos pontos fracos da área de pessoal. Esse item merece atenção e é extremamente preocupante, pois além de levar ao excessivo retrabalho, a falta de sistemas modernos contribui para a falta de informações gerenciais precisas e céleres, proporciona o descontrole e dificulta os processos de auditoria interna e externa;
- b. dificuldade de interação com outros setores para solução de problemas estruturais graves. Exemplo disso é o fato de ainda não haver suporte adequado para ações efetivas de tecnologia da informação, o que faz com que não só o DGP, mas outras áreas da Universidade repensem suas estratégias e terminem por buscar soluções externas ou criem seus próprios Centros de Processamento de Dados;
- c. contratações de trabalho irregulares. Alvo de constantes questionamentos por parte dos órgãos de controle e de difícil solução, tendo em vista não estar na governabilidade da UnB o provimento de novas vagas públicas em substituição aos atuais trabalhadores. Essa ação depende do MEC e do MPOG. A ausência de uma política conjunta e organizada para solucionar essa situação poderá provocar descontinuidade de serviços;
- d. altos custos com a terceirização de serviços de apoio e baixa qualidade dos serviços prestados, levando a Universidade a rever suas receitas orçamentárias e buscar alternativas para a otimização e reorientação destes serviços junto à Prefeitura do Campus. Dentro deste processo, a ação de aprimoramento da fiscalização destes serviços é de fundamental importância para a garantia da qualidade e da racionalidade dos gastos;
- e. normatizações Internas para regulamentar pagamentos diversos no âmbito da UnB, devendo passar pelo crivo do DGP somente aqueles que efetivamente dizem respeito a gastos com pessoal e se encontram elencados no ordenamento jurídico atual. Devem-se criar fluxos para que os pagamentos de outras esferas tenham seus controles e processamentos de folhas descentralizados, entretanto com cruzamento de dados e auditoria por área contábil ou financeira pertinente;

- f. aumento do *turnover* de servidores decorrente de diversos fatores, dentre eles os baixos salários, se comparados aos demais órgãos públicos da Capital Federal. A rotatividade é prejudicial à continuidade dos serviços e proporciona custos redundantes entre os órgãos públicos;
- g. crescimento da Universidade a partir da implementação do REUNI aumentando a necessidade de pessoal TAE para fazer frente a este crescimento, em especial nos novos *campi*, necessitando de uma articulação externa junto ao MEC e ao MPOG com vistas à recomposição da força de trabalho da UnB.

6 Dimensão 6 – Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

6.1 Organização e Gestão da Universidade de Brasília

De acordo com o Estatuto da Universidade de Brasília, em seus artigos 5º e 6º, serão observados os princípios de gestão democrática, de descentralização e de racionalidade organizacional com a seguinte estrutura: 1. Conselhos Superiores; 2. Reitoria; 3. Unidades Acadêmicas; 4. Órgãos Complementares e Centros.

A UnB goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com a Constituição Federal, devendo observar, na organização de seu Regimento Didático, incluindo os currículos de seus cursos, tão somente o disposto no parágrafo único do art. 14 e no art. 15 da Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, conforme disposto no art. 2º e seu parágrafo único do Estatuto.

De acordo com o disposto no art. 4º do Estatuto, a Universidade de Brasília organiza e desenvolve suas atividades em conformidade com os seguintes princípios.

1. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade do Estado.
2. Liberdade de ensino, pesquisa e extensão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza.
3. Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
4. Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade.
5. Garantia de qualidade.
6. Orientação humanística da formação artística, literária, científica e técnica.
7. Intercâmbio permanente com instituições nacionais e internacionais.
8. Incentivo ao interesse pelas diferentes formas de expressão do conhecimento popular.
9. Compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica.
10. Compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios.
11. Compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País.

12. Compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

Em todas as instâncias deliberativas, a UnB observará os princípios de:

1. Publicidade;
2. Planejamento e avaliação periódica de atividades;
3. Prestação de contas acadêmica e financeira;
4. *Quorum* mínimo para o funcionamento de órgãos colegiados e para eleição de dirigentes e representantes;
5. Condições de manutenção e de perda do direito de representação, conforme art. 8º do Estatuto.

A Universidade rege-se por seu Estatuto e, subsidiariamente, pelo Regimento Geral e por normas complementares. De acordo com o Estatuto e Regimento Geral, a criação, extinção ou modificação de Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares ou Centros são de competência do Conselho Universitário.

O crescimento populacional da região do entorno nos últimos anos foi um dos mais elevados do País e ocorreu a um ritmo que tornou as políticas públicas pouco eficazes para o atendimento das necessidades básicas da população. Estudos recentes demonstram que, em outras regiões do País, o processo de desenvolvimento tornou-se sustentável com o investimento na formação de recursos humanos qualificados pelas universidades públicas. No caso do Distrito Federal, a UnB atua na alavancagem do desenvolvimento local e poderá ter este papel ampliado, expandindo sua ação a todo o DF e ao Entorno.

A descentralização da Universidade de Brasília ocorreu em direção às áreas limítrofes do Distrito Federal, onde se concentra grande parte da população residente e onde o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais exercerá impacto positivo sobre o nível de desenvolvimento social e econômico. A descentralização física da UnB foi estabelecida com base no grau de homogeneidade das características socioeconômicas e populacionais, além da proximidade geográfica.

- UnB-Faculdade de Planaltina (acrescentado pela Resolução do Conselho Diretor n. 6/2006, de 19/5/2006): abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho II e os municípios de Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás.

- UnB-Faculdade de Ceilândia (acrescentado pela Resolução do Conselho Diretor n. 6/2007, de 29/6/2007): abrangendo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Claras, e os municípios de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, Águas Lindas de Goiás, Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia.
- UnB-Faculdade do Gama (acrescentado pela Resolução do Conselho Diretor n. 6/2007, de 29/6/2007): abrangendo as Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, e os municípios de Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Cabeceira Grande e Unai.

6.2 Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados

As decisões na Universidade de Brasília são predominantemente tomadas em órgãos colegiados, dos quais participam docentes, técnico-administrativos e estudantes em proporções estabelecidas no Regimento Geral da UnB.

A Administração Superior é responsabilidade dos Conselhos Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho de Administração (CAD), como órgãos deliberativos, normativos e consultivos; o Conselho Comunitário, como órgão consultivo; e, como órgão executivo, a Reitoria.

O Conselho Universitário é o órgão máximo da Universidade, tendo suas competências definidas no art. 12 do Estatuto, e sua composição, no art. 13. Ressalta-se que, de acordo com o Estatuto e Regimento Geral, a criação, extinção ou modificação de Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares ou Centros são de competência do Conselho Universitário.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) delibera acerca da matéria acadêmica, científica, cultural e artística, sendo a última instância de deliberação para recursos nessas áreas. O CEPE delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, presididas pelos respectivos deanos, cuja composição das Câmaras deve possibilitar a representação, em cada uma delas, de todas as Unidades Acadêmicas conforme definido no art. 16 do Estatuto.

De acordo com o Estatuto, o Conselho de Administração (CAD) delibera acerca da matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de

vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias. O CAD delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento, presididas pelos respectivos decanos, cuja composição das Câmaras deve possibilitar a representação, em cada uma delas, de todas as Unidades Acadêmicas, conforme definido no art. 18 do Estatuto.

O Conselho Comunitário, órgão consultivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, tem funções de opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à Administração Superior, devendo se reunir uma vez ao ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria dos membros do Conselho Universitário ou, ainda, nos termos do art. 48 do Regimento.

O Regimento Geral da UnB, nos seus artigos 48 a 69, dispõe acerca do funcionamento dos órgãos colegiados das Unidades Acadêmicas, o Conselho da Unidade, Colegiados de cursos e Colegiado Departamental. Os colegiados deliberam com presença da maioria de seus membros, exceto nos casos explicitados no Regimento Geral. É obrigatório o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados deliberativos de que façam parte, tendo essa atividade prioridade sobre outras de natureza acadêmica ou administrativa.

As deliberações dos colegiados tomam-se por maioria simples de votos dos membros presentes, respeitados os casos em que expressamente se exigir maior número de votos. A votação é simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida por um ou mais membros do colegiado, nem esteja expressamente prevista. Cada membro de colegiado tem direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo que pertença a este sob dupla condição. O presidente de colegiado deliberativo tem também o voto de qualidade.

Além de aprovações, autorizações, homologações e outras decisões, as deliberações dos órgãos colegiados podem, conforme sua natureza, tomar forma de atos ou resoluções baixados pelos seus presidentes e eventualmente podem ser sujeitos a prazos, conforme estabelecido no art. 58 do Regimento Geral.

6.3 Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções

Desde a implantação do Sistema de Planejamento da UnB, no final de 2001, utiliza-se o instrumento “Diagnóstico Institucional”, primeira etapa do processo de planejamento estratégico, por meio da qual as unidades internas integrantes do sistema procedem à análise dos ambientes externo e interno, identificando as oportunidades e ameaças e seus pontos fortes e fracos. Os resultados dessa análise preliminar contribuem e fornecem os elementos essenciais ao planejamento propriamente dito das unidades, na busca de soluções para os problemas detectados e definição dos objetivos, diretrizes, ações, metas a alcançar, no período.

No processo de elaboração do planejamento plurianual, agregaram-se ao instrumento medidas avaliativas tanto do sistema de planejamento quanto das ferramentas de elaboração e acompanhamento dos planos das unidades (PDI, PQ, PAA, Relatórios de Planejamento). A partir dessas informações, é possível identificar, por parte dos gestores, seu nível de conhecimento, a participação da unidade na fase de planejamento, além de propor sugestões à Administração, como forma de priorizar suas ações no período em análise. Essas iniciativas tornaram transparente a postura do gestor acadêmico e administrativo frente à gestão do planejamento. Desse modo, aumentam as chances de melhorias ao longo de todo o processo de planejamento por parte da Administração Superior.

6.4 Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática)

Os modos de participação dos atores na gestão são utilizados nas três esferas – docente, discente e técnico-administrativa – e na Universidade como um todo. Os conselhos e colegiados tomam decisões por maioria dos seus membros, incluindo a participação dos três segmentos nos assuntos que dizem respeito à comunidade universitária. Os demais órgãos pautados nas instruções normativas que regem a administração adotam a participação normativa utilizando-se de atos, resoluções e outros tipos de normas. Seguindo essas instruções, a Administração Superior se utiliza da gestão burocrática para realizar e tomar decisões a respeito dos processos que circulam pelas unidades acadêmicas e administrativas.

6.5 Instâncias de apoio, participação e consulta para a tomada de decisões, grau de centralização e descentralização

Constituem instâncias de apoio para tomada de decisão os órgãos colegiados, a Procuradoria Jurídica (PJU), a Auditoria Interna (AUD) e as Secretarias. A Universidade de Brasília adotou, há mais de 20 anos, uma sistemática de descentralização administrativa e financeira. Assim é assegurado tratamento autônomo e descentralizado, sob os aspectos orçamentário, financeiro, administrativo e gerencial, a algumas unidades internas, nomeadas Unidades Gestoras, que passaram a atuar com maior flexibilidade, especialmente, com relação à gestão e aplicação de recursos, observadas as normas internas e externas a respeito. Essas unidades operam no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sob a supervisão direta da Diretoria de Contabilidade e Fianças do Decanato de Administração (DCF/DAF).

Atualmente, as unidades internas que atuam nessas condições são: CESPE, HUB, Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDT), Centro de Informática (CPD), Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME), Prefeitura de Campus, Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE), cujos diretores são nomeados ordenadores de despesas, mediante ato específico do Reitor.

6.6 Sistemas de arquivo e registro

O Centro de Documentação (CEDOC) da UnB – criado provisoriamente como Centro de Documentação e Arquivo da Universidade de Brasília (CEDAQ), em agosto de 1986, por meio do Ato da Reitoria n. 345/1986, e constituído como Centro de Custo pelo Ato da Reitoria n. 596/1988, de 24/10/1988, com o nome de CEDOC – é órgão de assessoramento da Administração Superior da Universidade de Brasília. Tem por finalidade recolher, preservar e garantir o acesso aos documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pelas áreas meio e fim da FUB, bem como aos bens culturais e históricos, constituindo-se em instrumento de apoio à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com os interesses da Universidade.

6.7 Estatutos, regulamentos, regimentos internos, organogramas, normas acadêmicas, entre outros

A UnB utiliza o Estatuto e o Regimento Geral como normas superiores para orientar seus conselhos sobre normas e procedimentos para tomada de decisões. Os conselhos deliberam e votam os temas pertinentes. A Reitoria, as direções de unidades e as chefias de departamento, como órgãos executivos, executam as decisões tomadas pelos colegiados. Também são utilizados manuais internos de procedimentos, como o manual de normas de orientações de registro e controle de bens patrimoniais móveis, utilizado pela Diretoria de Recursos Materiais da UnB.

Em 2011, a Universidade de Brasília começou a discutir seu novo estatuto. A Comissão Preparatória já realizou nesse ano as Atividades de Inquietação. Estão em curso as Conferências Livres, marcadas para ocorrerem até março de 2012. O novo estatuto será aprovado no 2º Congresso Universitário Estatuante da UnB (ConUnB), programado para agosto de 2012, e deverá ser fruto de extenso debate acerca da “universidade que queremos”. A Comissão Preparatória (CP) do 2º ConUnB foi instituída pela Resolução do CONSUNI n. 17/2010 e é composta por 12 membros, sendo nove titulares e três suplentes, com representantes dos três segmentos: estudantes, docentes e técnico-administrativos.

6.8 Organograma institucional, hierarquia de funções e dinâmica de funcionamento

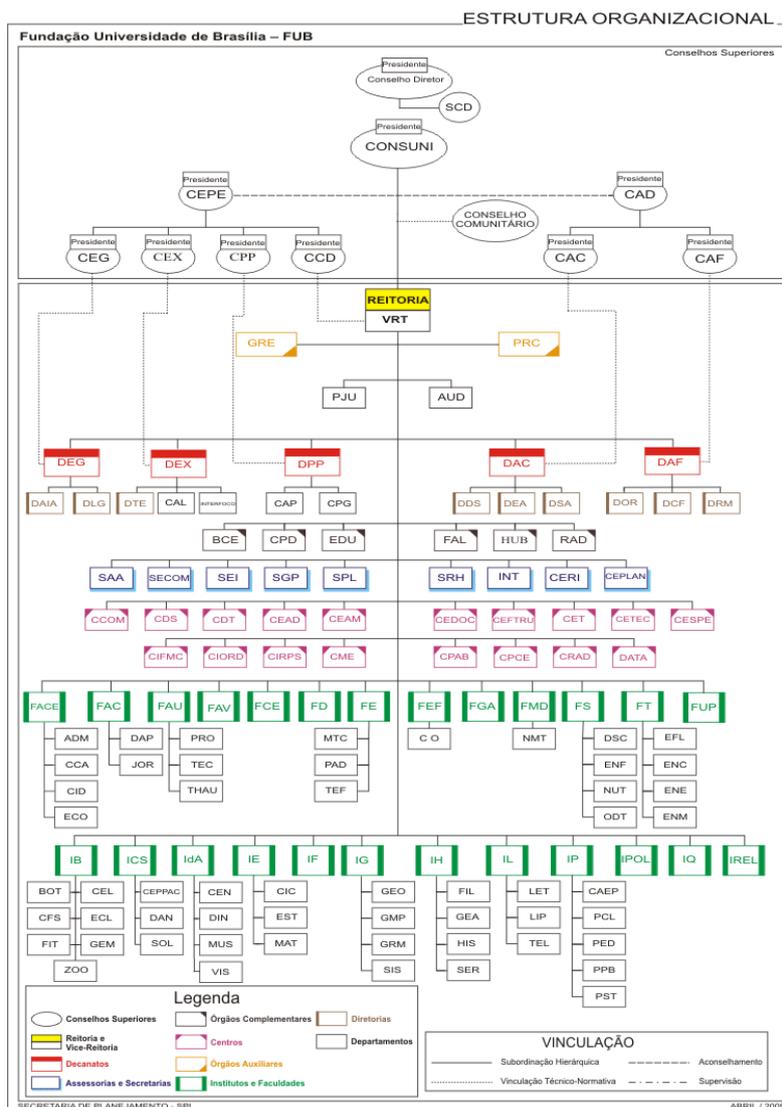
A UnB possui em sua estrutura regimental oficial os conselhos superiores, que são os órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e a Reitoria, que é o órgão executivo superior. Subordinados à Reitoria estão o Gabinete do Reitor, os decanatos, a Procuradoria Jurídica, a Auditoria, as assessorias, o serviço de apoio aos colegiados superiores e a Prefeitura do Campus. O Gabinete do Reitor e a Prefeitura do Campus são considerados órgãos auxiliares. A Procuradoria Jurídica e a Auditoria são considerados órgãos de apoio e auxílio na tomada de decisões. Os decanos são nomeados pelo Reitor, com a aprovação do Conselho Universitário. A Prefeitura do Campus tem suas atribuições definidas em regimento próprio.

As unidades acadêmicas, que são os institutos e faculdades, têm o Conselho de Instituto ou de Faculdade como órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica, e a direção, como órgão executivo.

Os departamentos, organizados por área de conhecimento, são vinculados às unidades acadêmicas e têm, como atribuição principal, a coordenação e a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de sua competência. As unidades acadêmicas mais recentes foram criadas sem estrutura departamental.

Para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade conta ainda com o apoio de órgãos complementares: Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora UnB, Fazenda Água Limpa, Hospital Universitário e Rádio e TV Universitários, cujos diretores, nomeados pelo Reitor, respondem administrativamente por esses órgãos, dispondo de conselhos deliberativos e/ou consultivos, conforme definido em seus regimentos internos, aprovados pelo Conselho Universitário.

Apresenta-se, a seguir, o organograma da Universidade de Brasília.



6.9 Autonomia e independência da Universidade em relação à mantenedora, a FUB

A Fundação Universidade de Brasília foi instituída nos termos da Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, com sede e foro na cidade de Brasília, capital da República, com objetivo de criar e manter a UnB, instituição de ensino superior, pesquisa e estudo, em todos os ramos do saber, e da divulgação científica, técnica e cultural.

Pautada no art. 207 da Carta Magna de 1988 e na Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a UnB goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

6.10 Atas dos órgãos colegiados

As reuniões colegiadas são registradas em atas, que são arquivadas nas secretarias das unidades acadêmicas e dos órgãos colegiados e disponibilizadas para consulta à comunidade universitária.

6.11 Funcionamento do sistema de registro acadêmico

A fim de garantir o perfeito funcionamento do registro acadêmico, o Centro de Informática da UnB desenvolveu o Sistema Acadêmico (SIACAD), responsável pelo registro de todas as informações de planejamento e fluxo das atividades de ensino e extensão, o qual congrega os seguintes sistemas:

1. Sistema de Informações Acadêmicas (SIGRA) – utilizado para controlar o planejamento (criação de curso, de opção de áreas de concentração, de disciplinas, de currículos e da oferta de disciplinas), o ingresso (registro de dados pessoais de alunos regulares e especiais, número de matrícula), o acompanhamento (emissão de histórico escolar, registro de menções, controle de trancamento de matrícula, grade horária, monitorias, concessão de créditos, trabalho final de curso – monografia) e o desligamento (confirmação de informações para emissão do diploma) dos alunos de graduação. A unidade responsável pelo gerenciamento desse sistema é a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA). Por meio desse sistema, a SAA mantém o controle da execução física da ação governamental 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.

2. Sistema de Extensão (SIEX) – tem por objetivo auxiliar a gestão e a avaliação das ações de extensão. Sua base de dados é similar à do SIGRA. A unidade responsável pela alimentação desse sistema é o Decanato de Extensão (DEX). Por meio desse Sistema, o DEX mantém o controle físico das informações referentes a cursos, atividades e eventos de extensão realizados com a ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária. O acesso ao sistema é <www.sieux.unb.br>. Atualmente, os dados referentes aos cursos de pós-graduação *lato sensu* são registrados nesse sistema pela SAA, tendo em vista que a unidade ainda não dispõe de sistema para tal.
3. Sistema de Pós-Graduação (SIPPOS) – é utilizado para controlar o planejamento (criação de curso, de opção de áreas de concentração, de disciplinas, de currículos e da oferta de disciplinas), o ingresso (registro de dados pessoais de alunos regulares e especiais, número de matrícula), o acompanhamento (emissão de histórico escolar, registro de menções, controle de trancamento de matrícula, grade horária, monitorias, concessão de créditos, trabalho final de curso – dissertação ou tese) e o desligamento (confirmação de informações para emissão do diploma) dos alunos de pós-graduação *stricto sensu*. A unidade responsável pelo gerenciamento desse sistema é a SAA, que mantém o controle físico da ação 4006 – Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação.
4. Sistema de Ensino a Distância (SIED) – sistema de registro e acompanhamento dos cursos na modalidade de ensino a distância, em nível de graduação, regulamentado, em caráter provisório, pela Resolução da Reitoria n. 33/2006.

6.12 Aspectos positivos

Por meio de decisões colegiadas e um estatuto consolidado, a UnB envolve todo o corpo docente, discente e o quadro técnico-administrativo o mais democraticamente possível em suas decisões, estabelecendo direitos, deveres, o grau de participação de cada um e sua representatividade perante os órgãos colegiados.

O texto referente à Dimensão 6 do Relatório Preliminar de Autoavaliação Institucional aborda aspectos regimentais da estrutura de gestão da Universidade de maneira ostensiva e apresenta, sob temática histórica, a visão que a própria Universidade tem de si mesma e de que maneira essa abordagem ajuda tanto a entender o atual modelo de gestão como a esboçar novos modelos de gestão universitária – que atendam às necessidades de uma universidade em crescente expansão.

6.13 Aspectos a aprimorar

- Acompanhamento da legislação educacional: a atualização de normas e regulamentos da Universidade carece de celeridade e necessita de um grupo que possa desenvolvê-la com prontidão.
- Desenvolvimento de estudos dos dispositivos legais sobre Avaliação Institucional: é de suma importância a modernização dos critérios que avaliam e qualificam toda a comunidade acadêmica. Com a expansão da Universidade surgiram novas dificuldades e os meios e critérios pelos quais essas dificuldades podem ser formalmente identificadas ainda não foram estabelecidos.
- Aprovação dos regimentos internos das unidades acadêmicas: embora, em 2011, a Faculdade de Direito e o Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros (UnB Cerrado) tenham tido seus regimentos aprovados, a maioria das unidades acadêmicas continuam sem regimentos internos aprovados pelo CONSUNI.
- Comunicação institucional integrada entre os sistemas de registro acadêmico.

6.14 Prospecções

Em 2012, a Universidade de Brasília continuará a discutir seu novo estatuto. Programados para esse ano ainda estão a continuidade das Conferências Livres, Sistematização (DR – 1), Congresso de Setores, Congressos de Segmentos e da Comunidade Externa, Sistematização (DR – 2), 2º Congresso da Estatuinte da UnB, e a Sistematização e apresentação final ao CONSUNI para homologação, esta prevista para o mês de setembro.

7 Dimensão 7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Nesta Dimensão, constam informações acerca da infraestrutura física da Universidade de Brasília, especialmente em relação às instalações destinadas ao ensino e à pesquisa, à biblioteca e quanto aos recursos de informação e comunicação. Procurou-se abordar, mais especificamente, as condições administrativas e físicas de áreas que envolvem o ensino e a pesquisa da Instituição, entre elas: salas de aula, Biblioteca Central, áreas de lazer, transporte, Hospital Universitário, rede de informação e tecnologia, laboratórios.

7.1 Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão

A ampliação e a melhoria da infraestrutura física na UnB estão sendo realizadas por meio de construção de novos edifícios, reforma e adequação de espaços físicos existentes e melhoria da rede de infraestrutura da Instituição, a fim de adequá-la e torná-la compatível com as necessidades existentes e as que surgirão da execução dos projetos. As intervenções na infraestrutura física foram previstas nos quatro *campi* – localizados no Plano Piloto e nas cidades de Ceilândia, Gama e Planaltina – e compreendem novas edificações, reformas e adequações.

A Universidade tem procurado adequar sua infraestrutura física, especialmente no que diz respeito às salas de aula, aos laboratórios, à biblioteca, aos equipamentos de informática, entre outros, para melhor atender às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, são apresentados, nos itens seguintes, as principais características, condições e estado de conservação de tais espaços.

7.1.1 Descrição dos espaços existentes, estado de conservação, funcionalidade, adequação às necessidades da Instituição em relação a cursos e quantidade de estudantes, adaptação para acesso de estudantes com deficiência

7.1.1.1 Obras e Reformas, Ações do REUNI

A Prefeitura do Campus (PRC) realizou, no ano de 2011, as seguintes obras de reforma, serviços de limpeza e manutenção:

- aquisição de matéria-prima para a fabricação de 1.600 litros de água sanitária, 15 litros de desencrustante, 8.200 litros de desinfetante, 6.100 litros de detergente alcalino para piso, 1.000 litros de detergente neutromotivo, 400 litros de detergente limpeza pesada, 100 litros de detergente multiuso, 400 litros de detergente neutro para louça e 3.010 litros de sabonete gelatinoso;
- alocação de 1.420 espaços para uso acadêmico no campus. Houve redução de 0,3% em relação a 2010 em função de reformas de salas no ICC sul;
- aquisição de material para serviços de confecção e instalação de 5.428 placas de comunicação visual nos *campi* da UnB, aplicação de vinil e adesivos de identificação nos totens, lixeiras, contêineres e carros, instalação de placas de endereços, sinalização viária, atualização e manutenção de cadastro de área física;
- atendimento de 22.079 Ordens de Serviço (DENA/DSG/DAL/CME);
- confecção de 687 peças utilizando 4m³ de madeira, 2.045 m² de compensado e 479,75 m² de fórmica e 325 peças de ferro, utilizando 5.460 m de artefatos de ferro para atender às unidades acadêmicas, administrativas e atender à produção externa da FUB, com redução de 42% na confecção de peças de madeira e de 37% na confecção de peças de ferro em relação ao ano anterior em função da falta de material.

Ainda sob a gerência da Prefeitura do Campus, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DENA) executou e finalizou em 2011 as seguintes obras e reformas:

- obra de reforma das salas DT 25/15 e DT 34/15 do Departamento de Engenharia Mecânica (ENM/FT);
- obra de reforma das salas 307 e 308 localizadas no Ed. Anápolis, destinadas ao Laboratório de Investigação e Ações de Enfrentamento a Violência (VIOLES), do Departamento de Serviço Social;
- obra de reforma dos banheiros e copa da Diretoria de Recursos Materiais (DRM);
- recuperação e construção de calçadas na Colina/UnB;
- reforma para alteração de *layout* da sala da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do prédio da Reitoria;
- reforma de 39 salas de aula no Instituto Central de Ciências (ICC);

- confecção e instalação de bicicletários no novo prédio do Instituto de Química (IQ);
- obra de reforma em salas na Casa da Cultura da América Latina (CAL);
- obra de reforma de montagem de rede de gás liquefeito de petróleo nos Laboratórios do Departamento de Biologia Celular (BioMOL - CEL/IB);
- construção de bicicletário no bloco 01 do Instituto de Biologia (IB);
- calçada entre bloco da Administração e blocos novos do IB.

De acordo com a PRC, no ano de 2011, não foram realizadas obras ou reformas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com deficiências.

No ano de 2011 foram concluídas as seguintes obras e reformas sob a responsabilidade do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN): construção da Clínica Odontológica de Ensino e Assistência e Farmácia Universitária; ampliação do Edifício de Maquetes e Protótipos para abrigar os laboratórios de Escultura e de Cutelaria; construção do prédio da Unidade de Tratamento de Resíduos Químicos; instalação do Quadro Elétrico Trifásico Parcial de Baixa Tensão no Minhocão; construção do prédio de Bloco de Salas de Aulas Norte Eudoro de Sousa (Bloquinho); reforma e colocação de isolamento acústico nas salas de aula do Pavilhão Anísio Teixeira; reforma do Laboratório de Microscopia e do térreo do Instituto de Geociências; construção das instalações provisórias do Centro de Pronto Atendimento e reforma da Ala Pediátrica do Centro de Pronto Atendimento do Hospital Universitário; construção da subestação e da Unidade Acadêmica (UAC) da UnB-Faculdade Planaltina; construção da Unidade de Ensino e Administração (UEA) e da subestação da UnB-Faculdade do Gama. Os gastos acumulados com tais obras e reformas foram de aproximadamente R\$ 19 milhões.

Com relação aos investimentos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2011, foi autorizada a construção de duas unidades de laboratórios para o ensino de graduação aproveitando projetos já existentes no CEPLAN, um para a Faculdade de Tecnologia e um para a Faculdade de Ciências da Saúde.

Além dos recursos orçamentários para investimento, foram comprometidos R\$ 3.695.278,10 de custeio para a realização de reformas que não implicaram ampliação de áreas, seguindo orientação da SESu: reforma do Posto Avançado da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) do Campus Universitário Darcy Ribeiro (R\$ 45.183,06), reforma dos Anfiteatros 4, 10, 11 e 17 (R\$1.251.854,33), reforma dos banheiros da BCE (R\$ 339.263,83), reforma

da Faculdade de Tecnologia (R\$ 145.000,00) e reforma do ICC em área a ser destinada ao Instituto de Letras (R\$1.913.976,88).

Quadro 19 Execução do REUNI, UnB, 2011

Obras e reformas
Construção do Prédio do ICS
Construção de galpão para abrigar equipamentos para a Fazenda Água Limpa
Unidade de Laboratórios de Ensino de Graduação – ULEG – FS – 1º Etapa
Unidade de Laboratórios de Ensino de Graduação – ULEG – FT
CAEP – 1º Etapa
Bloco de salas de aula sul – 2º Etapa
FT – Reforma e ampliação do Bloco E
IL – Reforma
SAA – Reforma
Reforma dos Anfiteatros 4, 10, 11 e 17

Fonte: DEG/REUNI – 2011

7.1.1.2 Equipamentos de Informática e Rede de informações²¹

O Centro de Informática é responsável, dentre outros serviços, pela manutenção do serviço de *webmail*, UnBDoc, sistemas administrativos, acadêmicos e de recursos humanos, hospedagem de sítios *web*, *co-location*.

Em 2008 foram realizadas aquisições com a finalidade de substituição da telefonia analógica pela digital, projeto com previsão de três anos para sua conclusão. No período de 2008 a 2011, foram instalados, aproximadamente, 4.000 ramais. No total, são 23 centrais, sendo uma delas um servidor VOIP proprietário. Em 2011, deu-se continuidade ao processo de implantação da Telefonia Digital.

Para atender às demandas de expansão da FUB e seus *campi*, foram investidos, na aquisição de equipamentos, a quantia de R\$ 2.511.092,20. Esse investimento proporcionou melhoria na disposição física das centrais, no gerenciamento e na mobilidade dos usuários para a realização de chamadas telefônicas, no sistema de tarifação e expansão da rede interna de telefonia. As instalações das centrais foram finalizadas e iniciadas as configurações para ativação dos ramais nas Unidades. No decorrer do ano de 2011, 1.500 ramais foram instalados ou substituídos.

Foi realizada a implantação da RedUnB 3, com a distribuição e realocação dos ativos de redes (*switches*) nos centros de distribuição e renovação do núcleo da Rede. Hoje, a UnB opera a 40Gbps no núcleo da rede e grande parte dos *switches* de borda operam a 1Gbps.

²¹ Baseado no Relatório de Atividades 2011 – Centro de Informática.

A fim de dar continuidade ao projeto de atualização da RedUnB em novembro e dezembro de 2011, o CPD adquiriu ativos de rede e elementos de conectividade no valor de R\$ 1.499.460,92. As melhorias implementadas possibilitaram aumento da vazão total da rede da FUB de 150Mbps em 2010, para aproximadamente 600Mbps no final de 2011. Isso representou aumento de pelos menos quatro vezes no volume de dados trafegados. A fim de melhorar a conectividade, também foram adquiridos roteadores no valor de R\$ 441.034,00.

Com a finalidade de prover maior segurança das informações institucionais foi realizada a aquisição e a instalação de sistemas integrados de *firewall*. Estes equipamentos permitem realizar ações preventivas para mitigar eventuais ataques de *hacker* e tentativas de acessos não autorizados aos sistemas corporativos. Com a instalação desses *softwares* foi possível maior controle e auditoria da rede e, além disso, o equipamento é potente e capaz de suportar melhor o tráfego de dados da RedUnB. O *software* conta com ferramentas de antivírus, proteção à intrusão e realiza a filtragem de *sites* indevidos.

Foi implantado o sistema de monitoramento da rede de computadores e telefonia. Esse sistema visa o monitoramento da rede de computadores da RedUnB e das Centrais Telefônicas, em tempo real, 24 horas por dia, com acompanhamento em tempo integral pelos operadores e técnicos de plantão nas dependências do CPD. São utilizados programas e *softwares* específicos, que verificam constantemente a disponibilidade dos serviços.

Foi iniciado em 2010 e continuado em 2011, com previsão de término no primeiro semestre de 2012, um processo para hospedagem de sítios no CPD por meio da plataforma Joomla. O serviço consiste na disponibilização de modelos de *templates*, orientação para utilização da ferramenta e hospedagem do *site* no servidor do CPD. Com este processo, todas as páginas antigas que apresentavam vulnerabilidades estão sendo substituídas de forma a proporcionar maior segurança para os portais da UnB.

O projeto de solução de rede sem fio Rede *Wireless* UnB, iniciado em outubro de 2010, foi implantado ao longo de 2011, sendo finalizado em setembro. No escopo deste projeto, foram adquiridos equipamentos e *softwares* e realizada a implantação de aproximadamente 500 pontos de acesso em praticamente todos os espaços públicos do Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Todos os sistemas corporativos da Universidade foram desenvolvidos em plataforma proprietária. A fim de atender recomendação dos órgãos de controle, o CPD providenciou a remodelação de todos os sistemas da UnB visando um *upgrade* tecnológico e sua integração. Os objetivos principais deste projeto foram: implantar solução de *software* livre, atualização tecnológica e interação das bases e treinamento e capacitação da equipe em ferramentas de código aberto.

No decorrer do ano de 2011, o CPD implantou o *VMware Vsphere*, que utiliza o conceito de máquinas virtuais, com vários sistemas operacionais funcionando em um único *hardware*. O *software* de virtualização possui sistema de redundância e monitoramento que permite maior segurança no armazenamento de dados.

A fim de proporcionar segurança na comunicação via *e-mail* e tornar o sistema mais eficiente, foi realizada a aquisição de solução de sistema *antispam* para proteção dos servidores de correio eletrônico. Foi ainda realizada a atualização de plataforma do sistema de *webmail* com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade e prover segurança aos usuários.

Em 2011, o CPD iniciou a implantação e a utilização de mecanismos de *DataWarehousing* para permitir o cruzamento e a extração de dados. Este processo visa atender às crescentes demandas por informações gerenciais a partir daquelas existentes nas bases e nos sistemas hospedados no CPD.

Com a finalidade de interligar o Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) aos *campi* UnB-Faculdade de Ceilândia (FCE), UnB-Faculdade do Gama (FGA) e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) (Ceilândia), a FUB contratou empresa especializada na instalação, manutenção e no suporte de *link* de Comunicação de Dados, no valor de R\$ 789.950,00. A velocidade do *link* passou de 15 Mbps para 64 Mbps.

Em 2011, o Centro de Informática continuou apoiando e acompanhando as negociações do Comitê Gestor e Técnico da rede GigaCandanga, a REDECOMEP do Distrito Federal, visando a interconexão dos *campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama com o Campus Darcy Ribeiro via fibra óptica. O “Projeto Básico de Interiorização da GigaCandanga” foi refeito visando atender, além dos *campi* da UnB, o Hospital HVET no Torto e os Núcleos de Extensão de Brazlândia e São Sebastião, os 14 *campi* do Instituto Federal de Brasília e mais três Unidades da Embrapa, que também são Instituições ligadas à rede GigaCandanga.

O projeto proporcionará aos *campi* da UnB e das Unidades citadas aumento de velocidade na rede de cerca de 68 vezes em relação à atual. Também haverá significativa redução de custos com a eliminação da contratação de serviços de rede de comunicação entre o Campus Darcy Ribeiro e os *campi* FCE, FGA e FUP da UnB.

7.1.1.3 Hospital Universitário de Brasília e Hospital Veterinário²²

O Hospital Universitário de Brasília (HUB), que possui área de construção de 45.247,50 m², é um espaço para ensino, pesquisa e extensão para os cursos da área de saúde, além de promover assistência médico-hospitalar e odontológica à sociedade.

No ano de 2011 foram realizadas as seguintes reformas no Hospital Universitário:

- reabertura do Centro de Pronto Atendimento Adulto (provisório), contemplando uma área de 500m², com 7 leitos de observação, 3 leitos de emergência, 3 consultórios, 2 salas de repouso, 1 sala de prescrição, 2 salas de procedimentos, 1 sala de acolhimento, 2 postos de enfermagem, 1 sala para aplicação de medicamentos, 1 sala de espera, 1 unidade de nutrição, 1 sala de Serviço Social e Psicologia, 1 sala de suporte administrativo;
- reabertura do Centro de Pronto Atendimento Pediátrico do HUB (provisório), com área de 200m², 8 leitos de observação infantil, 1 leito de emergência, 2 salas de repouso (masculino e feminino), 1 sala de prescrição, 1 sala para aplicação de medicamentos, 1 posto de enfermagem, 2 consultórios, 1 sala de espera, 1 banheiro, 1 área de brinquedo para as crianças;
- reforma do 1º andar da Unidade II para instalações provisórias do Ambulatório III, contemplando uma área de 700m²;
- implantação da nova rede de fibra ótica e cabeamento estruturado de alta velocidade;
- reabertura do acesso de pedestres pela L2 Norte, próximo ao ponto de ônibus, facilitando e melhorando o acesso ao HUB pelos pacientes e colaboradores;
- reforma do Centro Cirúrgico Central.

Entre as ações de manutenção estão as ações preventivas e corretivas das instalações físicas de todo o HUB. Avaliando a situação atual das instalações físicas do HUB, pode-se destacar que são necessárias intervenções de melhorias nas seguintes áreas:

²² Informações fornecidas pela Divisão de Engenharia Clínica do HUB e pela Diretoria do HVET.

- redes de abastecimento, necessitando de modernização e expansão (energia, vapor, gases, hidrossanitárias, climatização);
- substituição dos elevadores antigos;
- recuperação das fachadas expostas à radiação solar sem proteção e esquadrias;
- coberturas, necessitando de manutenção (substituição de telhas e impermeabilização de calhas);
- recuperação das calçadas quebradas com adequação às normas de acessibilidade universal e controle de acesso;
- recuperação de pintura e material de revestimento das superfícies (pisos e paredes) necessitando de manutenção/substituição;
- reforma dos ambientes inadequados segundo as normas da ANVISA.

O Hospital Veterinário da UnB (HVET) funciona em duas unidades: uma localizada no campus Darcy Ribeiro, em instalações adaptadas onde funcionava o antigo biotério central e que hoje atende animais de companhia e silvestres; e outra na Granja do Torto em instalações cedidas pela Secretaria de Agricultura do GDF, atendendo animais de produção.

Como o HVET funciona em instalações reformadas e não construídas com essa finalidade, existem inúmeros problemas como espaço físico insuficiente e incapaz de atender à demanda cada vez maior de atendimentos; o prédio é antigo e possui vários problemas de infiltrações e goteiras; não há infraestrutura elétrica adequada para funcionamento de muitos equipamentos necessários para funcionamento do Hospital; não há salas de aulas e para professores suficientes; não há local para abrigo de animais a serem utilizados em projetos de pesquisa; os terrenos localizados ao redor do HVET são desertos e cobertos de mato e muitas vezes ocupados por moradores de rua, com riscos à segurança dos alunos, funcionários e usuários; as instalações da Granja do Torto são igualmente precárias e inadequadas.

7.1.1.4 Áreas de Lazer e Convivência

A Universidade dispõe de espaço para atividades esportivas, denominado Centro Olímpico, que precisa ser revitalizado. Suas piscinas e algumas quadras de esportes estão fechadas, há equipamentos fora de uso por falta de manutenção, necessitando ainda de limpeza, segurança e iluminação.

Por outro lado, existem programas de incentivo e apoio às atividades esportivas, culturais e de lazer de interesse da comunidade interna e externa, tais como: cinema e vídeo comunitário, música, projeto *tour*, teatro e dança,

cultura no Restaurante Universitário, olimpíada universitária. A Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA) cita a necessidade de um espaço físico adequado para o atendimento comunitário em sua sede, além de espaço para as atividades de luta, dança, qualidade de vida e xadrez.

Além disso, a UnB dispõe do Centro Comunitário, que é um espaço para solenidades e eventos artísticos e culturais organizados pela comunidade interna e pela sociedade, e também o Memorial Darcy Ribeiro, inaugurado em 2010, que conta com biblioteca, exposições de artes, espaço para descanso.

7.1.1.5 Biblioteca

O edifício da Biblioteca Central da UnB (BCE) foi construído em 1973 e necessita de reformas, algumas em caráter de urgência. Há alguns anos, o prédio que a BCE ocupa apresenta problemas de impermeabilização em suas lajes de cobertura, que provocam um conjunto de infiltrações. A infiltração de água da chuva em diferentes pontos do edifício expõe a graves riscos, não apenas para sua estrutura, como também o patrimônio público que abriga.

Em julho de 2009 foi contratada uma empresa especializada para elaborar projeto básico de reforma da cobertura e revitalização das fachadas da BCE, com vistas à solução desses problemas. No entanto, o projeto não foi executado pela Administração Superior da Universidade. Em junho de 2011, o projeto prevendo a reforma externa da BCE foi novamente encaminhado à Reitoria, juntamente com atualização da situação das goteiras e áreas de alagamento, com fotos dos pontos mais atingidos pelas infiltrações. Até o presente momento, a BCE não recebeu retorno sobre a viabilização da execução do projeto. Em 2012, os problemas se agravaram pela falta de manutenção e execução das obras necessárias e ainda não há perspectivas de solução.

No que concerne às reformas internas, em 2010, o Conselho de Administração (CAD) aprovou recursos para atender às demandas de reforma do edifício da BCE. Tais reformas são relevantes não apenas pela questão de manutenção, mas também pelo fato de muitos processos internos terem sido alterados em seus 50 anos de existência. Em memorando encaminhado ao Centro de Planejamento (CEPLAN), em junho do ano de 2010, a BCE detalhou todas as necessidades que deveriam ser atendidas por pavimento e por espaço. Foi comunicado informalmente à Direção da BCE que, em 2011,

seriam elaborados os projetos de reforma interna pela equipe do CEPLAN, em conjunto com a BCE, e deflagrado o processo de licitação para início das obras em 2012. No entanto, a Direção da BCE não recebeu posicionamento oficial do CEPLAN a respeito do assunto. Atualmente, há uma reforma em andamento nos banheiros da Biblioteca, que está sendo executada com recursos do REUNI e tem previsão de término para setembro de 2012. Não houve reforma em 2011, exceto a colocação de mais tomadas nos ambientes de estudo da Biblioteca.

A rede elétrica da BCE encontra-se sobrecarregada em virtude da proliferação de uso de equipamentos eletrônicos, como computadores e *notebooks*, tanto pelos colaboradores quanto por seus usuários – docentes, discentes e comunidade. Como o edifício é antigo, o número de tomadas que oferece e a carga elétrica prevista para o seu funcionamento há tempos não condizem com a atual necessidade. Já foi solicitada uma subestação de energia elétrica que ofereça estrutura para o grande crescimento da demanda de energia elétrica ocorrido nos últimos anos. A sobrecarga da rede elétrica representa perigo de incêndio, evento que seria desastroso para a biblioteca e para a própria Universidade. Na BCE não há um plano de contingência para desastres e acidentes.

O elevador para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção encontra-se danificado, prejudicando a acessibilidade. O conserto foi solicitado em 2010, mas o elevador continua parado, de acordo com o CME, em virtude de falta de peças.

A BCE é uma biblioteca universitária de acesso público. Assim, no que diz respeito à adequação do espaço físico ao número de usuários, a biblioteca tem instalações espaçosas o suficiente para atender à comunidade universitária. No entanto, o uso da biblioteca pela comunidade não universitária tem crescido muito. Em época de concursos públicos, todos os seus ambientes de estudo ficam ocupados e são comuns reclamações de usuários da Universidade, principalmente discentes, sobre falta de mesas e cadeiras, como pode ser constatado na Ouvidoria da UnB. A BCE acredita que cumpre um papel social importante ao abrir as portas à comunidade em geral, e não apenas à comunidade universitária. É necessário, contudo, refletir sobre maneiras de tratar a questão da grande afluência de pessoas que não constituem o público-alvo de uma biblioteca universitária.

São também comuns reclamações de usuários que estudam no segundo andar do edifício sobre ruídos que provêm do primeiro e do segundo subsolos, onde se localizam, respectivamente, a porta dos fundos, por onde são realizadas as cargas e as descargas, e o almoxarifado. É importante prever no projeto de reforma soluções acústicas para evitar a propagação de ruídos inevitáveis oriundos de serviços cotidianos da biblioteca.

Um circuito fechado de câmeras foi solicitado, mas a Prefeitura informou que um sistema de câmeras estava sendo estudado para toda a UnB, e que a BCE teria o seu incluído quando da implantação do sistema na Universidade. Tal sistema é importante para inibir vandalismo, roubo e atentado ao pudor, em um edifício de grandes proporções como o da BCE, que abriga valioso patrimônio público.

Assim, as reformas solicitadas são fundamentais para o bom funcionamento da Biblioteca Central e para o atendimento de suas demandas, bem como para a garantia da qualidade do atendimento à comunidade universitária e à comunidade em geral, que utiliza de forma intensa suas instalações, produtos e serviços.

7.1.1.6 Fazenda Água Limpa

A Fazenda Água Limpa (FAL) é um Órgão Complementar da Universidade de Brasília e tem como finalidade o planejamento e a execução de atividades em apoio aos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão das Unidades Acadêmicas da Instituição.

A Unidade está localizada no Setor de Mansões Park Way, distante 28 km do Campus Universitário Darcy Ribeiro. Possui uma área de aproximadamente 4.500ha (50% correspondendo à Estação Ecológica da Universidade de Brasília – EEUnB – e o restante à Estação Experimental). Esta se constitui em espaço natural de apoio ao desenvolvimento de estudos técnico-científicos e atividades de ensino associadas às diversas áreas do conhecimento, tais como Ciências Biológicas, Agrárias, Florestais, entre outras, conduzidas na Universidade de Brasília. Contíguas à FAL, há duas outras reservas ecológicas – Jardim Botânico de Brasília e Reserva Ecológica do IBGE – que juntas representam uma área contínua da ordem de 10.000ha e que representam um valor inestimável do ponto de vista de conservação.

Para dar suporte a tais atividades, a Fazenda Água Limpa dispõe de boa infraestrutura, com salas de aula, estação agroclimatológica, restaurante, alojamento, estradas vicinais que dão acesso a toda a Unidade, Serviço de Segurança e Proteção Patrimonial e Ambiental, além do transporte diário entre a FAL e o Campus Darcy Ribeiro.

Em relação à infraestrutura laboratorial (de campo), as condições da Fazenda Água Limpa são muito favoráveis, com espaços e instalações, que correspondem aos diversos Setores (verdadeiros) Laboratórios de campo, junto aos quais se desenvolvem as atividades técnico-científicas e de ensino. Citam-se: ovinocultura; bovinocultura de leite; bovinocultura de corte; fruticultura; silvicultura; viveiro florestal; agroenergia, olericultura; hidrologia; paisagismo e parques e jardins e suinocultura (em processo de implantação).

Ademais, encontram-se instalados na FAL importantes laboratórios de apoio, tais como: Laboratório de Nutrição Animal; Laboratório de Ensaio Metabólicos; Laboratório de Propriedades Físico-mecânicas da Madeira; Laboratório de Análise de Solos e Substratos.

Outras estruturas laboratoriais com recursos aprovados e em fase de elaboração dos projetos arquitetônicos são:

- Centro de Capacitação em Produção Integrada da Bovinocultura de Leite;
- Unidade Demonstrativa de Transferência de Tecnologia Pós-colheita para Agricultura Familiar;
- Laboratório de Carcaças;
- Laboratório de Reprodução Animal.

Relaciona-se, ainda, o Centro de Primatologia e o Observatório Astronômico, vinculados ao Instituto de Biologia e de Física, respectivamente.

No ano de 2011, foram ministradas integralmente na FAL cerca de 20 disciplinas de graduação, com mais de trezentos alunos envolvidos. Foram ainda desenvolvidos mais de sessenta de projetos de pesquisa com o envolvimento direto de mais de trezentos estudantes, tanto nos níveis de doutorado e mestrado, como de iniciação científica e graduação. Em atividades de Extensão realizados na FAL, houve a participação de mais de 200 estudantes. Isto posto, torna-se mister o reconhecimento das condições excepcionais das características físicas da FAL para o papel que a ela se propõe desempenhar.

Do ponto de vista do funcionamento, a estrutura administrativa da FAL é composta por um Conselho deliberativo, como órgão deliberativo, e pela Direção como órgão executivo. Ao Conselho deliberativo cabe, dentre outras atribuições, a de regulamentar as atividades e aprovar a execução de projetos a serem executados na FAL.

Vale ressaltar a superlativa melhoria na infraestrutura de máquinas e implementos, mediante um forte investimento (da ordem R\$ 1.300.000,00), via REUNI e Projetos Institucionais, que possibilitaram a incorporação, em 2011, de mais de três dezenas de novos equipamentos ao parque de máquinas da Fazenda Água Limpa.

Relativamente às obras e reformas, há ainda a necessidade de se avançar muito, em virtude de algumas instalações serem muito antigas, construídas à base de madeiras, encontrando-se em estado precário e carecendo de rápida intervenção. Os recursos estão aprovados e as obras para a construção de um galpão de máquinas, de um galpão de insumos, além de depósito de defensivos, vestiários para os servidores, núcleo de atendimento à saúde, entre outros, estão prestes a serem iniciadas.

Com relação a obras, reformas e manutenção realizadas em 2011, constam a reestruturação do sistema de abastecimento de água e a recuperação e manutenção das estradas vicinais.

Por fim, no que tange aos recursos humanos, embora o quadro de funcionários de campo, basicamente terceirizado, atenda às atuais demandas, o grande problema é a deficiência do quadro de pessoal técnico-administrativo.

7.1.2 Existência de mecanismo de aferição do grau de satisfação dos discentes em relação à infraestrutura

A Universidade de Brasília vem implementando, desde 2003, a avaliação de disciplinas de graduação por meio de um formulário padronizado. Os dados são coletados e sistematizados pelo CESPE. Nesse formulário, constam itens acerca do suporte oferecido pela UnB para a execução das disciplinas.

A aplicação do formulário no 1º semestre de 2011, ao qual responderam um total de 62.968 alunos, resultou nos seguintes dados referentes à infraestrutura:

Tabela 42 Avaliação da infraestrutura pelos alunos, UnB, 2011

ITENS AVALIADOS	Notas abaixo de 4 (%)	Notas entre 5 e 7(%)	Notas acima de 8 (%)	NR
Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas teóricas	13,9	29,4	52,6	4,1
Qualidade das instalações (ambiente físico) destinadas às aulas práticas	10,6	19,0	33,9	36,4
Atendimento da Unidade de Ensino (por exemplo, Secretaria do Departamento) para necessidades surgidas na disciplina	9,5	23,1	39,1	28,3
Apoio da UnB (Departamento) para trabalhos de campo	10,8	17,4	25,2	46,6
Acesso aos textos obrigatório na Biblioteca Central	17,9	23,2	32,4	26,5
Acervo da Biblioteca Central relacionado aos temas tratados na disciplina	15,6	24,2	37,6	22,6

Fonte: Avaliação Docente – 1/2011, Coordenadoria de Avaliação/CESPE/UnB, com adaptações

Considerando-se as respostas válidas (excluindo NR), percebe-se que os três últimos itens – apoio para trabalhos de campo, acesso a textos na BCE e o acervo da BCE – foram os que tiveram percentual abaixo de 50% de avaliações acima de 8, e os maiores abaixo de 4 (acima de 20%). Esses resultados dão indicações sobre pontos específicos que necessitam de aprimoramento do ponto de vista dos alunos.

7.2 Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins

Para a manutenção do espaço físico e de equipamentos, há duas unidades responsáveis: a Prefeitura do Campus (PRC) e o Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME). Entre janeiro e dezembro de 2011, foram contabilizadas ao todo 22.079 Ordens de Serviço, que iniciam os atendimentos prestados.

O CME realizou atendimentos de manutenção e apoio em equipamentos técnicos, eletrônicos, de microinformática, de telecomunicações, eletromecânicos, ópticos, e equipamentos de refrigeração por toda Universidade. Já a PRC prestou serviços de manutenção das instalações físicas, hidráulicas e elétricas, confecção de placas de endereçamento, confecção de artefatos de madeira e de ferro, confecção de grades de proteção, atendimentos de transporte, confecção e restauração de carteiras

escolares para atendimento à Comunidade Universitária, além da fabricação de saneantes pela Fábrica-Escola de Química (FesQ)/PRC, que visam atender a demanda da UnB, RU e HUB, além de propiciar conhecimentos práticos aos alunos do Instituto de Química.

A FesQ produziu no ano de 2011 cerca de 20.825 litros de produtos diversos, tais como saneantes, detergentes, desencrustantes, sabonetes líquido, dentre outros. E todos esses produtos desenvolvidos e fabricados na FesQ são utilizados para atender às demandas da Universidade. A meta da FesQ para o ano de 2012 é atingir a produção de 70.000 litros desses produtos.

Já a segurança no campus necessita de melhorias. A Diretoria de Serviços Gerais (DSG), que compõe a estrutura da PRC, tem buscado planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de segurança de forma a proteger a comunidade acadêmica como um todo. Contudo, encontra dificuldades em decorrência de vários fatores, como entraves burocráticos nos processos licitatórios de caráter emergencial, morosidade no atendimento aos processos administrativos, além da relação com os contratos de terceirização, uma vez que a maior parte dos envolvidos com o processo de segurança da Universidade é terceirizada.

Apesar disso, a DSG, que atende às ocorrências nos postos de vigilância da Universidade, prestou atendimento e registrou um total de 193 ocorrências dos mais diversos tipos, tais como assaltos, atentado violento ao pudor, colisão de veículos, furto, roubo, extravio, dano ao patrimônio, dentre outros.

Na mesma política de melhoria da segurança no campus, o CME, juntamente com a Prefeitura do Campus e a PMDF, prestou apoio técnico no projeto de implantação do sistema de vídeo-monitoramento do espaço universitário. Essas ações visam coibir e registrar atividades delituosas, que coloquem em risco a integridade física da comunidade acadêmica.

7.3 Aspectos positivos

No ano de 2011, a Prefeitura do Campus iniciou um processo local de mapeamento e avaliação das suas unidades e estruturas. Propôs projetos de melhoria nos processos de controle do almoxarifado local, de controle de telefonia, dentre outros, que visam melhorar o atendimento bem como tornar os processos mais transparentes.

Os próprios colaboradores da Prefeitura vêm sentindo a necessidade de se profissionalizar a gestão, na medida em que expõem suas insatisfações quanto à atual situação organizacional da Universidade. Muitos têm ciência da perspectiva de expansão e sabem que o modelo de gestão necessita de atualização. Isso é importante visto que o apoio dos colaboradores é sempre importante para qualquer mudança proposta.

Foram realizadas diversas obras e reformas nos quatro *campi* com a finalidade de trazer melhorias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

7.4 Aspectos a aprimorar

Os pontos a aprimorar em relação à infraestrutura na Universidade de Brasília são:

- dificuldades e entraves burocráticos e técnicos, não só na formalização dos procedimentos licitatórios, como também na execução e fiscalização das obras;
- a morosidade nos atendimentos, pela Prefeitura, aos pedidos de serviços, por parte da comunidade universitária, sinalizando para a necessidade de reavaliação de sua estrutura organizacional e do processo de gestão;
- a falta de um sistema informatizado e estruturado de apoio a gestão, do tipo ERP (*Enterprise Resource Planning*), com módulos que condensem todos os dados (financeiros e operacionais) de toda a organização, no intuito de melhorar a tomada de decisão;
- a carência de uma política integrada de concessão e uso dos meios de comunicação (telefones fixos, *e-mail*, celulares), fundamental para controlar os processos que envolvem essas tecnologias a fim de garantir a economicidade do gasto público envolvido;
- a falta de uma política de profissionalização da gestão, que promova uma cultura de adoção das melhores práticas nos processos administrativos da Universidade.

Como a burocracia nos processos licitatórios é um fator externo que independe de soluções internas, torna-se necessário ser mais eficiente na gestão administrativa e na utilização de melhores práticas e procedimentos técnicos mais eficazes, exigindo, portanto, atuação rápida, para evitar o comprometimento das atividades institucionais e prejuízo ao poder público.

A Universidade passa por um processo de expansão na quantidade de alunos, de cursos ofertados e também na sua área geográfica. Para que a expansão ocorra de maneira sustentável e eficiente, é necessário que a estrutura

da Universidade esteja adequada para isso. É imprescindível manter um modelo de controle de atividades que proporcione aos gestores subsídios na tomada de decisão. É importante que a Universidade mantenha um programa de qualidade de atendimento, que abranja todas as áreas, para que essa expansão se reflita também na melhoria das atividades, tanto administrativas quanto acadêmicas. É necessário, em suma, que a Universidade aplique em si mesma os conhecimentos que gera na área de gestão.

A UnB também não conta com um sistema de avaliação sobre a infraestrutura. É importante que não só as unidades acadêmicas avaliem esse ponto, mas principalmente os usuários que utilizam a Biblioteca, os laboratórios, as salas de aula, os anfiteatros, entre outros espaços, a fim de que a Universidade possa, com os resultados específicos, adotar medidas corretivas, preventivas e de melhoramento dos serviços e assistência que presta à comunidade universitária e à sociedade em geral.

8 Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação a processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

Em conformidade com as orientações constantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com as demais dimensões, esta Dimensão aborda o processo de Avaliação Institucional visando subsidiar a análise de sua eficácia e de seus resultados, em articulação com planejamento da Universidade. Para tanto, parte-se do Relatório CPA 2010, inserindo-se avanços e atualizações.

8.1 Adequação do planejamento geral da UnB e sua relação com os objetivos institucionais estatutários

A progressiva expansão da UnB tem motivado a constante revisão do projeto pedagógico institucional, feito desde 1994 para adaptar-se às novas realidades, a partir do diagnóstico institucional elaborado pelos representantes de unidades acadêmicas e administrativas a fim de possibilitar a definição de diretrizes norteadoras das gestões seguintes.

Em 2010, com a constituição da Comissão Coordenadora dos Trabalhos do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), com vistas a uma maior interação entre os diversos setores da Universidade e à adaptação às perspectivas que já se delineiam, foi elaborado o Texto de Referência para a construção do PPPI, que deve traduzir a diversidade, a complexidade, a criatividade e as expectativas da UnB.

O processo de elaboração e aperfeiçoamento do diagnóstico institucional iniciado em 1962, pelo Plano Orientador da Universidade de Brasília, que definiu o modelo de administração, com estrutura e organização autônoma para a Universidade, gerou mecanismos de gestão mais eficientes e eficazes do processo administrativo desenvolvidos em três níveis: o estratégico, que resultou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelos Decanatos; o tático, que suscitou os Planos Quinquenais (PQ) para os períodos de 2002 a 2006 e de 2007 a 2010, sob a responsabilidade das faculdades, dos centros, das secretarias e dos decanatos; e o operacional, em que as mesmas unidades responsáveis pelo nível tático também se encarregam de alocar recursos para a execução de seu Plano Anual de Atividades (PAA).

Os novos seminários de Planejamento e Administração Estratégica contribuíram para a elaboração de diretrizes, missão, objetivos, pontos fortes e fragilidades que subsidiaram encontros de planejamento com demais órgãos da Reitoria e têm norteado o processo de elaboração e adequação do planejamento da UnB aos objetivos institucionais.

8.2 Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional

O Planejamento da Universidade foi definido em observância às finalidades essenciais da UnB constantes no seu Estatuto: o ensino, a pesquisa e a extensão integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

O novo ciclo de planejamento da UnB, que teve início em 2011, nasceu da análise do modelo do ciclo anterior, buscando identificar os pontos de melhoria que poderiam ser introduzidos neste novo momento do PDI. A ideia principal do novo planejamento estratégico na UnB está ancorada na criação de alvos comuns que possam ser visualizados por toda organização como a meta principal a ser alcançada pelo Plano.

O conceito de meta mobilizadora está fundamentado na premissa de que a organização pode trabalhar voltada a alcançar uma meta específica estabelecida pela alta administração e aceita de forma democrática pelo conjunto da Instituição, e sobre a qual serão desenvolvidos esforços avaliados por indicadores focados em resultados. Entende-se que metas mobilizadoras são alvos estratégicos definidos pela Instituição que, quando alcançados, têm a capacidade de levar a organização a um novo patamar de qualidade.

Os indicadores propostos para avaliar as metas mobilizadoras estão voltados a mensurar resultados. Deste modo, as metas são consideradas alcançadas quando os indicadores apontam sua efetiva intervenção na realidade, não sendo aceita a execução parcial de metas.

Para que os indicadores possam fazer parte do processo de planejamento, devem ser elaborados respeitando as diversas instâncias deliberativas da Universidade. Deste modo, aspectos denominados sociais e relacionados aos indicadores foram respeitados, conforme se descreve a seguir.

- **Aspectos sociais**

- **Democratização:** toda a comunidade (técnicos e docentes) deve poder entender os indicadores.
- **Acesso:** toda a comunidade (técnicos e docentes) deve poder participar dos indicadores.
- **Respeito:** toda a comunidade (técnicos e docentes) deve ter seus pleitos passíveis de serem manifestados e mensurados.

Respeitados os aspectos sociais, os indicadores também precisam conter outras características para utilização no processo de planejamento, de modo a serem aceitos como medidas das metas mobilizadoras. Esses aspectos foram definidos como propriedades essenciais e complementares e aspectos relevantes, descritos da forma que se segue.

- **Propriedades essenciais**

- **Validade:** representação aproximada.
- **Confiabilidade:** fontes confiáveis.
- **Simplicidade:** facilidade de obtenção.

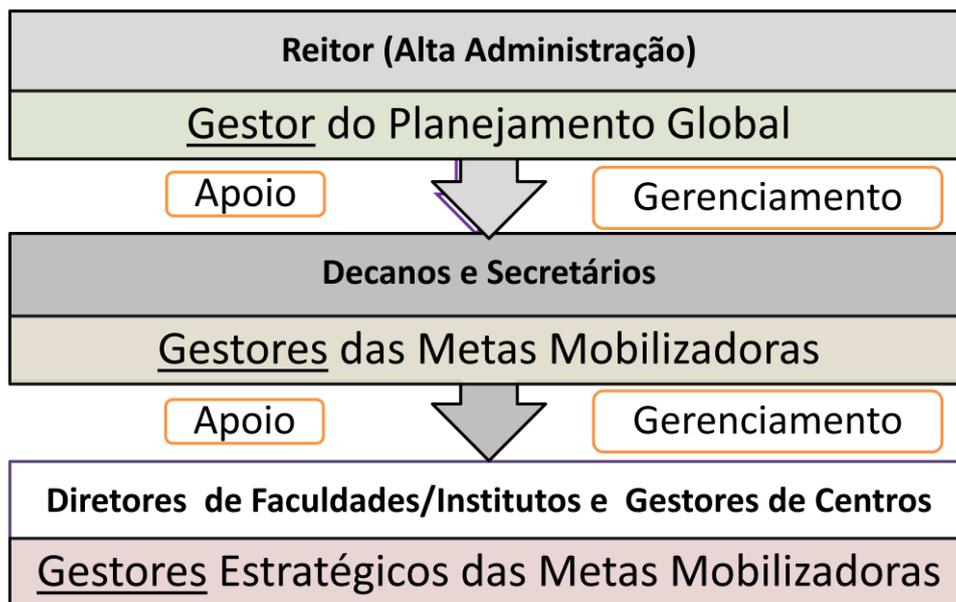
- **Propriedades complementares**

- **Sensibilidade:** capacidade de refletir as mudanças.
- **Mensurabilidade:** capacidade de mensuração.
- **Auditabilidade:** facilidade de verificação.

- **Aspectos relevantes**

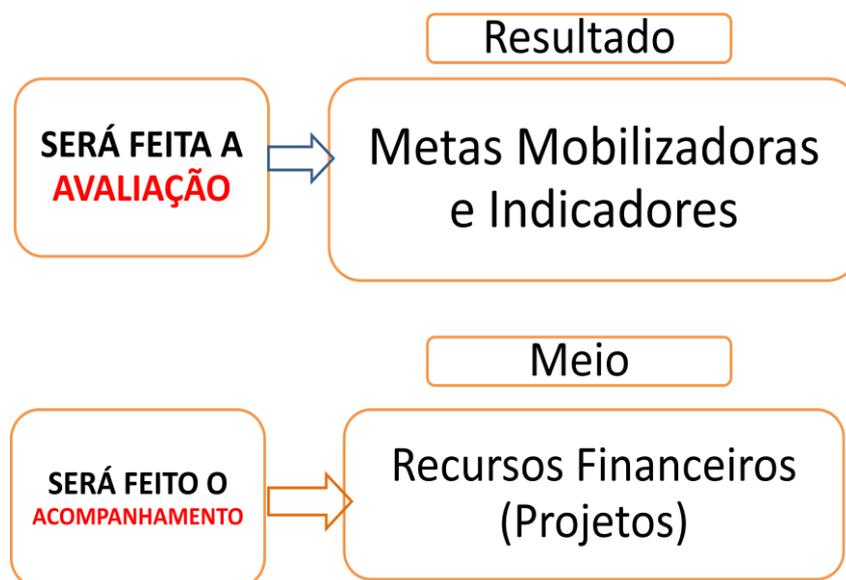
- **Publicidade:** acessibilidade a todos os níveis da organização.
- **Temporalidade:** acompanhamento periódico.
- **Factibilidade:** existência de dados.

O processo de gestão das metas mobilizadoras pode ser visualizado por meio da figura a seguir, que representa a forma de gestão do planejamento, na qual toda a estrutura da Universidade estará voltada para o apoio das áreas fins no alcance dessas metas.



O sistema de planejamento e acompanhamento permitirá aos gestores monitorarem o desenvolvimento das atividades que resultarão no alcance das metas propostas. Vale destacar que cada meta mobilizadora é vinculada a um projeto que terá o acompanhamento dos recursos orçamentários a ele alocados realizado de forma integrada no SIAFI, por meio de um Plano Interno (PI).

A estrutura de funcionamento do Sistema de Planejamento da UnB para o ciclo do PDI 2011-2015 pode ser visualizado pela integração entre as metas mobilizadoras e o acompanhamento da utilização dos recursos orçamentários aplicados nos projetos vinculados às metas, conforme demonstrado na figura seguinte.



O novo modelo de gestão do PDI teve início no ano de 2011, porém o processo de implementação ainda não está totalmente consolidado. Foi necessário divulgar amplamente esse novo modelo e realizar um processo de capacitação de todas as unidades acadêmicas e administrativas que compõem o sistema de planejamento da UnB.

O sistema eletrônico desenvolvido para a inserção dos projetos, a definição das metas mobilizadoras e dos indicadores de resultados correspondentes já estão em funcionamento. O módulo que permitirá às unidades gestoras da UnB acompanharem a execução do PDI ao longo de cada ano do ciclo de planejamento, correspondente ao período de 2011 a 2015, ainda está em fase de desenvolvimento.

8.2.1 Avaliação da gestão de meios

A avaliação da gestão de meios da UnB está inserida no contexto das ações desenvolvidas pela Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, instituída pelo Ato da Reitoria n. 20/2009. A decisão de desenvolver um processo de avaliação da gestão de meios para estudar possíveis reformulações de sua estrutura de gestão e proceder a uma análise crítica da atualidade e à adequação das práticas administrativas vigentes, ambas com vistas a otimizar os processos gerenciais da Instituição, coincidiu com os propósitos preconizados pelo esforço de reestruturação e modernização em curso na Universidade.

A equipe responsável pela realização da pesquisa sobre a gestão de meios, cujo objetivo foi subsidiar o trabalho da referida Comissão de Reestruturação e Modernização, desenvolveu suas atividades tendo como referência estudos iniciados no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD). Foram definidas seis áreas de análise da gestão da Universidade: Gestão de Pessoas; Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças; Gestão de Tecnologia da Informação; Gestão de Infraestrutura; Gestão de Contratos e Convênios; e Gestão Institucional. As quatro etapas iniciais foram realizadas nos anos de 2009 e 2010. As duas últimas etapas foram desenvolvidas no ano de 2011.

Em cada uma das etapas da avaliação foram consultadas todas as 66 unidades administrativas e acadêmicas integrantes do sistema de planejamento da UnB, que responderam a questionários concebidos para posterior análise, com o apoio da metodologia MCDA (Metodologia de Análise e Apoio à Decisão Multicritérios), além de outras ferramentas estatísticas.

8.2.1.1 Principais resultados da Avaliação da Gestão de Meios

Embora diversos aspectos relacionados à avaliação da Gestão de Pessoas, da Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, da Gestão de Tecnologia da Informação e da Gestão de Infraestrutura já tenham sido abordados no Relatório de Autoavaliação de 2010, devido à sua relevância eles são aqui novamente apresentados, juntamente com as duas últimas avaliações realizadas, que foram Gestão de Contratos e Convênios e Gestão Institucional. É importante destacar que muitas mudanças na estrutura de gestão da Universidade ocorreram a partir dos subsídios fornecidos pela equipe de pesquisa da gestão de meios anteriormente referida, entre elas a criação de dois novos decanatos: o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) e o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), aprovados pelo CONSUNI, conforme Resolução n. 29, de 7/12/2010.

As principais recomendações apresentadas para cada uma das áreas analisadas foram:

1. Gestão de Pessoas

- reestruturar a área de gestão de pessoas com o aporte de maior número de profissionais, para que seja a coordenadora efetiva de todas as atividades relacionadas à área de gestão de pessoas;
- centralizar as ações referentes à gestão de pessoas em um único Decanato. Isso inclui a gestão de docentes, TAEs e funcionários terceirizados, além dos programas relativos à segurança do trabalho, saúde dos trabalhadores e todas as atividades de capacitação;
- criar a Câmara de Gestão de Pessoas, que seja responsável pelo estabelecimento e acompanhamento de políticas, programas e ações na área. A Câmara de Gestão de Pessoas deve incluir todas as atividades agora exercidas apenas pela Câmara da Carreira Docente e também as atividades relacionadas aos TAE e demais colaboradores da instituição;
- manualizar e normatizar todos os principais processos gerenciais relativos à gestão de pessoas na Universidade, atribuindo à Câmara de Gestão de Pessoas a responsabilidade por essa atividade;
- integrar ao planejamento da Universidade todas as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo a contratação de docentes e TAEs. O objetivo é que o PDIC e o PDI sejam plenamente integrados e o planejamento da gestão de pessoas seja considerado parte fundamental do planejamento estratégico da Universidade;
- desenvolver programas de: i. Capacitação Gerencial; ii. Iniciação ao Serviço Público; e iii. Educação para Aposentadoria. Tais programas devem ser acessíveis a todos os servidores (docentes e TAEs) da Universidade.

2. Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças

- reformulação da estrutura organizacional e dos processos relativos às áreas de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, estabelecendo uma nova divisão de trabalho com estruturas especializadas e criando novas atribuições e competências;
- criação de um decanato que agregue: i. coordenação e integração dos processos de planejamento estratégico instrumentalizando, monitorando e avaliando as ações em todas as áreas da universidade em conjunto com os órgãos de deliberação superior (conselhos, câmaras e grupos de trabalho, etc.), decanatos, secretarias e demais unidades acadêmicas e administrativas da Universidade; ii. coordenação e integração das atividades relacionadas à gestão orçamentária, contábil e financeira da Universidade, fundamentadas nas orientações dos órgãos de deliberação superior e buscando a eficiência, eficácia, efetividade e a transparência no uso dos recursos disponíveis; iii. criação de uma Diretoria de Avaliação e Estatística com a finalidade de planejar, executar, organizar e supervisionar as atividades relativas ao processo de Avaliação Institucional e a organização e monitoramento dos dados da Universidade, inclusive para atendimento das demandas externas, apoiando as atividades do pesquisador institucional e equipe; iv. aperfeiçoamento do sistema de gestão de informação na área do planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, com melhorias na disponibilidade e qualidade das informações.

3. Gestão de Tecnologia da Informação

- implantação de um modelo de gestão estratégica, que garanta a interoperabilidade entre sistemas e integração das ações de TI, com vistas à melhoria da estrutura de governança de TI;
- reestruturação do Centro de Informática (CPD). O CPD passaria a ter nova vinculação hierárquica aos órgãos da Administração Central e contaria com estrutura organizacional mais sólida composta por diretorias;
- elaboração do Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI), conforme requerido pela legislação federal;
- estabelecimento de plano estratégico de TI, considerando as demandas das Unidades, da Universidade e as diretrizes do governo para o setor público. O plano deve complementar, detalhar e estender as decisões que constem do PDTI;
- implementação de uma política abrangente, estruturada e efetiva de aquisição de bens e serviços de TI, com vistas a minimizar a redundância, o desperdício de recursos e a ineficiência alocativa;
- implantação de uma política integrada para elaboração e atualização das páginas de todas as unidades da Universidade, que assegure uma padronização na identidade visual, no conteúdo e nos padrões de segurança, tornando as páginas mais amigáveis aos portadores de necessidades especiais;

- mudanças fundamentais no modelo de gestão de serviços de TI, de forma a permitir a integração e a articulação das ações relacionadas à prestação de serviços de TI. E implantação de um sistema de aferição e controle da qualidade, assim como de avaliação da satisfação do usuário.

4. Gestão de Infraestrutura

- implantar práticas de gestão estratégica da infraestrutura que sejam integradas aos demais instrumentos de planejamento institucional da Universidade. Desenvolver sistema de projeção e acompanhamento do atendimento das demandas da comunidade universitária em relação à realização de obras de ampliação e manutenção dos *campi*, assim como em relação à gestão dos serviços de água, telefonia, eletricidade, vigilância, limpeza, portaria, gestão de resíduos, parques e jardins, entre outros;
- desenvolver programa de capacitação de pessoas para gestão de infraestrutura contemplando, de maneira especial, a área de elaboração de projetos básicos, elaboração de editais, acompanhamento e fiscalização de contratos;
- a gestão integrada da informação sobre infraestrutura torna-se necessária para que se obtenham dados consolidados sobre as demandas e as ações em execução, subsidiando assim a gestão estratégica e a efetividade das intervenções;
- concentrar atividades de natureza similar em uma única unidade. Por exemplo, a elaboração de projetos de obras novas e de obras de reforma, hoje atribuídos a mais de uma Unidade, deveria ser gerenciada apenas pelo CEPLAN. Por outro lado, a coordenação e fiscalização da realização de novas obras e de reformas deveria ser competência apenas da PRC;
- desenvolvimento de práticas de controle de qualidade, monitorando e avaliando a adequação dos serviços oferecidos, o tempo de resposta às demandas e o custo dos serviços providos;
- realização de estudo que avalie a adequação de cada um dos serviços relacionados à infraestrutura hoje internalizados pela UnB, analisando custo, qualidade, tempo de atendimento às demandas e satisfação dos usuários. Nesse estudo deverão ser obrigatoriamente consideradas alternativas para o modelo atual que contempla, na maioria dos casos, a utilização de pessoal permanente do quadro e de empresas que fornecem mão de obra que é gerenciada pela Universidade;
- desenvolver práticas que permitam aprimorar o planejamento, a execução e o controle das atividades de compras, buscando atingir o equilíbrio entre custo e confiabilidade, reduzir o prazo de atendimento às solicitações das unidades, evitar o fracionamento excessivo de despesas e utilizar preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico de ata de registro de preços;

- reestruturar a política de cessão de espaços e permissões para atividades comerciais no campus, pois há atualmente uma considerável quantidade de empreendimentos comerciais de pequeno e médio porte, tais como: lanchonetes, livrarias, bancas de jornal, copiadoras, papelarias, bancos, etc. A cessão dos espaços da Universidade para funcionamento desses empreendimentos carece de uma política claramente explicitada que contemple, entre outros fatores, o cumprimento das normas e regulamentos, inclusive a existência de condições sanitárias e de segurança mínimas para funcionamento. Ademais, é necessária a realização de aferição periódica da satisfação dos usuários da comunidade universitária em relação aos serviços que são providos;
- criar uma nova política de segurança formalmente aprovada pelas principais instâncias de decisão da UnB e que seja amplamente disseminada e adotada pela comunidade universitária.

5. Gestão de Contratos e Convênios

- realização de análise específica dos contratos e convênios firmados pela Universidade de Brasília ao longo dos últimos anos, caracterizando sua natureza, os problemas encontrados na sua elaboração e implementação e os resultados gerados, assim como o impacto sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UnB;
- definição de uma política institucional de caráter estratégico – devidamente aprovada pelos colegiados superiores – e que possa orientar a redefinição do modelo de gestão hoje existente, assim como pautar o debate sobre mudanças em normas e processos relativos à área de contratos e convênios;
- ampla revisão do modelo de gestão hoje existente, com mudanças na arquitetura dos processos e na distribuição de atribuições e competências no âmbito da Administração Central, assim como entre essa e as demais unidades acadêmicas e administrativas;
- desenvolvimento de política de gestão de informação contemplando, entre outros elementos, o desenvolvimento de um sistema gerencial de informação, uma base consolidada de dados e um portal que divulgue procedimentos e normas adotados na Universidade relativos à gestão de contratos e convênios;
- inclusão no módulo de capacitação da UnB de um programa específico para capacitação de servidores que atua na área de contrato e convênios;
- designação institucional da Comissão de Repactuação de Contratos, conforme prevê a legislação vigente, responsável pela análise dos processos que demandam ajustes nos valores previamente contratados.

6. Gestão Institucional

- formação de Grupo de trabalho voltado para análise e proposição de mudanças no modelo de gestão atualmente utilizado na UnB. A análise a ser realizada deverá oferecer sugestões de transformações nos processos relativos à gestão acadêmica e à gestão administrativa. A pesquisa ora realizada, assim como resultados das avaliações anteriores, evidenciam a necessidade de uma ampla redefinição das jurisdições e da divisão de trabalho entre Reitoria, Faculdades/Institutos e os Departamentos;
- integração das práticas de monitoramento e avaliação da gestão acadêmica e da gestão administrativa que serão demandadas pelo novo modelo de gestão, independentemente de sua configuração específica;
- implantação de um sistema estruturado de prestação de contas da gestão acadêmica e da gestão administrativa, englobando todas as unidades da Universidade para a promoção da transparência da gestão, de forma concomitante ao estabelecimento de um sistema integrado de monitoramento e avaliação;
- desenvolvimento de um Portal de Gestão com o objetivo de proporcionar um ambiente para interação dos principais gestores envolvidos na administração estratégica da UnB, assim como viabilizar a interação entre os principais atores que participam da administração universitária. O Portal será desenvolvido em três módulos interoperáveis por meio de atividades sequenciais e paralelas. Os principais componentes de cada módulo são: módulo gestão estratégica, módulo gestão de meios e módulo gestão do conhecimento.

Por determinação da Comissão de Reestruturação e Modernização, foi constituído, para cada relatório referido, um grupo de trabalho integrado por membros da Comissão, com a função de fazer análise crítica dos relatórios afins, especialmente em relação às recomendações feitas pelos idealizadores da pesquisa, de forma a subsidiar a Administração Central na tomada de decisões e ações práticas, com vistas à melhoria das áreas avaliadas. Excetuam-se as duas últimas, de Gestão de Contratos e Convênios e de Gestão Institucional, que acabam de ser entregues pela equipe responsável pela avaliação da gestão de meios.

Finalmente cabe observar que, a partir das recomendações feitas pelo grupo de pesquisa e pelas análises já realizadas nas quatro primeiras áreas anteriormente, por parte da Comissão de Reestruturação e Modernização, uma série de medidas efetivas já foram implementadas ou estão em fase de estruturação, focadas na busca de melhorias dos processos organizacionais da UnB.

8.2.2 Plano de autoavaliação institucional

Ao longo de 2011, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) destacou uma subcomissão para discutir e elaborar um projeto de avaliação institucional para a UnB. Por meio de encontros sistemáticos durante o primeiro semestre, a subcomissão concluiu o projeto, denominando-o Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília.

O Plano resgata o histórico das avaliações realizadas na UnB e os fundamentos legais e teóricos para uma autoavaliação que contemple, tanto os objetivos de autoconhecimento que permitam os necessários avanços e ajustes nos rumos da UnB, quanto os objetivos traçados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A proposta metodológica define a avaliação por eixos temáticos, definindo ações, estruturas e ferramentas do processo de avaliação. Cada um desses aspectos foi detalhado em tópicos específicos, que explicitam seu encadeamento e seus propósitos, incluindo as questões operacionais.

O propósito é que, ao final de três anos, todas as metas tenham sido alcançadas e que a execução deste Plano contribua para melhorias nos diversos aspectos contemplados, fortalecendo a UnB como instituição e estreitando os canais de interação de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária. Destacam-se aqui os princípios adotados no Projeto.

O desafio de desenvolver uma metodologia para avaliação institucional de uma universidade é grande e complexo. As múltiplas funções da Universidade, representadas pelo trinômio ensino-pesquisa-extensão, e a complexidade de sua gestão colegiada impõem ao processo de avaliação a necessidade de desenvolver uma metodologia que permita fazer julgamento de valor das diferentes atividades, de tal forma que a própria metodologia esteja livre de viés pela seleção de um aspecto a partir do qual se valorizará ou não a instituição, independentemente do valor ou da relevância das demais atividades desenvolvidas. A complexidade da instituição faz com que o projeto de avaliação institucional de uma universidade deva ter tantas facetas quantas sejam necessárias para caracterizar globalmente a instituição.

O Plano de Autoavaliação Institucional tem como objetivos contribuir para a conscientização sobre a Instituição e o apoio à tomada de decisões. Esse autoconhecimento institucional deve permitir que os indivíduos

reconstruam uma visão geral das atividades desenvolvidas, de suas condições de trabalho e dos resultados obtidos nas diferentes ações. Esse conjunto de informações deve ainda permitir uma análise fundamentada dos marcos de identificação com os ideais buscados na construção da UnB.

A autoconsciência institucional resulta do conhecimento que indivíduos e autoridades institucionais têm sobre as atividades que se desenvolvem na Instituição, com seus acertos e suas dificuldades. Constitui, portanto, importante subsídio para o processo de tomada de decisão, tanto no nível individual quanto no institucional, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Para cumprir seu papel de estratégia de aperfeiçoamento, a avaliação institucional necessariamente deve ser tecnicamente competente e politicamente legítima, para que seus resultados possam ser transformados em ações efetivamente relevantes e transformadoras. Nesse sentido, é de fundamental importância a intensa participação dos membros da comunidade universitária, tanto na forma de encaminhar a avaliação, na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados, buscando o melhor cumprimento de suas finalidades científicas e sociais. Com esses objetivos e finalidade, espera-se oferecer à comunidade universitária, por meio da avaliação, um maior grau de confiabilidade acerca dos elementos necessários para redefinição de rumos pelos quais a instituição deve ser encaminhada.

Frente à diversidade e complexidade expostas, desenvolveu-se uma proposta de avaliação que aborda a instituição a partir de eixos associados aos tipos de atividades desenvolvidas. A universidade foi caracterizada, quanto às suas finalidades, como o local onde o ensino, a pesquisa e a extensão são realizados de modo indissociável, com o apoio e a coordenação da gestão universitária. Cada uma dessas atividades requer, portanto, critérios e indicadores específicos que uma metodologia abrangente deve abordar e se caracterizam como um eixo de avaliação.

O processo de autoavaliação da Universidade de Brasília visa estabelecer um quadro diagnóstico da Instituição para que, com as informações, a UnB possa adotar políticas para superar suas dificuldades e tirar maior proveito de suas virtudes. A autoavaliação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão constituem, portanto, os eixos centrais do processo.

Essa segmentação foi adotada considerando-se ainda que a missão da universidade é sintetizada pela atuação em ensino, pesquisa e extensão. A

gestão, por sua vez, busca a viabilização desta missão. Assim, o Plano tem como temas centrais os eixos essenciais do fazer da Universidade de Brasília. Cada um desses eixos deve ser avaliado quanto às condições para seu desenvolvimento, os processos desenvolvidos e os resultados obtidos.

O desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional da UnB deverá passar, necessariamente, pela ampla participação e comprometimento da comunidade universitária, buscando o envolvimento efetivo de docentes, estudantes e técnico-administrativos. A comunidade externa também terá papel de destaque na autoavaliação através da participação dos egressos da própria UnB e da sociedade em geral, por meio de suas diversas representações.

Vencido um amplo processo de divulgação, o Plano sugere a constituição de núcleos setoriais de avaliação. O objetivo dos núcleos setoriais é atuar como instância de cooperação para o desenvolvimento das ações de autoavaliação coordenadas pela CPA. São instituídos no âmbito das Unidades Acadêmicas (Institutos e Faculdades) e da Administração Superior da UnB.

A principal atribuição dos núcleos é atuar como interface entre a CPA e a comunidade, tanto interna à Unidade, constituída pelos discentes, docentes e técnico-administrativos em educação, como em relação à comunidade externa, composta pelos ex-alunos e, em sentido amplo, pela sociedade. Projeta-se para os núcleos o papel de agentes de indução e de disseminação da cultura da avaliação no âmbito das Unidades, seja promovendo ações por sua própria iniciativa, seja desenvolvendo atividades definidas pela CPA em consonância com o processo institucional de autoavaliação.

Entre as ações de avaliação está proposta a captação de dados qualitativos e quantitativos, primários e secundários, análises desses dados e ampla discussão com a comunidade universitária. Tendo como base os princípios de avaliação (e autoavaliação) descritos, a CPA desenvolverá procedimentos de captação de dados, seja a partir de discussões e aprimoramentos dos instrumentos existentes, por exemplo, a avaliação docente por discente, bem como criando novos mecanismos para que todos os aspectos do Plano de Autoavaliação sejam abarcados.

A CPA aprovou o Plano de Autoavaliação Institucional e aguarda a ratificação dos órgãos colegiados superiores. Embora ciente das dificuldades de implementação a serem enfrentadas, a CPA prosseguirá com as ações previstas para 2012.

8.3 Relação entre a autoavaliação e o planejamento

O projeto de autoavaliação institucional, organizado na avaliação das dez dimensões exigidas pelo Decreto n. 5.773/2006, delinea-se com ênfase no processo avaliativo, que não recai somente no corpo docente e discente, mas também na dinâmica de funcionamento da organização de ensino e aprendizagem, na estrutura da coordenação pedagógica e na assistência aos professores, relações interpessoais e sistema de gestão, entre outras.

O PDI da Universidade é estruturado com observância estreita dos dez eixos temáticos, compostos pelas dez dimensões que balizam a autoavaliação, de acordo com o Roteiro de Autoavaliação Institucional (MEC/INEP, 2004). Na seção 1.5, Dimensão 1, descreve-se a atual relação entre o planejamento e a autoavaliação.

8.4 Avaliação institucional antes da implantação do SINAES

A UnB começou a pensar na avaliação como forma de assegurar o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a década de 1980. A elaboração da Proposta de Avaliação de Ensino Superior, em 1986, constitui-se no primeiro marco, quando foram avaliados todos os cursos de graduação da UnB.

Em 1993, seguindo a orientação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB do MEC/SESu, a UnB elaborou projeto que previa a realização de avaliação externa, autoavaliação e pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, tendo sido submetidos à avaliação externa 28 cursos de graduação, em 1997, envolvendo os concluintes de cursos de graduação no período de 1985 a 1995. Foram enviados 3.711 questionários por correio. O retorno foi de 1.072 questionários considerados válidos para análise. Deu-se continuidade à avaliação de disciplinas e do desempenho docente, implantada na experiência anterior.

Em 2002, a Resolução da Reitoria n. 024/2002 constituiu comissão interna de avaliação institucional da UnB, que apresentou projeto com enfoque em três eixos básicos:

1. avaliação geral;
2. avaliação específica do ensino de graduação; e
3. pesquisa de egressos.

Em 2005, a UnB retomou um processo de avaliação institucional, em conformidade com as obrigações legais de avaliação agora determinadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861/2004. O primeiro modelo de avaliação institucional foi composto por cinco módulos ou modelos específicos (Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa Científica, Extensão Universitária, Gestão Universitária) e as fontes de dados consistiam de variáveis e indicadores que “já vem sendo coletadas e analisadas pela UnB e constam de relatórios institucionais e anuários estatísticos amplamente divulgados à comunidade interna e externa” (UnB, 2005). A partir de 2006, a UnB passou a elaborar seus relatórios anuais de avaliação institucional dentro dos padrões exigidos pelo SINAES, com base em informações existentes na Instituição.

8.5 Processos de autoavaliação institucional da UnB

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi constituída na UnB com o objetivo de conduzir os processos de avaliação internos, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP, em cumprimento ao disposto no art.11 da Lei n. 10.861/2004 e no art. 7º da Portaria n. 2.051/2004. A CPA compõe-se dos seguintes membros: Reitor, Decano de Ensino e Graduação, Decano de Planejamento e Orçamento, dois representantes docentes, dois representantes discentes, dois representantes servidores técnico-administrativos e dois representantes da sociedade civil (Resolução da Reitoria n. 21/2010).

Em fevereiro de 2010, pelo Ato da Reitoria n. 362/2010, foi criado o Grupo Técnico de Avaliação (GTA), composto por representantes de todos os Decanatos, bem como de representantes do CESPE, do CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica. O GTA tem a função precípua de auxiliar a CPA na institucionalização do processo de autoavaliação na UnB. Compete ao GTA, entre outras atribuições, “elaborar proposta de Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília (PAAI), o qual deverá ser submetido à apreciação da CPA”.

Com o objetivo de dar suporte à CPA e ao GTA, o Decanato de Planejamento e Orçamento conta com uma equipe de avaliação institucional, composta por quatro servidores da Universidade de Brasília. Essa equipe de avaliação está organizada com duas frentes principais de trabalho: a primeira, que dá suporte à elaboração do Relatório de Autoavaliação, e a segunda,

responsável pela pesquisa e pelos levantamentos necessários à elaboração do Plano de Autoavaliação da UnB, que deverá ser concluído até o primeiro semestre de 2012.

Além dessas atribuições, a equipe mantém arquivo e disponibiliza à comunidade acadêmica documentos contendo dados oficiais da Universidade, tais como: Projeto de Avaliação Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Quinquenal (PQ), Plano Anual de Atividades (PAA), Anuários Estatísticos, Manual de Planejamento, Relatórios Trimestrais de Planejamento, Relatórios de Gestão da UnB, Plano de Expansão da Universidade de Brasília (*campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama), Relatório FUB: Perspectivas de Captação de Recursos Próprios, Sistemas de dados: SIGRA, SIPPOS, SIEX e Sistema de Acompanhamento do Planejamento.

8.5.1 Avaliação dos Cursos de Graduação

Desde 2003, a UnB realiza a avaliação de disciplinas de graduação por meio de formulário padronizado. Até o 1º semestre de 2011, a avaliação de disciplinas e desempenho docente era aplicada pelo CESPE, que coletava e sistematizava os dados.

Em 2011, a busca por melhor qualificação e transparência dos processos avaliativos de disciplinas e de docentes marcou a agenda de discussões nos colegiados e conselhos das Unidades Acadêmicas, na Câmara de Ensino de Graduação (CEG), na Câmara de Carreira Docente (CCD) e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Por iniciativa do Decanato de Ensino de Graduação (DEG), essa agenda ganhou uma importante modificação: passou a ser estabelecida no âmbito da Câmara de Ensino de Graduação uma alteração do conteúdo e da forma de aplicação do questionário de avaliação de disciplinas para o formato eletrônico, por meio do MatrículaWeb²³.

A CEG levou em conta relatório elaborado por comissão de docentes e de estudantes e também a manifestação de colegiados de cursos de graduação. Essa comissão propôs cinco princípios e diretrizes que devem pautar o processo de avaliação:

²³ <http://www.matriculaweb.unb.br/matriculaweb>

1. dimensão educadora da universidade;
2. caráter educativo da avaliação;
3. caráter multidimensional da avaliação;
4. respeito ao outro e à diversidade de opiniões;
5. rigor da qualidade do ensino.

Em seu parecer, a comissão supracitada propôs tornar o preenchimento da avaliação obrigatória. Entretanto, após consultar os colegiados de cursos de graduação da UnB, a CEG decidiu pelo caráter voluntário do questionário, que passou a ser denominado “Questionário de percepção discente sobre a disciplina, o desempenho docente e as condições de oferta”.

Em comparação com a forma anterior, o novo questionário conta com perguntas mais objetivas e com um número menor de questões (ver Anexo). A avaliação ficou dividida em quatro partes: disciplina, percepção sobre o desempenho do professor, autoavaliação do estudante e apoio institucional à disciplina. Os itens avaliados recebem notas de 1 a 5 (ou não se aplica) e o aluno pode emitir sua opinião ao final de cada parte da avaliação.

Essa nova forma de avaliação já foi implementada no 2º semestre de 2011 e o questionário, por deliberação da CEG, ficou disponível aos alunos até o início das aulas de 2012. Até o momento da conclusão deste relatório, os resultados desta nova experiência ainda não haviam sido mensurados.

8.5.2 Avaliação da Pós-Graduação

O detalhamento dos avanços relativos à pós-graduação encontram-se na Dimensão 2. A seguir são apresentadas algumas ações recentes que se destacam no âmbito do Decanato de Pós-Graduação (DPP).

8.5.2.1 Avaliação dos cursos de pós-graduação

Retoma-se a avaliação comparativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela qual se percebe que a maior parte dos programas manteve sua nota, cinco caíram e dois subiram em 2010.

Tabela 43 Avaliação trienal dos programas de pós-graduação, UnB, 2004-2010

Programa	2004/06	2007/09	2010	Comparação das duas últimas avaliações
Administração	4	5	3	▼
Administração	4	-	5	
Agronegócios	4	3	3	=
Agronomia	4	4	4	=
Antropologia	7	7	7	=
Arquitetura e Urbanismo	3	4	4	=
Artes	4	4	4	=
Bioética	4	4	4	=
Biologia Animal	5	4	4	=
Botânica	4	4	4	=
Ciência Política	4	5	5	=
Ciências Agrárias	-	-	2	
Ciências Animais	4	4	4	=
Ciências Biológicas (Biologia Molecular)	6	6	6	=
Ciências da Informação	4	5	5	=
Ciências da Saúde	5	4	4	=
Ciências de Materiais	-	3	-	
Ciências do Comportamento	5	4	4	=
Ciências e Tecnologias em Saúde	-	4	-	
Ciências Farmacêuticas	-	4	-	
Ciências Florestais	4	4	4	=
Ciências Mecânicas	4	4	4	=
Ciências Médicas	3	4	4	=
Comunicação	4	4	4	=
Contabilidade - UnB - UFPB - UFRN	4	4	4	=
Desenvolvimento Sustentável	5	5	3	▼
Desenvolvimento Sustentável	3	3	5	▲
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	-	4	-	
Direito	5	5	5	=
Ecologia	5	5	5	=
Economia	6	5	4	▼
Economia	4	4	5	▲
Educação	4	4	4	=
Educação	-	3	-	
Educação Física	3	3	3	=
Enfermagem	4	4	-	
Engenharia Biomédica	3	3	-	
Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação	4	4	-	
Engenharia Elétrica	4	4	4	=
Engenharia Elétrica	4	4	3	▼
Ensino de Ciências	3	4	4	=

Programa	2004/06	2007/09	2010	Comparação das duas últimas avaliações
Estatística	3	4	3	▼
Estruturas e Construção Civil	4	5	5	=
Estudos Comparados Sobre as Américas	4	3	3	=
Estudos de Tradução	-	3	-	
Filosofia	3	3	3	=
Física	5	5	5	=
Fitopatologia	4	5	5	=
Geociências Aplicadas	4	4	4	=
Geografia	4	4	4	=
Geologia	6	6	6	=
Geotecnia	6	6	6	=
História	5	4	4	=
Informática	4	4	4	=
Integridade de Materiais da Engenharia	-	3	-	
Linguística	4	4	4	=
Linguística Aplicada	2	3	3	=
Literatura	4	5	5	=
Matemática	6	6	6	=
Medicina Tropical	4	3	3	=
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	-	3	-	
Música	3	3	3	=
Nutrição Humana	4	4	4	=
Patologia Molecular	4	5	5	=
Política Social	5	5	5	=
Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde	5	4	4	=
Psicologia Clínica e Cultura	4	4	4	=
Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO)	5	5	5	=
Química	5	5	5	=
Regulação e Gestão de Negócios	-	-	3	
Relações Internacionais	5	6	6	=
Saúde Animal	3	4	4	=
Saúde Coletiva	-	4	-	
Saúde Coletiva	-	3	-	
Sistemas Mecatrônicos	4	4	4	=
Sociologia	5	5	5	=
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos	4	4	4	=
Transportes	5	4	4	=
Turismo	3	3	3	=

Fonte: DPP / CAPES (http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100)

8.5.2.2 ObserveUnB

O ObserveUnB foi definido para servir como um observatório do conhecimento, com foco na pesquisa realizada pelos docentes e discentes vinculados à Instituição. O projeto utiliza técnicas e ferramentas automatizadas, sendo que na sua primeira versão utiliza os dados do Currículo *Lattes* dos docentes permanentes da UnB. Em uma segunda versão, está prevista a utilização dos Currículos *Lattes* dos discentes regulares de graduação e pós-graduação, bem como a integração com a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O ObserveUnB trata do conhecimento como prospecção e produção de insumos para a tomada de decisão em desafios apresentados pela Gestão do conhecimento na UnB e desta forma é um projeto idealizado e coordenado pelo DPP, tendo a participação efetiva de equipe técnica vinculada ao Laboratório do Ambiente Construído Inclusão e Sustentabilidade (Lacis) da FAU/CDS/FGA-UnB. O sistema da Universidade tem trabalhos correlatos apenas no exterior. Entre eles estão o *Microsoft Academic Search* e o *Arnetminer*, apoiado pela IBM.

A Universidade de Brasília é a primeira do País a disponibilizar um sistema de livre acesso pela Web que concentra informações das atividades de seus pesquisadores. Mostra quem são, onde estão, o que produzem e com quem trabalham os cientistas da Instituição. De início, estão disponíveis os dados de 2.174 professores. A expectativa é de que estudantes de graduação e pós-graduação sejam incluídos no ano que vem.

8.5.2.3 I Seminário da UnB

O Decanato de Pós-Graduação (DPP) organizou em 2010 o primeiro seminário de avaliação de pós-graduação (AvPG), ocorrido no período de 6 a 9 dezembro de 2010. O objetivo do I AvPG foi trazer uma reflexão sobre os resultados da avaliação trienal da CAPES (2007/2009) e definir parâmetros para a elaboração do planejamento estratégico da pós-graduação e da pesquisa na UnB.

Durante o Seminário, os participantes foram divididos em nove grupos de trabalho, conforme as áreas de pós-graduação e pesquisa da Universidade (Ciências Humanas; Ciências Sociais e Aplicadas; Letras, Linguística e Artes; Ciências da Saúde; Ciências Biológicas; Ciências Agrárias; Ciências Exatas;

Tecnológicas; e Multidisciplinar) e receberam a atribuição de discutir e desenvolver ações e metas para melhoria dos cursos de pós-graduação e do próprio DPP.

Como resultado, o I AvPG produziu uma importante documentação, rica em ideias e propostas de melhorias para as áreas de pós-graduação e pesquisa da Universidade. Os trabalhos finais apresentados por cada grupo foram publicados e estão disponíveis no *site* do DPP²⁴.

8.5.2.4 Implantação da Cidade Digital em Brasília

A área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) é vital para o desenvolvimento do País e está sendo discutida também na UnB, a qual deve integrar IFES e empresas na criação de uma rede de TICS na região do Distrito Federal, dentro da região Centro-Oeste. Com a implantação da Cidade Digital em Brasília esta iniciativa terá uma maior abrangência de operacionalização, tendo em vista a integração academia-empresas digitais do DF.

8.5.2.5 Rede Pró-Centro-Oeste

A Pró-Centro-Oeste é uma rede de universidades federais, estaduais e particulares da região Centro-Oeste que vai estimular pesquisas sobre o Pantanal e o Cerrado. Professores e estudantes de pós-graduação de 15 instituições dos quatro estados da Região farão parte do grupo, que estudará temas como inovação tecnológica, geodiversidade e biotecnologia dos biomas. Mais de 400 professores vão auxiliar a produção de 330 trabalhos de pós-graduação ligados ao Cerrado e ao Pantanal.

O projeto, com duração de cinco anos, necessita de R\$ 150 milhões em recursos para colocar as ações em prática. As atividades começaram em 2010. As fundações de apoio à pesquisa regionais já se comprometeram em investir R\$ 50 milhões. O restante da verba será custeado pelo Governo Federal e repartido entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e fundos setoriais.

O projeto da Rede, apresentado pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Divina Cardoso, engloba 468 docentes, que vão orientar a produção de 120 teses de doutorado e 210 dissertações de mestrado. Segundo a Pró-Reitora, cerca de R\$ 44 milhões do orçamento serão destinados a bolsas de pesquisa.

²⁴ <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/avpg/relatgts.html>

8.5.2.6 Implantação de novos cursos com ênfase na interdisciplinaridade

A UnB começou 2011 com novos cursos de mestrado e doutorado. Foram aprovados no final de 2010 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sete programas de pós-graduação nos quatro *campi*. O Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM) e os *campi* de Ceilândia e Planaltina ganharam os primeiros programas de pós-graduação.

Além do curso do CEAM, o campus da UnB em Planaltina também recebeu o primeiro programa de pós-graduação. O mestrado em Ciência de Materiais terá duas linhas de pesquisa: o de Materiais Nano-Estruturados e o de Simulação. A primeira linha irá pesquisar os materiais mais adequados para uso em nanoestruturas. A segunda se dedicará a simular, por meio de modelos matemáticos em computadores, quais são as características ideais dos materiais a serem utilizados em pequenas estruturas. As aulas iniciaram no primeiro semestre de 2011. O programa de mestrado e doutorado Interdisciplinar em Saúde, o primeiro do campus de Ceilândia, ofereceu turmas também para o primeiro semestre de 2011.

Na Faculdade de Saúde, dois programas foram aprovados: o mestrado em Saúde Coletiva e o mestrado e doutorado em Ciências Farmacêuticas. As aulas começaram no segundo semestre de 2011. Outros dois programas também foram aprovados pela CAPES: os cursos de doutorado em Geografia e o programa de mestrado e doutorado em Tecnologias Químicas e Biológicas.

O campus do Gama também teve aprovado outro curso de mestrado. Em consórcio com a Faculdade de Tecnologia, o Gama ofereceu a partir do primeiro semestre do ano passado 15 vagas para o mestrado em Integridade de Materiais da Engenharia.

O único mestrado profissional aprovado foi o da Faculdade de Educação. O objetivo do curso é formar profissionais que consigam sugerir e aperfeiçoar políticas públicas na área. As aulas tiveram início no segundo semestre de 2011.

8.5.2.7 Publicação em periódicos internacionais e nacionais de alta qualidade

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020²⁵ apoia e valoriza as publicações em periódicos nacionais e internacionais de qualidade, sendo que o DPP publica anualmente edital específico para auxílio a publicações classificadas no Qualis/CAPES nos estratos A1, A2, B1 ou B2, sendo que desde 2008 o montante da demanda nunca superou o montante aplicado pelo DPP.

8.5.3 Avaliação das ações de capacitação e qualificação dos servidores

O setor responsável pela capacitação e a qualificação de servidores é a Coordenadoria de Capacitação e Educação (PROCAP), vinculado ao Decanato de Gestão de Pessoas (DGP). Atua em consonância com os Decretos n. 5.707/2006 – que institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional – e n. 5.825/2006 – que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Na seção 5.3 estão referidos os cursos e capacitações realizados em 2011, na qual se demonstra que houve cerca de 3,2 mil inscrições, salientando o alto índice de evasão (1.741 pessoas, totalizando aproximadamente 53%).

8.6 PPPI, PPPC e relatório final de autoavaliação

Os aspectos relacionados ao Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) estão detalhados na Dimensão 2. No ano de 2011, foi encaminhado para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o texto do novo PPPI da UnB, que havia sido previsto no âmbito do REUNI e teve processo de elaboração iniciado em 2009. Esse novo documento busca refletir marcos da trajetória da UnB e organizar novas articulações que a projetem para o futuro com qualidade e responsabilidade social.

De forma similar ao PPPI, na Dimensão 2 encontra-se exposta a situação atual acerca da tramitação dos Projetos Político Pedagógico dos Cursos (PPPC). Em 2011, a Coordenação Pedagógica do Decanato de Ensino de Graduação manteve as ações de análise dos textos prévios dos Projetos

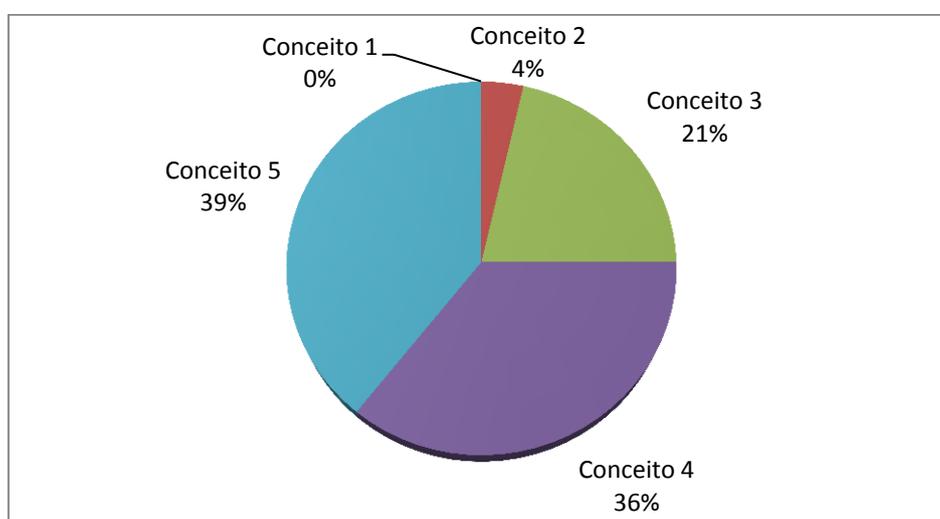
²⁵ Disponível em <http://capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>.

Políticos Pedagógicos dos Cursos Novos e Revisões de Projetos de cursos já existentes, além de reuniões de orientações com as equipes responsáveis por sua construção. Ao longo de 2011, foram analisados e orientados 36 Projetos Políticos Pedagógicos das mais diferentes unidades da Universidade.

8.7 Resultados (síntese) de avaliação de cursos da UnB e de desempenho de estudantes (ENADE) que estejam disponíveis

A partir de 2004 os cursos da UnB passaram a ser avaliados pelo ENADE. De 2008 a 2010, 28 cursos foram avaliados. Os resultados estão na Figura 20.

Figura 20 Conceito ENADE de 30 cursos, UnB, 2008-2010



Fonte: INEP

Segundo o Relatório de Conceitos do INEP, a maior parte dos cursos superiores do País estão avaliados com nota 3, que representa a referência da média nacional. Dos cursos da UnB avaliados, prevaleceram avaliações acima da média em 75% dos casos. Apenas um curso obteve conceito inferior à média nacional.

Os últimos resultados divulgados pelo INEP para o ano de 2011 foram referentes ao desempenho dos alunos em 2010. Em análise do quadro de notas e dos gráficos relativos à avaliação dos cursos de graduação, pode-se afirmar que, dos 12 cursos avaliados três (25%) receberam a nota máxima do ENADE; quatro cursos (33%) receberam nota 4 e outros três (25%), nota 1. Dois cursos (17%) ficaram sem conceito (SC). Isto indica que três cursos, os que receberam notas 1 e 2, poderão passar por visita *in loco* no ano de 2012.

Tabela 44 Cursos avaliados pelo ENADE, UnB, 2010

ANO	Cód. E-mec	Cursos	Conceito Enade	Conceito IDD	Conceito Preliminar Curso
2010	135	Agronomia	4 (3.9001)	4 (3,3842)	4 (3.6768)
2010	18030	Ciências Farmacêuticas	5 (4.0657)	3 (2,5435)	4 (3.5477)
2010	112818	Enfermagem	1 (0.0000)	SC	3 (2.2041)
2010	143	Enfermagem	1 (0.0000)	SC	3 (2.2041)
2010	112794	Farmácia	5 (4.0657)	3 (2,5435)	4 (3.5477)
2010	112796	Fisioterapia	SC	SC	SC
2010	140	Medicina	4 (3.8398)	4 (3,2459)	4 (3.4012)
2010	18031	Medicina Veterinária	4 (3.0300)	3 (2,9273)	4 (3.5532)
2010	144	Nutrição	5 (4.5632)	5	5 (4.4546)
2010	141	Odontologia	4 (3.5697)	4 (3,5115)	4 (3.5974)
2010	126	Serviço social	1 (0.2386)	SC	2 (1.8114)
2010	112816	Terapia Ocupacional	SC	SC	SC

Fonte: DEG/UnB

SC = Sem Conceito

8.8 Aspectos positivos

Destacam-se, entre os aspectos positivos, os avanços em direção à institucionalização do processo de avaliação na UnB mediante, sobretudo, o desenvolvimento e aprovação de um Plano Institucional de Autoavaliação. Uma das ações tomadas pela Administração que também merece destaque foi a avaliação da gestão de meios da Universidade, mediante aplicação de técnicas e metodologias que têm se mostrado adequadas, como o MCDA (Metodologia de Multicritérios em apoio à Decisão). Apesar de os resultados deste processo estarem em fase de conclusão, o diagnóstico realizado já impulsionou mudanças significativas nas áreas meios da UnB, como por exemplo a criação de dois novos decanatos: o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) e o Decanato de Planejamento e o Orçamento (DGP).

Outra meta institucional alcançada foi a elaboração do novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), sob a coordenação do Decanato de Graduação. O novo PPPI já foi concluído e aguarda aprovação dos colegiados superiores da Universidade para entrar em vigor.

Também houve, em 2010 e 2011, um esforço institucional para a revisão e a elaboração do novo ciclo de planejamento estratégico da Instituição. O novo planejamento da UnB nasceu da análise do modelo do ciclo anterior, buscando identificar os pontos de melhoria que poderiam ser introduzidos no

novo PDI. Durante este período, foram realizados novos seminários de planejamento e administração na Universidade, para a definição de diretrizes, missão, objetivos, pontos fortes e fragilidades, o que norteou o processo de elaboração e adequação do planejamento estratégico aos reais objetivos da Instituição.

Por fim, cita-se como um ponto positivo do ano de 2011 o início do estudo sobre a evasão dos cursos de graduação. A partir desse diagnóstico, será possível identificar as causas e dar início a uma política de combate à evasão na UnB.

8.9 Aspectos a aprimorar

Permanecem interrompidas as pesquisas de egressos, mas é necessário garantir essa importante vertente avaliativa, sem a qual se fragiliza o processo institucional de avaliação. Houve um atraso na elaboração das Bases do Planejamento Estratégico da Universidade de Brasília para construção de seu PDI referente ao ciclo 2011-2015 que, atualmente, ainda se encontra em versão preliminar. Um dos motivos foi o período de greve docente e dos técnico-administrativos pelo o qual a Universidade passou no último ano. Sem pessoal e com o funcionamento comprometido, a Universidade se deparou com diversas dificuldades para a discussão e a elaboração de novos objetivos e metas institucionais durante o ano de 2011.

Com a finalização de um amplo processo de avaliação da sua gestão de meios em 2011, a UnB passa a ter um importante desafio, de garantir que os resultados desse processo subsidiem melhorias à Universidade. O mesmo ocorre com o diagnóstico dos altos índices de evasão. Assim, para melhorar seu desempenho e após tomar a iniciativa de se avaliar, a UnB deverá se preparar para promover as mudanças necessárias.

9 Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes

Nesta Dimensão, os temas afins serão tratados em conjunto. Cada grupo de tópicos foi descrito e, quando possível, avaliado e analisado a partir de três aspectos que procuram captar a dinâmica processual que caracteriza a atualidade das políticas de atendimento aos estudantes na Universidade de Brasília. Primeiro, faz-se a descrição da dimensão tal como ela se apresenta na Universidade atualmente, considerando sua história, seus objetivos e seus compromissos. Em seguida procede-se à avaliação e análise da política para o ensino de graduação e as conseqüentes potencialidades e fragilidades das ações. Por fim, apresentam-se as propostas de enfrentamento de situações não desejáveis ou apresentação das inovações que estão para ser implementadas.

Deram suporte à elaboração deste relatório o Regimento Geral da Universidade de Brasília, o Projeto Pedagógico Institucional referente à criação da FUB e o documento do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília na UnB (REUNI/UnB).

Em relação à evolução das práticas, no período de abrangência do relatório, foram utilizados dados referentes às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração Acadêmica e por três diretorias do Decanato de Ensino de Graduação da UnB: Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA), Diretoria de Ensino de Graduação à distância e Gestão da Informação (DEGD) e Diretoria Técnica de Graduação (DTG).

No período de abrangência deste relatório, a DAIA continuou ampliando seus serviços em função do Programa REUNI/UnB, principalmente em relação a medidas para redução da evasão, e também para a avaliação da situação de permanência dos estudantes na UnB, o acompanhamento do processo dos estudantes que têm ingressos especiais, etc. Portanto, essa Dimensão do relatório faz o aprofundamento das ações desenvolvidas no período pela DAIA, na complexidade de sua estrutura.

9.1 Acesso e perfil dos estudantes

O acesso à Universidade de Brasília mantém-se segundo o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regulamentada no art. 47 do Estatuto e art. 87 do Regimento Geral da Universidade. As formas de ingresso na UnB são as seguintes:

1. concurso de seleção;
2. portadores de diploma de curso superior;
3. transferências obrigatórias e facultativas;
4. bolsistas de acordo cultural entre o Brasil e outros países;
5. alunos de outras instituições, nas condições estabelecidas em convênios com a Universidade de Brasília;
6. matrículas autorizadas nas condições de reciprocidade diplomática, previstas em lei ou em acordos internacionais de que o Brasil seja signatário.

Mantiveram-se as deliberações anteriores sobre a ampliação do acesso de estudantes de diversos segmentos sociais e culturais, investindo na diversidade cultural e na democratização do ensino de graduação público. Assim, o denominado acesso universal à UnB, além do vestibular, compreende também o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Criado em 1995, o PAS é dirigido aos estudantes do Ensino Médio, sendo composto por três avaliações realizadas ao término de cada uma das séries.

Desde 2004, a UnB adota o sistema de cotas para negros e pardos, destinando 20% das vagas a estudantes negros ou pardos aprovados no exame de seleção.

Por meio de convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Universidade destina vagas a indígenas. O número de vagas depende de disponibilidade orçamentária da FUNAI para garantir a permanência dos estudantes em Brasília.

Nos seus três *campi*, Planaltina, Gama e Ceilândia, adotou-se em complemento o sistema de bônus regional, segundo o qual o candidato que cursou pelo menos dois anos do ensino médio na região do campus para o qual pleiteia uma vaga tem 20% de acréscimo na pontuação obtida nas provas. O objetivo do programa é incentivar estudantes egressos de escolas localizadas na região dos *campi* a estudar nas Faculdades da UnB mais próximas de suas residências.

Para os cursos a distância, participantes do programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a UnB tem critérios específicos de seleção. Entre estes, a reserva de 50% de vagas para professores de escolas públicas e exigência de moradia próxima dos polos de estudo presencial.

A partir de 2011, as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) serão utilizadas para ocupar vagas não preenchidas no PAS e no

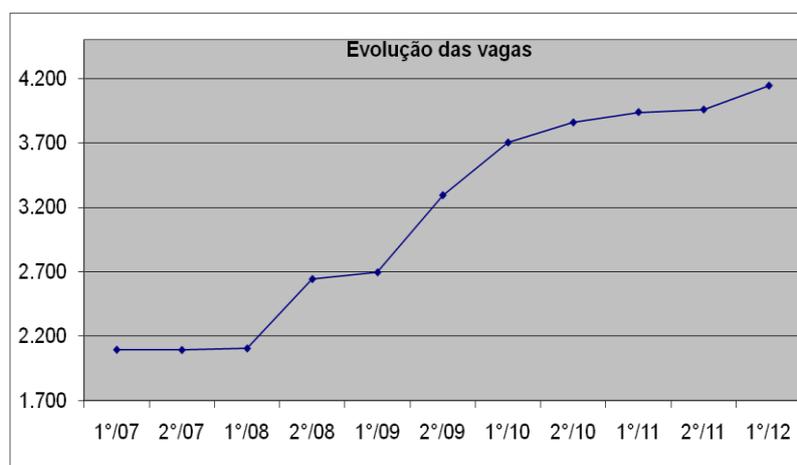
vestibular e outras formas de acesso. A decisão foi aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa em 24 de junho de 2011 e já valeu para o ingresso de estudantes no primeiro semestre de 2012.

Atualmente, a Universidade de Brasília possui 107 cursos de graduação presencial, sendo 93 no Campus Universitário Darcy Ribeiro, cinco em Planaltina, cinco na Ceilândia e quatro no Gama. Além de cursos de graduação presenciais, a UnB oferece 14 cursos de graduação na modalidade a distância, por meio dos programas Universidade Aberta do Brasil e Pró-Licenciatura, em 13 polos distribuídos em sete estados de quatro regiões do Brasil: Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste. A efetivação da Diretoria de Graduação a Distância e de Gestão da Informação/DEG estimulou, no período, a institucionalização da EaD na UnB, principalmente com a obrigatoriedade de aprovação de relatórios e de listas de oferta dos cursos a distância nos colegiados dos cursos de graduação da UnB. Entretanto, a concretização desse processo ainda carece de maior envolvimento das unidades acadêmicas nos cursos de graduação a distância para ser efetivamente institucionalizado.

9.1.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

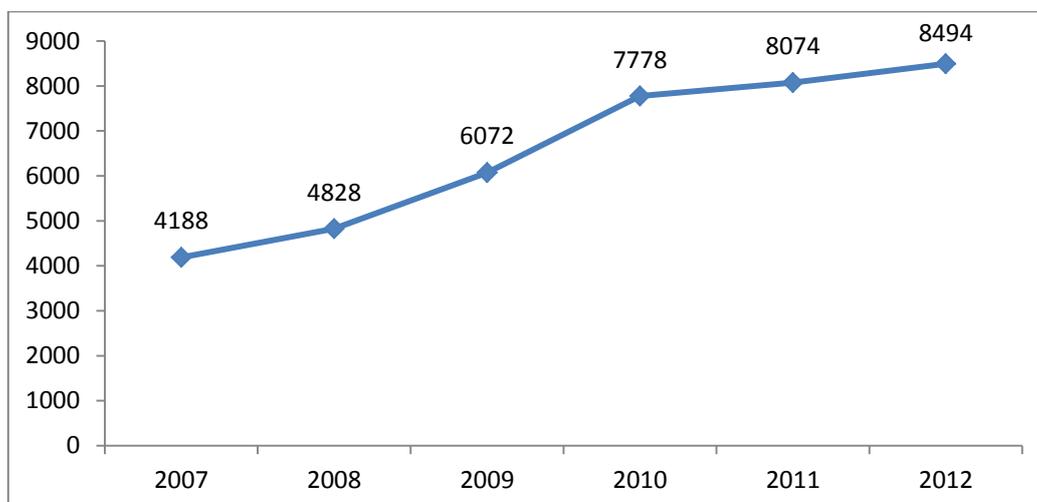
A Figura 21 apresenta a evolução da oferta de vagas para os cursos de graduação presencial da UnB desde 2007 e a previsão de crescimento até final de 2012. Em 2011, a UnB chegou a ofertar 8.074 vagas para ingresso primário em seus cursos de graduação presencial, cumprimento de metas acordadas no âmbito do Programa REUNI/UnB. Nesse mesmo ano, foi implantado somente um curso de graduação, Biotecnologia, no campus Darcy Ribeiro.

Figura 21 Oferta de vagas nos cursos de graduação presencial por semestre, UnB, 2007-2012



Fonte: DEG-Relatório Comissão Acompanhamento Programa REUNI-UnB

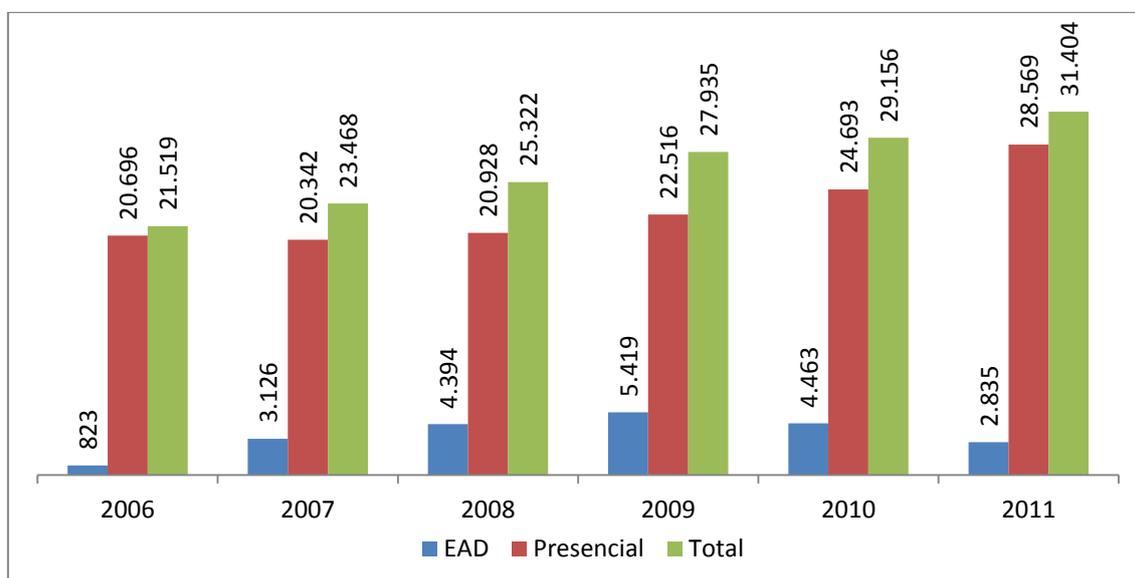
Figura 22 Oferta de vagas nos cursos de graduação presencial por ano, UnB, 2007-2012



Fonte: DEG-Relatório Comissão Acompanhamento Programa REUNI-UnB

A totalidade de estudantes de graduação da Universidade está na figura a seguir. Nela se verifica que a UnB já ultrapassou a meta acordada para o final do Programa REUNI/UnB, ao final de 2012, em relação ao efetivo aumento de números de alunos matriculados.

Figura 23 Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial e a Distância, UnB, 2006-2011



Fonte: DEG, com dados do SIGRA-DPO

Por outro lado, verifica-se que se manteve, em 2011, a diferença entre o número de vagas abertas no período e o número de alunos efetivamente matriculados, conforme aponta a relação entre os dados das figuras 22 e 23.

Outra questão que se impõe para esta avaliação é a busca de uma maior precisão sobre o impacto da ampliação de vagas em relação ao número

de alunos matriculados e a análise dos índices de evasão. Acredita-se que uma análise mais apropriada somente poderá ser feita depois de concluído o primeiro ciclo de ingresso nos novos cursos, o que deverá ocorrer até 2017, e assim considerar possíveis padronizações que relacionem evasão a determinados perfis de estudantes. Com esse objetivo e na perspectiva de atingir as metas sobre evasão estabelecidas no Programa REUNI/UnB, em 2011, foi instituída como parte da DAIA, a Coordenadoria de Estudos sobre evasão e bolsas REUNI, que organiza já em 2011, dados sobre a evasão.

9.1.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades

A dificuldade de reunir dados fidedignos e a preocupação com o que se considera uma grave desvinculação dos estudantes da vida acadêmica indicaram a permanência e a ampliação das ações iniciadas em 2010 como, por exemplo, a aproximação entre a UnB e o futuro vestibulando por intermédio da Mostra de Cursos na Semana Universitária e as ações de suporte ao estudante pela Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica.

A ampliação efetiva de vagas que ocorreu ao longo desses três últimos anos aproxima o perfil do estudante da UnB ao perfil médio da sociedade e dos demais grupos de estudantes do ensino superior do Distrito Federal e do Brasil. No entanto, para que o impacto social dessa reestruturação seja efetivamente realizado, é preciso que a razão entre o número de ingressantes e diplomados também se altere. Esse número deve expressar tanto o sucesso dos cursos de graduação da Universidade quanto a eficiência de estratégias para o preenchimento de vagas ociosas decorrentes da evasão.

9.2 Políticas de permanência de estudantes

Cada curso de graduação da UnB possui um coordenador, com pelo menos dois anos de efetivo exercício de magistério na Universidade de Brasília, escolhido entre os professores do Quadro de Pessoal Docente Permanente da Universidade, segundo o Regimento Interno da Unidade. Compete ao coordenador de curso de graduação gerenciar as atividades do curso, representá-lo junto ao Colegiado do Curso, do qual é membro nato, e junto às demais instâncias internas pertinentes.

A orientação acadêmica nos cursos regulares de graduação tem como objetivo fornecer ao aluno as informações e as recomendações necessárias ao bom desenvolvimento de seus estudos durante sua permanência no curso.

O Decanato de Ensino de Graduação dispõe de atendimento psicopedagógico ao estudante, por meio do Serviço de Orientação ao Universitário (SOU), uma coordenadoria da Diretoria de Apoio e Integração Acadêmica (DAIA/DEG). Em 2011, foram mantidas e ampliadas as ações desenvolvidas em 2010, a saber:

- a ampliação da relação do DEG com os coordenadores de curso, com a realização de mais uma reunião semestral além da tradicional reunião realizada no início de cada semestre, para tratar da matrícula;
- a avaliação dos resultados da CAO, verificando o percurso dos estudantes reintegrados e contatando os estudantes que foram desligados novamente;
- a avaliação acadêmica dos estudantes indígenas;
- o atendimento a estudantes e professores, incluindo acompanhamento e ações com grupos específicos – indígenas, estrangeiros, com deficiências, cotistas;
- o acolhimento a pais e familiares, a estudantes do ensino médio e de outras universidades;
- a participação em comissões específicas – Comissão de Acompanhamento e Orientação (CAO); Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingresso Especiais (CPAIE); Comissão de Análise Acadêmica e de Saúde (CAAS); Programa de Estudante Convênio de Graduação PEC-G; Diretoria de Desenvolvimento Social (DAC); Comitê Gestor do Convênio UnB-FUNAI; Comissão de Recepção aos Calouros;
- o programa “SOU visita os calouros” que se constitui em uma visita aos calouros para uma conversa e uma apresentação acerca do trabalho de orientação acadêmica e psicoeducacional junto aos estudantes em seu novo papel universitário, e para apresentação da estrutura e funcionamento da UnB como normas acadêmicas e acompanhamento do curso;
- o programa “SOU Andante” que trabalha com a integração dos trabalhos do SOU nos novos *campi*.

Em 2011, houve ampliação na equipe do SOU para 13 profissionais, entre estes nove psicólogos e quatro pedagogos no ano de 2011. A equipe está capacitada para esclarecer dúvidas acerca da vida acadêmica e orientar a respeito da organização dos estudos, conciliação trabalho e estudo, entre outros. Orientam também estudantes que apresentam patologias de ordem psicológica ou mesmo psiquiátrica e que são encaminhados para tratamentos específicos na própria Universidade ou são orientados a buscar profissionais

da área. A atuação preventiva – em ações junto aos coordenadores dos cursos de graduação, para orientação de coordenadores e orientadores, buscando soluções conjuntas para lidar com a diversidade de perfis de estudantes e as questões que os levam a ter dificuldades em seus percursos na vida universitária – teve impacto na diminuição dos atendimentos individuais, conforme demonstrado nas tabelas 45 e 46.

Tabela 45 Atendimentos do SOU no Campus Universitário Darcy Ribeiro, UnB, 2009-2011

Discriminação	Anos		
	2009	2010	2011
CEG	4	7	4
CAO	38	45	52
CAAS	11	06	-
SOU/CDAP	40	50	56
SOU/DDS	05	08	11
SOUCAEP	04	07	03
SOU/Orientação Psicoeducacional	617	668	748
Total de Estudantes Atendidos (Psicoeducacional)	719	791	874
Total de Atendimentos	1.078	1.186	1.311

Fonte: Fichas de atendimento SOU/DAIA

Nota: na contagem de atendimentos do SOU deve-se levar em conta os atendimentos de retorno e acompanhamento, em geral de 2 a 3 vezes por estudante para uma média de 50% dos estudantes atendidos.

Tabela 46 Estudantes atendidos por tipo de atendimento/Orientação Psicoeducacional, UnB, 2009-2011

Discriminação	Anos		
	2009	2010	2011
Encaminhados ao SOU	395	435	481
Demanda espontânea	324	456	396
Total de Estudantes Atendidos (Psicoeducacional)	719	791	874
Total de Atendimentos	1.438	1.682	1.751

Fonte: Fichas de atendimento SOU/DAIA

Nota: formas de atendimento: presencial (individualizado ou em pequenos grupos); por telefone; por e-mail; modalidade de atendimento psicoeducacional: psicológico, acadêmico e ambos; encaminhados pela INT; CDAP; DDS; CAO; SAA, PPNE; Cursos - Professores e Coordenadores de curso.

Além disso, no âmbito do DAIA/DEG foi ampliado o sistema de comissões que avaliam e propõem políticas institucionais para melhorar o apoio ao estudante. A Comissão de Acompanhamento e Orientação Acadêmica (CAO), subcâmara da Câmara de Graduação, analisa solicitações de estudantes que foram desligados e desejam ser reintegrados, ou de estudantes em risco de desligamento que desejam mudar a condição a ser cumprida para evitar a perda de sua matrícula. Parcela expressiva das

situações que levam o estudante a ser desligado envolve problemas de saúde mental e necessidade de trabalhar ou de atender a problemas familiares.

A partir da Instrução Normativa da CEG n. 1/2009, os colegiados de cursos passaram a ser corresponsáveis, juntamente com a CAO e o coordenador do curso, pela análise de processos de reintegração e acompanhamento de estudantes em risco de desligamento. Os colegiados devem preencher formulário semestral contendo análise da situação dos estudantes em risco de desligamento. Os números relativos a processos analisados estão expostos nas tabelas seguintes.

Tabela 47 Solicitações de reintegração, UnB, 2009-2011

Discriminação	Anos			Total
	2009	2010	2011	
Cotista	29	18	100	147
Universal	543	323	599	1.465
Total	572	341	699	1.612

Fonte: DEG

Tabela 48 Motivo dos desligamentos, UnB, 2009-2011

Discriminação	Anos			Total
	2009	2010	2011	
Abandono	65	40	133	238
Jubilamento	04	01	01	06
Não cumpriu o mínimo de créditos	278	148	324	750
Não cumpriu plano de estudos	60	43	40	143
Três reprovações	136	84	178	398
Total	543	316	676	1.535

Fonte: DEG

Verifica-se que os resultados ainda não mantêm a estabilidade esperada a partir da implementação das ações descritas acima. Uma possível explicação pode estar relacionada à efetiva implementação da orientação acadêmica nos cursos regulares de graduação que, embora prevista com o objetivo de fornecer ao aluno as informações e as recomendações necessárias ao bom desenvolvimento de seus estudos durante sua permanência no curso, não vem se constituindo em um instrumento efetivo do acompanhamento do estudante

Desde outubro de 2008, a Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingressos Especiais (CPAIE), no âmbito da DAIA/DEG, lida com a avaliação de estudantes que entraram na UnB pelas diversas formas de ingressos especiais, indígenas, estrangeiros, cotistas e portadores de necessidades

especiais, e deve propor políticas que orientem sobre a questão da diversidade nos cursos de graduação. Além dos ingressos especiais, a CPAIE faz o acompanhamento de questões que possam levar a dificuldades em seus percursos na vida universitária, chegando muitas vezes ao abandono.

Assim, estudantes indígenas e estrangeiros recebem atenção especial do SOU, que trabalha em parceria com a Assessoria de Assuntos Internacionais e a Coordenação Acadêmica de Estudantes Indígenas. Desde sua criação, a Coordenação Acadêmica de Estudantes Indígenas vem desenvolvendo ações que visam articular programas em benefício da melhora do rendimento acadêmico dos estudantes atendidos, como é o exemplo da parceria com os grupos PET de Física e Matemática com o programa de monitorias que visam melhorar o rendimento acadêmico dos estudantes indígenas. Além disso, manteve-se com o PET-Educação o Fórum Permanente de Discussão dos Estudantes Indígenas da UnB, o qual tem possibilitado sistematizar e encaminhar as demandas desses estudantes, criando situação mais favorável à sua permanência. A coordenação possibilitou ainda a ampliação do diálogo com os cursos de graduação que recebem esses estudantes.

Com relação ao apoio aos estudantes que ingressam pelo sistema de cotas para negros, podem ser citadas ações como: a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (ADAC); o Centro de Convivência Negra (CCN); o desenvolvimento de *blog* Convivência Negra; a criação de um banco de dados sobre a produção acadêmica da Universidade no tema das relações raciais e culturas negras; o projeto de pesquisa “Perfil dos estudantes ingressos pelo Sistema de Cotas na UnB”, com o objetivo de constituir banco de dados sobre os alunos que ingressaram na UnB pelo sistema de cotas.

Uma política específica existe para o acompanhamento de estudantes com deficiências que se insere no Programa de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília (PPNE), criado em 1999 com o objetivo de oferecer igualdade de oportunidades a estudantes com deficiências (física, auditiva, visual e mental, dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) e de dar condições adequadas ao seu desenvolvimento no contexto universitário. O PPNE também objetiva estabelecer uma política permanente de atenção aos estudantes com

deficiências na UnB e de assegurar sua plena integração à vida acadêmica. Os projetos e atividades relacionados a seguir têm sido desenvolvidos na UnB.

- a. acompanhamento acadêmico aos estudantes com necessidades especiais, de modo a prevenir situações de evasão e desligamento da Universidade;
- b. tutoria especial, que conta com a colaboração de colegas de disciplina, cuja função é a de apoiar o tutorado dentro e fora de sala de aula e providenciar as adaptações necessárias para o material didático. O tutor especial tem a concessão de dois créditos em seu histórico escolar e pode receber uma bolsa de monitoria;
- c. articulação com Institutos e Faculdades para orientar os coordenadores de curso e professores sobre as necessidades educacionais especiais dos estudantes acompanhados pelo PPNE e buscar estratégias para adequação de planos de aula e métodos didáticos;
- d. articulação com a Prefeitura do Campus, para o planejamento dos projetos urbanos do campus, de modo a garantir a acessibilidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas, como instalação de elevadores, rampas, entre outros;
- e. biblioteca Digital e Sonora (BDS): em parceria com a Biblioteca Central da UnB, o projeto busca democratizar o acesso à educação, informação e cultura, oferecendo equipamentos e recursos tecnológicos que permitam a utilização de recursos diversos, além de um ambiente apropriado para produção de material em áudio de melhor qualidade;
- f. parceria com o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de Educação: adaptação de materiais e equipamentos para pessoas com deficiências visuais pelo Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de Educação que possibilita a acessibilidade via impressão em tipo ampliado e braile, utilização de ferramentas e recursos computacionais, gravação de áudio e outros recursos de acessibilidade;
- g. suporte ao desenvolvimento de projetos e pesquisas sobre ensino, aprendizagem e acessibilidade para pessoas com deficiência. O projeto “Ensino de Química para alunos com deficiência visual” é exemplo de parceria entre o Instituto de Química, a Faculdade de Educação e o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual. Esse projeto busca desenvolver metodologia de ensino de Química para alunos cegos e com baixa visão por meio da adaptação de recursos didáticos e experimentos. A equipe conta com o apoio de estudantes de Química e alunos deficientes visuais matriculados em escolas do Ensino Médio do Distrito Federal;
- h. seleção de intérpretes de LIBRAS, em parceria com a Pós-Graduação em Linguística e acompanhamento dos alunos surdos no Campus.

Outras formas de apoio aos estudantes dentro da política de redução da evasão e retenção são as diversas modalidades de bolsa, algumas delas já explicitadas na Dimensão 2.

Ampliação de bolsas de monitoria, incluindo os cursos novos e cursos que ampliaram a oferta de vagas no âmbito do Programa REUNI-UnB:

Tabela 49 Bolsas de monitoria, incluindo os cursos novos e cursos que ampliaram a oferta de vagas no âmbito do Programa REUNI-UnB, UnB, 2009-2011

Ano	Bolsas Ofertadas
2009	1.686
2010	1.688
2011	1.856

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

Tabela 50 Alunos bolsistas e tutores do PET, UnB, 2009-2011

Ano	Bolsas de alunos	Bolsas de tutores
	PET	PET
2010	1.397	147
2011	1.529	144
2012	1.691	178

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

Até o mês 10/2011 as bolsas dos alunos PET envolveram os seguintes cursos e o seguinte número de tutores:

Tabela 51 Alunos PET por curso, UnB, 2011

2011	Qtd. de Bolsas
PET – Biologia	115
PET – Ciência Política	93
PET – Economia	105
PET – Educação	110
PET – Engenharia Civil	120
PET – Física	86
PET – Matemática	103
PET – Psicologia	119
PET – Química	104
PET – Relações Internacionais	102
PET – Serviço Social	60
PET – Sociologia	95
PET – Agronomia	70
PET – Música	97
PET – Ciência/FUP	120
PET – Música do Oprimido – Conexões	72
PET – Saberes do Campo – Conexões	120

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

Tabela 52 Tutores PET por curso, UnB, 2011

2011	Qtd. de Bolsas
PET – Biologia	12
PET – Ciência Política	12
PET – Economia	12
PET – Educação	12
PET – Engenharia Civil	12
PET – Física	12
PET – Matemática	12
PET – Psicologia	12
PET – Química	12
PET – Relações Internacionais	12
PET – Serviço Social	12
PET – Sociologia	12
PET – Agronomia	12
PET – Música	12
PET – Ciência/FUP	12
PET – Música do Oprimido – Conexões	12
PET – Saberes do Campo – Conexões	12

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

Nos projetos para cursos de Licenciatura – PIBID e Prodocência –, houve renovação de ambos os projetos com novos cursos participantes e aumento considerável no número de bolsas PIBID. Em 2011 foram concedidas 276 bolsas (ver Dimensão 2).

O auxílio à participação de estudantes em eventos nacionais e internacionais em 2011 teve os resultados apresentados a seguir.

Tabela 53 Apoio à participação de estudantes em eventos, UnB, 2011

Evento	Processos analisados	Processos aprovados
Nacional	440	435
Internacional	115	81

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

As bolsas REUNI de graduação são destinadas a estudantes que realizam atividades relacionadas à educação básica (estudantes de licenciatura), incluindo PEACs (Projetos de Extensão e Ação Contínua) e Prodocência, ou ao ensino de graduação, apoiando o professor na produção de materiais didáticos ou metodologias inovadoras, ampliando o apoio a estudantes com dificuldades. Uma cota especial dessas bolsas é destinada ao PPNE (Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais), ao apoio à política de acompanhamento de cotistas e à Coordenação Acadêmica de Estudantes Indígenas. Ambos os programas recebem também cotas especiais de monitoria

As bolsas REUNI de mestrado e doutorado destinadas a estudantes de pós-graduação, pelo edital lançado em 2011, DEG 7/2011, de 25/2/2011, visou à concessão de bolsas de pós-graduação de acordo com a Resolução do CEPE n. 98/2010. Os números relativos às bolsas REUNI de graduação e pós-graduação estão delineados no quadro a seguir.

Quadro 20 Bolsas REUNI distribuídas segundo os editais e projetos, UnB, 2011

Discriminação	Quantidade
Bolsas de Graduação	
Edital 06/2011	161
Edital 08/2011	29
Edital 09/2011	49
Edital 10/2011	73
Projeto Idas e Vindas	25
Projeto UnB Cerrado	18
Projeto BCE	03
Projeto PPNE	04
Projeto FUNAI	05
Projeto TICs	50
Projeto CCN	02
Projeto Educação Física	07
Projeto AFROATITUDE	29
Total de bolsas	455
Bolsas de Mestrado	
Edital 07/2011	237
Edital 08/2011	11
Total de bolsas	248
Bolsas de Doutorado	
Edital 01/2010	41

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

A Universidade fornece aos estudantes de baixa renda moradia estudantil, vale-livro, auxílio-alimentação e, para estudantes dos *campi* Planaltina, Ceilândia e Gama, transporte intercampus.

9.2.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

Considera-se que, apesar de terem sido reafirmadas e expandidas as ações decorrentes de políticas para aumentar a permanência dos estudantes na UnB, o percentual de evasão ainda é elevado, independentemente da forma de ingresso.

Em 29/2/2012 a SECOM²⁶ divulgou estudo do DEG, ainda em desenvolvimento, sobre a evasão, que identificou causas do afastamento de

²⁶ <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6096>

alunos da graduação presenciais, os pontos no fluxo curricular em que mais ocorre a evasão e para definir estratégias com vistas a melhorar desempenho acadêmico. O conteúdo da matéria será apresentado a seguir, com adaptações, considerando-se este um instrumento de grande valor para compreender e enfrentar o problema da evasão na UnB.

Foi preparado um instrumento para combater, caso a caso, o índice de evasão dos cursos de graduação da Universidade. Levantamento da Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA/DEG), apontou que a média de desligamentos está em torno de 34% dos ingressantes, considerando o período entre 2002 e 2006.

A principal causa é o baixo rendimento verificado em algumas áreas do conhecimento, como os cursos de Ciências Exatas – cuja evasão chega a 44% – e as licenciaturas. Em cursos como Letras, Ciências Sociais e História o afastamento de alunos chegou a superar 60% dos ingressantes. De modo geral, o baixo rendimento é responsável pela maioria das evasões, seguido por abandono e desligamento voluntário.

Os índices de abandono – quando o aluno deixa de fazer a matrícula por dois semestres consecutivos – e o desligamento voluntário (pedido de afastamento formal) somam aproximadamente 41% das causas de evasão. Os outros fatores podem ser processos de jubilação, falta de documentação, transferência para outras instituições, mudança de curso, entre outros.

A pesquisa também propôs um modelo de análise para cada um dos 111 cursos presenciais de graduação. A metodologia consistiu no mapeamento das disciplinas com as taxas mais altas de reprovação e, ao mesmo tempo, as mais importantes na grade curricular dos cursos. O objetivo foi identificar a relação entre as disciplinas que mais reprovam e os cursos com alto índice de evasão. Essa seria uma ação pedagógica, para tratar o problema do rendimento acadêmico.

Outras causas de evasão foram identificadas, além do baixo rendimento. Há alunos que abandonam ou se desligam dos cursos por mudarem de ideia quanto à escolha feita ou que migram para outra graduação. Uma das hipóteses é que parte dos que abandonam pode ser de estudantes que reingressa na UnB em outros cursos. O estudo deverá incluir o cruzamento dessas informações para confirmar se, mesmo com a evasão, a Universidade está reabsorvendo alunos que decidem mudar de curso.

Ao mapear os índices de evasão, o estudo enfocou as duas principais formas de ingresso na UnB. O desligamento de alunos em decorrência do baixo rendimento é maior para os que entraram na Universidade por meio do vestibular, com uma média, entre 2002 e 2006, na casa dos 12%. Já a evasão de estudantes que ingressaram pelo PAS teve média de 9% no período.

A mesma relação se dá na média de alunos formados. Daqueles que ingressaram em 2006, por meio do PAS, pouco mais de 47% concluíram o curso. No caso vestibular, esse número cai para 39%. Embora esses resultados não sejam conclusivos, os dados indicam que os estudantes que ingressaram pelo PAS têm um desempenho melhor do que aqueles oriundos do vestibular tradicional. Nas outras causas de evasão, como abandono e desligamento voluntário, os ingressantes do PAS e do vestibular apresentam índices parecidos, com menos de 10% entre 2002 e 2006.

De posse dessas informações, a DAIA vai procurar as unidades acadêmicas para apresentar o resultado da pesquisa e discutir individualmente os problemas que afetam a evasão de cada curso. Entre as medidas acadêmicas para minimizar o índice de evasão, o DEG pode direcionar a oferta de bolsas de graduação do REUNI e estimular atividades para estudantes em risco de desligamento, o que inclui o desenvolvimento de materiais didáticos específicos. A ampliação do Programa de Tutoria para disciplinas iniciais na área de matemática, física e química – voltada à criação de grupos de estudos para alunos de graduação – também é uma opção que será discutida com as unidades acadêmicas.

Para os casos em que o rendimento não é a principal causa da evasão, a proposta é dialogar com outros setores da administração da UnB para encontrar soluções de natureza socioeconômica. Ações de extensão em escolas de ensino médio, para preparar melhor os alunos na hora da escolha do curso de graduação também são alternativas de enfrentamento do problema.

Dessa forma, se mantém como desafio para a Universidade neste momento o envolvimento de toda a comunidade em ações voltadas para a redução da evasão e da retenção na graduação. É necessário que as avaliações (internas e externas) sejam efetivamente utilizadas para a revisão de processos acadêmico-pedagógicos, de forma a identificar as principais causas de evasão e assim enfrentá-las.

Dados e estatísticas confiáveis sobre o perfil e desempenho dos estudantes da UnB são prementes para o estabelecimento de políticas adequadas de permanência dos estudantes. Por isso o estudo da DAIA representa fundamental contribuição nesse campo.

Os baixos salários oferecidos pelo Governo Federal para os servidores das Universidades Federais têm causado sucessivos desfalques às equipes de profissionais qualificados de apoio acadêmico-pedagógico aos estudantes. Isso tem dificultado sobremaneira a continuidade das ações de permanência. Outro fato recorrente é a falta de autonomia da Universidade para repor seus quadros técnicos.

As ações voltadas para estudantes cotistas e indígenas, apesar de visar à melhoria de suas condições de permanência, principalmente dos indígenas, ainda têm sido insuficientes para acompanhar e avaliar seu desempenho e também do egresso.

9.2.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Todas as ações iniciadas nos últimos dois anos que procuram reduzir a evasão e a retenção devem ter continuidade e ser aprofundadas. Já se iniciaram visitas às unidades acadêmicas para discussão dos dados do relatório sobre estudo da evasão e retenção discente nos cursos da UnB, com vistas ao envolvimento de toda a comunidade nesse debate, além da aceitação da diversidade no mundo acadêmico. Para isso, mantêm-se duas fortes estratégias: a) o estreitamento de relações com o Ensino Médio do DF e com os estudantes que ingressarão, divulgando cursos e atividades da ciência; e b) a implantação de um sistema de acompanhamento informatizado de processos em tramitação no DEG, que possibilite o acesso a dados que ainda não têm visibilidade, o que deve ser implementado em 2012 a partir do projeto básico concluído em 2011. Com base nisso, acredita-se que a melhoria da base de dados do sistema de graduação, que deve ser substituída por outra mais confiável e amigável, é fundamental para o conhecimento do real perfil dos estudantes da UnB e das principais causas de retenção e evasão, de modo a permitir o estabelecimento de políticas adequadas.

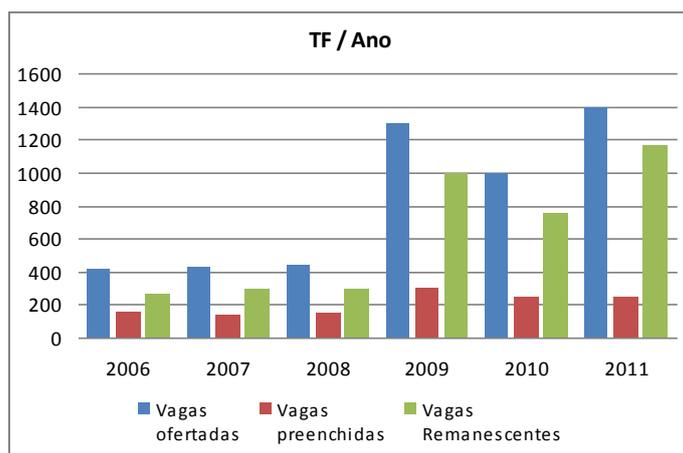
9.3 Política de ocupação de vagas ociosas

A Universidade de Brasília possui poucas vagas remanescentes no vestibular e no PAS. Em geral, quando restam vagas, elas ocorrem em cursos que possuem prova de habilidades específicas, notadamente nos cursos de Artes.

De acordo com o regimento da Universidade de Brasília, as vagas ociosas da UnB podem ser oferecidas para preenchimento por transferência facultativa, destinada a estudantes de outras IES, mudança de curso, para estudantes da UnB, portador de diploma de curso superior e agora para estudantes com nota de aprovação no ENEM.

Até 2009, as vagas para abertura de processo seletivo para transferência facultativa eram definidas pelas Unidades Acadêmicas, que também eram responsáveis pela elaboração das provas e seleção de candidatos. A partir de dezembro de 2008, com a aprovação da Resolução do CEPE n. 230/2009, as vagas oferecidas para transferência facultativa são as remanescentes do vestibular e PAS e as geradas por evasão. Com a medida, cursos que jamais ofereciam vagas para essa modalidade de ingresso passaram a oferecer. As provas nesse tipo de ingresso passaram a ser inteiramente discursivas e com conteúdos do curso. Nota-se o exponencial aumento das vagas ofertadas a partir de 2009 que, no entanto, não se traduz em efetiva ocupação das vagas ociosas.

Figura 24 Transferência facultativa por ano, UnB, 2006-2011



Fonte: SAA/DEG

Em 2010, após 10 anos sem oferecer vagas para portadores de diploma de curso superior, a UnB lançou edital para essa modalidade de ingresso, em vagas remanescentes do processo de Mudança de Curso do segundo

semestre de 2010. O ingresso na UnB ocorreria no primeiro semestre de 2011, a partir de quando foi decidida a utilização de vagas remanescentes para candidatos aprovados no exame do ENEM.

A trajetória de alterações nas regras de ocupação de vagas ociosas modificou consideravelmente a cultura fechada que até então predominava na Universidade. No entanto, essas alterações ainda não se constituíram em um efetivo preenchimento de vagas.

9.3.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

Mantém-se a necessidade, conforme já indicado em seção anterior, do investimento na divulgação dos cursos de graduação, principalmente os cursos novos e os oferecidos nos demais *campi*. Além das políticas de preenchimento de vagas ociosas, deve-se também continuar atuando na redução da evasão com as ações descritas.

Um dos fatores é a falta de demanda em alguns cursos que ofertam vagas para ingresso por transferência facultativa. Outra causa pode ser o baixo desempenho de estudantes provenientes de faculdades cuja formação está aquém da exigida na seleção para a UnB.

9.3.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

A gestão universitária deve investir na divulgação dos seus cursos de graduação, principalmente os cursos novos e os cursos dos *campi* fora de sede e além das políticas de preenchimento de vagas ociosas, deve-se continuar atuando na redução da evasão.

9.4 Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil

A UnB possui vários programas que proporcionam a participação dos estudantes de graduação, como bolsas, monitorias e auxílios, conforme descrito na Dimensão 2, todos amplamente divulgados, com seleção atualmente feita por meio de editais. Os estudantes possuem representação nos colegiados de cursos, Conselhos das Unidades, Conselhos Superiores e de atividades de avaliação institucional.

A mobilidade acadêmica na UnB é realizada por meio de convênios e acordos de cooperação. A UnB participa do convênio com a ANDIFES, que possibilita a permanência de estudantes em universidade federal diferente da de origem por até dois semestres.

Tabela 54 Estudantes que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica, convênio ANDIFES, UnB, 2008-2011

Instituição	2010			2011		
	2008	2009	UnB	Convênio Andifes/ Santander	1º Semestre	2º Semestre
UnB	6	23	11	7	7	14
Outras IFES	34	50		109	44	52
Total semestre					51	66
Total anual	40	73		127		117

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

Mantiveram-se as ações no que diz respeito à mobilidade internacional, o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), que oferece vagas a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Cultural ou Educacional ou de Ciência e Tecnologia. A finalidade principal é formar recursos humanos de países em desenvolvimento. É coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Educação (MEC), além das IES parceiras. Os estudantes participantes do PEC-G são beneficiários dos seguintes auxílios: Bolsa Auxílio PROMISAES, Bolsa Mérito, Bolsa Emergencial, Benefício Alimentação, Benefício Moradia, Mudança de Curso, Incentivo à Participação em Eventos e Encontros.

A UnB participa da mobilidade acadêmica discente por intermédio do Programa MARCA/MERCOSUL, que é um acordo firmado pelos ministérios de educação, universidades dos países do MERCOSUL e associados: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e associados (Colômbia e Venezuela).

A Universidade oferece também mobilidade para estudantes estrangeiros e para estudantes da UnB no exterior, por acordos de cooperação firmados entre a UnB e as IES internacionais, que é uma forma de ingresso de aluno amparado por convênio de intercâmbio cultural firmado entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e universidades estrangeiras.

Tabela 55 Mobilidade estudantil no exterior, UnB, 2008-2010

Continentes	Alunos estrangeiros			Alunos UnB no Exterior		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
América	3	12	16	19	26	30
Ásia	5	5	5	1	10	3
Europa	14	25	20	75	89	63
Oceania	0	0	0	0	0	1
Total	22	42	61	95	125	97

Fonte: INT/UnB

Compete à Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (CDAP/DAIA/DEG) a função de coordenar e acompanhar o desenvolvimento acadêmico do estudante em suas atividades de estágio obrigatório ou não obrigatório em empresas conveniadas com a Universidade. Além disso, é também papel do CDAP zelar pelo cumprimento da nova Lei de Estágio e orientar alunos, empresas, coordenadores e supervisores de estágio. Em 2011, cerca de 6.381 estudantes fizeram estágio não curricular em empresas privadas e instituições públicas envolvendo, no ano de 2011, 89 empresas.

Tabela 56 Convênios e estágios firmados com empresas, UnB, 2009-2011

Ano	Convênios	Estágios Não Obrigatórios	Estágios Obrigatórios	Total
2009	11	3.120	1.160	4.291
2010	30	3.261	2.751	6.012
2011	70	2.245	1.871	4.022

Fonte: RELATÓRIO DO TRIÊNIO 2009-2011 – DAIA/DEG/UnB

A dinâmica se manteve: as Unidades Acadêmicas da UnB indicam um ou mais docentes supervisores para acompanhamento do estágio. Cabe às Unidades Acadêmicas definir, em seus projetos políticos pedagógicos: i. se admitem ou não estágio não obrigatório; ii. se atribuem ou não créditos no histórico do estudante; iii. a relação entre número de créditos por carga horária do estágio; iv. o semestre a partir do qual o aluno poderá realizar o estágio não obrigatório; v. as áreas em que o aluno poderá estagiar; e vi. os professores que poderão supervisionar estágio não obrigatório e, conseqüentemente, assinar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Formulário de Avaliação de Estágio.

Cabe ao Docente Supervisor de Estágio: i. dar seu parecer no Plano de Atividades, sugerindo ajustes quando estas não estiverem adequadas ao perfil do aluno e às habilidades e competências que julga que o aluno deverá adquirir com o estágio; ii. avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando; iii. exigir do

estudante a apresentação, a cada seis meses, assim como ao final do estágio, de relatório das atividades, de acordo com o Formulário de Avaliação de Estágio, que deve ser preenchido obrigatoriamente pela empresa, pelo aluno e pelo docente orientador de estágio na UnB, nesta ordem; iv. comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas; v. manter cadastro atualizado junto ao CDAP (telefones para contato, *e-mail*).

9.4.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

Os estudantes da UnB possuem várias oportunidades de participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A mudança na legislação de estágio permitiu que os estudantes passassem a exercer estágios efetivamente nas suas áreas de formação e aproximou coordenadores de cursos de graduação e supervisores de estágio dos estagiários. A relação que se estabeleceu entre as Unidades Acadêmicas, a comunidade e a CDAP/DAIA para o cumprimento da nova Lei de Estágios tem sido, após 18 meses de sua implantação, bastante positiva.

Com a publicação da nova Lei, mudanças substanciais foram notadas no papel da Universidade, das empresas e das integradoras (empresas intermediárias na contratação de estagiários). Um ponto importante foi o impacto na formação dos estudantes, evitando que fossem utilizados como mão de obra de baixo custo, e assegurando ao aluno seus direitos no exercício da cidadania e da democracia no ambiente de trabalho. Outro ponto de destaque refere-se à política pública de emprego para jovens no Brasil, ao reconhecer o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico da Instituição de Ensino e do itinerário formativo do educando.

A estrutura de apoio na DAIA se consolidou com a contratação de novos profissionais para o cumprimento das demandas de atendimento, tanto de professores e de alunos quanto de empresas. Instituiu-se, internamente, uma coordenação de estágios, que busca a integração dos três segmentos envolvidos (aluno, empresa e curso).

O crescimento dos programas de mobilidade internacional e das verbas para apoiar a participação de estudantes em atividades tem sido bastante positivo para a formação dos estudantes. O pouco domínio da língua inglesa e o baixo poder aquisitivo de parcela expressiva dos estudantes é um dos limitadores para a participação em intercâmbios internacionais.

9.4.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

Em decorrência da expansão do número de vagas discentes nas universidades federais, considera-se importante a ampliação de recursos destinados ao apoio à participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão. De forma similar, devem-se buscar estratégias para aumentar a participação de estudantes em atividades de intercâmbio internacional.

As Unidades Acadêmicas devem participar, cada vez mais, da orientação das atividades de estágio de seus estudantes e interferir na qualidade do estágio, além de regulamentar essa prática em seus Projetos Político Pedagógicos. Dessa forma, e a partir da compreensão do papel social da Universidade como o grande princípio orientador da experiência acadêmica, propõe-se atuação que articule a maior participação das unidades acadêmicas na orientação das atividades de estágio de seus estudantes e interferência na qualidade do estágio.

9.5 Perfil e acompanhamento de egressos

Manteve-se, no período, a avaliação tímida sobre o perfil de egressos pretendido pelas diferentes unidades acadêmicas em seus Projetos Políticos Pedagógicos. De forma muito informal e genérica, continua-se reconhecendo que o profissional formado pela UnB tem alta aceitação no mercado de trabalho e sendo aprovado nos concursos a que se submete. Falta, no entanto, captação e análise de dados mais aprofundada para verificar o impacto social atual do egresso da UnB no âmbito do distrital, regional, nacional e internacional.

Os egressos da UnB podem participar da Associação dos Ex-Alunos, uma entidade civil criada em 2001, que tem por finalidade:

- a. congregar os ex-alunos da Universidade de Brasília, visando à manutenção de sua proximidade com a Universidade, bem como a criação de mecanismos que promovam a plena integração dos ex-alunos a vida acadêmica, política e cultural da Universidade;

- b. cumprir as funções previstas no Estatuto e Regimento da Universidade de Brasília, procurando tornar possível a maior participação dos ex-alunos nos diversos organismos e conselhos consultivos, deliberativos e decisórios da Universidade de Brasília;
- c. viabilizar interesses dos associados em termos de acesso aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão promovidos e mantidos pela Universidade e, da mesma forma, garantir o acesso à Biblioteca Central, ao Centro Olímpico e demais instalações da Universidade, em iguais condições de tratamento com os alunos e docentes;
- d. promover convênios com instituições culturais, comerciais e profissionais liberais, a fim de viabilizar interesses da Associação e dos associados.

Os dados do ENADE de 2006, 2007 e 2008 permitem verificar a elevada qualidade da formação geral e específica do egresso da UnB, em comparação com a média nacional. A UnB carece de política institucional de acompanhamento de egressos da UnB. No entanto, há estudos isolados de alguns cursos em que podem ser obtidos dados sobre egressos formados.

9.5.1 Avaliação e análise – potencialidades e fragilidades

O desempenho geralmente acima da média nacional dos estudantes da UnB nos exames nacionais constitui indicador da qualidade da formação na UnB. Entretanto, não há acompanhamento permanente da situação dos egressos da UnB, uma fragilidade que dificulta a avaliação adequada da atuação dos egressos da UnB no mercado de trabalho e na sociedade.

Ao mesmo tempo em que a falta de acompanhamento permanente da situação dos egressos da UnB é uma fragilidade, permanece a dificuldade da avaliação adequada de sua atuação no mercado de trabalho e na sociedade.

9.5.2 Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas

As sugestões contidas em dois relatórios sucessivos não evoluíram para além do plano de proposta. Assim, o início de amplo programa de cadastramento e avaliação de egressos, por meio do portal da UnB, mantêm-se como propostas para 2012, já que é imprescindível a captação de dados confiáveis para a proposição de políticas institucionais e avaliação da qualidade da formação dos cursos da UnB.

9.6 Política de assistência aos estudantes

Esse tema foi exposto com detalhes no item 3.2 da Dimensão 3. Ali são destacados, descritos e analisados os temas afeitos à política de assistência aos estudantes da Universidade de Brasília.

9.7 Aspectos positivos

Destaca-se o cumprimento das metas do REUNI quanto ao crescimento da oferta de vagas. Outro ponto importante é o estímulo a uma maior vinculação do estudante com a vida acadêmica, o que está sendo feito pela Mostra de Cursos na Semana Universitária e ações de suporte ao estudante pela Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA).

Com a ampliação das vagas, o perfil do aluno da UnB ficou mais próximo da sociedade e dos demais grupos de estudantes do ensino superior do Distrito Federal e do Brasil.

O estudo sobre evasão e retenção realizado pelo DEG é de suma importância para tratar de um dos principais problemas enfrentados na UnB. Essa iniciativa vai permitir conhecer, a partir de dados sistemáticos, a dinâmica da trajetória dos estudantes em seus cursos, as dificuldades de origem, o grau de informação dos estudantes sobre o curso e outras.

As políticas de preenchimento de vagas ociosas avançaram. Novas modalidades foram incorporadas e as anteriores foram aperfeiçoadas.

Sobre a participação de estudantes em eventos e em intercâmbios, destacam-se as novas condições legais e institucionais que permitiram os avanços nesse campo. Aumentaram as possibilidades de programas de mobilidade internacional e as verbas para apoiar a participação de estudantes em atividades, o que tem sido positivo para a sua formação.

9.8 Aspectos a aprimorar

No que diz respeito à quantidade de vagas em aberto, deve-se atuar para minimizar a diferença em relação ao número de alunos efetivamente matriculados. Além disso, foi relatado como propósito buscar uma maior precisão sobre o impacto da ampliação de vagas em relação ao número de alunos matriculados e também a análise dos índices de evasão. Isso somente poderá ser feito depois de concluído o primeiro ciclo de ingresso nos novos cursos, o que deverá ocorrer até 2017.

A razão entre o número de ingressantes e diplomados deve se elevar, expressando o sucesso dos cursos de graduação da Universidade quanto à eficiência de estratégias para o preenchimento de vagas ociosas decorrentes da evasão.

Apesar de terem sido reafirmadas e expandidas as ações no sentido de aumentar a permanência dos estudantes na UnB, o percentual de evasão ainda é elevado. O preenchimento de vagas ociosas também é outra questão a ser reforçadas, mesmo tendo em vista as ações em curso e os bons resultados.

O intercâmbio internacional será aprimorado com o reforço na capacitação em língua inglesa. Deve-se também ampliar a participação dos estudantes em intercâmbios internacionais. Por fim, o acompanhamento dos egressos necessita iniciar o processo de captação e sistematização de dados.

10 Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta de educação superior

Retoma-se do Relatório anterior, referente a 2010 (FUB, 2011: 343) que a Universidade de Brasília, instituição pública de ensino superior, é sustentada pelo poder público, tendo, de acordo com seu Estatuto, como finalidades essenciais o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais. A UnB, como as demais universidades públicas federais, tem no Tesouro a sua principal fonte de receita. Esses recursos, no entanto, não são suficientes para a sustentabilidade financeira da Instituição. A UnB conta com significativa receita diretamente arrecadada, mediante realização de concursos e outras prestações de serviços, aluguéis, taxas, entre outras, em escala crescente, a cada ano, para a sua manutenção. Além disso, conta com outras fontes financiadoras, oriundas especialmente de órgãos de fomento (CAPES, FINEP, CNPq, MCTI) e de outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

10.1 Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos

Apresentam-se, nesta seção, informações e análise referentes ao orçamento da FUB, por fontes de recursos, natureza da despesa e origem e especificação da receita, assim como em relação à sua execução orçamentária, no exercício financeiro de 2011.

10.1.1 Proposta de orçamento-programa interno

A proposta de orçamento programa interno da FUB para 2011 foi elaborada a partir de critérios e parâmetros aprovados pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da FUB, em 17/12/2010, em consonância com os limites orçamentários definidos pelo MEC, para o exercício de 2011, e com as bases do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011 – 2015.

10.1.2 Orçamento 2011 por Fontes de Recursos e Natureza da Despesa

Em 2011, a FUB contou com orçamento da ordem de R\$ 1,53 bilhão, incluindo-se recursos provenientes de emendas parlamentares (R\$ 5,9 milhões), sendo R\$ 1,0 bilhão da fonte de recursos do Tesouro (A1), correspondendo a 66% do total; R\$ 389 milhões de Recursos Próprios (A2), representando 25% do total; e R\$ 134,6 milhões de recursos de convênios/Portarias (A3), ou seja, 9%, considerando os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) n. 12.381/2011, de 9/2/2011 e créditos suplementares liberados no decorrer do exercício, conforme demonstrado na Tabela 57, coluna A4.

De acordo com os valores constantes da Tabela 57 (A1), verifica-se que, na fonte de recursos orçamentários do Tesouro, 80% (R\$ 811,7 milhões) destinam-se ao pagamento de pessoal e encargos sociais; 15% (R\$ 152,1 milhões) destinam-se a Outras Despesas Correntes sendo, destes, 65% (R\$ 98,8 milhões) para Custeio Líquido e 35% (R\$ 53,2 milhões) para Programas Específicos – Custeio; e 5% (R\$ 48,5 milhões) para Despesas de Capital.

Os recursos alocados em Programas Específicos/Benefícios – Custeios, cujos valores são, em sua quase totalidade, definidos pelo MEC, destinam-se ao pagamento de despesas com capacitação de servidor, assistência médica e odontológica, auxílios transporte e alimentação, auxílio pré-escolar, precatório – Custeio, Assistência ao Estudante de Graduação, Universidade Aberta a Distância, REUNI e Funcionamento dos Hospitais de Ensino.

Dos recursos do Tesouro alocados em Despesas de Capital, da ordem de R\$ 48,5 milhões, 6% (R\$ 3,0 milhões) foram alocados para atender ao programa de expansão das IFES – Capital (Planaltina, Gama e Ceilândia); 46% (R\$ 22,3 milhões), para o programa do REUNI – capital; 12% (R\$ 5,9 milhões), para projetos subvencionados com recursos de Emendas Parlamentares, e o restante, da ordem de R\$ 4,6 milhões (10%), para cobertura de despesas com outros programas específicos (Manutenção do Acervo Bibliográfico, Assistência ao Estudante de Graduação, Funcionamento de Hospital de Ensino).

Com relação à fonte de Recursos Orçamentários Próprios (A2) da ordem de R\$ 389,0 milhões, foram assim distribuídos: R\$ 333,6 milhões, no grupo de Outras Despesas Correntes, correspondendo 86% do total dessa fonte, e R\$ 55,4 milhões (14%), na categoria econômica de Despesas de Capital, sendo programados R\$ 55,0 milhões (14%) milhões no elemento de despesa

Investimentos, e R\$ 0,4 milhões (0,1%) para Programas Específicos – Capital, alocados para Acervo Bibliográfico.

Cabe esclarecer que a estimativa da receita própria baseou-se na programação efetuada pelas Unidades Descentralizadas/Arrecadoras ou por aquelas que administram tais recursos, limitada ao teto definido pelo MEC para essa fonte, originando-se de:

- taxas de vestibular e contratos de prestação de serviços para realização de concursos públicos administrados pelo CESPE;
- aluguéis, taxas de ocupação de imóveis, outras receitas/condomínio, a cargo da Secretaria de Gestão Patrimonial;
- serviços de comercialização de livros, administrados pela Editora;
- receita patrimonial, a cargo da Secretaria de Empreendimentos Imobiliários, decorrente de alienação de imóveis, para atender ao programa de obras e de reformas e adaptações no Campus;
- juros e rendimentos/DCF;
- receita prevista pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT);
- serviços de alimentação, com a venda de tíquetes, a cargo do Restaurante Universitário;
- receita prevista pelo Centro de Ensino a Distância (CEAD);
- contratos de prestação de serviços, consultoria ou assistência técnica, a cargo do IG/Sismologia, HUB, CEFTRU, CPD, FEF e PRC;
- outras receitas (taxas de inscrições em cursos, multas e outras).

No que diz respeito às Despesas Realizadas, discriminadas na Tabela 57 (B), a FUB executou 93% do Orçamento Total aprovado para o exercício financeiro de 2011, ou seja, R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 1,1 bilhão na fonte de recursos do Tesouro (B1), correspondendo a 74% do total realizado; R\$ 240,0 milhões de Recursos Próprios (B2), representando 17% do total realizado; e R\$ 131,9 milhões de recursos de convênios/Portarias (B3), ou seja, 9%, conforme Tomada de Contas da FUB, 2011.

Cabe salientar que, para desenvolvimento dos objetivos, projetos e metas previstos no PDI/Plano Anual de Atividades 2011, a Universidade contou com recursos orçamentários, da ordem de R\$ 1,5 bilhão, nas fontes de recursos do Tesouro, Próprios e de Convênios/Portarias, os quais foram comprometidos para realização de despesas na sua quase totalidade, no decorrer do exercício, ou seja, 93% (R\$ 1,4 bilhão), conforme especificado na Tabela 57.

Tabela 57 Demonstrativo dos Recursos Orçamentários e da Despesa Realizada em 2011 (jan-dez), por Natureza da Despesa e Fonte de Recursos

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	A - ORÇAMENTO				B - DESPESAS				DIFERENÇA (A - B)
	FINAL TESOUREIRO A1	FINAL PRÓPRIOS A2	CONVÊNIOS / PORTARIAS A3	TOTAL ORÇAMENTO FINAL A4	REALIZADA TESOUREIRO B1	REALIZADA PRÓPRIOS B2	CONVÊNIOS / PORTARIAS A3	TOTAL DESPESAS REALIZADAS B4	
1. Pessoal e Encargos Sociais	811.747.483,00	-	3.800.000,00	815.547.483,00	804.530.477,94	-	3.643.489,00	808.173.966,94	7.373.516,06
1.1 Ativo	488.422.477,00	-	2.400.000,00	490.822.477,00	487.520.583,16	-	2.128.076,60	489.648.659,76	1.173.817,24
1.2 Inativos	202.244.845,00	-	-	202.244.845,00	200.125.401,69	-	-	200.125.401,69	2.119.443,31
1.3 Precatórios/Sentenças Judiciais	4.513.524,00	-	-	4.513.524,00	17.823,50	-	-	17.823,50	4.495.700,50
1.4 Contribuição da União - PSS	116.566.637,00	-	1.400.000,00	117.966.637,00	116.866.669,59	-	1.515.412,40	118.382.081,99	(415.444,99)
2. Outras Despesas Correntes	152.108.495,00	333.600.619,00	115.877.598,00	601.586.712,00	199.075.018,30	226.240.103,62	113.802.313,11	539.117.435,03	62.469.276,97
2.1 Custeio Liq. (manutenção)	98.872.887,00	331.030.234,00	115.877.598,00	545.780.719,00	146.586.838,85	225.391.192,35	113.802.313,11	485.780.344,31	60.000.374,69
2.2 Programas Específicos - Custeio	53.235.608,00	2.570.385,00	-	55.805.993,00	52.488.179,45	848.911,27	-	53.337.090,72	2.468.902,28
2.2.1 capacitação do Servidor Público	410.000,00	430.000,00	-	840.000,00	354.564,76	378.457,44	-	733.022,20	106.977,80
2.2.2 Assistência Médica e Odontológica	5.969.358,00	-	-	5.969.358,00	5.748.096,20	-	-	5.748.096,20	221.261,80
2.2.3 Vale-Alimentação	17.407.970,00	-	-	17.407.970,00	17.330.097,55	-	-	17.330.097,55	77.872,45
2.2.4 Vale Transporte	3.716.218,00	-	-	3.716.218,00	3.370.341,71	-	-	3.370.341,71	345.876,29
2.2.5 Auxílio Pré-Escolar	738.387,00	-	-	738.387,00	722.970,32	-	-	722.970,32	15.416,68
2.2.6 Precatório	122.293,00	-	-	122.293,00	122.292,79	-	-	122.292,79	0,21
2.2.7 Assist. ao Estudante de Graduação	8.462.804,00	-	-	8.462.804,00	8.448.903,54	-	-	8.448.903,54	13.900,46
2.2.8 Universidade Aberta a Distância	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00	-	378.932,70	-	378.932,70	1.621.067,30
2.2.9 REUNI - Reestrut. e Expansão	16.189.204,00	-	-	16.189.204,00	16.171.538,58	-	-	16.171.538,58	17.665,42

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	A - ORÇAMENTO				B - DESPESAS				DIFERENÇA (A - B)
	FINAL TESOUREO A1	FINAL PRÓPRIOS A2	CONVÊNIOS / PORTARIAS A3	TOTAL ORÇAMENTO FINAL A4	REALIZADA TESOUREO B1	REALIZADA PRÓPRIOS B2	CONVÊNIOS / PORTARIAS A3	TOTAL DESPESAS REALIZADAS B4	
2.2.10 Func. dos Hospitais de Ensino	219.374,00	140.385,00	-	359.759,00	219.374,00	91.521,13	-	310.895,13	48.863,87
2.2.11 Assist. Médica ao Servidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.12 Expansão das IFES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.13 Formação Inicial a Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Capital	48.515.695,00	55.400.000,00	14.926.402,00	118.842.097,00	54.401.876,52	13.776.571,80	14.478.761,48	82.657.209,80	36.184.887,20
3.1 Investimentos	12.660.101,00	55.000.000,00	14.926.402,00	82.586.503,00	24.624.312,12	13.418.835,02	14.478.761,48	52.521.908,62	30.064.594,38
3.2 Programas Específicos - Capital	29.955.594,00	400.000,00	-	30.355.594,00	29.777.564,40	357.736,78	-	30.135.301,18	220.292,82
3.2.1 Acervo Bibliográfico - BCE	400.000,00	400.000,00	-	800.000,00	393.757,97	357.736,78	-	751.494,75	48.505,25
3.2.2 Assit. ao Estudante de Graduação	3.600.000,00	-	-	3.600.000,00	3.568.721,51	-	-	3.568.721,51	31.278,49
3.2.3 Func. dos Hospitais de Ensino	640.385,00	-	-	640.385,00	499.875,92	-	-	499.875,92	140.509,08
3.2.4 REUNI - Reest. e Expensão	22.315.209,00	-	-	22.315.209,00	22.315.209,00	-	-	22.315.209,00	-
3.2.5 Expansão das IFES	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	-
3.2.6 Universidade Aberta a Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Emendas Parlamentares	5.900.000,00	-	-	5.900.000,00	-	-	-	-	5.900.000,00
Outras Despesas de Capital									
Total da FUB	1.012.371.673,00	389.000.619,00	134.604.000,00	1.535.976.292,00	1.058.007.372,76	240.016.675,42	131.924.563,59	1.429.948.611,77	106.027.680,23

Fonte: FUB/DAF/Diretoria de Contabilidade

No que diz respeito à Receita Diretamente Arrecadada pela FUB, apresenta-se por meio da Tabela 58 comparativo entre a Receita Própria Estimada e a Receita Própria Realizada, nos exercícios financeiros de 2010 e 2011, por grupos de despesa.

Em relação à receita própria estimada, observa-se que, em termos gerais, o orçamento de 2011 apresentava-se 22% maior que o de 2010, nessa fonte, sendo que, no grupo I – Unidade Central (receitas geridas por órgãos da Administração Central) houve acréscimo da ordem 44%, ao passo que as receitas do grupo II – Unidades Descentralizadas tiveram aumento de 19% em relação a 2010, com destaque para a previsão de arrecadação do HUB, cujo crescimento estimado foi da ordem de 150%.

Entretanto, a Tabela 58 mostra que, no que diz respeito à receita própria efetivamente realizada, constata-se redução significativa em 2011, na maioria dos itens, em comparação ao exercício de 2010, conforme destacado abaixo:

- a receita realizada total da FUB, em 2011, decresceu cerca de 27%;
- as receitas realizadas no grupo I (Administração Central) tiveram decréscimo de 27%;
- as receitas realizadas pelas Unidades Descentralizadas tiveram decréscimo da ordem de 27%.

A Tabela 58 mostra ainda que, em 2011, a receita arrecadada pelo CESPE, mesmo apresentando redução de 26%, é responsável por mais de 70% de toda a receita própria realizada pela FUB em 2011, vindo em seguida receitas com taxas de inscrições em cursos/diversos (9%) e receitas com aluguéis (9%).

Essa queda acentuada de arrecadação da receita própria é motivo de preocupação, dada a importância que essa fonte representa no orçamento geral da FUB, como complementação aos recursos do Tesouro, reconhecidamente insuficientes para a manutenção básica da Instituição, exigindo, portanto, medidas de contenção e maior controle dos gastos públicos, assim como a busca permanente de aumento da receita. Tais ações e medidas são absolutamente necessárias para se evitar o desequilíbrio orçamentário-financeiro entre os gastos de manutenção e investimento e o ingresso de recursos financeiros.

Tabela 58 Consolidação da Receita Própria Prevista e Arrecadada, 2010 e 2011

GRUPO DA RECEITA	RECEITA PRÓPRIA ESTIMADA				RECEITA PRÓPRIA REALIZADA			
	2010	2011	Var %	Part. s/ Total 2011%	2010	2011	Var. %	Part. s/ Total 2011%
I - UNIDADE CENTRAL								
Aluguéis	18.000.000	23.500.000	30,56%	6,04%	20.246.347,68	20.615.729,87	1,82%	8,65%
taxa de Ocupação	7.000.000	5.000.000	-28,57%	1,29%	4.361.578,17	6.476.311,22	48,49%	2,72%
Alienação de Imóveis	10.000.000	30.300.000	203,00%	7,79%	-	-	-	0,00%
Juros/Rendimentos	6.000.000	6.210.649	3,51%	1,60%	506.093,51	227.582,10	-55,03%	0,10%
Aplic. Rec/Alienação Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	39.580.195	40.049.585	1,19%	10,30%	52.885.663,43	29.648.046,73	-43,94%	12,45%
BCE	150.000	200.000	33,33%	0,05%	128.938,89	133.067,85	3,20%	0,06%
Taxas/SAA	500.000	500.000	0,00%	0,13%	324.647,08	13.673,10	-95,79%	0,01%
Contratos CEAD	11.000.000	2.000.000	-81,82%	0,51%	1.566.542,22	1.089.269,00	-30,47%	0,46%
PPE - UnB - Idiomas Divesos	5.000.000	5.000.000	0,00%	1,29%	4.418.389,96	4.958.071,12	12,21%	2,08%
FUB - Petrobrás	2.000.000	2.300.000	15,00%	0,59%	1.347.785,90	1.774.429,90	31,66%	0,74%
Tx. de Inscrições/Diversos	20.930.195	30.049.585	43,57%	7,73%	45.099.359,38	21.679.535,76	-51,93%	9,10%
Saldo Remanescente de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Recebimento das Unidades Descentralizadas	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências das Unidades Descentralizadas	-	-	-	-	-	-	-	-
FAI - Unidade Central	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - I Unidade Central	80.580.195	105.060.234	30,38%	27,02%	77.999.682,79	56.967.669,92	-26,96%	23,91%
II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS								
Editora (EDU) - Comerc. Livros	1.500.000	2.500.000	66,67%	0,64%	1.466.112,93	1.468.685,95	0,18%	0,62%
CESPE - Prestação de Serviços/Rendimentos	220.000.000	260.000.000	18,18%	66,86%	228.143.418,68	168.149.571,28	-26,30%	70,58%
Restaurante (RU) - Venda de Refeições	2.500.000	2.000.000	-20,00%	0,51%	833.320,50	936.912,50	12,43%	0,39%
Prefeitura do Campus (PRC) - Prestação de Serviços	500.000	1.000.000	100,00%	0,26%	841,20	675,00	-19,76%	0,00%
Centro de Informática (CPD) - Prestação de Serviços	500.000	1.000.000	100,00%	0,26%	74.323,00	50.065,00	-32,64%	0,02%

GRUPO DA RECEITA	RECEITA PRÓPRIA ESTIMADA				RECEITA PRÓPRIA REALIZADA			
	2010	2011	Var %	Part. s/ Total 2011%	2010	2011	Var. %	Part. s/ Total 2011%
Centro de Des. Tecnológico (CDT) - Prest. Serv./Rendimentos	12.000.000	15.000.000	25,00%	3,86%	16.244.178,96	10.369.243,92	-36,17%	4,35%
Hospital Universitário (HUB)	800.000	2.000.000	150,00%	0,51%	206.423,99	103.638,53	-49,79%	0,04%
Faculdade de Educação Física (FEF) - Prest. Serviços	500.000	300.000	-40,00%	0,08%	276.152,54	181.777,26	-34,18%	0,08%
Subtotal - II Unidades Descentralizadas	238.300.000	283.800.000	19,09%	72,98%	247.244.771,80	181.260.569,44 76,09%	-26,69%	76,09%
Total Geral (Soma subtotal I e II)	318.880.195	388.860.234	21,95%	100,00%	325.244.454,59	238.228.239,36	-26,75%	100,00%

Fonte: FUB/DAF/Diretoria de Contabilidade

Considerando a receita arrecadada em 2011 pelo grupo I – Unidade Central, em valores nominais, da ordem de R\$ 57,0 milhões, disponível para aplicação, tanto em despesas correntes quanto em despesas de capital, e a receita, em valores nominais, oriunda da captação pelas Unidades Descentralizadas (10% do total arrecadado), que se incorpora diretamente ao Orçamento da FUB, da ordem de R\$ 18,1 milhões, é possível prever que a UnB conte com quase R\$ 75 milhões anuais de geração de receita própria para utilização em despesas de manutenção e de investimentos. Vale dizer que essa disponibilidade potencial de arrecadação própria anual é bastante significativa, haja vista que o aporte de recursos disponibilizados pela União para a FUB, em 2011 (orçamento final), foi da ordem de R\$ 98,9 milhões, em Custeio Líquido/Manutenção. Daí, a necessidade de se aprimorar a eficiência na captação e gestão dos recursos próprios, de fundamental importância na manutenção e crescimento da Instituição.

10.1.3 Orçamento Programa Interno/Plano Anual de Atividades/PDI

Em 2011, o Plano Anual de Atividades FUB/UnB contemplou 68 unidades cadastradas no Sistema de Planejamento Institucional, sendo 26 unidades acadêmicas (institutos/faculdades) e 42 unidades administrativas (decanatos, centros, órgãos complementares/auxiliares, secretarias, assessorias, Procuradoria Jurídica, Auditoria, Prefeitura do Campus, Gabinete do Reitor e Vice-Reitoria).

O Plano Anual de Atividades 2011, primeiro ano do PDI para o Quinquênio 2011-2015, contempla demandas das unidades acadêmicas e administrativas para atendimento de objetivos, projetos, atividades, ações programadas e respectivos recursos previstos, consideradas as mudanças efetuadas no modelo do planejamento institucional, em fase de implementação.

O Orçamento Programa Interno 2011 disponibilizou recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão em todas as fontes de recursos. Para atendimento de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, da ordem de R\$ 815,5 milhões, Outras Despesas Correntes e Capital, da ordem de R\$ 720,4 milhões, sendo R\$ 601,6 milhões em Despesas Correntes e R\$ 118,8 milhões em Despesas de Capital, conforme descrito na Tabela 57.

Esses recursos foram destinados, em 2011, ao atendimento, além de gastos com pessoal e encargos sociais, das seguintes despesas: encargos

gerais de custeio (manutenção); programas específicos (capacitação do Servidor Público, Assistência Médica e Odontológica, Vales-Alimentação e Transporte, Auxílio Pré-Escolar, Precatório, Assistência ao Estudante de Graduação, Universidade Aberta a Distância, REUNI - Reestruturação e Expansão, Funcionamento dos Hospitais de Ensino); demandas aprovadas de unidades acadêmicas e administrativas no plano anual de atividades/PDI; execução de obras e aquisição de equipamentos programados no REUNI; aquisição de equipamentos, material permanente e mobiliário para unidades internas; atividades da expansão dos *campi* (Ceilândia, Planaltina e Gama); serviços públicos; empresas terceirizadas; folha de pessoal complementar; contratos de manutenção; contratos de prestação de serviços para realização de concursos e outros; entre outras despesas, de acordo com os aportes de recursos disponíveis em cada fonte, natureza da despesa e critérios aprovados por Colegiados Superiores da Universidade.

CONCLUSÃO

O Relatório de Autoavaliação da Universidade de Brasília referente ao exercício de 2011 foi concluído com êxito. As dez dimensões propostas foram abordadas com os necessários detalhes. Ressalta-se que a participação dos membros do Grupo Técnico de Autoavaliação (GTA), as valiosas contribuições de gestores administrativos e acadêmicos, a atuação dos membros da subcomissão da CPA e os servidores do setor de avaliação do DPO constituíram um grupo articulado, que cumpriu a função de produzir um Relatório consistente e completo. O documento é denso, trata dos diversos temas com a devida profundidade e se constitui, sem dúvida, em um instrumento de consolidação do atual momento da Universidade de Brasília.

O conjunto de dimensões representa um alto grau de abrangência das questões afeitas à Universidade. Nos capítulos discutiram-se as questões mais cruciais, apontaram-se problemas, enfrentamentos, sinalizaram-se desafios e barreiras a superar, indicando a movimentação contínua que caracteriza uma instituição com tal complexidade. Os problemas não são poucos e nem triviais e o movimento das políticas de educação superior redundam em mudanças de fundo que afetam a todas as instâncias. Em cada capítulo ficou demonstrado como a UnB reage a esses movimentos e desafios, evidenciando que ainda há muito trabalho no futuro e que talvez não se encontrem os limites.

O processo de expansão e reestruturação, iniciado em 2006 e reforçado, de forma expressiva com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ocasionou a construção de novos *campi*, blocos de salas de aula, laboratórios, novos prédios e melhoria da infraestrutura. No atual estágio, a Universidade prioriza a avaliação de seu planejamento. Está em curso a revisão do Projeto Político Pedagógico Institucional, a partir dos projetos pedagógicos dos cursos, a ser concluída ao longo deste ano.

A UnB desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em interação com a sociedade, de forma que a qualidade acadêmica ganhe relevância social, desenvolvendo iniciativas pioneiras de ampliação e diversificação do acesso à Instituição. Destacam-se o Programa de Avaliação Seriada (PAS); a instituição de ações afirmativas definindo cotas para negros e pardos; a reserva de vagas para estudantes indígenas; a consolidação de novos *campi*, adotando condições favorecidas de ingresso para os estudantes

da região; a criação e a ampliação de cursos noturnos; a adaptação da infraestrutura para garantir o acesso a pessoas com necessidades especiais; a celebração de convênios internacionais para ingresso de estudantes estrangeiros e intercâmbio; entre outros.

A Universidade segue no esforço de aprimorar seu processo avaliativo mediante a implementação de seu Plano de Autoavaliação Institucional, com maior participação e envolvimento da comunidade universitária, resgatando procedimentos históricos e inovadores de avaliação.

Foram apresentados os resultados parciais do um amplo processo de diagnóstico e avaliação da gestão de meios da Instituição, do qual participaram gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, englobando as áreas de gestão de pessoas; planejamento, orçamento, contabilidade e finanças; tecnologia da informação; infraestrutura; contratos e convênios; e gestão institucional. A partir dos resultados das pesquisas e das recomendações sugeridas pelo grupo de pesquisa, medidas importantes estão sendo tomadas no sentido de melhorar a gestão da Instituição, destacando-se, por exemplo, a criação em 2011 dos Decanatos de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento. Foram criadas melhores condições operacionais e de gestão, com reflexo direto nas atividades de ensino, pesquisa extensão e gestão universitária.

O processo de avaliação amplia o autoconhecimento institucional, identifica potencialidades e fragilidades, além de contribuir para disseminar a cultura da avaliação na comunidade universitária. A importância atribuída ao processo de autoavaliação da UnB e a ampliação das áreas envolvidas implica maior legitimidade e novos passos em direção à consolidação de uma Universidade de excelência acadêmica, democrática e solidária.

Espera-se, por fim, que este relatório, por sua característica de consolidação dos temas que conformam a Universidade, suscite debates com ampla participação. Esse processo deve se iniciar por uma divulgação no meio acadêmico e na sociedade e com a realização de eventos diversos para reflexão, tomada de decisões e operacionalização de projetos e propostas que promovam o alcance das metas estabelecidas para o desenvolvimento da UnB.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, C. B. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. Brasília, 2008. Dissert. (mestr.) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

FUB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Bases do Planejamento Estratégico 2011 a 2015*. Versão Preliminar. Brasília: Decanato de Planejamento e Orçamento, 2010. (2)

FUB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Projeto de Avaliação Institucional & Gestão de Meios – Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, Universidade de Brasília, Volume I: Relatório de Avaliação da Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças*, elaborado por um grupo de pesquisa, por solicitação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, 2010. (1)

FUB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Relatório de avaliação institucional*. Brasília, 2011.

MEC/CONAES. *Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior*. Brasília, 2004

TRIGUEIRO, Michelangelo G. S. A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de ensino superior do país. *Avaliação*, Campinas, v. 9, n. 3, p 11-30, set. 2004.

		1	2	3	4	5	NA
2.7	Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade.						
2.8	Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalho, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado.						
2.9	Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem.						
2.10	Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos relacionados ao conteúdo da disciplina.						
2.11	Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor						
2.12	Assiduidade (Cumprimento do calendário acadêmico estabelecido pelo CEPE)						

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR

3. Autoavaliação

		1	2	3	4	5	NA
3.1	Participação nas atividades desenvolvidas na disciplina.						
3.2	Estudo extraclasse do conteúdo da disciplina						
3.3	Aprofundamento do conteúdo da disciplina por meio de pesquisa bibliográfica e leitura						
3.4	Capacidade de aplicar os conhecimentos da disciplina em outras situações e contextos.						
3.5	Relacionamento com colegas da disciplina.						
3.6	Relacionamento com professor.						
3.7	Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas.						
3.8	Assiduidade (Presença nas atividades desenvolvidas na disciplina)						

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR

4. Apoio Institucional à Disciplina

		1	2	3	4	5	NA
4.1	Qualidade das instalações destinadas às aulas teóricas.						
4.2	Qualidade das instalações destinadas às aulas práticas.						
4.3	Acesso à bibliografia da disciplina em bibliotecas da UnB.						
4.4	Disponibilidade de equipamentos.						
4.5	Demais condições necessárias ao desenvolvimento das atividades da disciplina						

Relacione pontos fortes e pontos a melhorar neste quesito:

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR